



Carlos André dos Santos

A REBELDIA POR TRÁS DAS LENTES

O CENTRO DE MÍDIA INDEPENDENTE NO BRASIL

ED

CARLOS ANDRÉ DOS SANTOS

A REBELDIA POR TRÁS DAS LENTES

O CENTRO DE MÍDIA INDEPENDENTE
NO BRASIL



UFSC

Florianópolis

2013

Copyright © 2013 Carlos André dos Santos

Capa

Tiago Roberto da Silva

Foto da capa

Indymedia Manila

Editoração eletrônica

Carmen Garcez, Flávia Torrezan

Catálogo na fonte pela Biblioteca Universitária
da Universidade Federal de Santa Catarina

S237r Santos, Carlos André dos

A rebeldia por trás das lentes: o Centro de Mídia
Independente no Brasil / Carlos André dos Santos.
– Florianópolis : Em Debate, 2013.
305 p. : grafs, tabs.

Inclui bibliografia.

ISBN: 978-85-8328-012-5

1. Sociologia. 2. Sociologia política. 3. Juventude.
I. Título.

CDU: 316

Todos os direitos reservados a

Editoria Em Debate
Campus Universitário da UFSC – Trindade
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Bloco anexo, sala 301
Telefone: (48) 3338-8357
Florianópolis – SC

www.editoriaemdebate.ufsc.br

www.lastro.ufsc.br

*Dedicado a Janice e Fernando, pelas três
décadas de digna raiva e fraterna rebeldia.*

*La libertad es como la mañana.
Hay quienes esperan dormidos a que llegue,
pero hay quienes desvelan y caminan
la noche para alcanzarla.*

SUBCOMANDANTE MARCOS

SUMÁRIO

PREFÁCIO	11
APRESENTAÇÃO.....	15
1. AS JUVENTUDES CONTEMPORÂNEAS E SUAS NARRATIVAS POLÍTICAS.....	21
2. A TEORIA DA MÍDIA RADICAL ALTERNATIVA E DA MÍDIA TÁTICA	65
3. INDYMEDIA: A REBELDIA DOS CORPOS POR TRÁS DAS LENTES.....	107
CONSIDERAÇÕES FINAIS	255
REFERÊNCIAS	267
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	289
ANEXOS.....	291

PREFÁCIO¹

Gostaria de realçar que considero digna de nota a iniciativa do mestrando em provocar o universo acadêmico com uma discussão que, do ponto de vista tratado, é incomum a tal ambiente. Nisso, notadamente, já se encontra um mérito, posto que a dissertação do Carlos André, conforme construída, é uma pedrada no olho da academia e também da ciência. O texto põe sob questão nada menos do que a propriedade intelectual, o trabalho do especialista, além do domínio da comunicação convencional e da propriedade privada. Questiona o próprio fazer intelectual acadêmico, quando advoga explicitamente a não monopolização do saber, a construção teórica em trânsito com a arte, a música, a literatura, a cultura popular, enfim, perfila-se ao lado daqueles que advogam uma nova ciência. Reconheçamos: nada mais fustigante para uma instituição placidamente assentada sobre esses valores. Mas não apenas... o autor trata teoricamente e procura oferecer evidências da relevância da cooperação, da solidariedade, da coletividade, da horizontalidade para uma convivência humanizada e profícua, conforme encontrou na experiência avaliada de participação política contestadora juvenil. Trazer essa proposição, naquilo tudo que ela significa, para estudo na pós-graduação é, sim, um ato de resistência em uma academia – e em um mundo – mais frequentemente comprometida com temas e fazeres “consensuais”, “pacíficos”, que não incomodam, normalmente afeitos ao novo *ethos* mundial contemporâneo, marcado – como sabemos – pela conveniência, pelo imediato, pelo instrumental, pela política dos resultados. Esta, por sua vez, hegemônica pelas forças do mercado, do Estado ou da vaidade acadêmica.

Para dizer de outro modo o que faz Carlos André no seu trabalho, recorro ao poeta Torquato Neto, que na sua verve inquieta da década

¹ Este prefácio é composto de partes da arguição da Dra. Marlúcia Valéria da Silva durante a banca de defesa da dissertação que deu origem a este livro. A Dra. Valéria Silva gentilmente autorizou as modificações.

de 1960 – nervo exposto e carne crua – retira o leitor da sua zona de conforto com a poesia *Let's play that*. Diz o poeta:

*Quando eu nasci
um anjo louco, muito louco,
veio ler a minha mão.
Não era um anjo barroco.
Era um anjo muito louco, torto,
com asas de avião.
Eis que esse anjo me disse,
apertando minha mão,
com um sorriso entre dentes:
Vai, bicho, desafinar
o coro dos contentes.*

É. O trabalho do Carlos André desafina o coro dos contentes... Desse modo, não economizo os parabéns à orientadora que, enfrentando o *script* posto, abriu as portas da sua sala e disponibilizou o seu trabalho docente para abrigar as inquietantes perguntas e respostas juvenis à problemática do mundo em que vivemos, entendendo os jovens como sujeitos ativos do nosso tempo. Estão de parabéns o mestrando e a professora Janice. Está de parabéns o Nejud e o PPGSP-UFSC por possibilitarem tal discussão, fazendo oxigenar, assim, o ambiente pesado das certezas centenárias. Acadêmicas ou não.

Em uma visão panorâmica, ler a dissertação do Carlos André é, na maior parte do tempo, experimentar uma vivência interativa e em 3D. A urgência da escrita e a tensão do argumento se desdobram em uma profusão quanto-qualitativa de particular performance. O texto – bem escrito – serpenteia agilmente por entre uma enorme cascata de informações que o autor vai trazendo, às vezes, de um só fôlego, obrigando que o leitor redobre a atenção para não perder o fio da meada e/ou perder-se dos inumeráveis pontos de contato no percurso de apropriação da questão posta para estudo. Carlos André não facilita, não edita, não oferece o caminho... segue até o fim exigente com o

leitor. Constrói um texto vivo, pulsante, rebelde e também polimorfo, quando declina de apresentar verdades e deixa abertas as várias possibilidades, ratificando com o seu trabalho aquilo que defende teoricamente: existe mais de uma forma de se chegar a um lugar, mais de uma maneira de ver o mundo e as coisas. Assim, aproximando o seu trabalho do movimento tanto do *real time on-line* como da vida real *off-line*, fazendo as escolhas difíceis, torna-se o próprio autor exemplo de corpo e mente indóceis, conceitos caros à construção da dissertação como um todo. É isso. O trabalho já tem um excelente título, mas talvez pudéssemos também chamá-lo de “Notícias do *front*: jovens desafinando o coro dos contentes”, recompondo, por tratar-se da mesma matéria-prima, o que os anos e a história separaram, qual seja: a vivência/inspiração do músico/poeta e a análise/experiência do autor/militante. “Nada mais atual...”, somos obrigados a concluir, ao olhar para as reviravoltas juvenis da contemporaneidade.

Por isso, o trabalho se mostra de leitura obrigatória a quem deseje adentrar os temas que interpelam e conformam a atuação juvenil em um mundo de incertezas, de fronteiras em desmanche; atuação juvenil que, ao mesmo tempo, inaugura nessas décadas novas pautas de convivência, novas formas de entender o mundo.

Profa. Dra. Valéria Silva²

² Membro do Núcleo de Pesquisa sobre Crianças, Adolescentes e Jovens (NUPEC-UFPI) e do Laboratório de Observação Permanente do Mundo Rural do Nordeste da Universidade Federal de Campina Grande (LAE-RURAL/UFPG). Atualmente é coordenadora do PPGS-UFPI.

APRESENTAÇÃO

Este livro é uma contribuição à sociologia da juventude ao colocar em evidência como parte das novas gerações de ativistas tem se apropriado dos meios técnicos (leia-se mídia) para construir suas trajetórias, formas de sociabilidade e ação política. Para tanto, o sujeito de pesquisa utilizado é a rede do Centro de Mídia Independente (CMI) no Brasil.

Ao lado das rádios comunitárias e livres, dos vídeos populares, da imprensa alternativa, do *software* livre e de outras formas de apropriação de meios de comunicação pelos movimentos de contestação, o CMI constitui-se a partir da necessidade social e política de haver livre acesso à troca de informações e produção cultural e livre associação, sobretudo para construir soluções perante o monopólio dos meios de comunicação de massa.

Os estudos para a produção deste livro foram realizados no Núcleo de Pesquisa sobre a Juventude Contemporânea (Nejuc) do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina entre 2007 e 2010, com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), para obtenção da titulação de mestre em Sociologia Política.

O objetivo da pesquisa foi compreender e analisar criticamente a participação política na “mídia radical alternativa” (DOWNING, 2002) a partir da década de 1990, por meio da análise das ações coletivas protagonizadas por jovens inseridos no CMI¹. A escolha do Centro de Mídia Independente como sujeito de pesquisa foi motivada pela minha trajetória acadêmica e política. Desde 2004 sou voluntário do CMI e de outros projetos pela democratização da mídia, que têm por princípio fazer com que os sujeitos das ações coletivas sejam sua própria mídia.

¹ No Trabalho de Conclusão de Curso do Bacharelado em Ciências Sociais, em 2005, eu já havia buscado analisar a relação entre o crescimento da rede Indymedia no Brasil e os dias de ação global contra o capitalismo, as campanhas contra as medidas neoliberais e o monopólio da comunicação em massa. (N. A.)

Acredito que a democratização da informação esteja fundamentalmente ligada à tomada da palavra verdadeira e do fazer político rebelde, constituintes de uma outra história contada pelos ninguéns – os filhos de ninguém e os donos de nada que Eduardo Galeano descreveu em poesia. Já os zapatistas ensinaram aos ativistas da minha geração que a rebeldia e a palavra andam de mãos dadas e caminham pela noite construindo essa outra história, da qual também me sinto parte. Essa outra história não está alicerçada na verdade cartesiana que obedece a racionalidade instrumental da eficácia, e sim na flor da palavra verdadeira, a palavra que vem do coração daqueles que lutaram e lutam por justiça, democracia, liberdade, igualdade e dignidade.

Quando falarmos “Todos somos Marcos!”, vamos querer dizer que “Todos somos Brad Will!”, o jovem voluntário do CMI de Nova York assassinado por paramilitares ligados ao governador Ernesto Ruiz quando cobria a insurgência em Oaxaca, no México, e que “Todos somos Elton Brun!”, o trabalhador sem terra assassinado pela Polícia Militar de Porto Alegre. Todos somos moradores de Pinheirinho e de Pinheirinho Novo, os garotos com pedras na mão da Palestina e as transsexuais, as lésbicas e as feministas da Marcha da Vadias; somos aqueles a quem as elites e os mal governantes amam odiar, por não baixarmos a cabeça e por fazer da memória de nossos mortos e de nossos corpos indóceis, barricadas.

A escolha do CMI como sujeito a ser pesquisado pode parecer confortável, mas essa decisão me obrigou a realizar um esforço enorme para não cair em um discurso militante nem em um academicismo estéril que encaixota a realidade dos ativistas e suas práticas em arcabouços teóricos correspondentes à moda acadêmica. Minha expectativa foi contribuir com a Sociologia, trazendo menos respostas aos problemas do CMI e novas perguntas que possam instigar um debate sobre a participação política dos jovens.

Apesar de a rede do Centro de Mídia Independente não ser constituída mundialmente por redes de associativismo exclusivamente juvenil, no Brasil os jovens são a grande maioria de seus membros e procuram guiar suas ações coletivas no campo da militância de esquerda de forma diferenciada das gerações de militantes que os ante-

cederam. Além disso, a longevidade do CMI como veículo de mídia radical é algo incomum no Brasil, pois muitas experiências desse tipo não chegam a durar um ano. Essa longevidade me permitiu visualizar as mudanças das novas formas de participação política da juventude como parte de uma conjuntura, pois, enquanto as ações coletivas contra o neoliberalismo no Brasil estavam em refluxo, gradativamente as ações coletivas de cunho local e por direito à cidade, protagonizadas por jovens, passaram a ter visibilidade.

O período pesquisado corresponde, também, às mudanças na vida dos jovens ativistas que iniciaram sua participação política em meados dos anos 2000. Foram anos marcados pelo forte apelo por conformidade, gerado pelas tentativas de cooptação estatal e por parte da indústria cultural, impactando de forma difusa no ativismo desenvolvido por esses atores.

Na busca por compreender e analisar criticamente os sentidos que os jovens membros do CMI dão a sua participação política, utilizei métodos de pesquisa qualitativa: entrevistas com roteiro semiestruturado e análise de uma vasta documentação disponível no banco de dados do CMI na internet.

As entrevistas com os voluntários de Brasília (DF), Curitiba (PR) e Florianópolis (SC) foram realizadas presencialmente entre maio e dezembro de 2009. Já as entrevistas com voluntários de Tefé (AM) e de São Paulo (SP) foram realizadas por *e-mail* no mesmo período de tempo e, nos casos de dúvidas, foram utilizados como recursos adicionais para esclarecê-las os programas de mensagens instantâneas MSN, *Pidgin*, AMSN e *Empathy* e o telefone. Por motivo de segurança, os entrevistados que solicitaram foram identificados apenas pelo prenome ou codinome.

Para a seleção dos entrevistados foi utilizado como critério a participação do voluntário nos coletivos locais ativos e também nas atividades em períodos onde o coletivo possuía grande visibilidade na comunidade ativista, como foram os casos do Camarada D, do CMI Florianópolis, e de Sandino, do CMI São Paulo.

O roteiro de perguntas semiestruturado foi dividido em três partes, que correspondem à identificação do voluntário e às atividades

que desenvolve na rede CMI, ao sentido que dá a sua participação política e, finalmente, às questões sobre a democratização dos meios de comunicação.

A análise das entrevistas foi realizada separando os assuntos por temáticas relacionadas à documentação da rede (carta de princípios e de união da rede Brasil e global, política editorial, *e-mails* disponíveis nos bancos de dados das listas abertas e editoriais produzidos pelos coletivos locais do CMI). Durante o processo também foram utilizadas outras fontes, como artigos produzidos por colaboradores do CMI, atas de reuniões dos coletivos autônomos e estatísticas produzidas por uma voluntária do coletivo técnico do CMI.

Para a análise dos editoriais, vídeos, áudios, cartas de apresentação de coletivos, de princípios de união global e nacional e da política editorial, a documentação foi dividida entre sínteses dos princípios políticos e organizacionais e descrições de trajetórias e narrativas, posteriormente apresentadas no corpo do texto. Também foram utilizados *e-mails* disponíveis nos arquivos abertos das listas do CMI, ocultando o endereço eletrônico a fim de manter a privacidade do voluntário.

Em 2012 foram realizadas algumas alterações no corpo do texto com o objetivo de oferecer ao leitor um viés mais analítico do que descritivo. Aproveitei para repensar algumas considerações e para incluir no debate aspectos sobre os movimentos de cultura livre, uma rede diversificada de agentes coletivos e individuais em prol da constituição de novas formas de produção e difusão dos bens culturais.

No primeiro capítulo percorro as contribuições da Sociologia para a temática juvenil, acrescentando debates sobre as várias formas de ser jovem em uma época marcada por arbitrariedade cultural, que ao mesmo tempo exalta a juventude e a transforma em um projeto do porvir pelas correntes políticas de esquerda e direita modernas. Sem entrar no debate que está longe de estar esgotado sobre se estamos na modernidade ou na pós-modernidade, faço uso de uma bricolagem improvável para tratar as novas gerações como sujeitos políticos com parcial autonomia e a contracultura como parte não menos importante da sociabilidade juvenil.

O segundo capítulo é dedicado à Teoria da Mídia Radical Alternativa criada por Downing (2002), a considerações sobre a mídia tática e, por fim, a um debate sobre a relação entre ativismo na mídia radical alternativa e o movimento de cultura livre, uma rede diversificada de agentes coletivos e individuais em prol da constituição de novas formas de produção e difusão dos bens culturais.

O terceiro capítulo é uma exposição do trabalho de campo, a descrição da trajetória do CMI em 12 anos de existência, seus desafios, as mudanças sofridas e o sentido que seus voluntários dão a sua participação política. Ao final do livro, estão os anexos utilizados na elaboração do estudo.

O leitor observará que mantive no texto o uso do pronome reto “nós” em vez de “eu”. Seu uso, longe de ser um recalque acadêmico ou somente o chamado plural da modéstia, foi uma decisão tomada após refletir sobre como ocorreu o processo que resultou neste livro. A sistematização foi realizada por mim, mas o processo foi construído por várias mãos: as dos meus colegas do núcleo de pesquisa durante os debates e atividades de extensão, as sempre críticas e delicadas mãos da orientadora, Dra. Janice Tirelli Ponte de Sousa, e, sobretudo, as dos ativistas da rede Indymedia, que ousam semear rebeldia por onde passam.

Carlos André dos Santos

AS JUVENTUDES CONTEMPORÂNEAS E SUAS NARRATIVAS POLÍTICAS

O debate sobre a participação juvenil na política, ao longo do século XX, apresentou o jovem ora como questão, ora como problema, devido a sua condição de socialização, vigilância, disciplinarização e direito reconhecido (GROPPO, 2005) em reflexões científicas, filosóficas e literárias que fazem parte do “jogo de olhares e silêncios sobre a juventude” (JURIS, 2005). Isso demonstra, conforme Sousa (2002), o desafio do ideário juvenil contemporâneo, uma vez que esse comportamento evidencia que as instituições contam com os jovens para seus projetos, integrando-os em grupos controlados por adultos, mas não anula ou neutraliza a sua capacidade de autonomia, de questionar o velho e de organizar-se politicamente.

Para a autora, na última década os estudos da participação política das novas gerações “vêm sendo atualizados na compreensão das novas sociabilidades históricas inter-relacionadas com categorias sociais, culturais e políticas” (SOUSA, 2002, p. 1). Nesse sentido, para ela, o debate proposto sugere, entre outras coisas, que é interessante distinguir o conceito de política, na dimensão da esfera institucional, daqueles que frequentam os espaços de experiência social que geram novas “sociabilidades”. Ainda que vago e impreciso, esse conceito de política ajuda a compreender a ação juvenil contemporânea, onde existe a “tendência de insurgências indicadas em ações contrainstituintes”.

Os jovens estão gestando novos modos de organização cotidiana de negação do institucional, novas formas sociais contrainstitucionais de enfrentamento contra a ordem. A maleabilidade, a capacidade de mudança, a adaptação das expressões como formas de recusa de instituições são atra-

vessadas por experiências tênues de autogestão, questionamento do princípio jurídico e político da ordem institucional que orienta a lógica do convívio social moderna (apud LOURAU, 2000) A matéria da política parece estar orientada pela ação anti-institucional que se revela como uma luta contra a política como tecnologia de luta pelo poder e alheia a uma disposição emancipatória (SOUSA, 2002, p. 3).

Para Sousa (2002), apesar de na modernidade testemunharmos a ação de muitos jovens com a intenção de transformar o mundo, isso não nos autoriza a falar em uma natureza revolucionária que lhe seja intrínseca. Segundo a autora, “parte da juventude brasileira não faz da política seu objeto de expressão; são jovens que não expressam publicamente suas angústias, desejos e insatisfações” (SOUSA, 2002, p. 6). São tratados como problema social na esfera pública e não recebem a devida atenção do Estado, apesar de serem um segmento significativo da população economicamente ativa do país e a maioria dos trabalhadores brasileiros.

Quanto à participação política da juventude, a mesma autora afirma haver uma presença política difusa, mas que tem crescido no Brasil, na América Latina e na Europa. A autora procura identificá-la “visando entender seu comportamento no quadro da emergência, mais aproximada ou distante, de uma nova sociabilidade política” (SOUSA, 2002, p. 7).

Para essa autora, os movimentos juvenis contemporâneos resgatam conteúdos, mesmo que considerados novos, que estavam precinizados no projeto político libertário de maio de 1968 em sua forma e organização: horizontalidade, sem vanguardas ou líderes hierarquicamente estabelecidos que monopolizem a publicização do projeto político. Essa juventude convida a uma revolução no cotidiano, do corpo e da sexualidade, realizando uma política configurativa (PERALVA, 1997), onde os princípios libertários são vividos no presente e não apenas como algo a ser alcançado no futuro, realizando ações diretas e artísticas contra as mais diversas formas que o instituído se apresenta.

As revoltas dos jovens nas ruas de Seattle (EUA), Gênova (Itália) e Praga (República Tcheca), na Argentina, no Chile, no México, no Brasil, nos subúrbios de Paris (França) e na Grécia são expressões do

fazer e poder político juvenil hoje, como demonstra os trabalhos de Feixa (2006), Groppo (2006) e Sousa (2002). Por esse motivo, essas expressões não podem ser comparadas simplesmente por seu grau de eficiência aos eventos protagonizados por gerações anteriores.

Margulis e Urresti (2000) menciona que cada época histórica define seus conflitos de maneira diferente, no interior de suas linhas de força, e se posiciona através de uma perspectiva geracional particular. Em uma situação em que se vivencia a experiência social de forma distinta, mais que comparar gerações, há de se comparar sociedades onde convivem diferentes gerações. Nesse caso, conforme o autor, falar que a geração dos anos 1970 era mais politizada e que os jovens, hoje, são apáticos, é não perceber as diferentes formas de ser jovem hoje, além de transportar modelos de ação do passado de forma mecânica para contemplar uma visão idealizada de como as coisas devem ser feitas, salvaguardando muitas vezes os modelos tradicionais de ação política esquerdista de críticas.

Conforme Sousa (2002), as novas sociabilidades políticas são respostas à facticidade do mundo da vida, ou seja, tem como base condições históricas concretas, comum a todas as pessoas e que são atravessadas por uma série de variáveis socialmente e culturalmente construídas, situadas espacial e temporalmente, ainda que flexíveis.

Neste capítulo, o objetivo é compreender e analisar a participação política juvenil nas ações coletivas atravessadas por um conceito amplo de política que tem como matéria-prima a proteção e criação de comunidades (NEGT; KLUGE, 1999), lembrando que a incidência de variáveis socioculturais nos sugere falar de “juventudes”, no plural, e não de “juventude” como algo homogêneo.

AS JUVENTUDES

Para Margulis e Urresti (2000), a juventude é uma categoria sujeita à incidência de uma série de variáveis de condições materiais, históricas, sociais e subjetivas, que não se reduz a um signo e nem aos atributos juvenis de uma classe. Além disso, apresentam diferentes modalidades de ser jovem:

[...] la juventud es una condición que se articula social y culturalmente en función de la edad – como crédito energético y moratoria vital, o como distancia frente a la muerte – con la generación a la que se pertenece – en tanto memoria social incorporada, experiencia de vida diferencial – con la clase social de origen – como moratoria social y período de retardo – con el género – según las urgencias temporales que se pesan sobre el varón o la mujer – y con la ubicación en la familia – que es el marco institucional en que todas las otras variables se articulan [...] (MARGULIS; URRESTI, 2000, p. 28).

A partir dessa direção é que os jovens protagonizam as suas ações e participação na política, de acordo com as suas possibilidades e recursos em determinadas condições materiais e históricas. Também o fazem de acordo com o que Margulis e Urresti (2000) chamam de moratória social e moratória vital.

A moratória social está relacionada ao período especial, atribuído pela família à sociedade, como uma postergação das responsabilidades perante o mundo adulto. Esse tempo é associado à fase em que o jovem se prepara para vida, gozando de tempo para estudar, se capacitar para o trabalho e ter tempo livre para o lazer. Nesse período, o jovem pode contar com maior condescendência da família para experimentar, para tentar e errar, já que é a fase de seu amadurecimento.

Essa moratória social, por sua natureza, não é algo homogêneo, varia de acordo com a classe social e setores sociais. Nos setores populares é bem mais restrita pelas condições sociais, políticas e econômicas a que estão submetidas. Ao mesmo tempo, nas camadas médias e altas esse tempo se prolonga por meio de um maior período de escolarização e postergação das responsabilidades com o mundo adulto. É através da moratória social que podemos identificar e diferenciar os grupos sociais e culturais que exibem os signos da juventude e outros que não conseguem fazê-lo.

A moratória vital consiste no que é apresentado como comum ao jovem, não relacionada, necessariamente, à situação de gênero e classe. Está associada à vitalidade e energia corporal, um sentimento

de que seu tempo não esvai dia a dia, que ele possui uma reserva vital excedente, enquanto a velhice e a sensação da morte são algo distante. A suposta negação da materialidade dessa proposição não lhe reserva segurança sobre a vida da qual acredita dispor (MARGULIS; URRES-TI, 2000, p. 30). “Aspectos como a energia corporal [...] mostram-se quanto à materialidade da condição juvenil, sempre imbricadas as formas de ser jovem, aos signos que expressam essa condição em cada segmento social” (SILVA, 2006, p. 61).

A moratória social é expressa nos signos, nos valores e na cultura, e a memória vital é na matéria, na cronologia, na vida em si do jovem. Isso explica a existência de jovens não juvenis e não jovens juvenis. Os jovens não juvenis são aqueles que não têm acesso à condição juvenil por falta de uma moratória social. Os não jovens juvenis são aqueles que mesmo tendo ultrapassado seu crédito vital possuem condições socioeconômicas para permanecer utilizando os signos juvenis em vários aspectos.

Referem-se esses autores à memória social incorporada, que diz respeito ao recorte histórico, à abordagem das estruturas sociais e da influência destas nos processos de sociabilização. Segundo Silva (2006), deve ser analisada a condição de pertencimento a uma geração não reduzida a um aspecto cronológico, “que por si só careceria de maior sentido”, mas ao momento histórico, aos fatos aí verificados, que forjam uma identidade entre os membros de uma geração, originando um “parentesco na cultura e na história”.

Essa condição possui certa independência frente às classes. Como apontou Silva (2006), o tempo e o curso cada vez mais fluído “imprimem, de modo transversal, diferenças no mundo em que se vive a cada época”. Como veremos mais adiante neste capítulo, o tempo é um dos fatores essenciais para refletir a condição juvenil nas sociedades complexas. Mais do que isso, a aceleração do tempo causa uma angústia aos jovens, um dos setores da sociedade mais bombardeados pelos fluxos informacionais (MELUCCI, 1999).

A condição de gênero também é um fator que delimita o entendimento sobre a juventude. Independentemente da inserção social, homens e mulheres jovens possuem juventudes diferentes. Para Silva

(2006), o desenvolvimento biológico é o fator mais evidente. O precoce desenvolvimento das mulheres em relação aos homens – a menstruação, a gravidez, a menopausa, são os sinais mais visíveis que demarcam a diferença nos tempos cronológicos de homens e mulheres.

O gênero vai delimitar questões referentes ao tempo livre, à liberdade sexual, à mobilidade e associação entre os pares e sanções e responsabilidades recebidas. As diferenças entre homens e mulheres em relação às regras de comportamento penalizam ainda muito mais as mulheres jovens, pois “os construtos acordados entre instituições que se colocam como tarefa lidar com a juventude são incompatíveis com a realidade feminina” (SILVA, 2006, p. 62).

O lugar das instituições é também uma das variáveis apontadas por Margulis e Urresti ao compreender a juventude, considerando que “a família é a instituição principal na qual se define e representa a condição de jovem, variável onde todas as outras se definem” (MARGULIS; URRESTI, 2000, p. 29). Os jovens estão inseridos em um amplo âmbito de relações sociais e é no ambiente familiar que se reelabora a visão sobre a vida, onde se formam as opiniões e atitudes, onde há influência dos membros na formação da estrutura psicossocial e nas definições de papéis que serão desempenhados.

Outras instituições também influenciam na formação, pois gozam de enorme importância e estruturam os papéis, o lugar dos atores e demarcam as normas e as sanções vinculadas às faixas etárias. O contexto institucional também gera expectativas em relação aos jovens que influenciam nas suas expressões no tecido social.

Segundo Sousa e Silva (2006), muitos autores vêm mostrando que o relacionamento dos jovens com as instituições se configura como uma não relação, um distanciamento sintomático dos jovens, que não é compreendido pelas gerações mais velhas. As instituições públicas, cada vez menos, conseguem envolver e convencer os jovens ou dar-lhes alternativas ou “receber suas expressões autênticas de forma continuada” (SOUSA; SILVA, 2006, p. 17).

Sousa e Durand (2002) nos mostram que a socialização dos jovens/alunos encontra seus limites na escola. Para elas, a escola teria

como papel mimético e compromissado reproduzir o arbítrio cultural dominante, que passa, em condições muito restritas, por alternativas político-pedagógicas que geram autonomia juvenil no seu interior, “tornando ausentes os cenários vivos das interações contemporâneas” (SOUSA; SILVA, 2006, p. 165).

Essas autoras observam que, na maioria das vezes, as intervenções e limites da instituição escolar se dão pela abordagem dos interesses e conflitos juvenis, como problema sob o qual se aplicam medidas integrativas consideradas suficientes na passagem para o mundo adulto. Essa medida ignora o jovem como um ser que vive em condições especiais em um ciclo da vida, a natureza de seus códigos e signos, seus questionamentos e a vulnerabilidade material, decorrentes das mudanças das relações produtivas e da sociedade em crise.

A expectativa de muitos jovens de escolas públicas, segundo as mesmas autoras, é que a instituição cumpra seu papel, subsidiando-os, socioculturalmente, para evitar sua exclusão social. No entanto, ao conviver com essa instituição, eles enfrentam outra realidade, traduzida como frustração diante da promessa da sociedade em uma série de projetos e conquistas que não dependem da escolarização, mas de condições materiais objetivas, que não podem ser alcançadas via instituição escolar (SOUSA; DURAND, 2002, p. 174).

JUVENTUDE E CONSUMO

A identificação dos jovens com os meios de difusão de massa não é uma imposição unilateral, ela se dá no “jogo de cumplicidades” (MARTÍN-BARBERO, 2003). A indústria cultural e a escolarização, fenômenos ligados à necessidade das sociedades de formação de consumidores e ao surgimento da juventude como sujeito, vão ao mesmo tempo ocultar as diferenças de classe, substituindo o projeto de emancipação da classe operária do século XIX pelo estatuto do cidadão (LIBERATO, 2006), como também possibilitar a construção de uma cultura juvenil autônoma, ainda que muitas vezes fetichizada.

Liberato (2006) descreve a existência de uma indústria cultural

difusa, surgida do deslocamento da competição do capitalismo monopolista – baseada na competição entre os preços da mercadoria para atrair o interesse do consumidor –, para a competição que opera cada vez mais por sofisticadas estratégias de *marketing*, publicidade e promoções de venda em geral. As campanhas de vendas no século XX começaram a desempenhar um papel, quantitativa e qualitativamente, maior do que no século XIX, em que “se deslocaria de uma categoria um pouco mais importante no sistema para a centralidade decisiva” (LIBERATO, 2006, p. 103).

No capitalismo monopolista, a absorção do excedente através do estímulo se tornaria uma necessidade, sob pena de estagnação. Num sistema econômico impiedosamente competitivo, e com uma escassez de rivais que impediria a redução dos preços, a publicidade se tornaria, cada vez mais, a arma da luta competitiva (LIBERATO, 2006, p. 103).

Segundo esse autor, no capitalismo monopolista há uma lógica de diferenciação que se estabelece no âmbito do próprio sistema de produção, onde as megaempresas estariam em condições de influenciar o mercado existente para sua produção, criando e mantendo a diferenciação de seus produtos e de seus concorrentes através da gestão das marcas, ou seja, através dos signos da comunicação que procuram fortalecer sua posição monopolista.

Para esse mesmo autor, a publicidade, as marcas e as grandes corporações estão imbricadas no desenvolvimento que Baudrillard irá chamar de “valor-signo” e de “passagem à evidência do valor de uso como mero álibi”. O que interessa para a economia no capitalismo monopolista é que os produtos não sejam comprados por seu valor utilitário e nem com base na concorrência de preços, mas por meio de seu valor construído através da diferenciação construída pela publicidade.

A marca, que antes significava a identificação de um produto entre tantos outros bens genéricos com poucas diferenças entre si, que por décadas lutava para demarcar território para seus produtos, exaltando suas supostas qualidades e a garantia de felicidade, hoje

possui imagens que transcendem o produto, projeções de estilos de vida e de estar em uma época, que dão vida e alma às megacorporações mundiais.

As empresas produzem marcas, mais do que propriamente coisas. A Nike não produz tênis, mas vida saudável e superdesportistas; você não toma apenas um refrigerante, você vive o lado Coca-Cola da vida; a Benneton vende roupas e integração entre as etnias (*United Colors*). Como argumenta Liberato (2006), “a publicidade trata de um investimento na marca, em um objeto-símbolo, com significação de uma experiência, um conceito, uma atitude e uma cultura”. A publicidade se desloca da descrição do uso funcional para a descrição de seu “valor-símbolo”.

O *branding* invade o cotidiano das pessoas em todos os espaços. Não é apenas a questão de agregar valor ao produto, mas tornar a cultura posto avançado de comercialização. Como mostra Naomi Klein (2003), trata-se de infiltrar ideias e iconografias culturais para que as marcas possam refletir e projetar essas ideias e imagens na cultura como extensões suas.

Liberato (2006) explica que, para Baudrillard, na sociedade de consumo o ambiente seria uma rede de mensagens e signos, onde o *design* e as disciplinas poderiam ser vistos como ramos da comunicação de massa. O conceito de ambiente é diferente dos conceitos de natureza e de meio sociocultural do século XIX. Seria “um espaço-tempo de emissão e recepção de mensagens e de informação”.

Para Baudrillard, o *design* se generaliza para todas as relações humanas – a sexualidade, as necessidades, as aspirações do corpo –, em um universo que construiria o ambiente. Através do *design*, a lógica do símbolo-troca se expande para o cotidiano e a todos os níveis. A acelerada circulação de mensagens em uma sociedade midiaticizada instalaria, atrás de si, a hegemonia do código. Proporcionando o esquema “emissor-mensagem-receptor”, o código se tornaria a única instância que fala, que se troca por si própria e se reproduz por meio da dissociação dos termos emissor-receptor e da não ambivalência da mensagem.

Esse ambiente midiático segue a forma das mídias relacionadas à indústria cultural. Segue, portanto, a forma e um modelo comunicacional que destitui um processo dialógico, significando em certo sentido o fim da comunicação (LIBERATO, 2006, p. 108).

Segundo a interpretação do mesmo autor, para Baudrillard a transformação das mídias em um verdadeiro meio de comunicação não seria um problema técnico, já que “[...] a ideologia das mídias está no nível da forma, da separação que instituem, e é uma divisão social” (LIBERATO, 2006, apud BAUDRILLARD, 1995, p.173). Semelhante a Negri e Lazzarato, Baudrillard vê na publicidade, no *marketing* e na psicologia social da empresa a produção de relações sociais que procuram construir uma relação social e restituí-la quando essas relações sociais de produção são problemáticas.

O *design*, segundo Liberato (2006), citando Baudrillard, teria, no sistema atual, a tarefa de “produzir comunicação entre os homens em um ambiente que existe apenas como instância estrangeira (sempre como mercado)”. O *design* apareceria onde houvesse a separação entre os homens e o ambiente, para restituir sentido de transparência à força de informações e mensagens, procurando recriar a comunicação à força dos signos. Baudrillard, ainda conforme Liberato (2006), irá concluir que a “mass-mediatização” não é um conjunto de técnicas de difusão de imagens, mas sim uma imposição de modelos. Estaria mais próxima de uma rede apertada de significação, a que nenhum acontecimento lhe “escapa”, do que a qualquer outra coisa.

Liberato (2006) alerta que a mediatização não deve ser confundida com o que é transmitido pelo rádio e pela televisão, assim como a mercadoria não é aquilo que é produzido industrialmente, mas aquilo que é mediatizado na abstração do valor de troca. O autor argumenta que a mídia deve ser entendida como modo de existência de relações sociais, como divisão social, e não como meio técnico, como havia apontado Baudrillard. Ele afirma:

O que se pode esperar de uma geração contemporânea de um ambiente que é mídia, formado por índices, por marcas

e pelo *cool* que respondem a uma pulsão pela segurança e permanência, que buscam uma relação perdida e satisfazer ao mesmo tempo variadas fantasias e desejos? Talvez a resposta seja: a revolta contra a marca, contra a forma-signo, quando uma revolta que produza marcas e signos ao mesmo tempo em que esteja ligada de alguma forma por fascínio por eles – a negação implica subsunção do negado (LIBERATO, 2006, p. 109).

Para esse mesmo autor (2006), como também para Miles (1998), o consumo pode ser visto como a primeira maneira do jovem de encontrar um meio para autoexpressão, “no momento do capitalismo em que a mercadoria e a cultura se fundem”, quando os meios de expressão se tornam integrados, subsumidos no capital.

Para Featherstone (1995), o âmbito da cultura do consumo contemporâneo conota uma individualidade e uma consciência estilizada. As preferências no modo de vestir, de se divertir, por determinado tipo de comida e bebida, carro e opção de férias são vistas como indicadores de individualidade do senso de estilo do consumidor/proprietário e de autenticidade.

A condição juvenil, no caso, está imbricada de modelos e signos produzidos por uma indústria cultural difusa. Não é a única instância de significado da ação, mas, negando-a ou agindo com cumplicidade, sua presença pode ser, de fato, a imposição de modelos, onde os jovens podem encontrar saídas fetichizadas para suas angústias e frustrações.

O consumo serve para pensar, como nos lembra Canclini (1995), pois envolve um conjunto de processos de apropriação e usos dos produtos, ou seja, de apropriação de recursos simbólicos que vão ter um valor cognitivo, permitindo pensar e agir, dando o significado necessário para nos diferenciarmos em relação aos outros e nos reconhecermos como adeptos da mesma subcultura. No consumo é que os conflitos de classe, produtos da desigual distribuição na cadeia produtiva, vão ganhar continuidade através da distribuição e apropriação de bens, e esse consumo fará parte da racionalidade integrativa e comunicativa da sociedade no sistema de produção.

A CONTRACULTURA COMO ESTADO NASCENTE

Após a Segunda Guerra Mundial, o aumento de profissões que exigiam curso superior e também do número de universidades fez milhares de jovens deixarem suas casas para morar nas cidades universitárias grandes e isoladas, longe do controle dos pais e da comunidade na qual haviam nascido.

Esse aumento da população estudantil consolidou uma cultura juvenil suficientemente autônoma, para tornar os jovens atores históricos e sociais centrais da revolução social em curso, já que uma parcela considerável dessa juventude tomaria consciência de si e se reafirmaria através do pensamento radical de esquerda.

Segundo Liberato (2006), a juventude, nessa época, é associada a um sentido intelectual e político ligado às universidades, aos estudantes e às lutas democráticas ou nacionais, sendo que na burguesia e nas classes médias o sentido tende a realizar-se inteiramente, omitindo as diferenças sociais entre a categoria e permitindo um questionamento da real existência de uma juventude operária.

Os jovens radicais dos anos 1960, segundo Sousa (2003), estavam reagindo à racionalidade que se instaurou no pós-guerra, em uma recusa à sociedade industrial moderna, em uma sincronia individual e coletiva inspirada no anarquismo, no existencialismo, no marxismo e no surrealismo.

Não faltaram exemplos de rebeldia para a juventude dos anos 1960. Eventos e ideologias são múltiplas, assim como as organizações e práticas da contracultura e do movimento estudantil: Che Guevara, Camilo Cienfuegos (na América Latina) e a revolução vitoriosa dos jovens cubanos; Mao Tsé-Tung (na China) e a revolução cultural; as táticas de ação direta não violenta de Gandhi (na Ásia); Malcon X e Martin Luther King (nos Estados Unidos), o comunismo de conselhos e a revolução húngara (na Europa).

Para essa autora, foi a época de retomada do debate sobre o humanismo, com uma supervalorização das subjetividades em defesa do homem contra o sistema, onde o homem se dá conta que é apenas

peça da engrenagem, incapaz de discernir sobre sua própria vida. A democracia, o socialismo, o capitalismo e o acesso aos direitos estavam sendo questionados por uma imensa massa de estudantes, negros, mulheres, homossexuais, grupos contraculturais e intelectuais.

Nesse período, segundo Carminati (2006), os partidos comunistas estavam em período refratário à ascensão dos mais jovens na alta hierarquia do partido. A política oficial de Moscou passava por duras críticas por não promover a revolução e sim o socialismo dentro de um único país, a União Soviética, agravadas depois do discurso de Nikita Khrushchov, em fevereiro de 1956, durante o XX Congresso do Partido Comunista Soviético. No discurso, Khrushchov responsabilizava Stalin pela morte de mais de 20 milhões de cidadãos soviéticos durante os grandes expurgos na década de 1930, criticando o culto à personalidade que o cercava.

O período foi marcado também por uma intensa agitação política, onde negros, mulheres e homossexuais adotaram formas mais radicais nas suas lutas, como os movimentos por direitos civis, os panteras negras nas periferias americanas, os verões quentes (1963-1967) em Nova York e os conflitos de Stonewall, que dão origem à marcha do orgulho gay. Algumas das marcas desse período são o movimento feminista pós-sufragista, onde se destacam Simone de Beauvoir e seu livro *O segundo sexo*, que serve de base para o feminismo exigir a emancipação da mulher e direitos iguais entre os sexos, a criação da *National Organization of Women*, em outubro de 1966, e a criação de organizações semelhantes na Europa.

Na visão da esquerda tradicional, a nova esquerda não tinha atitude política. A visão ortodoxa do marxismo soviético só qualificava como revolucionárias as pessoas diretamente envolvidas nos processos de trabalho. Na verdade, muitos dos expoentes da nova esquerda e os intelectuais ligados à ela eram execrados pela esquerda ortodoxa por criticar a burocracia dos partidos e a “censura estrutural”.

Não era uma posição muito confortável para muitas lideranças sindicais e partidárias escutar que os sindicatos se haviam tornado apenas órgãos de assistência social ou que o culto à personalidade

nos países socialistas não passavam de espetáculos concentrados (DEBORD, 1998), a fim de ocultar as verdadeiras relações de produção e a miséria ao qual os trabalhadores eram submetidos.

Nesse período, a Guerra Fria – que desloca os conflitos armados para os países do terceiro mundo –, o anticomunismo, a crítica à burocratização dos partidos comunistas e a construção do imaginário – que misturava fatos objetivos e uma pluralidade enorme de ideologias e experimentações –, também dão o contexto de onde nasce a contracultura. Pegaremos apenas alguns exemplos para ilustrar o fenômeno.

A Guerra do Vietnã, que desencadeou uma série de protestos por todo o mundo nos anos 1960, pode ser compreendida, segundo Hannah Arendt em seu texto *A mentira na política* (1973), como produto da Guerra Fria e do anticomunismo ocidental. Ao analisar os documentos do Pentágono, em 1973, a autora constatou que o material estava repleto de declarações falsas, que eram vinculadas nos jornais com o intuito de encobrir as falhas no aparelho político administrativo.

Essa autora defende que as estratégias de uso da mídia passaram por várias etapas. A primeira estratégia dos militares, iniciada logo no início da guerra, foi a de cantar vitória para convencer os seus compatriotas que era uma guerra ganha, contra um inimigo fraco. Depois ampliaram essa estratégia para tentar convencer o inimigo de sua derrota. Em um segundo momento, o governo procura sair da guerra sem ter que admitir a humilhante derrota para a opinião pública americana e mundial, querendo manter sua imagem de grande potência e a ideia de força de combate ao comunismo.

As estratégias de propaganda americana foram mal sucedidas, inicialmente porque depois de alguns meses de confronto percebeu-se que o exército inimigo, apesar de belicamente mais fraco, possuía um vasto conhecimento sobre o terreno, o que possibilitava ações de guerrilha fora dos padrões convencionais conhecidos pelos militares americanos. As pressões internas e externas dos movimentos pela paz e as denúncias de atrocidades contra a população civil vietnamita desgastavam a credibilidade do governo. Esse quadro tornou-se ainda mais latente quando quatro estudantes da Universidade de Kent, em Ohio,

foram mortos pela Força Nacional enquanto protestavam contra a invasão do Camboja, em 1970, e com o caso dos papéis do Pentágono.

Em 1971, o jornal *The New York Times* publica uma série de documentos ultrassecretos, que mostravam a fabricação de razões para os Estados Unidos entrarem na guerra, o que gerou um caloroso debate na opinião pública americana, não só acerca do conteúdo dos papéis, mas também sobre a liberdade de imprensa frente às políticas estratégicas do governo. Além disso, durante a guerra, os jovens que iam para o outro lado do mundo cumprir o papel que a sociedade havia lhe destinado, estavam voltando para casa mutilados, viciados e destruídos na sua condição de pessoa e em sacos pretos nada honrosos. Um preço alto demais para se pagar pelo cidadão comum.

Hannah Arendt (1973) oferece uma perspectiva bastante interessante em relação ao governo, à mídia e à sociedade durante a Guerra Fria. No entanto, a necessidade do governo censurar os conteúdos e informações tidas como subversivas ou que revelam suas falhas e crimes não é exclusividade americana e do macarthismo. Durante o processo de independência argelina, por exemplo, os assassinatos e torturas contra argelinos por militares franceses foram amplamente obscurecidos, graças ao bloqueio informativo que hostilizou, torturou e prendeu jornalistas que tentavam narrar os acontecimentos fora da versão oficial do governo francês, sob a acusação de traição. Só o jornal *France-Observateur* teve um prejuízo orçado em 20 milhões de francos, em um ano, com as edições apreendidas¹.

Oscar Negt e Alexander Kluge (1999) propõem que a censura, na modernidade, seja chamada de “censura estrutural”, tão intrínseca a uma ordem social que as pessoas atingidas muitas vezes não percebem que são vítimas de censura. A censura atual funciona como meio de complementar a legitimação; como proibição do realismo, como exclusão e como proibição da linguagem e de símbolos. Esses

¹ As estratégias criadas por militares franceses para combater a resistência argelina é retratada no filme *A batalha de Argel*, de 1966, dirigida por Gillo Pontecorvo. O filme mostra com riqueza de detalhes a tortura, os esquadrões da morte e as operações de inteligência militar usados para treinar militares dos Estados Unidos, que posteriormente viriam para a América Latina capacitar militares no Brasil, Argentina e Chile em tais práticas desumanas.

quatro mecanismos de censura, combinados, servem para uma compacta definição da realidade e tem como objetivo paralisar estratégias de mudança social, retirando da esfera pública as manifestações, as linguagens e os símbolos de resistência que possam gerar o debate e, assim, mantêm a lealdade dos cidadãos para com o sistema e para um consenso de toda a sociedade.

Remetendo-nos aos anos 1960, encontramos dois grandes blocos de censura que possuem natureza parecida: o bloco soviético e o capitalista. Estes se caracterizam pela propaganda e o controle, que pensam nos meios de comunicação ora como satânicos, ora como veículos ideológicos de classe, onde a liberdade de expressão é sufocada em detrimento a ordem e manutenção do poder. A referência justificadora é a “segurança nacional”, como diria Martins (1979), um termo onde cabe tudo e também é estranho ao vocabulário e aos interesses da sociedade.

A censura, aliada a outros agentes, como as práticas cotidianas de violência policial, a arrogância burocrática, o desrespeito aos direitos individuais e a ocultação dos processos decisórios, servem para substituir a ideologia explicitamente autoritária por uma difusa cultura autoritária, que passa a condicionar a existência dos indivíduos, pois “penetra e ordena os mais variados domínios da vida cotidiana” (MARTINS, 1979).

Sob as condições onde a cultura autoritária se apresenta de forma difusa, começa a emergir, segundo Martins (1979), a contracultura, também de forma difusa. Grupos sociais mais ou menos restritos procuram preservar, sob pautas individuais, o que lhe é negado: “a condição de ser sujeito de sua existência” (MARTINS, 1979, p. 17).

A CONTRACULTURA

O termo contracultura define as experiências de uma cultura juvenil subversiva de negação das regras de comportamento vigentes, sejam elas políticas, empresariais, religiosas, escolares, familiares e mesmo como formas de organização e de estratégia da esquerda nos

anos 1960. É uma tradução literal, do inglês para o português, do termo *counter culture*, originalmente criado por jornalistas dos Estados Unidos. O melhor seria denominá-la “cultura marginal” ou “nova cultura”, como afirma o escritor Luiz Antonio Villena, afastando o termo da ideia de que o movimento contracultural é movimento contra a cultura, “como bárbaros saqueando de novo uma cidade romana”.

A contracultura dos anos 1960 são ações constituintes de novos valores, manifestos na forma de vestir-se, na liberação sexual, no comunitarismo, no nomadismo, no hedonismo e nas novas formas de socialização política, que remetem a uma categoria pouco explorada, a rebeldia. Essa rebeldia que caracteriza a contracultura aparece entrelaçada à multiplicidade de formatos, experimentação e centralizada na subjetividade, que nega a ideia de um ente revolucionário guiado pela lógica da conquista e manutenção do poder, como na definição de Timothy Leary²:

O meio de ação privilegiado de uma contracultura é o poder das ideias, das imagens e da expressão artística, e não a obtenção de poderes pessoais ou políticos. Conseqüentemente, grupos minoritários, alternativos ou partidos políticos radicais não são contraculturais. Se é certo que os movimentos contraculturais tem implicações políticas, a verdade é que a tomada do poder e o fato da sua conservação exigir a adesão a estruturas muito rígidas fazem que tal se torne incompatível com a inovação e a criação que estão na base e é a razão de ser da contracultura (LEARY, 1969).

Para Leary (1969), diferente da práxis revolucionária, a práxis contracultural é rebelde e não está ligada à política como conquista do poder e nem adere à disciplina, seja ela burguesa ou revolucionária. Nesse sentido, a disciplina, na sua definição, aparece como a morte da criatividade, da inovação, da possibilidade de experimentar a quebra dos padrões de comportamento, tão importantes para a construção da nova cultura, onde o equilíbrio subjetividade do indivíduo e coletivo

² O psicólogo e escritor ficou conhecido no período por suas experiências com drogas alucinógenas.

se destaca como alternativa ao esvaziamento da identidade pelo projeto coletivo³.

A rebeldia não aparece apenas como parte do discurso da contracultura, ela assume feições de uma categoria política, desafiando o determinismo de leis gerais da história e da sociedade, que colocam o progresso e as transformações sociais como produtos dessas leis; é o determinismo contido na ideia de revolução, apresentada pelos partidos e sindicatos de esquerda tradicional. Como observou Luiz Carlos Maciel (1978), a contracultura não possuiu uma ideologia, mas ideologias. A rebeldia é a base que torna possível a ação humana em detrimento do poder da estrutura, pois o poder não se conquista, ele se exerce e se dissipa e é retomado na ação, ideia que se aproxima do anarquismo, ainda que difuso e distante das ideias do movimento operário libertário⁴.

A relação dos grupos de contracultura e da nova esquerda dos anos 1960 não pode ser vista como uma coisa homogênea. Muitos dos líderes da nova esquerda eram bastante críticos à contracultura, por se desenvolverem como organizações sem comando ou por seu oposto, por realizarem culto a personalidades, ainda que na ação de massa construíssem certa unidade (GROPPO, 2005).

A definição de Leary (1969) de contracultura revela também a reprodução da concepção de que existe um único modo de mudar a sociedade, algo que, de certa forma, acaba por negligenciar a rebeldia e a importante colaboração dos grupos políticos de sua época, que se organizaram de forma mais rígida, adotando uma disciplina militar

³ Liberato (2006) alerta que as transformações impostas pelo capital minaram o poder do operário profissional e levaram à extinção do poder correspondente do movimento operário e que, no caso da rebeldia juvenil, a repressão se deu pela ativação da existência de uma rebeldia fetichizada, direcionada ao esvaziamento de seu conteúdo radical em detrimento do consumo em massa dessa rebeldia. Essa afirmação do autor revela não só a rebeldia como consumo, mas explica porque muitas das experiências contraculturais são abandonadas por seus agentes, que passam a negá-las, agendando novas experiências transitórias.

⁴ Segundo Liberato (2006) e Rugai (1996), o anarquismo, como ideologia, permaneceu vivo depois que perdeu sua influência no movimento operário, graças aos estilos de vida contracultural e ações do movimento anarcopunk.

para garantirem sua integridade física frente à violência e à censura institucional estabelecidas pelo Estado.

A morte prematura da contracultura daquele período, engolida pela indústria cultural – que pasteurizou sua estética, retirando-lhes seu conteúdo contestador, e pelas consequências do consumo abusivo de drogas, que levou muitos jovens para a morte ou para o escapismo psicanalítico das terapias –, não pode ser tida como a morte da contracultura e de seus elementos rebeldes e experimentais em um sentido mais amplo. A juventude contracultural vai reelaborar suas rupturas e continuidades procurando, nos anos seguintes, outros estilos de vida que correspondam a seus questionamentos e frustrações em relação ao mundo moderno e suas instituições.

A CONTRACULTURA DO MOVIMENTO PUNK

O surgimento do movimento punk na Inglaterra e nos Estados Unidos tem raiz na crítica situação social das classes marginalizadas das grandes metrópoles. É difícil saber qual a sua origem ou atribuir sua origem ao surgimento de uma banda. “Para existirem bandas punks era necessário que existissem indivíduos punk” (RUGAI, 1996). A música, o comportamento e a atitude, no punk, não se encontram dissociadas, pois são elementos próprios dessa contracultura, que se entrelaçam como resposta à situação econômica e histórica.

Na Inglaterra, o punk surge em meio à crise e ao desemprego, no início da Era Thatcher e de suas políticas neoliberais. O “faça você mesmo” torna-se uma máxima, que estimula não só os consignatários a produzirem seus próprios visuais, como também a produzirem e distribuírem músicas, publicações e vídeos de forma independente, contrariando a lógica capitalista.

Para Rugai (1996), a origem social do punk demarca um tipo de atitude bastante diferenciada da dos hippies, que comumente assumiam posturas de fuga do urbano, em uma negação do mundo tecnocrático em busca de comunidades e do contato com a natureza. Os punks, como provenientes da periferia, convergiam e provocavam ten-

são nos grandes centros, onde a urbanidade é incorporada e “mostrada no seu exagero em seu lado mais podre”. Ao contrário da frugalidade e do pacifismo dos hippies, os punks assumiam uma postura que envolvia enfrentamento direto, muitas vezes violento.

Para Stewart Home (1999), o punk original é uma contracultura que surge sem que seus membros estejam muito conscientes de suas origens, apesar de reciclar várias influências, como o dadaísmo e o futurismo, e de artistas *mail-art*, do Fluxus. A ignorância quanto a essa origem “não impediu que a garotada nas ruas entendessem o punk como um expressão simultânea de frustração e desejo de mudança”⁵ (HOME, 1999).

O anarquismo também configurou uma vertente importante para o movimento e, segundo Liberato (2006), foi uma troca recíproca, porque a contracultura punk manteve vivo o anarquismo como estilo de vida e ideologia política, quando já não tinha mais influência no movimento operário⁶. Os anarcopunks, como são conhecidos os indivíduos, grupos e bandas que adotam os princípios anarquistas em suas ações, não necessariamente filiados a uma única corrente anarquista, são coletivos que se organizam por grupo de afinidade com as mais diversas causas, como pacifismo, liberação animal, antifascismo, feminismo, anticonsumismo e para produção de materiais audiovisuais e publicações. Muitos anarcopunks têm atuação em organizações anarquistas, como a Confederação Nacional do Trabalho (CNT) espanhola, e em grupos de apoio a movimentos que consideram ter princípios libertários, como os insurgentes zapatistas mexicanos.

⁵ Para o autor, se fôssemos procurar uma influência mais conhecida pelos punks da época, deveríamos recorrer à influência do escritor Richard Allen, no início dos anos 1970. Suas histórias descreviam ações violentas de trabalhadores brancos marginalizados. Os livros circulavam no meio escolar às escondidas, longe dos olhos dos professores e pais, e traduzia muito do que seria a sensibilidade punk.

⁶ É preciso lembrar que a primeira onda punk flertou com a ideologia tanto de direita como de esquerda. Bandas como The Clash e Sex Pistols flertavam com o esquerdismo e outras, como Chelsea e The Bashees, com a direita. Posteriormente, surgem bandas como Crisis, onde seus membros pertencem a organizações de esquerda, como o Partido dos Trabalhadores Socialistas, realizando eventos beneficentes, como o Rock Contra o Racismo, e campanhas pelo direito ao trabalho. Muitas bandas tornavam-se engajadas e demarcavam várias tendências que o movimento assumiu nos anos 1980.

No Brasil, o punk surgiu no fim dos anos 1970, em grandes metrópoles como São Paulo e região do ABC paulista, Salvador, Recife, Brasília, Belo Horizonte e Rio de Janeiro. Conforme Rugai (1996), historiador e anarcopunk na época, enquanto se falava de uma abertura política do regime militar, as bombas no Rio Centro em abril de 1981 e os atentados contra bancas de revistas que vendiam publicações de esquerda mostravam que a redemocratização do país ainda demoraria a vir⁷.

Os punks no Brasil não podem ser entendidos, segundo o autor, como mera adaptação de parte da juventude a uma moda, mas como produto do descontentamento dessa juventude à violência a que era submetida no cotidiano. A atitude de enfrentamento dos punks e sua imagem foram e ainda são usadas pela mídia como algo exótico, sem conteúdo ou mensagem, mesmo com as transformações que o movimento sofreu ao longo dos anos.

A assimilação do punk pelo anarquismo rendeu muitas divergências no movimento paulista, pois os punks provenientes da *city* e da zona do ABC discordavam quanto aos rumos do movimento. Os punks da *city*, influenciados pelo anarquismo, queriam uma postura mais engajada, orientando suas práticas para difusão do anarquismo e à luta concreta contra o capitalismo.

Os punks do ABC se fechariam mais nas identidades, adotando uma postura mais fechada na sua própria cultura, dando origem aos Carecas de Subúrbio e aos punks radicais conhecidos como “punks Oi!”. No início, ser Careca era apenas uma forma de se diferenciar dos cabeludos punks. Posteriormente, começam a se interessar pelo movimento skinhead inglês e, aos poucos, foram se adaptando a este movimento, motivados, principalmente, por se considerarem operários.

Os punks desaparecem aos poucos dos noticiários, a não ser quando alguma gangue Oi! comete algum delito grave. A contracultura punk nunca esteve morta, como comenta Rugai (1996). O movimento punk e sua produção cultural sempre estiveram vivos “através

⁷ O autor está se referindo aos vários atentados cometidos por militares radicais durante os anos de 1980 e 1981, das eleições indiretas de 1982, assim como da ação policial contra a juventude punk, encarada como uma ameaça em potencial.

de fanzines, shows, coletivos, *squatts*⁸, cooperativas, encontros, e essas atividades concretas apenas não circulam na grande mídia, e sim nos meios alternativos”.

A contracultura atravessa os anos 1960, não apenas em forma sem conteúdo na indústria cultural. Os punks negaram, em parte, o conteúdo pacifista dos hippies, mas recuperaram vários de seus elementos, como o “faça você mesmo” na produção cultural e distribuição independente, a mídia impressa e, para alguns críticos, a estética situacionista. O próprio punk se diversifica em várias tendências, em uma enorme fragmentação de estilos de vida e posicionamento em relação ao ativismo.

Um dos exemplos é o *Straight edge*, uma contracultura provinda do punk, em que os participantes se abstêm do uso de qualquer tipo de droga lícita ou ilícita. Essa forma de expressão surgiu nos anos 1980, nos Estados Unidos, quando os jovens menores de idade não podiam ingerir bebidas alcoólicas nos shows de punk rock e eram marcados com um X na mão, símbolo que identifica o grupo até hoje.

A dinâmica da contracultura, que se afirma e se nega rapidamente em relação a outras esferas sociais, nos remete à ideia de que a contracultura encontra-se em “estado nascente” (ALBERONI, 1991) e contínuo, que não chega a se estabelecer como nova ordem social:

Uma experiência tanto individual como coletiva, que gera uma ação social de tipo novo, uma nova solidariedade, uma onda de choque sobre as estruturas estabelecidas e uma vontade de renovação radical, uma exploração do possível, procurando realizar alguma coisa daquilo que havia sido vislumbrado. Do ponto de vista sociológico, é um estado de transição que aparece quando determinadas forças que constituem a solidariedade social vêm a falhar. Então, justamente ali onde o tecido social se dilacera, forma-se um novo tipo de solidariedade, com propriedades completamente particulares. Em termos gerais, podemos dizer que o esta-

⁸ Espaço cultural e de moradia, ocupados e ligados à contracultura anarcopunk, nos países de língua espanhola vão ser chamados de okupa, mesmo nome que veremos mais à frente em um movimento mais amplo de luta por moradia na Europa.

do nascente é um processo de destruição-construção de uma parte do tecido social. Criando uma solidariedade alternativa, junta protagonistas anteriormente separados e contrapõe-se à ordem existente (ALBERONI, 1991, p. 37-38).

Para Alberoni (1991), o grupo ou o indivíduo em estado nascente abandona o estado de coisas que encontra no seu cotidiano para reelaborar uma renovação radical. Para continuar o seu desenvolvimento, precisa dar forma e estrutura para chegar a se tornar um projeto histórico concreto, que vai se chocar com a institucionalidade existente. No caso de um movimento social, o estado nascente é uma transição entre um arranjo social e outro que se configura na construção de uma nova cotidianidade e institucionalização.

A contracultura não apresenta fixidez como no movimento social e emerge de um segmento social também em transitoriedade, que goza de certo grau de autonomia em relação às instituições e ao mercado, podendo assumir, ou não, um conteúdo de ruptura. Seu poder, segundo Liberato (2006), está na capacidade de potencializar sua condição transitória e “poder constituinte” da juventude e provém, daí, sua fonte de autonomia. A juventude forjará seu projeto na prática, a partir da autonomia vivida, e correspondente à “moratória social e vital” da juventude.

A contracultura como expressão da revolta da juventude, segundo Liberato (2006), é uma forma de conflito entre o poder constituinte e o poder constituído, o conflito entre o capital e a autovalorização. A autovalorização nomeada como contracultura é estimulada pela independência econômica e da família e, portanto, a subjetividade da contracultura se coloca como oposta à da disciplina da fábrica, à subordinação do trabalho e à tecnocracia.

O autor se refere às categorias utilizadas por Antonio Negri (2002), em que o poder constituinte é fonte produtora das normas constitucionais e faz engrenar novos arranjos jurídicos, regulando as relações em uma nova comunidade. A disseminação da força do desejo coletivo impulsiona a emergência ontológica e a inovação social. O antagonismo entre as duas forças do poder constituinte, representado

pela juventude e suas ações, tem o sentido “revolucionário” de força democrática e o poder estabelecido das instituições formais (como a família, o Estado e o partido) e da autoridade central.

SOCIEDADES COMPLEXAS E JUVENTUDES

As resistências juvenis contemporâneas que procuramos compreender e analisar estão imbricadas nos fluxos da alta densidade de informação, que definem, segundo Melucci (1999), as sociedades complexas por três elementos fundamentais: a diferenciação, a variabilidade do sistema e o excesso cultural. Aqui a informação é uma das condições fundamentais para a sobrevivência e o desenvolvimento dessas sociedades.

A diferenciação está significada no âmbito das experiências individuais e sociais, que se multiplicam em cada uma delas, organizadas conforme as lógicas, formas de relação, culturas e regras diferentes umas das outras. Do ponto de vista dos atores sociais, significa dizer que a diferenciação se expressa pelos múltiplos códigos e regras existentes na vida cotidiana e pela necessidade de se dominar essa multiplicidade de códigos para circular nas diversas esferas.

Para esse autor, não se pode apenas transferir um modelo de ação, de forma automática, de um âmbito para outro. Cada vez que encontramos um novo âmbito, em um grupo diferente do sistema, devemos adotar modelos de ação, de regras e de linguagem que sejam próprios desse sistema (MELUCCI, 1999, p. 85).

A variabilidade se refere à velocidade e à frequência das mudanças. Um sistema é complexo se ele se modifica, o quer dizer que a transição de um tempo para outro nos impossibilita transferir um modelo de ação, porque os sistemas também se modificam. Segundo Melucci (1999), podemos dizer que a primeira noção se refere à diferenciação do espaço, no âmbito da experiência, e a segunda se refere aos tempos da experiência.

O excesso cultural se refere às informações e conhecimentos colocados à disposição dos atores sociais. Um sistema é complexo

porque põe uma quantidade de possibilidades à disposição dos atores, um potencial de ações possíveis que é sempre mais amplo do que a capacidade efetiva de ação de tais sujeitos (MELUCCI, 1999, p. 86).

Nas sociedades com alta densidade de informação, a produção diz respeito não só aos recursos econômicos, mas também aos investimentos nas relações sociais, símbolos, identidades e necessidades individuais.

[...] produzir não significa mais transformar os recursos naturais e humanos em mercadorias para troca, organizando as formas da produção, dividindo o trabalho e o integrando-o no complexo técnico humano da fábrica. Significa, ao contrário, controlar os sistemas complexos de informação, de símbolos e de relações sociais. O funcionamento e a eficiência dos mecanismos econômicos propriamente ditos e dos aparatos tecnológicos são confiados à gestão e ao controle do sistema no qual as dimensões culturais se tornam preponderantes no que se refere às variáveis técnicas (MELUCCI, 1996, p. 80).

Até mesmo o mercado não diz respeito apenas à circulação de mercadorias, mas a um lugar onde se intercambiam símbolos. Produzir e consumir ligam-se às condições de reconhecimento das identidades que os atores sociais constroem ou que lhe são impostos pela multiplicidade de pertencimentos sociais e pelos sistemas de regras que os governam.

As considerações de Melucci (1996) vão ao encontro das considerações de Urresti (2005), quando o autor diz que não é possível comparar as gerações de jovens contestadores pelo grau de eficiência e consequência de suas ações, pois os conflitos estão delimitados dentro de variáveis estruturais, históricas e culturais, que são específicas de cada época.

Em *Ação coletiva, vida cotidiana e democracia*, Melucci (1999) está convencido de que as pessoas não são simplesmente moldadas por condições materiais. Por esse motivo, suas ações coletivas não podem ser entendidas como um simples efeito de condições estruturais preestabelecidas ou de expressões culturais e crenças.

Os indivíduos se adaptam e dão novos sentidos às condições que determinam suas vidas, criando formas próprias de interação dentro do sistema. Sendo assim, hoje se luta tanto por questões materiais e por reformas políticas como também pela criação de códigos e símbolos culturais, resistindo e recriando seu fazer político diante dos fluxos de informação gerados pelos sistemas complexos.

Para Melucci (1999), os sistemas complexos em que vivemos constituem redes de informação de alta densidade e têm que contar com certo grau de autonomia de seus elementos. Sem o desenvolvimento de certas capacidades formais, de aprender e agir, os indivíduos e grupos não podem funcionar como terminais dessas redes de alta densidade, pois devem ser confiáveis e capazes de autorregulação. Ao mesmo tempo, há uma demanda de maior integração e intensificação do controle, que se coloca como conteúdo para o código do comportamento que serve de precondição da ação.

Se por um lado existe o aumento da capacidade social de ação e intervenção na ação, por outro, a produção de significados está marcada por uma maior necessidade de controle e regulação sistêmica. Os conflitos nascem, justamente, naquelas áreas onde ocorrem os maiores investimentos simbólicos e informacionais, ao mesmo tempo mais sujeitas às pressões por conformidade.

A ação coletiva do tipo antagonista é uma forma – pela sua própria essência, com seus modelos próprios de expressão e organização – que transmite uma mensagem para o resto da sociedade. A emergência dos fenômenos coletivos é proveniente de tramas mergulhadas na vida cotidiana em que os objetivos da ação política se tornam pontuais e, em certa medida, substituíveis. Os movimentos sociais, além de lutar por bens materiais e por participação política no sistema, lutam por projetos culturais e simbólicos, já que sua simples existência prontamente se opõe ao sistema político quando opta pela mobilização popular para se expressar.

Esse autor chama essa característica de “desafio simbólico”, porque afeta as instituições políticas, moderniza a cultura e as instituições, influencia na eleição de novas elites e, ao mesmo tempo, revela

questões obscurecidas pela lógica dominante da eficiência. Trata-se de uma lógica dos meios, em que os atores colocam cada vez mais na ordem do dia os fins, o significado e as redes conflituosas que são formas de produção cultural, além de sugerirem as pautas dos movimentos sociais e a construção de novas regras de comportamento e organização.

Para compreensão da construção do coletivo nas sociedades contemporâneas, o autor destaca a categoria “identidade coletiva”, definida como um “processo de construção de um sistema de ação onde um ator elabora expectativas e avalia as possibilidades e os limites de sua ação, exige capacidade de definir-se a si mesmo e ao seu ambiente” (MELUCCI, 1999, p. 66). Não é uma simples relação de custo-benefício, mas uma troca de sistema de significados, que muitas vezes se opõe às pressões do mundo social dominante, permitindo a criação de novos valores e que as pessoas os pratiquem. Sem essa capacidade de identificação dos atores, a injustiça não poderia ser percebida.

A definição analítica de movimento social de Melucci (1999) é baseada nas seguintes dimensões: na solidariedade, como a capacidade de os atores reconhecerem a si mesmos e de serem reconhecidos como membros de um mesmo sistema de relações sociais; na presença de um conflito, em que os adversários se encontram em oposição a um objeto comum, em um campo disputado por ambos, e na ruptura dos limites do sistema em que os atores se referem, que significa que a ação ultrapassa a capacidade de tolerância do sistema. As relações sociais podem ser muito variadas, mas é importante que a sua capacidade de existência de um comportamento ultrapasse as fronteiras da compatibilidade, que force o sistema a modificar sua estrutura.

Segundo Melucci (1999, p. 47), essas três dimensões analíticas definem um movimento social e permitem analisar uma classe específica do fenômeno em variadas modalidades de ações coletivas que se apresentam nas sociedades complexas. Nelas se pode encontrar conflitos sem uma ruptura com o sistema e oposição entre os atores. Esses conflitos se situam dentro dos limites de determinado sistema, que só existem quando há o reconhecimento mútuo e a aceitação das regras do jogo.

Pode-se encontrar, também, comportamentos que excedam a compatibilidade com o sistema sem conflito, sem romper as regras, em que se situa a busca dos objetivos particularistas, o ato de rechaço. Para o autor, torna-se importante para a análise de qualquer forma empírica de ação coletiva que seja composta de variadas dimensões estabelecer que elas podem ser completamente distintas, dependendo do sistema de referência. Um exemplo é saber se o conflito tem relação com o funcionamento da organização ou com as regras do jogo de um sistema político.

Melucci (1999), ao se referir aos modelos organizacionais das ações coletivas nas sociedades complexas, prefere falar em redes de movimentos e áreas de movimentos, isto é, rede de grupos compartilhando uma cultura de movimento e uma identidade coletiva. Essa noção de rede sugere que os movimentos sociais estão em uma dinâmica troca das suas formas organizacionais e que estão se desenvolvendo de forma completamente diferente das organizações políticas tradicionais, ou seja, estão adquirindo autonomia crescente em relação aos sistemas políticos tradicionais.

Para Scherer-Warren (2006), sempre existiram relações sociais que podem ser interpretadas a partir de suas conexões, mas, do ponto de vista sociopolítico, das mobilizações e ações coletivas, quando nos referimos às redes estamos nos referindo a indivíduos, sujeitos, atores coletivos, organizações, determinadas práticas sociais ou projetos de mudança.

Segundo essa mesma autora (2006), é preciso fazer distinção entre redes sociais, movimentos sociais, coletivos em rede e movimentos sociais em rede. Sem a distinção entre coletivos em rede e movimentos sociais em rede, podemos facilmente confundir a ação de contrainformação e outros usos da rede técnica com os processos de construção de identidades coletivas e individuais.

Quando se fala em redes sociais, estamos partindo da definição de que é uma “comunidade de sentido”, isto é, com relações mais ou menos continuadas, com afinidades e identificação entre seus membros ou objetivos comuns, delimitada por espaço de um grupo ou comunidade. São as redes de parentesco, de amizade e as redes comunitárias em geral.

Os movimentos sociais, segundo Scherer-Warren (2006), são redes sociais complexas, que transcendem organizações empiricamente delimitadas e que conectam, de forma simbólica, solidária ou com identificações comuns, definições de adversários e de um projeto de transformação social. Os movimentos sociais podem possuir identidades e conteúdos específicos e também (trans)identitários, como o ecofeminismo e os movimentos por justiça ambiental.

Os coletivos em rede referem-se às conexões de vários atores e organizações, em uma primeira instância comunicacional instrumentalizadas através das redes técnicas, que tem como objetivo a difusão de informações, apoios solidários ou de organizar estratégias comuns. Os movimentos em rede seriam redes sociais complexas, que transcendem organizações empiricamente delimitadas e que conectam, de forma simbólica e com laços de solidariedade, os sujeitos individuais e coletivos cujas identidades são construídas em um processo dialógico.

Ao longo dos seus trabalhos, Castells (1999) define a sociedade contemporânea como uma sociedade em rede, ou seja, uma sociedade em que as redes constituem a nova morfologia social, que impõem drasticamente uma reorganização das relações de poder e contribuem para modificar os processos de experiência, os produtivos, os de poder e os de cultura.

O que nos interessa nessas contribuições não é tanto definir a sociedade como uma complexa rede, visto que tanto Melucci (1999) como Scherer-Warren (2006) já delimitaram bastante os campos aos quais estamos nos referindo. Sobretudo, queremos analisar como Castells (1999) compreende o processo de construção da identidade e seus resultados, visto que o autor identifica na resistência comunal as identidades que podem servir de base para uma mudança social.

O autor define a identidade como:

[...] o processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou ainda, um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o(s) qual(is) prevalecem sobre outras fontes de significado, para um determinado indivíduo ou ainda um ator coletivo [...] (CASTELLS, 1999, p. 22).

Para Castells (1999), podem haver identidades múltiplas, mas essa pluralidade é fonte de tensão e contradição tanto para autorrepresentação como na ação social. Por isso, o autor estabelece que é preciso definir o que é identidade e o que os sociólogos tradicionalmente chamam de papéis. Os papéis são definidos por normas estruturadas pelas instituições e organizações sociais (o sindicalista, o fumante, o jogador de basquete).

As identidades, assim como define Melucci (1999), constituem fontes de significados ordenadas e construídas por meio de um processo de individuação dos atores. Ainda que algumas identidades sejam construídas por instituições dominantes, somente assumem essa condição se internalizadas.

Castells (1999) relata que as identidades valem-se de matéria-prima fornecida pela história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e por fantasias pessoais, pelos aparatos de poder e por instituições religiosas. Porém, todo material é processado pelos indivíduos, grupos sociais e sociedades, que Martín-Barbero (2003) identifica como as múltiplas mediações que vão dar significado à ação, seja ela coletiva ou individual.

Esse mesmo autor propõe – já que as identidades implicam uma construção social, as quais sempre ocorrem em determinados contextos e relações de poder – a distinção entre três formas, que são origens de construção de identidades que levam a resultados distintos no que tange à constituição da sociedade.

A identidade legitimadora é introduzida pelas instituições, com a intenção de expandir e racionalizar sua dominação em relação aos atores sociais, essa identidade dá origem a sociedade civil:

[...] o conjunto de organizações e instituições, assim como uma série de atores sociais e organizados, que embora às vezes de modo conflitante, reproduzem a identidade que racionaliza as fontes de dominação estrutural (CASTELLS, 1999, p. 24).

A identidade de resistência é criada por atores que se encontram em posições desvalorizadas ou estigmatizadas pela lógica da domina-

ção, que, para resistir e sobreviver, procuram princípios diferentes ou mesmo opostos das instituições da sociedade. Esse tipo de identidade leva à formação de comunas, ou comunidades, que “são formas de resistência coletiva diante de uma opressão, que ao contrário, não seria suportável” (CASTELLS, 1999, p. 24).

Em geral, segundo o autor, as identidades são definidas com clareza pela história, geografia ou biologia, a qual facilita a “essencialização” dos limites da resistência. Esse tipo de identidade está entre as mais importantes para nossa pesquisa e será explorada mais à frente, quando trataremos do referencial teórico sobre o estatuto da política na modernidade, com o surgimento de movimentações e ações que visam a proteger e construir a comunidade para que a política ganhe seu valor de uso.

A identidade de projeto ocorre quando os atores sociais, utilizando-se de qualquer material cultural ao seu alcance, constroem uma nova identidade capaz de redefinir seu papel na sociedade e, ao fazê-lo, buscam uma transformação na estrutura social. A identidade de projeto, segundo Castells (1999), produz o que Alain Touraine chama de “sujeitos”, ou seja, a vontade do indivíduo de construir sua própria história atribuindo todo um significado a todo um conjunto de experiências da vida individual, que resulta na combinação necessária para afirmação dos indivíduos contra as comunidades e contra o mercado.

Castells (1999) lembra que as identidades de resistência podem acabar resultando em identidades de projeto ou mesmo se tornarem dominantes nas instituições, como identidades legitimadoras. “Do ponto de vista social, nenhuma identidade pode constituir uma essência, nenhuma se encerra, *per se*, valor progressista ou retrógrado se estiver fora do seu contexto histórico” (CASTELLS, 1999, p. 24).

Para o autor, a sociedade em rede traz à tona novas formas de transformação social, pois está fundamentada, para a maioria dos grupos sociais, na disjunção sistêmica entre o local e o global. Sob as novas condições, as sociedades civis escolhem e são desarticuladas, porque não há mais continuidade entre a lógica da criação do poder na rede global e a lógica de associação e representação em sociedade e

culturas específicas. A busca de significado acaba por ser definida por identidades defensivas em torno de princípios comunais.

Para Castells (1999), a maior parte das ações sociais se organiza da oposição entre fluxos não identificados e identidades segregadas. Sua hipótese de constituição dos sujeitos assevera que o cerne do processo da transformação social toma um rumo diferente do conhecido na modernidade, em seus primeiros anos e em seu período tardio. Enquanto que na modernidade um projeto era construído a partir da sociedade civil, na sociedade em rede a identidade de um projeto que pode surgir e se desenvolver com origem na identidade de resistência comunal.

Melucci (1999) sugere um “modelo bipolar de latência e visibilidade”, que nos parece adequado para compreender o novo ciclo de protestos a partir da segunda metade dos anos 1990 e o movimento de resistência ao capitalismo.

A visibilidade é tomada como um ponto onde os grupos publicizam suas necessidades, propostas e visões de mundo à toda a sociedade, através de eventos, protestos, desobediência civil, passeatas, ações diretas legais e ilegais e de propaganda pelos fatos. A latência permite que as pessoas gozem das experiências de troca de significados que criam novos códigos culturais. Essa troca de sistema de significados muitas vezes se opõem às pressões do mundo social dominante, permite a criação de novos valores e que as pessoas os pratiquem.

Há, portanto, uma correlação entre latência e visibilidade. Enquanto a latência alimenta a visibilidade de recursos de solidariedade, com uma estrutura cultural para a movimentação, a visibilidade proporciona a renovação da solidariedade ao atrair novos ativistas e a criação de novos grupos atraídos pela movimentação pública.

O DESAFIO SIMBÓLICO DAS JUVENTUDES CONTEMPORÂNEAS

Assim como nos outros trabalhos citados, Melucci (2001) observa que a escolarização permite aos jovens prolongarem seu tempo de não trabalho e obterem condições socioespaciais para agregação de uma

identidade coletiva definida por seu modo de vida e linguagem própria. O mercado se entrelaçou com essas necessidades, alimentando-as, mas também oferecendo aos seus símbolos uma consistência autônoma. “A condição juvenil é, por excelência, uma fase de passagem e suspensão, se prolonga, se estabiliza, torna-se condição de massa, não mais ligada às condições biológicas” (MELUCCI, 2001, p. 101).

Como resultado do prolongamento que se estabiliza e torna-se condição, esse autor aponta que:

Os desequilíbrios entre a escola e o mercado de trabalho vão bem cedo se inserir, neste prolongamento, um sinal de precariedade coercitiva: o ingresso nos papéis adultos não é só liberdade, mas marginalidade imposta e vivida, desocupação, impossibilidade de uma rela autonomia econômica. A condição juvenil, homogênea por muitos aspectos, mas também diferenciada pelo pertencimento social e territorial, aparece marcada, nas sociedades complexas, por essa estável precariedade, por uma falta de limites que acaba por ser uma abertura no vazio, por uma suspensão que se sabe fictícia e controlada. (MELUCCI, 1996, p. 101-102).

A juventude, por sua condição, para esse autor, é um espelho da sociedade, “uma espécie de paradigma”, que revela os problemas cruciais dos sistemas complexos: a tensão entre a expansão das oportunidades de vida e o controle difuso e a tensão entre as possibilidades de diferenciação e definições externas da identidade, onde o tempo se torna um fator essencial para compreensão da condição juvenil.

Nas sociedades modernas, o tempo possuía duas referências: a) o tempo máquina, produto artificial que tinha a objetividade de uma coisa, uma medida universal a qual permitia a comparação e a troca de desempenhos e recompensas através do dinheiro e do mercado, os ciclos de trabalho e balanços anuais; em resumo, na racionalidade instrumental o tempo máquina estabelecia uma continuidade entre o tempo social e o tempo individual; b) a experiência moderna do tempo era uma orientação finalista, pois o tempo tinha uma direção e seu significado só se torna inteligível a partir de um ponto final, o fim da

história. Exista, assim, uma unidade de orientação linear do tempo, em que todas as passagens intermediárias eram medidas em relação ao final do tempo.

Na situação presente, a diferenciação das experiências do tempo está aumentando. Passamos a experimentar tempos muito diferentes uns dos outros e, às vezes, parece que são até mesmo opostos. Para Melucci (1999), há tempos diluídos e tempos altamente concentrados, dando como exemplo a multiplicidade dos tempos nas imagens fornecidas pela propaganda, pela televisão e por outras produções midiáticas introduzidas na nossa vida diária, que geram interrupções e separações mais definidas do que no passado. Elas estão muito mais perceptíveis do que em estruturas relativamente homogêneas entre os diferentes tempos em que se vive.

Há uma clara distinção entre os tempos interiores – tempos em que cada indivíduo vive suas experiências internas, emoções e afeições – e os tempos exteriores – marcados por ritmos diferentes e regulados pelas múltiplas esferas de pertencimento do indivíduo. As mudanças do tempo refletem tendências amplas, no sentido de uma extensão artificial das dimensões subjetivas do tempo por meio de estímulos particulares ou situações construídas.

Para esse autor, o tempo diferenciado produz também novos problemas, que incluem reduzir a diversidade de tempos em uma homogeneidade de medida geral e a necessidade de integrar as diferenças no nível coletivo, mas acima de tudo dentro de uma unidade, de uma biografia individual, de um sujeito da ação dotado de identidade. O tempo aparece também como um tempo de muitas histórias independentes, ou seja, um tempo sem final definitivo, que faz presente uma medida inestimável do significado da experiência para cada pessoa. E, por último, o tempo passa a ser um produto cultural, onde todos os outros tempos estão perdendo sua consistência.

A adolescência é um tempo que possui uma dimensão significativa e contraditória da identidade, ao inaugurar a juventude na sua fase inicial. É na adolescência que a experiência do envelhecimento toma conotações cognitivas e emocionais. O tempo é como um horizonte

onde o indivíduo ordena suas escolhas e comportamentos, construindo um complexo de pontos de referência para suas ações. A maneira como o tempo é experimentado (vivenciado) vai depender de fatores cognitivos, emocionais e motivacionais, ou seja, do modo que o indivíduo organiza o seu “estar na terra”.

Ainda para o autor, a experiência é invadida pelo apelo simbólico da possibilidade que “ameaça se perder em um presente ilimitado, sem raízes [...] uma memória fraca, com pouca esperança para o futuro como todos os produtos do desencanto” (MELUCCI, 1996, p. 10), dissolvendo a experiência no imaginário, mas o teste de realidade gera a falta de motivação, o tédio e produz a frustração.

Para esse mesmo autor, testar os limites torna-se uma condição de sobrevivência do sentido. Para ele, sem chegar ao limite não pode haver experiência e comunicação, pois sem a perda da consciência do outro, como dimensão de “estar na terra”, não pode haver uma ação dotada de significado ou possibilidade de manter uma relação. Melucci (1996) argumenta que o cansaço produzido pelo esforço para ultrapassar os limites e a consciência do que está faltando (sentido da perda) cria raízes para a aceitação do presente e o planejamento do futuro, com a responsabilidade para consigo e para com os outros e com o reconhecimento do que somos e do que podemos nos tornar.

Nesse sentido, define o autor, a experiência do tempo para os jovens de hoje se apresenta como possibilidade mas também como limite, é uma maneira de que o tempo não seja destruído em uma sequência fragmentada de pontos, em uma soma de momentos sem tempo. Os adolescentes atuais pertencem a uma pluralidade de grupos e redes e constroem suas experiências de forma mais fragmentada. Essas participações são mais rápidas e mais frequentes do que antes, assim como a quantidade de tempo em que os adolescentes investem em cada uma.

O passo da mudança, a abundância de possibilidades e as mensagens oferecidas aos adolescentes contribuem para debilitar os pontos de referência sobre os quais a identidade era tradicionalmente construída. O significado do presente não se encontra no passado,

no destino final da história. O tempo perde sua finalidade linear e a catástrofe torna-se possibilidade, onde a unidade e a continuidade são procuradas na mudança.

Os adolescentes estão expostos, também, a um novo relacionamento com os adultos, eles mesmos expostos a uma pressão crescente de mudança. A juventude tem que encontrar novos caminhos para vivenciar a experiência fundamental dos limites.

Desafiando a definição dominante do tempo, os jovens enunciam para todo o resto da sociedade que outras experiências são possíveis, exigindo do mundo adulto a sua responsabilidade: reconhecer o tempo como uma construção social exercida sobre o tempo. Onde se torna visível a tarefa mais importante na ordem dos conflitos em nossa sociedade, os jovens acabam por revelar o poder escondido atrás da técnica da regulação.

AS NOVAS SOCIABILIDADES POLÍTICAS JUVENIS

Observa-se que o desvelamento das técnicas de regulação pela juventude possui duas ordens distintas que se encontram entrelaçadas: a primeira no campo efetivamente das ações coletivas contemporâneas e a segunda mergulhada em estilos de vida contraculturais.

Enquanto a primeira é geradora da construção de “outra política”, a segunda se apresenta mais nas práticas cotidianas do modo de fazer e vivenciar novas socialidades, ainda que incipientes produtoras de códigos e recursos simbólicos que vão alimentar a primeira, ao mesmo tempo que é alimentada por ela em relações ambíguas e muitas vezes conflitivas.

Para Sousa (2002), “as manifestações juvenis contemporâneas se qualificam como atividade política em uma abrangência diferenciada daquela que ocupa a esfera institucional com um sentido singular”, não menos comprometidas com a coletividade, o que indica um valor político claro. Esse valor se diferencia da política, entendida na modernidade “como atividade profissional que ocorre dentro do espaço institucional e como uma administração própria

que legitima a representação da cidadania”, guiadas pelo conceito de política reduzida à conquista e manutenção do poder nas chamadas sociedades democráticas.

Segundo a autora, existe um reavivamento do valor de uso da política, um reencontro da convicção sobre a ação e com capacidade de discernimento dos sujeitos. O “valor de uso” que a autora procura demonstrar está contido na discussão de Negt e Kluge (1999) sobre “o que há de político na política” contemporânea.

Negt e Kluge (1999, p. 57) definem que a evolução do conceito moderno de política, tal como associado ao surgimento da burguesia e do modo de produção capitalista, deve sua força à abstração das relações de conteúdo com ao estabelecimento de estados territoriais, que adquirem diferentes formas políticas. Esse processo não possui qualquer medida, pois não se trata do bem-estar da comunidade, e sim de regras de manutenção e conquista do poder.

A *Realpolitik* perde-se em sua incapacidade de ter valor de uso, pois ela não produz algo durável e, por isso, não produz comunidade, dedicando-se a fazer valer seu ponto de vista, “atribuindo sentido pejorativo como mera utopia de auto-organização das comunidades, contribuindo assim para a mistificação do poder de realidade e do que é dado” (NEGT; KLUGE, 1999, p. 22).

Para Negt e Kluge (1999), a política recupera seu valor de uso quando associa a liberdade individual à força social associativa, forçando a necessidade individual a se expressar em coro com outras vozes na busca por seus direitos, ou seja, quando as ações coletivas servem para a formação e proteção⁹ da comunidade e quando ela incentiva seu desenvolvimento e suas possibilidades¹⁰.

⁹ É importante salientar que os autores não usam o termo proteção no sentido de estado vigilante, e sim a defesa do perigo, no sentido de que o enriquecimento das relações vitais interiores seria um pressuposto para que a expansão temporal biográfica de uma comunidade não fosse continuamente interrompida por intervenções externas e por empobrecimento (NEGT; KLUGE, 1999, p. 21).

¹⁰ Para Negt e Kluge (1999), aliado a isso está a categoria duração, não porque duração por si só possua um valor de uso, mas porque todos os processos que criam comunidade e riqueza social são processos de longo prazo.

Recorrendo à crítica linguística, os autores afirmam que a linguagem autenticamente política seria aquela que retirasse seu conteúdo semântico dos movimentos de emancipação das necessidades das pessoas, como “um elemento fundamental para a ação política, que tem como motivo propulsor à ampliação da riqueza interior das relações de comunidade” (NEGT; KLUGE, 1999, p. 23).

Com os elementos levantados por esses autores, Sousa (2002) fala ser possível encontrar indicações metodológicas para a investigação sobre o caráter da ação política, de grupos ou movimentos, a partir do reconhecimento da precariedade das respostas para a solução das questões sociais da democracia política e da emancipação individual. Os elementos que a autora sugere para investigação são a observação das possibilidades de autonomia e a durabilidade da experiência do tempo, que depende do grau de politização do grupo; a identificação das relações de medida identificadas na temporalidade do tipo de resposta política das ações coletivas, que tomam como base o bem-estar da comunidade, e a observação do elemento político contido nas linguagens presentes, nem sempre nítidas, por não estarem articuladas normativamente pela ordem institucional.

Assim sendo, Margulis e Urresti (2000) e Sousa (2002) consideram a existência de juventudes e não da juventude como algo homogêneo, observando que muitos jovens vêm demonstrando, nas suas ações coletivas, que a política, como valor de uso não precisa recorrer à esfera institucional, parlamentar, e a aparelhos políticos, “mas nas aspirações cotidianas ligadas ao mundo do trabalho, do lazer, nas dificuldades do dia a dia, como forma de ação cujo comportamento político se orienta pelo exercício de valores éticos” (SOUSA, 2002, p. 10).

Em sua pesquisa sobre as ações políticas juvenis, Sousa (2002) procura identificar, sem a intenção classificatória, as novas sociabilidades políticas orientadas pelo valor de uso, ou seja, a outra política identifica três formas de participação política juvenil: os jovens contestadores do hip hop, onde encontramos os jovens de periferia que integram o movimento que representa a voz da periferia através da cultura e da política; os jovens contestadores institucionalizados, que se organizam nos partidos de esquerda e que atuam no âmbito do mo-

vimento estudantil orientando-se pelas linhas políticas de seu partido, e, finalmente, os jovens contestadores independentes, por serem os jovens que, quase exclusivamente, protagonizam as ações coletivas ligadas à mídia radical alternativa, sujeitos pesquisados nesse estudo.

Os jovens contestadores independentes (Sousa, 2002) estão presentes também no movimento estudantil, fazem parte de coletivos que procuram novos espaços, os quais permitem criarem seus próprios códigos de participação na esfera pública, e concebem expressões organizativas contrapostas à lógica representativa tradicional, buscando que o rechaço ao sistema de representação seja substituído por uma nova prática política (VALENZUELA FUENTES, 2007).

A juventude contestadora independente, como sujeito político, ganha visibilidade e importância por seu protagonismo nas ações coletivas contra o capitalismo e a globalização corporativa, que ficaram conhecidas como movimento “antiglobalização”, iniciado nos anos 1990.

Um novo ciclo de resistência global tem em sua composição uma imensa e diversa variedade de redes de luta e solidariedade surgidas em várias partes do mundo, como os coletivos anarquistas, socialistas, autonomistas, entidades de espectros variados, movimentos rurais, centrais sindicais, ambientalistas, os piqueteiros argentinos e os zapatistas mexicanos. Todos têm como característica principal o ativismo radical para construir alternativas, destruir e alterar processos e práticas do capitalismo.

Por reunirem organizações tão variadas, Gohn (2000) afirma que são movimentos completamente diferentes dos movimentos do século XX, movimentos que se unem por razões de reconhecimento característicos dos movimentos sociais da década de 1980 e causas objetivas de caráter estrutural.

Esses jovens, que respondem os chamados por ação direta¹¹ nas

¹¹ A ação direta é uma herança histórica dos movimentos operários anarquistas do século XIX, dos movimentos estudantis da década de 1960 e da contracultura, mas não deve ser pensada como uma simples transferência de modelos de ação de uma época para outra. São ações que procuram dissolver qualquer noção de representação externa de intermediários, sejam eles parlamentares ou gestores. A ação direta caracteriza-se pela autonomia, exaltação da individualidade solidária a coletividade

ações globais contra o capitalismo na sua versão neoliberal, fazem parte de grupos em campanhas contra o livre comércio, contra o trabalho escravo nos países pobres e de solidariedade às lutas dos povos originários e, também, de grupos deixados de lado supostamente por não fazerem parte das relações do mundo do trabalho pela militância tradicional de esquerda.

Segundo Sousa (2002), no seu ideário da juventude contestadora independente não há preocupação de criar uma organização com identidade única, e sim de espaços que possibilitem a atuação em rede de diferentes organizações, grupos e pessoas individuais que tenham o mínimo de concordância, conforme a compreensão de emancipação social. Muitos desses grupos se organizam de forma horizontal, sem hierarquias, uma proposta que tem vínculo com a democracia direta e que se identifica com o socialismo autogestionário no engajamento, onde ninguém se submete a autoridade alguma ou a um órgão de direção: os indivíduos estão juntos por partilharem ideias que os levam ao ativismo de protesto (SOUSA, 2002, p. 24).

Existe, além disso, uma valorização nos coletivos e redes do modelo de tomada de decisão por consenso, como explicita o trecho da política da organização pacifista Food Not Bombs:

[...] As decisões são feitas usando um processo chamado “consenso”. Consenso cria um ambiente em que diferentes opiniões podem ser expressas sem medo, e que conflitos podem ser resolvidos de uma forma respeitosa e não violenta. Não é um concurso de ideias para ver o que um ganha a favor do grupo. Pelo contrário, ela está trabalhando cooperativamente para sintetizar todas as ideias para a melhor decisão possível para todos os envolvidos. O processo de consenso se esforça para garantir que todos tenham oportunidade de compartilhar seu ponto de vista e participar na tomada de decisão. Consenso não significa que toda a gente pensa da mesma forma, as pessoas podem concordar em discordar e ainda chegar a um consenso (FOOD..., 2009).

e pela procura do desenvolvimento da capacidade de discernimento dos sujeitos nos processos de construção e execução da ação, por isso possuem um valor educativo.

Esse modelo possui uma forte inspiração no modelo de rebelião zapatista, na ideia de um movimento que “escuta” e que não possui um único rosto, mas uma infinidade de cores e gestos, onde o mandar obedecendo é um dos princípios fundamentais para reorganização da sociedade, perante o desgoverno causado pelas contradições do neoliberalismo, a globalização de cima para baixo e a criminalização dos protestos.

No cabaré da globalização, o Estado passa por um *striptease* e, no final do espetáculo, é deixado apenas com as necessidades básicas: seu poder e repressão. Com sua base material destruída, sua soberania e independência anuladas, sua classe política apagada, a nação-estado torna-se um mero serviço para megaempresas... Os novos senhores do mundo não têm a necessidade de governar diretamente. Os governos nacionais são encarregados da tarefa de administrar os negócios em nome deles (BAUMAN, 1999, p. 74).

Individualmente ou em grupos por afinidade, esses jovens juntam-se em uma espécie de rebelião aberta, mutante e preparada coletivamente (SOUSA, 2002, p. 24), utilizando as tecnologias de comunicação como parte de sua organização e de suas práticas políticas. Como afirma Castells (1999), fazem da velocidade, da adaptabilidade e da flexibilidade das tecnologias de informação formas de redes de trabalho descentralizadas para construir ações coletivas, componentes da própria estrutura organizativa: suas ações coletivas aparecem como espelho da complexidade de um “movimento dos movimentos” de resistência tolerante a sua própria alteridade, um produto e um dado empírico.

Sousa (2002), com base em depoimento de um dos membros do grupo anticapitalista inglês Reclaim the Streets no Fórum Social Mundial, afirma que as ações coletivas das juventudes contestadoras independentes têm como princípios orientadores a diversidade, que faz com que o movimento que não seja permanente morra e renasça sob nova forma; a descentralização, porque não há um centro irradiador de algum princípio e projeto único, mas as conexões de vários pontos entre si; e a interdependência do particular com o universal, ou seja, os

movimentos geograficamente localizados se conectam com o global, possibilitando uma cadeia horizontal de decisão, como as vivenciadas no movimento de resistência a globalização corporativa.

Os estilos de vida contraculturais dos anos 1990 em diante, apresentados muitas vezes pela mídia convencional de forma exótica e sem conteúdo, podem nos dar elementos importantes para análise e compreensão das contestações juvenis contemporâneas. Se observarmos para além de suas relações de consumo e modismos vistas como irracionais, uma vez que o consumo demarca também a diferenciação e a produção de códigos, podemos encontrar no universo da contracultura, que é altamente diversificado, contraculturas juvenis de esquerda radical, que não se apresentam necessariamente engajadas a um ativismo tido como “sério”.

Para isso, retomam espaços da cidade ou constroem espaços onde o cotidiano é autogerido em tentativas de viver junto, que se apresentam em maior ou em menor grau de intensidade, em zonas descolonizadas dos princípios competitivos do capitalismo, mantendo a individualidade com certo reconhecimento da coletividade e seus códigos de diferenciação, não só em relação à sociedade, mas também em relação a outras contraculturas tidas como adversárias ou não originais, vendidas no mercado.

As contraculturas contemporâneas e aquelas que as antecederam têm a rebeldia e a experimentação como princípios orientadores da construção de signos e subjetividades. São modos de viver os princípios no cotidiano, de construir sentido frente à perda de sentido gerado pela fragmentação do tempo, à frustração em relação aos modos de sociabilidade institucionalizados como “normais” pelas instituições e pelo mercado, que priorizam a resistência identitária, se definindo como revolucionárias no sentido do consumo.

É importante salientar essa ambiguidade, pois, ao mesmo tempo em que são questionadores do individualismo, construindo outras subjetividades e o poder constituinte, suas práticas são pouco pragmáticas em relação a suas críticas. Isso pode levar o adepto de uma contracultura ao isolamento em paridade a outros setores que lutam por ques-

tões mais amplas, como a distribuição desigual de recursos, o direito à satisfação de necessidades com moradia, alimentação etc.

Apesar de todas as limitações do universo da contracultura, não podemos cair em uma análise extremamente generalizante de seus participantes, tendo em vista que muitos jovens contraculturais são ativistas de redes de ação direta, sindicatos radicais e movimentos sociais. Em outros casos, existe jovens contraculturais que aderem a ações coletivas massivas com setores mais amplos, como imigrantes, trabalhadores, negros e mulheres, como é o caso das manifestações antifascistas na Europa, que reúnem uma enorme diversidade de sujeitos, entre os quais muitos punks e skinheads de orientação anarquista e comunista.

Quase sempre, como afirma Ceceña (2006), as revoltas não institucionalizadas transcendem, apelando para conteúdos históricos de lutas de maior amplitude. Os problemas da gestão da água, da mobilidade urbana e da marginalização e perseguição policial de adeptos de sociabilidades contraculturais permitem, por exemplo, a visualização das diferentes concepções de mundo, das diferentes culturas, de relações sociais e relações com a natureza, que dentro da perspectiva moderna institucional parecem estar fora de lugar.

Apesar de sugerirem diferenciações entre as ações coletivas antagonistas nos Estados Unidos, Canadá e Europa e as que ocorrem na América Latina e Caribe, baseadas na concepção de território como um espaço de inteligibilidade do complexo social em que a história se traça, a autora afirma que há um tipo de *continuum*, que permite construir elos para apresentá-los como parte da mesma história de insubordinação e rebeldias, de resistências e utopias, como parte da mesma construção civilizatória para um mundo futuro, onde o reconhecimento para se empreender em uma luta compartilhada seja, ao mesmo tempo, uma desvelação da complexidade que é construir uma utopia.

A TEORIA DA MÍDIA RADICAL ALTERNATIVA E DA MÍDIA TÁTICA

John D. H. Downing, em *Mídia radical: rebeldia nas comunicações e movimentos sociais* (2002), tenta preencher uma lacuna significativa sobre o tema comunicação, fornecendo um instrumental teórico que revela a urgência do ativismo midiático diante dos bloqueios de expressão pública gerados por diversos setores.

O conceito de mídia radical alternativa, para o autor, é:

[...] a utilização dos recursos da comunicação midiaticizada em pequena escala, que assume diversas formas – rádio, imprensa, televisão, vídeo, teatro, tapeçaria, muralismo, grafite, fotomontagens, vestuário, gravuras satíricas, pornografia, cartazes, *culture jamming* e internet radical – para expressar uma visão alternativa às políticas, prioridades e perspectivas hegemônicas (DOWNING, 2002, p. 21).

O conceito é bastante amplo e reconhece meios que não são usualmente pesquisados, como expressões de mídia radical. O termo “radical” serve para designar apropriação dos meios de comunicação pelos ativistas de mídia, sejam eles especialistas ou não, diante dos bloqueios de expressão pública gerados por diversos fatores, de acordo com o autor: a dinâmica capitalista, o silêncio do Estado, o obscurantismo religioso, os códigos racistas e patriarcais institucionalizados e outros códigos hegemônicos¹.

Esse autor relata que, em cenários tensos, principalmente em regimes autoritários, opressores e reacionários, predomina o modelo de

¹ O autor recorre à obra de Gramsci no período de 1920 a 1930.

mídia alternativa de contrainformação. Quando há certa liberdade de expressão e livre manifestação, a mídia alternativa tende a questionar a autocensura e exploração comercial que abastecem o sistema capitalista de uma legitimidade.

Downing (2002, p. 27-30) oferece uma série de características para descrever os fenômenos que nos ajudam a diferenciar preliminarmente a mídia radical alternativa da mídia convencional e estabelecida.

Em certas circunstâncias, a designação “mídia radical” pode incluir as mídias de minorias étnicas, comunitárias e religiosas, dependendo do conteúdo e do contexto. Estas são incluídas no termo quando servem para quebrar com a ortodoxia de um contexto autoritário estabelecido. Na história das rádios mineiras bolivianas encontra-se um exemplo com essa característica, a Rádio Pio XII. Criada por padres canadenses da Missão Oblata de Maria Imaculada em 1959, com uma estrutura superior a das demais rádios, com estúdio e equipamentos modernos, por meio dela locutores profissionais colocavam no ar programas prontos da Alemanha e da Holanda e tinham como missão erradicar a silicose, o alcoolismo e o comunismo.

A dura realidade dos trabalhadores das minas começou a intensificar os conflitos internos na Pio XII e a primeira cisão se deu em 1965, pela adoção de várias medidas impopulares do general René Barrientos Ortuño, prendendo e deportando líderes trabalhistas e proibindo o funcionamento dos sindicatos. No mês de maio daquele ano, uma grande manifestação foi reprimida e muitos mineiros foram mortos nas mãos das forças repressoras. As rádios mineiras foram fechadas a tiros de metralhadoras e a única que sobrou foi a Pio XII.

Nessa época, em fase de transformação, seus locutores já eram provenientes das classes populares e sua programação era mais voltada para a educação popular. Em junho de 1967 se dá o Massacre de San Juan, uma resposta dos militares ao apoio moral dos mineiros à guerrilha de Che Guevara. Mesmo acusada de comunista pelo governo, a Pio XII assume abertamente a defesa dos trabalhadores. Ela sobreviveu até o golpe do coronel Hugo Banzer, em 1971, voltou ao

ar em 1973 e outra vez foi fechada em 1975, mas nunca foi inteiramente destruída.

A mídia radical se apresenta em multiplicidade de formatos, como impressos, xilogravuras, *sites* na internet, teatro, grafite, *culture jamming*, pornografia, rádios e TVs livres, vídeos, CDs, vestuário e festas de rua. Geralmente, as mídias radicais possuem poucos recursos, atingem uma pequena escala, não são amplamente conhecidas e são atacadas pelas autoridades por medo de serem expostas ao ridículo.

A mídia radical serve para dois propósitos: 1) expor verticalmente as demandas dos setores mais baixos em oposição direta à estrutura do poder e seu comportamento; 2) obter, horizontalmente, apoio e solidariedade para construir redes contrárias às políticas públicas ou mesmo à sobrevivência da estrutura do poder.

Para Downing (2002), as mídias radicais possuem algo em comum: romper com regras estabelecidas, embora nem sempre consigam romper com todas elas. O autor cita como exemplo a imprensa pró-sufragista dos Estados Unidos, em que as mulheres submissas eram retratadas como virtuosas brancas e raramente dotadas de autoridade, enquanto as mulheres influentes eram retratadas como guerreiras amazônicas ou figuras da Antiguidade Clássica. Mesmo exigindo o direito do voto às mulheres, muitos cartuns reiteravam, ao mesmo tempo, os estereótipos patriarcais.

O autor afirma que a mídia radical possui tendência horizontalizada ou flexível na sua organização interna se comparada à mídia estabelecida. Entretanto, ele argumenta que, se utilizarmos as contribuições do anarquismo e do socialismo feminista, podemos observar dois modelos: o modelo leninista e o modelo autogestionário, dentro de um quadro de possibilidades e limites inerentes ao contexto político estabelecido.

Conforme esse autor, o modelo leninista, conhecido como Agitprop, combina táticas de informação de problemas imediatos e de abuso (agitação) e estratégias de comunicação política a longo prazo (propaganda), com o intuito de moldar as pessoas à direção do mar-

xismo-leninismo. O modelo socialista libertário, baseado na tradição autogestionária, apresenta um alto grau de horizontalidade, evitando que as funções de cada um dentro do coletivo e que os diferentes graus de educação e capital cultural criem uma estrutura hierárquica.

O modelo de agitação e propaganda (Agitprop), para Downing (2002), foi sendo deturpado ao longo da história pelos próprios socialistas, com o objetivo de levar as proposições do movimento dos trabalhadores, em um período de ebulição política revolucionária e foi estendido e institucionalizado como modelo de mídia depois da tomada do Estado, sob o controle do partido comunista.

Da perspectiva anarquista, esse autor recorre à crítica bakunista, que percebe o potencial que o marxismo tem em se tornar uma ideologia de uma nova elite que governaria em nome dos explorados e reivindicando o manto da ciência. É concedido aos iluminados da vanguarda o direito de mando e controle dos veículos de mídia radical, conforme o fenômeno da retidão.

A retidão implica em uma hierarquização entre os membros da equipe com considerável educação formal e capital cultural acima dos demais trabalhadores, como os tipógrafos, secretárias, recepcionistas etc. Esse conflito se torna ainda mais destrutivo quando ainda envolve sexo e quando os trabalhos menos importantes são reservados para as mulheres.

Downing (2002) aponta que, com base no texto de Jô Freeman, *A tirania das organizações sem estrutura*², quando os veículos de mídia radical não possuem regras claras de funcionamento, podem haver

² A ideologia da organização “sem estrutura”, segundo a autora, pode proporcionar a formação de uma elite e, nesse caso, a palavra elite serve para designar um grupo de amigos que compartilha valores, opiniões e posições. Mesmo involuntariamente, esses amigos estabelecem redes de comunicação, consultam mais constantemente se essa rede é única dentro do coletivo e, provavelmente, vai estabelecer por conta desses laços informais um poder de decisão maior do coletivo. Desse modo, essa relação vai trazer duas consequências: a primeira, fazer do coletivo uma “irmandade”, onde só se escuta a pessoa que se gosta e não por dizer algo coerente ou importante; a segunda, de que as estruturas informais não têm a obrigação pelo grupo todo e de que o poder que lhe foi conferido não pode ser retirado, pois não há um princípio suficientemente claro para que o descaso com o coletivo tenha um parâmetro que avalie a participação.

formas de hierarquização através da formação de grupos de afinidade que exercem pressão sobre os demais membros da equipe ou do coletivo de mídia radical. Nesse caso, para Downing (2002), a questão central é: por mais igualitária que seja a ideologia que os intelectuais professam, “[...] sejam eles do sexo masculino ou feminino, sua experiência de classe geralmente os leva a presumir que estão mais destinados a liderar” (DOWNING, 2002, p. 114).

Esse autor destaca, ainda, a relação entre a mídia radical e a política prefigurativa, compreendida com o conceito autogestão do anarquismo clássico e das suas expressões contemporâneas. A autogestão, no anarquismo, não está restrita ao domínio da produção econômica, mas se estende ao domínio social e às microesferas de poder, onde frequentemente se estabelecem relações heterônimas entre os sujeitos (SOUSA, 2008).

A política prefigurativa, sob a perspectiva libertária, é uma ação construída no cotidiano através de práticas e vivências coletivas, que tem como objetivo seguir os princípios libertários no presente e não apenas após uma revolução social. A construção dessas vivências e práticas coletivas procura enfatizar a necessidade de se estabelecer laços de solidariedade e cooperação nos espaços de decisão e organização, evitando também a hierarquização de funções, a concentração de poder e a separação entre os espaços de execução, decisão e planejamento.

A autogestão é reconstruída a partir da valorização dos processos, sobretudo com critérios éticos e abertos à experimentação e não pela lógica da eficácia, comum aos veículos de mídia convencional. Downing (2002) também destaca que o modelo autogestionário possui certa autonomia em relação aos movimentos sociais e à cultura de oposição. Podem se afastar de aspectos autoritários de determinado grupo, movimento social, contracultura e cultura de oposição quando os objetivos, métodos e princípios que norteiam sua prática não são respeitados ou mesmo ignorados. Essa autonomia pode, em determinados momentos, se transformar em isolamento, quando se converte em uma forma de aristocracia militante distanciada da realidade objetiva.

Downing (2002) destaca que a mídia radical alternativa só pode

ser compreendida levando-se em consideração sua importância em relação à cultura popular, à cultura de oposição e às audiências. A mídia radical alternativa pode operar dentro de um movimento social, mas não necessariamente ela é parte daquele movimento. Ao fazer essa definição, o autor destaca, inicialmente, que o termo cultura deve ser colocado no plural, “culturas”, tendo em vista que pouquíssimas nações são monoculturais e, mesmo as que são predominantemente, como o Japão e a Polônia pós-guerra, costumam ter variáveis de classe e regionais em relação à cultura nacional, de gênero e idade.

As variáveis de gênero, etnia, regionalismos, gerações, classe etc. devem ser constantemente visitadas, para não reproduzirmos uma hierarquia na qual confere uma mais elevada posição às fileiras da burguesia, aos brancos, aos homens e à língua pátria bem falada, consagrados muitas vezes como critério nacional para que alguém seja levado a sério (DOWNING, 2002, p. 36).

Argumentando ainda sobre multiplicidade de culturas que podemos encontrar em uma nação, Downing (2002) destaca positivamente as contribuições de Néstor Garcia Canclini e de Jesús Martín-Barbero, por constatarem duas dinâmicas que são imprescindíveis para a compreensão da relação entre cultura, mídia e política.

A primeira dinâmica constata que o mundo do trabalho, a política, a produção cultural, a etnia, o gênero, as identidades de audiência, os movimentos sociais e cidadãos são fontes de mediação do processo comunicativo que vão se confortando com o resultado da sua interação com meios de comunicação. A segunda dinâmica constata a relação entre a cultura popular e a cultura de massa, no fato que a indústria da cultura comercial destaca expressões da cultura popular, em que seus produtos não são meras imposições de cima para baixo.

Após realizar tais considerações, Downing (2002) afirma que a raiz genérica da mídia radical são as culturas populares, produto da relação entre as mediações no cotidiano e a cultura de oposição, que possui um caráter mais específico, representando no máximo uma conjuntura de uma história bem mais ampla.

Para esse autor, as culturas populares e a cultura de massa se in-

interpretam e se impregnam uma da outra, assim como a cultura de oposição recorre e contribui para as culturas populares e a cultura de massa. Não perceber tais relações tem por consequência uma falha séria de interpretação das possibilidades e limites da mídia radical alternativa, tendo em vista a reprodução do elitismo, do racismo, da homofobia, os preconceitos em relação à idade, ao credo e à classe presentes no cotidiano comunitário, na cultura de oposição e na cultura de massa.

Apesar de ter sua raiz na cultura popular, a mídia radical é relativamente independente dos poderes constituídos. Muitas vezes, se opõem diretamente a suas pautas, não se encontrando de modo ordeiro em um território político reservado e radical, que é um fenômeno misto, livre e radical em certos pontos, mas não em outros.

A linguagem e a estética da mídia radical podem ser (e são) incorporadas pela indústria cultural, transformando-os em objetos de consumo, principalmente entre os jovens, reduzindo a radicalidade em estilos de vida moldados pela lógica publicitária da marca. Mas isso não quer dizer que a mídia radical, assim como os demais sujeitos sociais no cotidiano, seja meramente passiva. Mas, antes de entramos nessa questão, primeiro continuaremos a entender o que propõe Downing (2002) sobre as estratégias de resistência da mídia radical.

Downing (2002) destaca os trabalhos de Gramsci entre 1920 e 1930 sobre as estratégias do capitalismo em relação à hegemonia cultural que as classes dominantes exerceram ao longo de dois séculos, organizando suas lideranças por meio dos órgãos de informação e cultura – como as escolas, as igrejas, a literatura e as ideologias corporativas –, para produzirem uma visão incontestável de sua capacidade de liderar. Contra a hegemonia do capital, Downing (2002) sugere, utilizando aspectos das análises gramscianas, que os veículos de mídia radical alternativa devem reconhecer a existência de membros capazes de coordenar os desafios, de se contrapor à hegemonia ideológica do capitalismo e de propor programas dignos de crédito.

O autor também sugere, na sua argumentação, que o termo intelectual orgânico seja reinterpretado como comunicador/ativista, pois a palavra intelectual jamais se referiu a um círculo fechado que se colocava a pensar grandes questões. O comunicador/ativista estaria colocado

organicamente com as classes trabalhadoras, para o desenvolvimento de uma ordem social mais justa e culturalmente superior, ao contrário dos intelectuais organicamente integrados às classes dominantes.

Apesar de concordarmos com a proposição de Downing (2002) sobre sua interpretação de Gramsci, sugerimos outra interpretação do papel do comunicador/ativista da mídia radical nas lutas sociais. Para isso, recorreremos à categoria de minoria ativa, que pode nos ajudar melhor na questão em debate, por possuir um sentido mais interativo do que impositivo no papel dos pequenos grupos de mídia radical que agem em colaboração com movimentos sociais e de contestação mais amplos.

COMUNICADOR DA MÍDIA RADICAL COMO MINORIA ATIVA

Apesar de o anarquismo clássico não apresentar suas propostas e diagnósticos como verdades científicas, e sim como uma teoria social sujeita à experimentação e ao erro, possuindo matrizes diferentes em relação ao coletivo, ao indivíduo e ao papel das organizações na luta revolucionária, é justamente nesses clássicos que iremos nos apoiar para elucidar a concepção de minoria ativa.

Para o revolucionário italiano Malatesta (1977), especificar as relações de maiorias e de minorias e o apoio mútuo no movimento operário, passa pelo fato de que sempre, no decorrer da história, houve minorias mais progressistas, retrógradas e reacionárias que as maiorias. Mesmo assim, não significa que se deva aceitar a imposição da maioria sobre a minoria. Se existem homens geniais que se antecipam ao seu tempo, argumenta o autor, também há os loucos, imbecis e inertes que se deixam inconscientemente levar por correntes em que se encontram.

Para ele, não se trata de julgar, ingenuamente, se a maioria ou a minoria está com a razão, mas procurar nas argumentações apresentadas quais os caminhos que apontem para um maior bem-estar de um e de todos. No caso, a liberdade aparece como meio de se atingir a experiência do verdadeiro e do melhor.

A convivência, para Malatesta (1977), entre maioria e minoria é resolvida não com subjugação da minoria pela maioria ou pela coop-

tação da maioria pela minoria, mas pelo livre acordo que se estabelece entre os iguais, “uma mútua condescendência e o reconhecimento inteligente das necessidades práticas da vida coletiva e das transições que se fazem necessárias” (MALATESTA, 1977, p. 102).

Essa definição, para o autor, não se inscreve na crença de que os anarquistas que se dizem comunistas devam impor uma lógica única, mas sim uma alternativa. Embora os homens ajam de formas diferentes em relação aos seus interesses e estejam submetidos a diferentes graus de opressão, é possível, através do apoio mútuo, do livre acordo e da cooperação entre os trabalhadores, estabelecer laços de solidariedade contra a burguesia.

Sobre as organizações anarquistas, o revolucionário salienta que, apesar dos anarquistas aspirarem uma revolução social com a participação das massas, eles não querem emancipar o povo e sim que o povo se emancipe. Acreditando que isso seja impossível através da imposição da força arbitrária ao próprio povo, o autor argumenta que um novo modo de vida social deve surgir das vísceras do povo, de seu grau de desenvolvimento, e que possa progredir na medida em que os homens progridem.

Para esse mesmo autor, o papel da organização anarquista deve ser temporal, correspondendo ao tempo das razões e objetivos que se uniram em livre associação. Sua relação com o movimento operário, que tem uma orientação determinada pelo curso dos acontecimentos e por seus objetivos e com as demais forças progressistas criadas a partir de interesses materiais e imediatos, deve contemplar os princípios do anarquismo, não se deixando seduzir pelo espírito autoritário contido muitas vezes no imediatismo.

Dessa forma, as organizações anarquistas devem:

[...] conciliar a livre ação dos indivíduos com a necessidade e prazer da cooperação, que sirvam para desenvolver a consciência e a capacidade de iniciativa de seus membros e constituam um meio educativo para o ambiente onde atuam e uma preparação moral e material para o futuro que desejamos (MALATESTA, 1977, p. 162-163).

Nesse sentido, o autor anarquista reconhece, ao mesmo tempo, a necessidade de se pensar como uma minoria dentro de um quadro maior de forças e também a necessidade dessa minoria agir de forma ativa na luta de classes, sem perder seus princípios. A ação dessa minoria vai ser mais eficaz em relação aos seus objetivos e princípios quanto maior for seu grau de organização e cooperação nas lutas sociais.

Ao transportar a concepção de minoria ativa para o contexto da mídia radical, pode-se visualizar muitas das expressões dessa alternativa sem o prejuízo de uma exaltação do papel de seus ativistas e sem comprometê-los com um papel que eles não exercem – pelo menos não a maioria –, mantendo a autonomia da amplitude mídia radical em relação aos movimentos sociais.

A ressalva que fazemos sobre essa associação se inscreve no engajamento de muitos ativistas da mídia radical em múltiplos movimentos. Nesse caso, duas considerações são importantes: a primeira é que, na maioria das vezes, os membros dos veículos de mídia radical alternativa não estão nos movimentos de base territorial ou por sobrevivência, nem mesmo constituem maioria numérica no movimento de democratização da mídia, onde, apesar de encontrarmos uma diversidade enorme de atores, a hegemonia política ainda é de uma visão legalista e social-democrata e não de uma visão libertária e autogestionária.

A segunda consideração se relaciona com a primeira afirmando que, embora muitos ativistas da mídia alternativa estejam organicamente integrados aos movimentos sociais, não significa dizer que eles desempenham o mesmo papel de um intelectual orgânico. Sua atuação muitas vezes está restrita ao campo de suas habilidades técnicas, ou seja, na produção ou formação de outros ativistas de mídia nos movimentos sociais.

Nesse sentido, o papel de muitos ativistas de mídia alternativa nos movimentos sociais mais amplos tem sido o de se apresentar como atores de vanguarda, como no caso da contracultura dos anos de 1960, ou como uma minoria ativa que procura influenciar esses movimentos sem cooptá-los e sem abrir mão de muitos de seus preceitos éticos e

políticos. Muitos movimentos populares e sociais reproduzem algumas lógicas consideradas autoritárias e não autônomas na sua forma de organização e relação com o Estado.

Não podemos deixar de mencionar outra contribuição importante do anarquismo contemporâneo na relação entre autogestão e técnicas alternativas. As práticas da mídia radical se inscrevem também dentro de uma ampla utilização de técnicas e invenções que, ao longo da história, tornaram-se fundamentais para o desenvolvimento do capitalismo.

O PODER CONSTITUINTE DA AUTOGESTÃO

Para Murray Bookchin (1985), a autogestão não pode ser reduzida à esfera econômica. Segundo o ativista, as máquinas a vapor, por exemplo, já eram conhecidas pelos gregos há dois mil anos, mas eram usadas meramente como brinquedo. Isso demonstra a importância dos valores éticos e culturais da Antiguidade sobre a evolução das técnicas em geral em todas as épocas não submetidas a uma lógica de mercado.

No entanto, negar as relações das técnicas existentes em determinado período histórico ou exagerar sobre o papel da técnica na formação do pensamento e da sociedade também é de um simplismo inaceitável, e, neste caso, o autor cita como exemplo o que pensavam Marshall McLuhan e Jacques Ellul.

Para Bookchin (1985), ainda que não possamos negar a influência da técnica e até o seu indispensável contributo na criação das instituições sociais e das atitudes culturais, a partir do momento em que questionamos os problemas relacionados ao seu uso e desenvolvimento, nos deparamos com um número considerável de paradoxos, que não serão resolvidos com mero exercício de retórica ou pela fórmula moral mais conhecida.

O autor dá como exemplo o sentido que se atribui à autogestão nos dias de hoje, como se fosse um sinônimo de “controle operário”, “democracia industrial” ou “participação dos trabalhadores”:

O sentido altamente economicista que a palavra autogestão hoje evoca não é, senão por si mesmo, uma prova gritante do grau de apropriação que as palavras sofrem na sociedade industrial. O termo auto, enquanto prefixo, e a palavra gestão tornam-se, no plano das ideias e dos sentidos, opostas uma à outra. A ideia de gestão tende a apagar a ideia de autonomia. Pela influência dos valores tecnocráticos sobre o pensamento, a autogestão, conceito fundamental a uma administração libertária da vida e da sociedade, foi preterida a favor de uma estratégia de gestão eficaz e rentável. Desse modo, a ideia de autogestão é cada vez mais tida em conta, mesmo pelos sindicalistas mais decididos, não por motivos de autonomia pessoal, mas por razões de funcionalidade econômica (BOOKCHIN, 1985, p. 2).

Segundo esse autor, somos levados a pensar que “o pequeno é bonito”, não porque podemos obter uma sociedade em escala humana que cada um possa controlar, mas porque economizaremos energia. Nesse sentido, a autonomia e a autogestão são pensadas como componentes de uma sociedade industrial, resumindo-se em atitudes mais aptas a resolverem problemas econômicos e técnicos do que problemas morais e sociais, “[...] em uma sociedade que se nega a individualidade do homem e que estabelece, afinal, os termos que devem ser utilizados por aqueles mesmos que a pretendem modificar em um sentido diferente e libertário” (BOOKCHIN, 1985, p. 2).

Ainda segundo esse autor, ao definir os termos, a sociedade se apropria de forma decisiva da opinião dos seus membros mais decididos, estabelecendo os parâmetros das suas críticas e opiniões, e “industrializa” a sua própria oposição possível. Para Bookchin (1985), há algo de paradoxal na autogestão, que recusa pôr em debate as suas bases de atuação técnica, afinal, a simples eliminação da exploração econômica traz, inevitavelmente, o fim da dominação social e da alienação cultural. Ele questiona: “[...] poderão as técnicas atuais responder de forma adequada à modificação e à transformação desejada?” (BOOKCHIN, 1985, p. 3).

Para esse autor, as respostas às questões abordadas por meio de

noções como “controle operário”, “democracia industrial” e “participação econômica” se tornam insuficientes, haja vista não haver argumentos mais claros e precisos para se oporem às ideias funcionais de organização econômica que, cada vez mais, torna nua a natureza autoritária da técnica.

A ideia de neutralidade da tecnologia atual, no sentido político e social, aceito por um conjunto muito vasto de ideólogos e pensadores, é criticada pelo autor pelo fato de colocar em debate todas as considerações éticas e sociais. Infelizmente, quando as considerações éticas sobre a tecnologia são isoladas e não é levado em conta um determinado contexto histórico ou social, o ponto de vista funcional tende a sobrepor-se exatamente pelas mesmas razões acima apresentadas, pois também ele pressupõe que a tecnologia não é senão uma questão de concepção – um dado que é, ou não, funcional.

Só muito recentemente vimos emergir um tipo novo de interrogação, ligada com a instalação de centrais nucleares, que se recusa a aceitar a tecnologia como um “dado”, sem outras consequências. A noção de que o “átomo pacífico” é intrinsecamente um “átomo agressivo” foi divulgada largamente depois do acidente na central *Three Mile Island*, em Harrisburg. O mais significativo nesse acidente foi, talvez, o fato dos antinucleares terem conseguido interessar as pessoas pelas novas tecnologias e pelas energias renováveis, que são ecologicamente mais sãs e implicitamente mais humanas. A distinção entre “boas” e “más” técnicas, isto é, uma avaliação ética do desenvolvimento técnico, pode então fazer-se com uma acuidade desconhecida desde a primeira revolução industrial (BOOKCHIN, 1985).

Para esse autor, o debate sobre a técnica é fundamental para movimentos emancipatórios que devem mergulhar em um universo social de intenções, necessidades, desejos e de interações, tendo em vista que a técnica constitui um dos mecanismos mais maleáveis que a humanidade possui. Para ele, as instituições, os valores e os códigos culturais utilizados pelos seres humanos, são, com efeito, muito mais reticentes à mudança do que, propriamente, os instrumentos que os materializam.

Seguindo essa argumentação, Bookchin (1985) examina algumas

noções construídas com base na autogestão, particularmente na relação que mantêm com o desenvolvimento técnico. Para ele, a noção de *selfhood* tem origem na concepção helênica de autonomia, isto é, de autogoverno. O fato da autonomia na sociedade atual significar apenas independência deve-se ao reducionismo mencionado anteriormente.

Ainda para esse autor, a autonomia helênica estava intimamente relacionada à ideia de governo social, na capacidade do indivíduo participar diretamente da sociedade em que vivia, antes mesmo de se ocupar de suas atividades econômicas. Com efeito, o *oikos* (gestão da casa) era considerado uma atividade inferior, ainda que necessária, no interior da pólis.

Conforme o citado autor, a ideia de *selfhood* parece estar mais associada ao poder do indivíduo no seio da comunidade do que propriamente à gestão da existência material. No entanto, a possibilidade de exercer poder social e, dessa forma, adquirir uma individualidade, pressupõe uma liberdade material adquirida pela boa gestão do meio. Na noção de *selfhood*, as condições básicas estavam asseguradas, segundo o autor, quando se exigia mais do que os homens de nossa época possam considerar. Primeiro, porque a noção de *selfhood* implicava o reconhecimento da competência do indivíduo, tendo em vista que autonomia/autogoverno se tornaria uma palavra vazia se os membros da pólis, no seu conjunto, se não fossem eles próprios capazes de assegurar a responsabilidade do governo.

A educação política do cidadão, baseada nos princípios da competência individual, da inteligência e, sobretudo, da retidão cívica e moral, possui um papel importante nesse processo, para o autor. Afinal, era só a *ecclesia* ateniense, espécie de assembleia popular de cidadãos – que se reunia pelo menos 40 vezes por ano –, que podia testar essa capacidade educativa, apesar de a ágora, na praça pública, ser a verdadeira escola.

Nesse sentido, o autor define que:

[...] a noção de *selfhood* teve a sua primeira e mais remota origem em uma política da personalidade, e não em um processo de produção material. É quase um absurdo de natureza

etimológica pretender dissociar o prefixo “auto” da capacidade de exercer um controle pessoal sobre a vida social. Sem o seu significado ético, as suas implicações de natureza pessoal moral, a noção de *selfhood* arrisca dissolver-se em uma espécie de individualismo, vazio e sem sentido, que lembra, por vezes, esse egoísmo da personalidade humana que emerge à superfície da sociedade burguesa como os resíduos das operações industriais (BOOKCHIN, 1985, p. 4).

Argumentando que para a autogestão ser outra coisa que não mero gerenciamento administrativo das técnicas existentes e que para que o trabalho seja uma atividade lúdica e criativa, o autor defende a ideia de que os movimentos libertários lidem com a tecnologia de uma forma muito idêntica e em um contexto ético semelhante ao utilizado pelos grupos antinucleares na sua relação com os recursos energéticos.

No seu livro *Post-scarcity anarchism* (1986), Bookchin faz um relatório do inventário das técnicas alternativas existentes, segundo critérios de seleção a partir do seu interesse ecológico e da sua relação com a liberdade humana. Daquele momento até os dias de hoje, o autor afirma que acrescentaria mais experiências no seu inventário e retiraria outras, que se tornaram adaptadas à sociedade autoritária e tecnocrática. Ele salienta que uma nova tecnologia alternativa está sempre a emergir, sendo essa tecnologia tão importante para o futuro quanto é a fábrica no momento presente. Essa tecnologia traz consigo um critério de seleção das técnicas atualmente existentes.

Para Bookchin (1985), não é importante saber se uma pequena cooperativa alimentar pode substituir um supermercado, se um pomar comunitário tem ou não capacidade para suplantiar uma empresa agrícola industrial ou se um moinho de vento pode, porventura, produzir tanto quanto uma central nuclear.

Para esse autor, o mais importante é saber se essas tecnologias estão, de certo modo, proporcionando o ressurgimento de uma capacidade de autodeterminação pessoal, inacessível às coisas maximizadas, e ainda o ressurgimento de um sentimento de autocompetência, que em geral é negado ao cidadão comum. Para ele, a imagem da cidade enquanto fábrica, amplamente divulgada, já foi tão longe que as for-

mas técnicas e institucionais alternativas têm também de ser suficientemente radicais e profundas.

Para que isso seja possível, no entanto, é preciso ir aos bairros e aos movimentos feministas e ecologistas e estar perto de todos aqueles que já tenham adquirido uma autonomia pessoal, cultural, sexual e cívica, onde é possível se encontrar uma nova sensibilidade, uma nova competência e uma nova consciência.

A energia solar ou eólica, bem como o pomar artesanal, são opções técnicas bem mais antigas que a fábrica para que elas possam renascer hoje sob o nome de tecnologia popular ou alternativa, é apenas o início de que há a necessidade de operar uma mudança no sistema social atual. Essas técnicas alternativas nos dão hoje justamente o contexto possível, e talvez histórico, para tal mudança social. Permitem que a autogestão seja efetivamente uma realidade viva e concreta, que traz do passado os aspectos mais positivos. Todos esses aspectos fazem delas realidades e, em certa medida, utopias, mas não simples visões. Finalmente, como dispositivos educativos comunitários, as técnicas tendem a desenvolver uma política de personalidade, só comparável com aquela em que o “grupo de afinidade” anarquista, entendido como arena educativa, pode desenvolver.

Concluindo, o autor afirma que o surgimento das técnicas alternativas atingiu um grau de importância, nos dias atuais, que são só comparáveis com o fim da sociedade tradicional, às vésperas do capitalismo. Ainda que as tecnologias alternativas possam ser engolidas pelo capitalismo, precisamos mais do que a negação da técnica ou sua incorporação pelo viés administrativo para produzir mudanças radicais na sociedade.

Segundo o autor, precisamos de esquemas teóricos capazes de interpretar as novas possibilidades sociais que se abrem hoje à humanidade, algo que só a sensibilidade libertária nos proporciona. Sem uma consciência capaz de articular a lógica social de tal quadro técnico, ficaremos assistindo as mais ricas possibilidades se perderem.

A proposta de pensar a técnica para além de visões que as colocam como neutras ou totalmente como parte da tecnologia de controle

nos dá a liberdade para discutir outras questões relacionadas à revolução tecnológica dos últimos anos com a sensibilidade libertária que Bookchin (1985) afirma ser necessária para analisar articular a lógica social de dado quadro técnico e as práticas da mídia radical.

ONDE FICA O DIGITAL NA MÍDIA RADICAL ALTERNATIVA?

O desenvolvimento das tecnologias midiáticas, a popularização do uso do computador pessoal, dos periféricos (escâneres, gravadores de CD e DVD, impressoras) e das técnicas de produção de mídia, o crescimento das possibilidades de compartilhamento e maior interatividade entre os sujeitos e usuários da mídia alternativa, o movimento do *software* livre, a constituição de redes e as questões relativas ao direito autoral são elementos relativamente novos, que trazem à tona novas práticas e discursos para as mídias de contestação.

Lincoln Martins e Jô Freeman (2004), analisando as perspectivas da comunicação alternativa na era da informação digital, destacam que a difusão das novas tecnologias, a partir da década de 1990, tornou possível uma maior participação das pessoas nos cenários da comunicação social. Segundo os autores, a fácil disponibilidade de equipamentos com relativo baixo custo, como a internet, máquinas e filmadoras digitais e copiadoras, tornaram a comunicação social mais flexível, dinâmica e, sobretudo, mais acessível, refletindo diretamente nas relações do homem com o homem e do homem com o mundo.

Para os autores, as imposições da ideologia burguesa e do consumismo desenfreado não findaram e nem estão perto de terminar, mas a possibilidade de difundir e produzir cultura de forma autônoma do mercado e de instituições baseadas em princípios verticais e de persuasão surge como ponto crucial no rompimento com a hegemonia corporativista. Além disso, pode-se dizer que, de certa forma, a facilidade de acesso aos meios de produção e distribuição da informação e cultura produziu a liberação da mídia alternativa do estigma do amadorismo (KLEIN, 2002), assim como a disseminação quase que simultânea dos modos de fazer, sem a necessidade de um especialista.

Por meio dos fóruns, das listas de *e-mails* e tutoriais, são compartilhadas técnicas de edição, editoração e produção de vídeos, áudio e textos, bem como o desenvolvimento de *softwares* livres³ com interfaces amigáveis e de publicação aberta, que permitem a qualquer pessoa com um conhecimento básico de informática produzir sua própria mídia e distribuí-la livremente, sem que haja a mediação de um jornalista ou outro especialista em mídia. As tecnologias digitais de compressão (mp3, avi, mp4), de distribuição (redes ponto a ponto, *torrents*, *blogs*) e de reprodução de dados (copiadoras, gravadores, escâneres) permitiram que o compartilhamento dos bens culturais e simbólicos ganhasse uma escala global, quase ilimitada e anárquica, gerando um conflito que tem influência direta na produção de mídia alternativa contemporânea. Esse conflito ocorre entre os defensores da livre troca de conhecimento e bens culturais e os detentores dos direitos autorais, geralmente megacorporações de entretenimento proprietárias de editoras, produtoras e gravadoras.

O direito autoral como conhecemos hoje – como um direito “natural” do autor viver de sua obra – nem sempre existiu. É uma construção histórica intrínseca ao sistema de produção e de manutenção do político. O ato de plagiar, reproduzir, distribuir e acessar obras literárias, filosóficas e políticas, canções e poemas sem permissão ou mesmo sem conhecimento do autor nem sempre foi visto como um crime ou como uma forma de falta de criatividade do plagiador. Pelo contrário, se não fosse a reprodução, hoje chamada de plágio, muitos dos conhecimentos construídos por civilizações milenares estariam perdidos, civilizações que antecedem os axiomas impostos pelo capitalismo, como a centralidade do mercado nas relações humanas e a propriedade é privada sem função social.

Se *sempre* houvesse existido a propriedade intelectual, a humanidade não haveria conhecido a epopeia de Gilgamesh, o Mahabharata e o Ramayana, a *Iliada* e a *Odisseia*, o Popol Vuh, a Bíblia e o Corão, as lendas do Graal e do

³ Falaremos da relação do *software* livre com as práticas de mídia alternativa um pouco mais à frente.

ciclo artúrico, o Orlando Apaixonado e o Orlando Furioso, Gargântua e Pantagruel, todos eles felizes produtos de um amplo processo de mistura e combinação, reescritura e transformação, isto é, de ‘plágio’, unido a uma livre difusão e a exibições diretas (sem a interferência dos inspetores da Società Italiana degli Autori ed Editori) (Wu Ming, 2002, p. 9, grifo do autor).

Richardson e Kleinner (2006) consideram que a revolução romântica marcou o nascimento da autoria proprietária, abolindo a crença de que as criações humanas eram dádivas dos deuses que podiam ser controladas por decretos reais e que esses deuses decidiam quais obras seriam publicadas ou abolidas, conforme seus interesses. Para os autores, embora o movimento romântico tenha libertado a capacidade produtiva dos indivíduos das causas supranaturais e do controle político, ignorou o contexto social da produção mais vasto, acorrentando a produção do conhecimento ao discurso da propriedade privada, que dominou o discurso filosófico desde Locke.

Segundo esses autores, os primeiros a defenderem que a obra de um autor era fruto de sua personalidade única foram Edward Young e Samuel Richardson, por volta de 1750. Essa ideia encontrou apoio entusiástico entre os românticos alemães e ingleses. Depois disso, Lessing, em 1772, estabeleceu uma relação entre originalidade e direito sobre as ideias, em que os artistas teriam direitos de se beneficiar dos rendimentos econômicos de suas obras. Percebendo que muitas pessoas compartilhavam das mesmas ideias, Fischer, em 1791, acrescentou que as ideias, para ser propriedade de alguém, deveriam possuir características distintas, as quais permitisse que apenas um indivíduo reclamasse sua propriedade. A característica distinta não residia na ideia em si, mas na forma única que o autor utilizava para comunicá-la.

Por volta de 1830, Wordsworth introduziu, na prática, a noção de gênio artístico, defendendo que os gênios em nossa sociedade são frequentemente ignorados por seus contemporâneos, só sendo reconhecidos após a morte. Essa ideia fez com que Wordsworth se tornasse um ativista da defesa da extensão dos direitos autorais para 60 anos após a morte do autor. De acordo com Richardson e Kleinner

(2006), há uma dualidade em Wordsworth, uma vez que invoca o autor como gênio solitário:

[...] sua visão romântica do mundo aspirava a elevar a arte a um espaço puro superior à produção de mercadorias, mas sua definição da obra criativa enquanto propriedade reintegra a arte na própria esfera que procurava negar (RICHARDSON; KLEINNER, 2006, p. 2).

A primeira lei inglesa de direito autoral⁴ surgiu em 1710. O *Statute of Anne* dava ao autor o direito sobre a propriedade intelectual por 14 anos, renováveis por mais 14 anos se o mesmo estivesse vivo (ORTELLADO, 2002). A criação dessa lei tinha a intenção de acabar com o monopólio da *Stationers Company*, uma corporação de livreiros que havia obtido o direito exclusivo de cópia por um decreto da Rainha Ana, em 1557⁵.

Richardson e Kleinner (2006) salientam a codificação capitalista da relação autor/editor como uma das contribuições importantes do estatuto, observando que o *copyright* estava ligado ao direito do autor, sendo, contudo, automaticamente assumido pelos editores através dos mecanismos neutrais de mercado. Em teoria, os autores e artistas eram proprietários das suas ideias imateriais e do direito de viver com o fruto do seu trabalho; entretanto, eles não possuíam os meios tecnológicos de reprodução de sua obra e, por esse motivo, os autores tinham que vender parte de seus direitos para outra pessoa com recursos suficientes para explorá-los, ou seja, vender o trabalho.

Com a consolidação da indústria cultural, que transfere a racionalidade instrumental para a produção cultural, a propriedade intelectual passa a ter uma longevidade muito além do que se imaginava

⁴ Os primeiros direitos de cópia datam dos séculos XVI e XVII. Eram licenças reais, que davam direitos exclusivos aos livreiros de copiar ou imprimir. O monopólio tinha um interesse específico, o de publicar ou banir os livros segundo os interesses ideológicos da corte, para controlar o conhecimento e censurar as vozes discordantes.

⁵ *Statute of Anne* foi realmente colocado em prática após longos anos de batalhas jurídicas, por causa das bases institucionalizadas que formavam o monopólio das publicações.

no século XVIII. Segundo Ortellado (2002), a legislação americana, que data de 1790, se baseou na lei inglesa, usando também o direito autoral por 14 anos com renovação por mais 14 se o autor estivesse vivo. Em 1810 a lei foi alterada, passando para 28 anos renováveis por mais 14, e em 1909 foi novamente modificada, passando para 28 anos, renováveis por mais 28.

Mais recentemente, a extensão do direito à propriedade intelectual ultrapassou de longe os 20 anos após a morte do autor. A pressão teria começado em 1955, quando o congresso americano autorizou o escritório de patentes a desenvolver um estudo com vistas a revisar as leis de direito autoral vigentes, que concluiu que as leis deveriam ampliar o período de renovação de 28 para 48 anos. A associação de escritores pedia que a renovação fosse para 50 anos, com o argumento de se adequar à “modernização” das leis de direitos autorais e estas à Convenção de Berna, realizada na Suíça.

Durante os anos posteriores, a discussão arraigada parecia não ter fim. Os direitos autorais que expirariam em 1962 tiveram uma autorização especial para expirar apenas em 1965. Com a ação de lobistas, o vencimento extraordinário se repetiu de 1965 para 1967, de 1967 para 1968, de 1968 para 1969, de 1969 para 1970, de 1970 para 1971, de 1971 para 1972, de 1972 para 1974 e de 1974 para 1976. Finalmente, em 1976, a nova lei de direitos autorais foi aprovada, estabelecendo um período de vigência do direito por toda a vida do autor e por mais 50 anos após sua morte e, para trabalhos encomendados por empresas, um período de 75 anos após a publicação ou 100 anos após a criação – o que fosse mais curto.

Ainda segundo Ortellado (2002), nos anos 1990, sob forte pressão da Disney, Warner e toda a indústria cinematográfica, prestes a perder os direitos sobre suas obras e personagens mais famosos⁶, o direito autoral foi ampliado. Em 1998, passou de 50 para 70 anos, caso o direito fosse

⁶ Ortellado (2002) cita exemplos de obras que entrariam em domínio público e suas respectivas detentoras dos direitos autorais. Da Disney: Mickey Mouse, em 2003; Pluto, em 2005, Pateta, em 2007, e Pato Donald, em 2009. Da Warner: Pernalonga, em 2015, *...E o vento levou*, em 2014. As músicas de George Gershwin, como “Rhapsody in blue”, em 1998, e “Porgy and bess”, 2010. Viacom: *O grande Gatsby*, de Scott Fitzgerald, no ano 2000, e *Adeus às armas*, de Ernest Hemingway, em 2004.

propriedade de uma pessoa, e de 75 para 95 anos no caso de o direito ser da propriedade de uma empresa.

Para Richardson e Kleinner (2006), a propriedade intelectual é uma farsa, um conceito desprovido de sentido, pois “as ideias não funcionam como a terra e não podem ser detidas ou alienadas” e os debates que emergem sobre a propriedade intelectual tendenciosamente ignoram a noção de apropriação e transmissão cultural.

Os autores argumentam que as ideias não surgem do nada no cérebro dos indivíduos como se fosse uma linguagem privada, mas que elas sempre foram uma prática social. As ideias se baseiam em extratos de conhecimento acumulados ao longo da história. A partir dos extratos comuns os homens criam suas obras, que possuem especificidades e inovações inequívocas. Todas as obras criativas combinam ideias, palavras, sons e imagens pertencentes à história e a seu contexto contemporâneo, resultando produtos de recombinações e apropriações.

O regime de propriedade intelectual não seria mais do que um privilégio legal para representar a si próprio de modo falso, como único proprietário do uso de uma ideia, expressão ou técnica e para cobrar uma taxa a todos que pretendam usá-la na sua produção. As ideias originais e o individualismo passam a gerar uma paranoia entre os “gênios”, conforme os autores, “cujo receio de serem roubados parecia disfarçar um medo mais básico de que a sua pretensão à originalidade não passasse de ficção”.

Para Richardson e Kleinner (2006), a propriedade intelectual está apoiada na violência invasora do Estado, que impede a todos de usar sua cultura comum. Os efeitos são o roubo da memória cultural, a censura e o acorrentamento da imaginação à lei. São efeitos não apenas econômicos, mas, segundo os autores, “os próprios artistas passam a sentirem-se lisonjeados com a sua associação ao gênio criativo, fazendo vista grossa ao modo como é empregado para justificar a exploração e alargar os privilégios das elites proprietárias”.

Universal: músicas como “Concerto número 2 para violino”, de Prokofiev, em 1998, e “Smokes get in your eyes”, de Kern e Harbach, em 2008.

A produção artística passa a obedecer o individualismo egoísta, onde os artistas competem entre si em busca da originalidade, neutralizando um determinado processo de produção de conhecimento, deslegitimando a noção de cultura comum e danificando as relações sociais. O artista passa a não mais ser encorajado a criar um fundo comum de criatividade. Em vez disso, começa a proteger ciosamente sua “propriedade” dos outros, encarando-os como potenciais concorrentes, espiões e ladrões deitados à espera de surrupiar suas ideias originais. Apesar de a farsa do direito autoral ser duradoura até os dias de hoje, Richardson e Kleinner (2006) observam que, ao longo dos dois últimos séculos, não se conseguiu erradicar totalmente a memória de uma cultura comum e que as ideias, imagens e sons podem ser livremente utilizados por todos.

Diferentes pessoas e grupos se manifestaram contra o surgimento do autor proprietário e o regime de propriedade intelectual. Os dadaístas, também citados pelos autores, movimento surgido em Zurique, na Suíça, durante a Primeira Guerra Mundial, rejeitavam a originalidade artística. Para eles, todas as obras consistiam em reciclagem e remontagem. Para Marcel Duchamp, um dos mais conhecidos expoentes do movimento dadaísta, o conceito de *ready-made* é uma apropriação do que já está feito, ou seja, uma transposição prática e não artística. São objetos anônimos que são escolhidos pelo artista que, ao escolhê-los, transforma-os em obra de arte. Essa escolha não é aleatória, mas pensada de forma filosófica e crítica, pois não há postulação do novo, somente a crítica à arte postulada sobre a ideia de valor, que se transforma em antiarte (BELTRAME; MORETTI, 2008).

A transposição de objetos cotidianos para a arte e os poemas *nonsense* que zombavam de artistas e figuras políticas da época eram apenas duas das faces do dadaísmo e de sua irreverência irrestrita, que, simultaneamente, se encontravam na disseminação de notícias falsas, intervenções em encontros políticos e manifestações de rua⁷.

⁷Apesar de o dadaísmo ser associado muitas vezes, vulgarmente, ao anarquismo e ao nihilismo, mesmo que o movimento anarquista negue possuir uma expressão estética única e que os próprios dadaístas como movimento dadaísta não reconheçam uma ideologia para sua prática política, na biografia de alguns de seus expoentes encontramos uma trajetória de militância comunista e antimilitarista.

Os situacionistas, grupo que definia a si mesmo como uma vanguarda “política e artística” no fim dos anos 1950, procuravam, entre outras coisas, superar o projeto que os dadaístas tinham deixado inacabado, trazendo os elementos do cotidiano para a arte, recombinando-os e os colocando-os à serviço da revolução. Para isso, era “necessário eliminar todos os vestígios da noção de propriedade pessoal nesta área” (DEBORD; WOLMAN, 1956), inclusive qualquer fragmento que pudesse ser tido como propriedade de outra vanguarda. Segundo eles, a “aparição de novas necessidades torna as obras ‘inspiradas’ anteriores obsoletas. Elas se tornam obstáculos, vícios perigosos. Não se trata de discutir se nós gostamos ou não delas. Nós precisamos superá-las” (DEBORD; WOLMAN, 1956).⁸

Segundo Richardson e Kleinner (2006), o conceito de *détournement* dos situacionistas – o desvio dos significados das obras de arte, dos filmes, das tiras de quadrinhos e anúncios publicitários – devia muito aos dadaístas mas, enquanto nos dadaístas havia uma crítica negativa às imagens dominantes, que dependiam do reconhecimento fácil das imagens negadas, o *détournement* não era tanto um antagonismo à tradição; acentuava a reivindicação de um mundo novo a partir dos destroços do antigo. Implicitamente estava contida nele a ideia de que era preciso viver de forma diferente mediante a construção de novas práticas. Uma dessas práticas era a criação de textos coletivos, frequentemente anônimos e com rejeição direta à propriedade intelectual, mediante avisos que ex-

⁸ Stewart Home, um dos mais conhecidos estudiosos das vanguardas artísticas e de contraculturas, afirma: “Guy Debord diz na tese 191 de ‘Sociedade do Espetáculo’: Dadaísmo e surrealismo são duas correntes que marcam o fim da arte moderna. São contemporâneas, ainda que de maneira apenas relativamente consciente, do último grande ataque do movimento proletário; e a derrota desse movimento, que os deixou prisioneiros do mesmo campo artístico cuja decrepitude haviam anunciado, é a razão básica para sua imobilização. Dadaísmo e surrealismo são ao mesmo tempo historicamente relacionados e opostos um ao outro. Essa oposição, que cada um deles considerava sua mais importante e radical contribuição, revela a inadequação interna de sua crítica, que cada um desenvolveu unilateralmente. O dadaísmo queria suprimir a arte sem realizá-la; o surrealismo queria realizar a arte sem suprimi-la. A posição crítica mais tarde elaborada pelos situacionistas mostrou que a supressão e a realização da arte são aspectos inseparáveis de uma única superação da arte” (NUNES, 2009).

pressavam que esses materiais não possuíam *copyright* ou como sendo *anti-copyright*.

Ao longo dos anos 1960 até os 1980, diferenciadas expressões da contracultura juvenil assumiram a crítica ao direito à propriedade intelectual em suas práticas, com o compartilhamento dos bens culturais produzidos coletivamente ou individualmente (faça você mesmo) gerando alternativas coletivas em resposta à mercantilização do conhecimento e da tecnologia. Embora a crítica e as alternativas ao direito autoral não sejam fenômenos recentes, o desenvolvimento da informática e seus desdobramentos, nos anos 1980, fez com que muitos dos conteúdos da crítica à propriedade intelectual fossem incorporados em um campo completamente novo, impulsionando muitas iniciativas de livre acesso à produção e compartilhamento das obras artísticas e de conhecimento.

No fim dos anos 1960 e início dos anos 1970, os computadores eram grandes, caros e inacessíveis para pessoas comuns. Os poucos computadores que haviam não supriam a enorme demanda vinda de pesquisadores e, além disso, os sistemas operacionais não correspondiam às necessidades desses profissionais. Em 1969, Ken Thompson cria o Unix, um sistema operacional multitarefa e multiusuário, disponível para diversas plataformas de *hardware*.

Inicialmente, o Unix era distribuído gratuitamente pela AT&T para as universidades. Percebendo o sucesso do Unix no meio comercial, a AT&T logo passou a disponibilizá-lo por um preço muito alto. Ao mesmo tempo, os departamentos de ciência da computação de diversas universidades no mundo inteiro começaram a desenvolver programas comerciais para o Unix, criando um grande número de usuários e desenvolvedores de utilitários e programas.

Com o aumento da demanda de *softwares*, surge o “modelo comercial baseado em licenças de uso”: empresas começam a desenvolver e vender *softwares* cujos termos de uso proíbem a sua distribuição ou alterar ou divulgar os códigos-fonte. São liberdades, ainda que restritas, que passam a ser consideradas crime se o usuário não pagar os *royalties* relativos ao direito autoral.

Richard Stallman, que trabalhava no *Massachusetts Institute of Technology* (MIT) desde 1971 na manutenção do sistema chamado *Incompatible Timesharing System* (ITS), descontente com as limitações decorrentes do fechamento dos códigos-fonte, abandona o MIT em 1983, para dedicar-se ao projeto GNU (“*GNU is not Unix*”), um sistema completo de *software* totalmente livre e compatível ao Unix. Em 1991 o GNU estava quase pronto, mas precisava de um sistema operacional (*kernel*) para funcionar. Na mesma época, Linus Torvalds, estudante de Ciência da Computação pela Universidade de Helsinque, na Finlândia, cria um *kernel* baseado no sistema Unix que poderia ser utilizado com o sistema GNU. Surge daí o GNU/Linux, chamado apenas de Linux por comodidade.

O *software* livre se constitui hoje não só como base material para a produção coletiva no campo da informática e da mídia alternativa, mas também como base ideológica de um movimento amplo que vai influenciar não só no mundo virtual, mas as práticas ativistas de contestação ao poder da mídia e do capitalismo.

MÍDIA RADICAL ALTERNATIVA: DO *SOFTWARE* LIVRE AO MOVIMENTO DE CULTURA LIVRE

Se o objetivo é construir uma sociedade livre, não é suficiente apenas colocar a liberdade na mão das pessoas. Se elas não a apreciarem, a deixarão cair e a perderão. Se nós queremos que a liberdade resista, temos que ensinar as pessoas a reconhecer o seu valor para que possam defendê-la (TORRES, 2004).

O movimento internacional pelo *software* livre que nasce do projeto GNU cria a Licença Pública Geral (*General Public License – GPL*), desenvolvida, sobretudo, pela *Free Software Foundation, Inc.*, uma alternativa encontrada por seus idealizadores para garantir a liberdade de compartilhar e alterar *softwares* de código-fonte aberto e permitir sua distribuição, duplicação e uso.

Para a *Free Software Foundation* (1991), um *software* pode ser considerado livre quando os usuários têm acesso a quatro liberdades: a de executar o programa com qualquer propósito; a de estudar como o programa funciona e adaptá-lo às suas necessidades, sendo o acesso ao código-fonte um pré-requisito para isto acontecer, a de redistribuir cópias do programa e a liberdade de melhorar o programa e distribuir suas melhorias para o público em geral.

O movimento *software* livre é altamente plural em relação a seus objetivos, componentes e processos. Pereira (2004) observa que, simultaneamente, ele é uma fonte de inovação tecnológica, que coloca em evidência a questão do modelo de desenvolvimento e comercialização da tecnologia; um movimento a que parte de seus membros se dedica quase exclusivamente; um movimento que se autodefine como comunitário e palco para a construção e reprodução de certas identidades coletivas, uma rede comunicacional e social que congrega programadores e usuários de toda parte do mundo e, finalmente, um campo de análise fecundo, palco de construções identitárias, e elaboração de valores éticos e ideológicos, mas também estéticos e simbólicos.

Ideologicamente, o movimento *software* livre aponta para alternativas de construção de uma sociedade livre, remetendo à ideia de que o conhecimento deve ser acessível às pessoas, contra a racionalidade voltada para a obtenção de lucro e *status* que ameaçam constantemente a liberdade de acesso a esse conhecimento. O movimento propõe, como afirma Pereira (2004), um modelo de desenvolvimento tecnológico baseado em três premissas: a partilha, a reconfiguração da dicotomia produtor/consumidor e a noção de progressão tecnológica.

Esse modelo de desenvolvimento tecnológico, ainda segundo Pereira (2004), pressupõe que desenvolvimento tecnológico seja uma construção permanente e, como um trabalho de *patchwork*, constantemente inacabado:

Se, por um lado, o *software* livre perverte o modelo organizacional de produção tecnológica, por outro desafia a comercialização de *software* e o modelo econômico associado, assumindo, dessa forma, um papel na corrente discussão so-

bre a mais ampla alteração dos modelos de negócio frente à internet (PEREIRA, 2004, p. 4).

Simultaneamente à questão acima, a autora aponta que o movimento *software* livre dota a tecnologia de significados e sentidos, sem apresentá-la como neutra, pois é desenvolvida a serviço de determinados propósitos e intencionalidades, em condições específicas, inteiradas com outras esferas da vida social, entre elas a necessidade de publicização dos setores de contestação ao estabelecido.

Às diversas formas de democratização da cultura realizadas por artistas, ativistas de comunicação, programadores, *hackers*, jornalistas e advogados, organizados em uma rede difusa de atores coletivos e individuais, utilizando principalmente as novas tecnologias digitais para reduzir o papel do intermediário nos processos de criação, consumo e difusão dos bens culturais, foi dado o nome de movimento de cultura livre.

O movimento de cultura livre possui uma genealogia ligada a diversas práticas políticas da contracultura, da cultura de oposição e do *software* livre, que ganharam visibilidade a partir dos anos 2000, período que corresponde ao início de um maior tencionamento entre os sujeitos coletivos emergentes em prol do compartilhamento dos bens culturais e da informação e contra os atores hegemônicos, governos e corporações e suas medidas em defesa da propriedade intelectual e restrição à livre informação.

Inerente ao movimento de cultura livre está a disputa pelo *commons*, ou *Common*, como preferem dizer Hardt e Negri (2005), traduzido como espaço comum, recursos comuns e/ou feito nas redes pelos liberais e amplamente disputado no cenário político e econômico por sujeitos antagônicos.

Os autores argumentam que o comum não é um dado, e sim construído. O comum está baseado na comunicação entre singularidades que são expressas nos processos colaborativos de produção, em uma economia onde o trabalho imaterial é hegemônico e cria relações comuns e formas sociais comuns de um modo mais pronunciado do que nunca.

Nessa economia que os autores classificam como pós-industrial,

os setores de comunicação, cultura e informação se apresentam como o modelo mais rico de produção por impulsionar o setor de serviços e por se constituírem basicamente pela permuta contínua de informações e conhecimentos característicos do trabalho imaterial.

Os autores argumentam que, no trabalho imaterial, ou seja, o trabalho que produz um bem imaterial, como serviço, produto cultural, conhecimento ou comunicação, a cooperação é totalmente inerente ao trabalho. O aspecto cooperativo do trabalho imaterial não é imposto e organizado de fora, como em formas anteriores de trabalho, e envolve de imediato a interação e a cooperação social.

Para os mesmos autores, é possível distinguir resumidamente três tipos de trabalho imaterial que impulsionam a pós-modernização da economia global: o primeiro está envolvido em uma produção industrializada que incorporou a informatização e as tecnologias de comunicação, de modo que transformou o próprio processo de produção. Nesse setor, a atividade fabril é vista como serviço, o trabalho material de produção de bens duráveis mistura-se ao trabalho imaterial e se inclina em direção deles.

O segundo trabalho imaterial refere-se às tarefas analíticas e simbólicas, divididas em manipulação inteligente e criativa, de um lado, e nos trabalhos simbólicos de rotina, do outro. O terceiro, e não menos importante, envolve as atividades que querem a manipulação de afetos e requerem contato humano, seja virtual ou real.

Inerente ao processo de pós-modernização da economia está sua forma de estratificação social e adaptação, tendo em vista que o capitalismo informacional não é a superação do capitalismo, e sim um sistema que exige dos indivíduos certa autonomia para funcionar como terminais do alto fluxo de informação (MELUCCI, 1999), ao mesmo passo que impõe adaptações por meio do poder disciplinar e das novas formas de controle (HARDT; NEGRI, 2005).

Parafraseando Bauman (1999), que observa a mobilidade como um fator determinante da estratificação social na sociedade contemporânea, podemos dizer o que significa liberdade para poucos membros de uma elite de gestores culturais e empresas de tecnologia da infor-

mação: significa o encarceramento para milhares de jovens nos *call centers* espalhados pelo mundo.

Entretanto, ao mesmo tempo em que emergem os controles típicos da definição de biopoder de Foucault, onde o indivíduo assume para si, como responsabilidade individual, aquilo que anteriormente era imposto, ou seja, que a disciplina seja incorporada de forma “espontânea”, emerge também a biopolítica, em que a subjetividade prescrita transforma-se também em produção de subjetividade produzida nas singularidades, que permite a produção do comum (*the common*).

Voltando ao movimento de cultura livre, historicamente o movimento foi constituído por uma ambiguidade fundamental da palavra *free*, desde os primeiros tempos do *software* livre. Para Richard Stallman, a designação tem a ver com as quatro liberdades do *copyleft* e não com a gratuidade. Como esclarecem Richardson e Kleinner (2006), essa versão de liberdade não suprime a troca, nem é incompatível com uma economia capitalista baseada no roubo da mais-valia. A contradição inerente a esse *commons* está na interpretação do proprietário como sinônimo de fechado ou opaco.

O objetivo de Stallman com o *copyleft* é quebrar com o *software* proprietário, criando recursos informativos comuns baseados em direitos e responsabilidades recíprocas. Entretanto, para Stallman, qualquer restrição adicional – uma cláusula não-comercial, por exemplo –, seria não livre.

Os autores argumentam que, para Stallman, o proprietário é aquele que impede a circulação e que deixa o código secreto, desde que as quatro condições sejam cumpridas, pois a redistribuição comercial de *software* livre é não proprietária da informação. Nesse caso, a obra é livre à medida que pode ser comercialmente apropriada, uma vez que a liberdade é definida como a circulação ilimitada de informação e não como algo livre de exploração.

O debate sobre “qual seria o melhor?”, segundo os mesmos autores, fez com que muitos atores do movimento de cultura livre multiplicasse as restrições. Outros rejeitaram qualquer tipo de restrição

em uma atitude *anti-copyright*, incluindo a única restrição imposta pelo *copyleft* inicial.

Um dos exemplos dados pelos autores é o movimento em torno da partilha de arquivos *peer-to-peer* (P2P ou, em português, par a par), que, segundo Richardson e Kleinner (2006), é o que mais se assemelha à atitude do *anti-copyright*. Um dos expoentes é o *blog* Copyriot, de Rasmus Fleischer, do Piratbyran (*Bureau of Piracy*), um *think tank*, grupo de ideias, pesquisas, análises e conselhos à política contra a propriedade intelectual, composto pelos fundadores do *Pirate Bay*, o *tracker* de *BitTorrent* mais utilizado pela comunidade P2P. O lema do Copyriot é “sem *copyright*, sem licença”. Já o coletivo de escritores e ativistas do Wu Ming defende a posição de acrescentar ao *copyleft* a restrição de uso comercial ou de fins lucrativos como meio de evitar a apropriação parasitária do trabalho dos artistas, argumentando que o combate contra a exploração tem sido uma bandeira histórica da esquerda.

Os autores apontam Lawrence Lessing, criador da *Creative Commons*, licença alternativa de *copyright* que permite várias de restrições e permissões ao uso da obra, como oportunista. Ele difundiu amplamente, em 2004, o livro *A cultura livre: como a mídia usa a tecnologia para barrar a criação cultural e controlar a criatividade*, que se ampara em um meio termo entre a gama de possibilidades do *copyright* e o domínio público, defendendo que ajuda a manter o *copyright* do criador/produtor sem impedir que outros façam determinado uso da sua obra.

Para Richardson e Kleinner (2006), Lessing parte do princípio de que, sendo você um autor-produtor, tudo o que criar e que afirmar ser seu é propriedade sua. O direito do consumidor não é mencionado, tal como a distinção entre produtores e consumidores não é disputada, ou seja, apesar de ser hegemonicamente apresentada como uma alternativa de esquerda, o que a *Creative Commons* faz é um reforço à concepção de propriedade privada que não contesta o regime de *copyright* como um todo nem preserva o seu estatuto legal de modo a virar a prática do *copyright* do avesso, como faz o *copyleft*.

A disputa sobre como criar o *commons* no movimento de cultura livre assinala para uma nova economia da cultura baseada na independência dos criadores e acesso do público aos bens culturais, como um “germe em uma sociedade livre” (COLETIVO EPIDEMIA, 2012), assim como assinala para capturas do capitalismo informacional disfarçadas de alternativas independentes.

Entretanto, as empresas de tecnologias de informação, serviços na internet e de informática e os defensores da cultura livre enfrentam um adversário em comum: a defesa do *copyright* realizado pelas empresas da indústria cultural e os bloqueios à livre informação gerados pelos estados-nação.

COPYRIGHT É CENSURA

Para Joost Smiers (2006), há três níveis de defesa do *copyright* utilizados pelas empresas da indústria cultural na guerra contra a chamada pirataria: a informação, o monitoramento e as sanções. A quarta forma de defesa seria a doutrinária, realizada pelas campanhas publicitárias, uma espécie de educação moral a fim de mudar os hábitos arraigados na população – principalmente entre os jovens –, no ambiente virtual. Ignorando as diferenças entre os bens materiais e imateriais, as peças publicitárias buscavam incutir nos cidadãos que o ato de baixar bens culturais e compartilhar era um ato imoral, ilegítimo e criminoso.

As dimensões do monitoramento e controle em defesa do *copyright* têm se ampliado de maneira drástica na última década, graças ao *lobby* da indústria de entretenimento e o apoio dos governos de diversos países concebendo leis que, ao mesmo tempo, visam a criminalizar a troca pela internet de bens culturais, criam vigilância e controle no meio virtual, com poder de arrogar penalidades aos cidadãos.

O maior conflito do movimento mundial da cultura livre atualmente é contra a efetivação do Acordo Comercial Anticontrafação (ACTA), que visa a estabelecer fortes restrições ao compartilhamento de arquivos na *web*, definindo padrões internacionais para o cumprimento dos direitos de propriedade intelectual definidos pela TRIPS6

em 1994, como resposta ao aumento da circulação global de arquivos de conteúdo protegido.

O dossiê *ACTA: para desvendar a ameaça ao conhecimento livre* (BIBLITECA..., 2010)⁹ revela que existem pontos problemáticos no acordo, como a falta de transparência nas negociações. O acordo foi sigilosamente debatido em várias reuniões, com participação, desde 2007, dos Estados Unidos, Japão, Suíça e União Europeia e da Austrália, Canadá, Coreia do Sul, Emirados Árabes, Jordânia, México, Marrocos, Nova Zelândia e Singapura em uma segunda etapa.

Apesar de excluir a participação da sociedade civil, as negociações tiveram a participação do forte *lobby* da indústria de entretenimento, por meio da Aliança Internacional pela Propriedade Intelectual (IIPA, na sigla em inglês); *Motion Picture Association of America* (MPAA), representante da indústria norte-americana do cinema; *Business Software Alliance* (BSA), representante de programas de computador não-abertos, e *Recording Industry Association of America* (RIAA), representante da indústria fonográfica americana.

James Love (2012), fundador e articulador do *Knowledge Ecology International*, site norte-americano sobre propriedade intelectual e direito à comunicação e cultura, alerta para o fato dos representantes da União Europeia deixarem claro que as medidas do ACTA são direcionadas para atingir eventualmente os países em desenvolvimento, mas só dois países em desenvolvimento participaram das negociações, o México e o Marrocos, o que fere a Declaração do Direito ao Desenvolvimento, promulgada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1986, que enfatiza a importância da soberania e da participação na governança.

Outros problemas relacionados ao ACTA, expostos no dossiê, estão relacionados à implantação de métodos totalitários e policiais de controle dos usuários da *web*, permitindo a invasão da privacidade e desrespeito aos direitos humanos, como violação de correios eletrônicos sem mandado judicial, intervenção na comunicação

⁹ Organizado pela equipe do site Outras Palavras, criado em 1999 por jornalistas que fundaram o *Le Monde Diplomatique Brasil*, e colaboradores.

interpessoal, criminalização das trocas não comerciais na internet e proibição da circulação internacional de medicamentos genéricos, considerada pelo ACTA fruto de violação à propriedade intelectual das indústrias farmacêuticas. A reversão de acordos anteriores que permitem que países como a Índia e a China produzam medicamentos genéricos e exportem para países em desenvolvimento remédios como para a malária e a AIDS – mesmo que a patente ainda não tenha expirado –, representaria a morte de milhares de pessoas, como aponta Edwin de Voogd (apud GROOT, 2012), diretor-geral da IDA, fundação que trabalha pela distribuição de remédios de qualidade a preços acessíveis em países em desenvolvimento.

Em diferentes países, o movimento da cultura livre enfrenta políticas antagonistas por parte dos Estados, que aplicam leis repressoras e de controle à livre circulação de informações seguindo as diretrizes do ACTA. Entre elas, estão a Lei *Haute Autorité pour la diffusion des oeuvres et la protection des droits sur internet* (Hadopi), na França; a Lei Sinde, na Espanha; o *projeto Digital Economy Bill*, na Inglaterra; o *Stop Online Piracy Act* (Sopa), o *Protect IP Act* (Pipa) e a *Cyber Intelligence Sharing and Protection Act* (Cispa), nos Estados Unidos, e o Projeto de Lei Azeredo, no Brasil, apelidado pelos ativistas da cultura livre de AI-5 digital.

Em dezembro de 2009, a ministra da Cultura da Espanha, Ángeles González-Sinde, apresentou um projeto chamado *Ley de Economía Sostenible*, incluindo cláusulas que permitem a uma comissão de especialistas cortarem a conexão de internet de quem proporcione *links* para *downloads* de músicas e vídeos sem o pagamento de licenças de propriedade.

A *Ley de Economía Sostenible* segue a mesma linha da Lei Hadopi, proposta pelo presidente francês Nicolas Sarkozy e aprovada em 2010, que sanciona: a) um sistema de resposta progressiva por *e-mail*, em que o primeiro *e-mail* é uma advertência, depois um correio recomendado de aviso e, finalmente, o bloqueamento da conexão de internet; b) a atribuição dos proprietários dos direitos autorais o fornecimento de listas de endereços IP dos usuários que estariam difundindo bens culturais sem suas autorizações; c) que as sanções aplicadas aos

usuários seriam decididas por um juiz único em um “procedimento acelerado”¹⁰, sendo que usuários que não “protejam” suas conexões podem também ser punidos se outras pessoas usarem essa conexão para troca de material protegido por *copyright*.

A Inglaterra e a Itália seguem o mesmo caminho da França. No início de 2009, o ministro da Cultura italiano, Sandro Bondi, membro do governo conservador de Berlusconi, declarou que seu país também seguiria o modelo francês de ataque às redes P2P. Na Inglaterra, o *Digital Economy Bill*, projeto do Partido Trabalhista de bloquear *sites* e redes P2P, foi barrado em março de 2010 na Câmara dos Lordes, pois a maioria dos parlamentares considerou que a lei poderia prejudicar a inovação digital, mas foi aprovado em abril com algumas modificações técnicas.

Nos Estados Unidos, o presidente do Comitê Judiciário, o texano Lamar Smith, com outro 12 coautores, introduziu o Stop Online Piracy Act (Sopa) em 26 de outubro de 2012. Debatida como H.R. 3261, seu número original, ela foi ouvida no dia 16 de novembro e novamente “ajustada” em 15 de dezembro, com o intuito de deixar a lei mais aceitável para ambos os partidos norte-americanos. Sua contrapartida no Senado é o Project IP Act (S.968).

No coração do Sopa estava a permissão para que donos de propriedades intelectuais (estúdios de filmes e gravadoras) fossem capazes de simplesmente desligar *sites* estrangeiros que infrinjam os direitos autorais. A ideia original era que os provedores de internet pudessem tomar tais atitudes sem uma única audiência legal ou posicionamento de um juiz. Seria preciso apenas uma simples carta clamando “boa-fé” de que o *site* citado infringiu o conteúdo da empresa.

O Protect IP Act (Pipa), complementar ao Sopa, propunha penas de até cinco anos de cadeia para pessoas condenadas por compartilhar material pirateado dez ou mais vezes ao longo de seis meses e punições para *sites* acusados de “permitir ou facilitar” a pirataria. As

¹⁰ Substituindo a proposta que criava um órgão independente do poder administrativo, que podia aplicar as sanções aos usuários sem que fosse necessário passar pelo judiciário.

propostas de lei Pipa e Sopa foram retiradas de pauta pelos senadores norte-americanos após uma ampla mobilização da sociedade civil internacional e de empresas de tecnologia como Google, Facebook, Wikipedia, Craigslist e WordPress. O Wikipedia desligou seus serviços por 24 horas, enquanto o Google e o Facebook não paralisaram suas atividades, mas colocaram em seus *sites* mensagens contra a censura na rede mundial de computadores.

Um pouco mais de um mês após engavetar o Sopa e o Pipa, só que dessa vez com apoio de tecnologia como a do Google, Facebook e organizações como a Câmara de Comércio Americana e a Fundação Heritage¹¹, o Senado norte-americano aprovou a *Cyber Intelligence Sharing and Protection Act* (Cispa), lei que cria uma via de mão dupla, permitindo ao governo, “quando necessário”, fornecer informações sobre ameaças cibernéticas aos parceiros do setor privado e dar a liberdade de as empresas de tecnologia, como servidores e comunidades de relacionamento, compartilhar informações confidenciais sobre o comportamento do usuário com as agências americanas de segurança.

O problema da Cispa, segundo Rainey Reitman (2012), advogado da *Electronic Frontier Foundation* (EFF)¹² é que “a linguagem é tão vaga que um provedor de internet poderia usar a lei para monitorar as comunicações de seus clientes para achar possíveis violações de direitos de propriedade intelectual”. O que a CISPA possibilitou foi criar um mecanismo internacional de vigilância permanente e obscuro, pois o que pode ser entendido como ameaça à segurança americana pode ser informações tanto sobre terroristas como sobre ativistas anticapitalistas ou jornalistas responsáveis pelo vazamento de informações do governo norte-americano sobre suas ações militares no exterior.

Em abril de 2010 foi divulgado na internet pela organização

¹¹ A lista de empresas e entidades que apoiaram a Cispa está documentada e disponível na página da inteligência da Casa Branca: <<http://intelligence.house.gov/hr-3523-letters-support>>..

¹² Organização internacional em defesa dos direitos digitais composta por advogados, analistas políticos, ativistas e tecnólogos, situada em São Francisco, é uma das organizações civis mais atuantes na campanha contra a Cispa. <<http://www.eff.org>>.

WikiLeaks um impactante vídeo sobre a Guerra do Iraque. O vídeo mostrava uma ação em Nova Bagdá, no Iraque, em 2007, onde dois helicópteros do exército norte-americano confundiram jornalistas da Reuters e seus equipamentos (câmeras fotográficas) com “insurgentes” portando AK-47 (um tipo de metralhadora) e RPG (lança-granadas). O ataque fulminante dos helicópteros assassinou um grupamento de dezenas de pessoas e feriu duas crianças que não demonstram, em nenhum momento, serem ameaças.

O vídeo *Assassinato colateral* foi um dos 251.287 documentos das representações diplomáticas norte-americanas do mundo inteiro vazados para internet pela WikiLeaks, organização sem fins lucrativos que tem como lema “abrir governos” a partir de temas: guerra, assassinato, tortura e detenção; comércio, governo e transparência corporativa; supressão da liberdade de expressão; diplomacia, espionagem e (contra)inteligência; ecologia, clima, natureza e ciências; corrupção, finanças, impostos, negócios; censura e tecnologia de filtragem da internet; cultos e outras organizações religiosas¹³.

Apesar de existir desde 2006, em novembro de 2010 o WikiLeaks realizou uma ação diferente, estabelecendo parceria com a mídia convencional, como *El País*, da Espanha; *The Guardian*, da Grã-Bretanha; *Der Spiegel*, da Alemanha; *The New York Times*, dos Estados Unidos, e, no Brasil, com a Folha de S. Paulo e O Globo, avisando antecipadamente que haveria vazamento de documentos. Apesar do aviso ter sido feito no dia 22, só no dia 28 de novembro é que foram divulgados 243 documentos. Dois dias depois, o fundador e porta-voz do *site*, Julian Assange, foi acusado de crimes sexuais na Suécia e se iniciou uma ofensiva virtual que derrubou o *site* principal do WikiLeaks.

Após a prisão de Julian Assange, a conta da organização em um dos sistemas de recebimento de doações via internet foi bloqueada, as operadoras de cartão de crédito Mastercard e Visa resolveram proibir as transferências de dinheiro para o WikiLeaks e o *Bank of America* anunciou que não aceitaria mais nenhuma transação financeira para o *site*.

A resposta ao ataque ao WikiLeaks foi dada pelo movimento de

¹³ Sobre o WikiLeaks. Disponível em: <<http://wikileaks.org/About.html>>.

cultura livre por meio do espelhamento em mais de mil servidores, a pedido da organização, mantendo o *site* da organização na internet. De forma ainda mais contundente, em solidariedade a Assange e ao WikiLeaks, houve a coalizão de indivíduos do *Anonymous* – identidade multifacetária utilizada para fins de ação direta na rede desde 2003 –, que lançou ataque de negação de serviço (DDoS) contra Amazon, PayPal, MasterCard, Visa e contra o banco suíço *PostFinance*, derrubando os *sites* dessas empresas.

Os ataques dos governos e corporações, a formulação de leis, principalmente que incidem sobre os setores mais radicais do movimento de cultura livre, não podem ser observados como uma mera reação aos ataques desses grupos. O ACTA, a Cispa e outras leis sobre propriedade intelectual restritiva não incidem apenas sobre tais grupos, mas incidem em nível global contra qualquer indivíduo, grupo ou país que venha por ventura ou por um ato de soberania quebrar a fina camada de verniz que esconde a censura imposta pelos atores hegemônicos na tentativa de monopolizar o *common*, seja por meio da privatização dos recursos naturais da América Latina ou por meio da propriedade intelectual sob o conhecimento e bens culturais produzidos pela humanidade.

A JUVENTUDE, AS AÇÕES COLETIVAS E A MÍDIA RADICAL CONTEMPORÂNEA

Se transportarmos algumas categorias aqui apresentadas, podemos dizer que os jovens contestadores independentes estão construindo, através de suas práticas políticas, identidades de resistência, produto de um intenso fluxo de troca e negociações simbólicas. Resistências comunais, que recuperam o sentido da ação política como valor de uso frente à deturpação dos conceitos, realizadas pela mediação das esferas institucionais, que lhe propõem um modelo de cidadania limitada e a mediação volátil do mercado, que não cria laços de solidariedade.

Suas organizações servem de “comunidade de sentido”, conectadas com outras mediações, as quais, muitas vezes, se tornam mais evi-

dentos que as mediações “primárias”, como a classe ou pertencimento a determinada cultura local, sem que o cosmopolitismo os impeça de dialogar entre si e com outras organizações que possuem realidades e práticas diferentes das que estão inseridas.

A mídia radical alternativa vai se reorganizar nos anos 1990, com o desenvolvimento e os desdobramentos da tecnologia informacional em torno dos princípios provenientes dessa nova política. Ela passa a ser autogerida pelos jovens e movimentos sociais e contraculturais com questões relativas ao direito de compartilhar a informação e o conhecimento ante um mundo globalizado, cada vez mais intercomunicado, mas cheio de alfândegas impostas pelos meios de comunicação convencionais, que delimitam as existências dos fatos, não garantindo a visibilidade pública de setores marginalizados.

Os conflitos se desenrolam onde os fluxos de informação possuem um grande apelo por conformidade, que torna a mídia radical alternativa, tanto no modelo de contrainformação como no de mídia tática, um espaço de questionamento, de difusão e de negociação de recursos simbólicos, quando se ligam ao imaginário próprio derivado das mediações cotidianas, do momento de latência e também dos eventos relacionados às ações coletivas de visibilidade, conforme relaciona Melucci (1999).

As produções das formas simbólicas de contestação não se apresentam, nesse caso, sob os critérios dos interesses éticos e políticos dos especialistas como na mídia convencional, mas da experiência de sujeitos das ações coletivas ou mesmo de pessoas que compartilhem os valores da rede de movimentos (SANTOS, 2005). Apresentadas como ações coletivas, as mídias radicais alternativas possuem uma relativa autonomia¹⁴ em relação aos demais sujeitos que emergem nos conflitos e não podem ser vistas, na sua totalidade, de forma instrumental, como simples veículos que reproduzem os discursos dos mo-

¹⁴ O termo “autonomia relativa” aqui é importante porque, em alguns casos, há certa submissão dos veículos de mídia radical alternativa às necessidades dos movimentos, principalmente em momentos de crise, casos em que o ativista se coloca a serviço do movimento, não colaborando mais com o veículo de mídia alternativa, que acaba se desfazendo, ou quando os veículos passam a ser reapropriados pelo movimento social, de forma voluntária ou não.

vimentos sociais. Possuem gramáticas próprias, relativas ao campo das mídias, princípios e regras próprias, produzidas coletivamente no interior dos veículos e das redes.

Apesar dessa relativa autonomia, o ativista da mídia radical se coloca ao lado das causas populares, étnicas, ecológicas etc. Por meio da capacitação técnica, os ativistas dos movimentos sociais podem utilizar suas próprias experiências e competências técnicas para potencializar a possibilidade das pessoas de não serem apenas receptoras, mas sujeitos da difusão e produção da informação, levando os movimentos a discutir um conceito próprio de comunicação que esteja de acordo com suas concepções políticas e éticas. A relação entre as mídias radicais alternativas e os movimentos sociais, as redes de movimentos e os coletivos em rede é inerente ao novo ciclo de protestos, iniciado nos anos 1990.

As características organizacionais dos veículos de comunicação de mídia radical alternativa dos últimos anos do século XX correspondem à influência, às experiências, às proximidades e aos distanciamentos dos movimentos sociais e suas transformações. O fato de muitos ativistas atuarem tanto nos movimentos sociais como nos veículos de mídia radical alternativa é um exemplo de que os movimentos contestatórios e antissistêmicos de hoje compartilham a necessidade de furar os bloqueios gerados pela mídia convencional, do falso pragmatismo da política institucional e da censura estrutural, mas o fazem de forma diferenciada em relação aos movimentos que os precederam.

As novas gerações de ativistas, que já nasceram tendo uma relação capilar com as tecnologias de informação e de produção midiática, trocam experiências e significados com ativistas mais velhos, potencializando reconceituações da comunicação midiática e do seu papel nos momentos de crise e conflito.

Seria impossível analisar os veículos de mídia radical alternativa sem pensar a influência que as lutas sociais passadas e presentes exercem sobre seus ativistas. Muitas das experiências que hoje destacamos como inovadoras, protagonizadas pela juventude contestadora independente, nasceram na década de 1960, como as rádios livres, os

coletivos de *culture jamming* e de contrainformação. Todavia, não são reproduções de modelos de uma época para outra, apesar de muitos discursos dos sujeitos em questão fazerem transparecer certa nostalgia não de algo vivido, mas de um imaginário sobre o que foi feito no passado e o que podemos fazer hoje.

Nesse sentido, afirmamos que, para contar e se sentir parte da mesma história de rebeldia, foi preciso uma enorme metarreciclagem, não só de componentes eletrônicos, de técnicas de comunicação e do desenvolvimento de *software* de publicação aberta, mas também que o desenvolvimento da percepção da opressão transformasse as concepções sobre a produção midiática, o trabalho cooperativo, a história, o mito e o conceito e produziu uma série de sentidos comuns desenvolvidos a partir do aprendizado que se adquire na luta.

Esse é um processo em curso e que sofre com as tentativas do sistema de reapropriar-se dos seus conteúdos políticos, eliminando sua radicalidade, como já aconteceu com os ciclos de protestos anteriores. Ao nos depararmos com o uso das técnicas de forma constitutiva de outros arranjos sociais frente às múltiplas realidades e formas de opressão e exploração, procuramos analisar a emergência do conceito de política como valor de uso, utilizando como sujeito de pesquisa os jovens, sujeitos submetidos a diversos condicionantes socioculturais, econômicos e biológicos, inseridos na rede do Centro de Mídia Independente no Brasil. Um grupo concreto, ou melhor, uma rede de coletivos de mídia radical alternativa autogestionária e contrainformacional, que se forma a partir do movimento de resistência global mediante o surgimento e desenvolvimento dos dias de ação global.

A pesquisa que resultou neste livro procura analisar e compreender onde conceitos políticos possuem sentido libertário e emancipador, ao retomar uma generalidade necessária para se converterem em práticas de duração, auto-organização e tomada dos meios de produção material e imaterial, desatando-se dos sentidos políticos submetidos à deturpação do pragmatismo da *Realpolitik* e dos meios de comunicação de massa. O objetivo principal é analisar e compreender o que se define como política, buscando identificar se a participação

política desses jovens inseridos nos coletivos da rede do Centro de Mídia Independente se aproxima do conceito de política como valor de uso de Negt e Kluge (1999).

Nossa hipótese é que a mídia radical alternativa como ação coletiva contribui para a reelaboração da política como valor de uso. As redes como o CMI, mais do que veículos de contrainformação, são espaços de formação de identidade de resistência e de convergência das juventudes contestadoras do estabelecido, ainda que possuam uma debilidade em relação a que caminho seguir, devido à transitoriedade da condição juvenil.

3

INDYMEDIA: A REBELDIA DOS CORPOS POR TRÁS DAS LENTES

O Centro de Mídia Independente, ou Indymedia, como é conhecida mundialmente, tem a seguinte definição, dada por seus ativistas:

[...] é uma rede de produtores independentes de mídia, que busca oferecer ao público informação alternativa e crítica de qualidade que contribua para a construção de uma sociedade livre, igualitária e que respeite o meio ambiente (SOBRE..., 2009).

São mais de 170 coletivos espalhados por todo o mundo. No Brasil, entre 2001 e 2005, eram 14 coletivos em diferentes graus de atividade, nas cidades de Belo Horizonte, Brasília, Campinas, Caxias do Sul, Florianópolis, Fortaleza, Goiânia, Joinville, Ourinhos, Porto Alegre, Rio de Janeiro, Tefé, Salvador e São Paulo, e 16 pré-coletivos, nome dado aos coletivos que estão em processo de ingresso na rede, em diferentes graus de atividade¹.

Utilizando diversos meios de comunicação para organizar-se e como parte de seu ativismo, o CMI tem o objetivo de:

[...] dar voz a quem não tem voz, constituindo uma alternativa consistente à mídia empresarial, que frequentemente distorce fatos e apresenta interpretações de acordo com os interesses das elites econômicas, sociais e culturais (SOBRE..., 2009).

¹ Esse dado foi obtido na página de acompanhamento do grupo de trabalho do CMI, de 2004 a 2008. Alguns desses coletivos acabaram e outros pré-coletivos já foram aceitos na rede. O processo de inclusão na rede vai ser descrito posteriormente.

Ampliando o leque para além do que expõe a página, descrevemos como objetivos da rede CMI²: a democratização dos meios de produção e distribuição de imagens, sons e textos acerca dos movimentos sociais, grupos autônomos e comunidades, sem os filtros oficiais; a livre e aberta troca de informações; a criação de laços e conexões entre elementos e grupos autônomos; a colaboração mediante a coordenação descentralizada, tomadas de decisão através do consenso e, conforme Juris (2004), a “prática autogestionada de enredar-se”³.

A descrição feita na página da internet da rede CMI Brasil explica que “a ênfase da cobertura é sobre os movimentos sociais, particularmente, sobre os movimentos de ação direta (os ‘novos movimentos’) e sobre as políticas às quais se opõem” (SOBRE..., 2009). Lembramos que atrás daquelas filmadoras, gravadores e máquinas fotográficas estão corpos e mentes indóceis, que revelaram, sem filtros comerciais e estatais, o que estava dado como irreversível pelas megacorporações, pelos chefes de estado e pelos organismos multilaterais: a globalização de cima para baixo, seus acordos de livre comércio e suas guerras imperiais.

Esses corpos e mentes indóceis estão em lugares distintos, gozam de recursos técnicos e materiais diferenciados e atuam em espaços movimentalistas, com identidades e trajetórias diversas. No entanto, estão conectados entre si por diversos espaços virtuais e reais, onde é possível pensar as possibilidades e limites das práticas políticas, assim como compartilhar e sentir-se parte de uma mesma história de rebeldia.

Ao longo dos dez anos, a rede CMI Brasil acompanhou os momentos de visibilidade e latência do movimento de resistência global, as mudanças nos movimentos sociais de base territorial, a criação de movimentos juvenis com fortes laços autonomistas, como o Movimento Passe Livre, e a formação de novas redes e convergências de

² Com base nas entrevistas realizadas no trabalho de campo e documentos da rede.

³ Juris (2004, p. 3) entende por lógica autogestionada de enredar-se o princípio perfilado pela lógica do capitalismo informacional interiorizado pelos ativistas que geram práticas concretas de criação de redes. Essa lógica cultural tem como característica uma série de disposições culturais e sociais profundamente arraigadas, que orientam os atores e se apresentam nos objetivos da rede Indymedia.

ativismo juvenil. O ingresso de muitos dos seus voluntários no “mundo adulto”, as mudanças nas políticas promovidas por programas governamentais ligados à produção cultural, os descaminhos da política de comunicação durante o governo Lula e a violência contra os protestos políticos são elementos que também fazem parte da trajetória do CMI.

Nesse sentido, as dinâmicas com as quais nos deparamos ao pesquisar a rede CMI têm especificidades locais, produto da aproximação ou distanciamento da relação com os fenômenos acima citados. Como havíamos afirmado no decorrer dos capítulos anteriores, as mídias radicais alternativas do final da década de 1990, entre elas o CMI, vão assumir as características organizacionais e políticas emergentes dos movimentos sociais e do desenvolvimento tecnológico de sua época, espacial e historicamente situados.

Procuramos, também, afastamo-nos de concepções fixadas no ineditismo das experiências organizacionais e comunicacionais do CMI, para que a historicidade, pluralidade e complexidade comuns aos sujeitos coletivos e individuais associados aos coletivos e movimentos em rede sejam deixadas de fora, segundo as referências no campo comunicacional e político.

Por esse motivo, vamos historicizar a origem do primeiro coletivo da rede, a Indymedia, em 1999, durante os protestos contra a Organização Mundial do Comércio (OMC), em Seattle, destacando também outras experiências de mídia radical que podem ser definidas como fundamentais para sua formação: o movimento do acesso livre e as TVs comunitárias, por trazerem a noção de mídia participativa para o seio do debate sobre o emissor-receptor, o neozapatismo, no que tange sua estratégia comunicacional e organizacional, e os coletivos *tech*⁴, por criarem a estrutura técnica e novas práticas políticas.

Depois de contar um pouco da história recente das mídias radicais, entraremos na história da rede Indymedia e sua trajetória e desenvolvimento no Brasil, explicando como essa rede de coletivos, de indivíduos, de colaboradores e de usuários se organiza e quais os desafios que eles enfrentam.

⁴ O termo *tech* é uma abreviatura de tecnológico, usada pelos próprios coletivos.

AS TVS COMUNITÁRIAS E O ACESSO LIVRE NOS ESTADOS UNIDOS

No início dos anos 1970, a teledifusão, nos Estados Unidos, consistia em três redes de emissoras e um incipiente canal público. As inovações da tecnologia da TV a cabo pareciam, segundo Stein (2002), uma alternativa genuinamente consistente diante de um mercado centralizado.

Entre os entusiastas das possibilidades que emergiam com a diminuição dos gastos de produção e com a teledifusão, estavam congressistas liberais, operadoras, categorias profissionais e ativistas de acesso público. Estes últimos eram uma ramificação do ativismo social dos anos 1960, que advogavam a democracia participativa com o objetivo de atingir a democratização radical da comunicação, visando transformações nos âmbitos social e político.

Conforme Stein (2002), a mídia impressa alternativa dos anos 1960 buscou criar em seus leitores uma consciência e uma cultura diferentes. Os ativistas de acesso público procuraram estender os objetivos da imprensa radical utilizando a televisão. Os militantes esperavam que as comunidades pudessem utilizar a tecnologia de TV a cabo junto com equipamentos de vídeo doméstico para engajarem-se na expressão imediata, para aumentar a comunicação entre si e com os outros e para descobrir e definir uma agenda política popular⁵.

O modelo de TV comunitária adotado nos Estados Unidos possui, segundo Fibrino (1990), uma influência direta da experiência canadense do programa *Challenge for Change*, criado em 1966 por um consórcio entre vários órgãos federais, organizados na *National Film Board* com o objetivo de facilitar o diálogo entre a população e o governo, para ajudar na erradicação da pobreza através de transformações sociais básicas.

⁵ Lembrando, como observa a autora, que em 1968 chega ao mercado norte-americano a primeira câmera de vídeo doméstico, com um preço relativamente baixo e de fácil manuseio, e que em 1971 as novas filmadoras, mais leves, dispensavam uma equipe de suporte e uma sincronização posterior, permitiam também visualizar, gravar e apagar o material gravado.

O *Challenge for Change*, segundo esse autor, adotou perspectivas assumidas por McLuhan em seus estudos, onde explora a possibilidade dos meios de potencializar as capacidades humanas e de estímulo a sua consciência. Essa foi a perspectiva dos documentaristas Robert Flaherty e John Grierson, que buscavam realizar documentários sem estúdio e sem atores profissionais, em que os sujeitos opinavam diretamente na produção, para diluir a fronteira produtor e sujeito nos documentários⁶.

Duas experiências do *Challenge for Change* são destacadas pelo mesmo autor. A primeira foi entre 1969 e 1970, em Alberta, uma região de mineração, onde as câmeras portáteis serviram como ferramentas aglutinadoras de organização e comunicação externa e interna para essas regiões negligenciadas pelo governo canadense. A segunda experiência passa-se na cidade, com uma organização militante de moradores de uma favela de Montreal. Os militantes inicialmente foram capacitados, depois receberam câmeras e, após isso, foram para as ruas entrevistar vários moradores da cidade. Na fase final do projeto, todo material captado foi visto e analisado em encontros públicos.

Outro projeto mencionado pelo autor foi realizado em parceria entre o *Parallel Institute* e o *Challenge for Change*, em 1970, reforçando a ideia de utilizar os equipamentos de vídeo para mobilização das pessoas pobres, promovendo exposições públicas. O projeto tinha como objetivo promover o debate público, já que as pessoas podiam falar em suas casas, mas não o faziam nas ruas. Segundo o mesmo autor, muitas vezes as gravações também serviram para pressionar os políticos profissionais a cumprir as promessas feitas à população.

Apesar das conquistas do *Challenge for Change* na TV comu-

⁶ Grierson seguia a linha de cinema social de Eisenstein, ajudando a criar *National Film Board*. Ele mantinha uma posição firme de não fazer filmes sobre as pessoas, e sim, com as pessoas. Flaherty procurava retratar, com fidelidade, a realidade social da diferentes povos. *Nanook of the North*, de 1921, filmado a partir de 1913, tem como protagonista um hábil caçador de morsas, que dá nome ao filme. *Man of Aran* retrata a vida dos moradores das Ilhas Aran, na costa da Irlanda. Esses vídeos de Robert Flaherty podem ser vistos no YouTube: *Nanook of the North*, de 1921 – <<http://www.youtube.com/watch?v=cLERFRQI5EY>>; *Man of Aran*, 1934 – <<http://www.youtube.com/watch?v=Pc1SkNsYHig>>. Acessos em: 9 mar. 2009.

nitária serem significativas, alguns problemas surgiram devido à vaidade de alguns diretores, que estavam mais preocupados com o produto final do que com o processo de produção. Essas questões, por outro lado, apesar de não afetarem a produção como um todo, não eram comparáveis com outras perguntas em aberto, surgidas ao longo do processo decorrido a partir da convergência da tecnologia de produção e de distribuição. Afinal, quem controlava a programação? Como garantir às comunidades o acesso às experiências? Quem financiaria os projetos?

Essas perguntas vão definir a diferença entre a TV a cabo e a TV comunitária americana. Enquanto a primeira vivia exclusivamente de subsídio do governo, a TV comunitária estadunidense era mantida por subsídios, doações de fundações e de cidadãos das comunidades locais. Essa situação vai se modificando conforme são os interesses instrumentais de cada sujeito envolvido no processo de mudanças da tecnologia a cabo. Entre 1968 e 1972, os órgãos reguladores e as operadoras de cabo também foram atores importantes no estabelecimento da TV comunitária nos Estados Unidos, logicamente que cada um com seus interesses instrumentais bastante específicos.

Como observa Stein (2002), o interesse da *Federal Communications Commission* (FCC) era motivado pela possibilidade de promover políticas públicas de incentivo à programação local, onde a regulação da radiodifusão havia falhado. As operadoras tinham interesse em atender o favor à FCC, afinal, oferecer canais à comunidade e incentivar a produção de programação local possibilitaria as mudanças na regulação da TV a cabo conforme seus interesses, já que a FCC centralizava e mantinha congelada a regulação do setor.

Segundo essa autora, o apoio do governo e da indústria, oferecendo canais e recursos para a produção de programação local e abertura de TVs comunitárias, levou muitas comunidades a acreditarem na sua boa vontade, mas o acordo entre as operadoras e a FCC foi se desfazendo assim que as operadoras conseguiram as concessões municipais.

No fim da década de 1970, como afirma Stein (2002), inicia-se

também a expansão de serviços da TV por satélite: *ShowTime*, *Movie Channel* e *Nickelodeon*, ao mesmo tempo que a *Midwest Video Corporation* consegue impugnar juridicamente as normas federais de TV comunitária, o que leva muitos canais a não mais contemplar a programação e produção locais, retransmitindo apenas séries, programas e filmes hollywoodianos.

De acordo com essa autora, mesmo em meio à crise de financiamento, que obrigou as TVs comunitárias a se manterem, quase que exclusivamente, com doação dos cidadãos, de fundações e mediante as ações de *lobbies* que persuadiam os governos municipais a incluírem cláusulas de acesso público aos contratos, muitos projetos, coletivos de produção e TVs comunitárias permaneceram comprometidos com causas sociais e progressistas. Entre esses sujeitos, destaca-se o *Alternate Media Center (ACM)* e os *radical videos collectives*.

O *Alternate Media Center* nasce em Nova York em 1971, por iniciativa de George Stoney, um pioneiro na produção de vídeos que havia trabalhado na produção do *Challenge for Change*, e da cineasta Red Burns. Segundo Fibrino (1990), os cofundadores do ACM conseguiram uma doação de 250 mil dólares da Fundação John e Mary Markle para um projeto, que visava inicialmente a reapropriação das tecnologias de informação proporcionadas pela TV a cabo por comunicadores não profissionais e, posteriormente, foi desenvolvendo ações muito mais amplas.

Em cinco anos de existência, os membros do AMC promoveram assembleias, debates, compartilharam produções e ajudaram a montar outros centros em outras cidades. O projeto de levar os *videomakers* independentes para fora de sua base de atuação foi financiado pela *National Endowment for the Arts*.

O *Alternate Media Center*, segundo Fibrino (1990), torna-se ponto focal do movimento por acesso público norte-americano em 1976, ao criar o *National Federation of Local Cable Programmers (NFL-CP)*, principal organização institucional do movimento de TV comunitária. Seu objetivo era apoiar as iniciativas de produção e também o de participar na construção de políticas públicas para TV a cabo, fren-

te às tentativas governamentais e interesses do mercado de restringir o uso comunitário da tecnologia televisiva.

Os *radical videos collectives* foram grupos de produtores de vídeo que surgiram dos movimentos antiguerras, por direitos humanos e liberdade de expressão, como o *Raindance*, *Videofreeks*, *People's Communication Network*, *Video Free America*, *People's Communication Network*, *Video Free America*, *Ant Farm*, *Global Village* e *May Day Collective*. Buscavam, como afirma Fibrino (1990), estender as novas tecnologias de informação ao papel dos veículos de mídia alternativa em criar uma contracultura.

Como explica esse autor:

A imprensa alternativa, à época, era o principal instrumento de organização e educação da nova esquerda, corrente política que mantém os ideais igualitários característicos da esquerda, mas que se opõe às interpretações ortodoxas do marxismo; há uma crítica ao determinismo econômico e uma revalorização da cultura, que expande a aceção de política para além das relações de produção (FIBRINO, 1990).

Os *radical videos collectives*, ao abraçarem tanto as tecnologias de informação como a contracultura da época, possibilitam a emergência de utopias possíveis chegarem às comunidades. Muitos tinham o otimismo da interpretação McLuhiana dos meios como extensão do homem, outros pensavam a tecnologia como ferramentas de construção de transformações radicais na forma de fazer mídia e política, sem desprezar a necessidade das lutas mais amplas.

Fibrino (1990) observa que, no mesmo período, há um enfraquecimento dos ideais libertários dos movimentos dos anos 1960. Para ele, o movimento estudantil e a nova esquerda tinham perdido a potência de criar um clima de ativismo já no fim da década de 1970. Muitos coletivos optaram por assumir uma postura mais artística do que popular nas produções independentes, como já havia acontecido no Canadá. Nesse sentido, o projeto de uso da televisão comunitária com objetivos emancipatórios, por mais que se mostrasse bastante criativo e preocupado com a participação popular,

se enfraquece, mas não deixa de ter uma importância na luta por democratização dos meios.

Na década de 1980, membros da cooperativa *Paper Tiger TV* começaram a organizar uma rede de acesso público por satélite, como observa Stein (2002). O objetivo era construir uma infraestrutura nacional e uma audiência para uma programação progressista. Nasce a rede *Deep Dish TV* (DDTV) em 1986, a primeira rede nacional de acesso público via satélite, 20 anos depois das experiências pioneiras do *Challenge for Change* no Canadá.

Segundo Stein (2002), a DDTV possui cerca de 250 canais de acesso público em todos os estados norte-americanos e alguns canais da rede pública de TV. Suas atividades incluem distribuição de programas de orientação progressistas, produzidos e coordenados por eles ou por outros grupos sem fins lucrativos. A rede tem apenas três funcionários remunerados e mais uma centena de produtores voluntários, mantendo-se através de subsídios e venda de programas.

Conforme essa mesma autora, a rede é pioneira no formato de programa em que se reúnem uma série de múltiplas partes em torno de um tema central, com trabalhos realizados de forma independente. Ela explica:

A série examina as questões sociais de diversas perspectivas culturais e regionais que geralmente estão ausentes dos noticiários de rádio e TV. Os programas recorrem a gêneros de produção, desde documentário e assuntos de interesse público a teatro experimental, e justapõem materiais muito bem produzidos com as produções mais toscas, geralmente associadas à TV comunitária. Podem consistir em trabalhos na íntegra ou em trechos de várias fontes (STEIN, 2002, p. 401).

Entre os temas destacados pela autora, estão o uso cidadão da TV de acesso público, a opinião popular sobre as questões ambientais, a guerra no Golfo Pérsico, a censura e as ameaças contemporâneas às liberdades civis, os 500 anos de Colombo e as lutas dos povos indígenas em todo o mundo, o sistema de saúde pública e o crescimento da indústria carcerária.

Xamardo, Ukiola e Saiz (1998) definem que na década de 1990 cerca 17% dos canais de TV a cabo nos Estados Unidos tinham acesso público. Essa porcentagem é importante, tendo em vista o número de operadoras. Esses autores observam que a situação atual da TV comunitária é heterogênea. Em cidades como Nova York, as TVs comunitárias possuem mais força em consequência da sua vida social e comunitária. Em outras cidades, onde os movimentos de cidadãos são débeis, as TVs também são fracas.

O FOGO E A PALAVRA REBELDE

*Combatente da contrainformação
Envenenando as redes
Cyberpunk com fuzil na mão
Disseminando a contra-hegemonia
Salve Marcos!
Salve, salve!*

MUNDO LIVRE S/A⁷

Em 1º de janeiro de 1994, quando os gestores estatais dos Estados Unidos, México e Canadá celebrariam o ano novo, brindando a população mexicana com mais um acordo de livre comércio, um grito ensurdecedor de “*Ya basta!*” emerge do estado de Chiapas.

O grito rebelde dos povos indígenas e camponeses, filhos de mais 500 anos de luta que reivindicavam a memória de Emiliano Zapata e da revolução mexicana de 1910, ultrapassou rapidamente a Selva Lacandona, a zona fronteira com a Guatemala e a serra, colidindo com os interesses dos poderosos membros do “mau governo”, na Cidade do México, e dos abutres do mercado nacional mexicano e internacional.

Quando a Flor da Palavra foi lançada pelos neozapatistas, se espalhou pelas mídias convencionais e alternativas nos cinco continentes, onde foi abraçada por pessoas que encheram seus corações com a digna raiva geradora da insubmissão, que busca democracia, justiça e liber-

⁷ Trecho da música “Desafiando Roma”, da banda brasileira Mundo Livre S/A.

dade. Nesse sentido, o impacto do neozapatismo colocou em xeque as certezas neoliberais, assim como da esquerda mundial, em relação ao papel do Estado, da revolução, das práticas e concepções políticas e do uso da mídia nos momentos de crise (HILSENBECK FILHO, 2007).

Não é exagerado falar que, se a revolução cubana figura entre as principais fontes de imaginário rebelde para os jovens contestadores da geração de 1968, a experiência mais recente que nutriu e nutre a geração atual de ativistas, de práticas políticas e comunicacionais constituintes de um imaginário de rebeldia é o neozapatismo, onde é possível “sentir-se parte da mesma história”, tanto ao norte como ao sul (CECEÑA, 2003).

O poder constituinte do neozapatismo é traduzido nas suas práticas concretas de apropriação dos meios de produção, de democracia comunitária intercultural, nas Juntas de um Bom Governo e Caracóis e na guerrilha informacional (CASTELLS, 1996). São formas de interlocução com a sociedade civil nacional e internacional⁸, que revelam características de uma heterodoxia política que distingue os rebeldes chiapanecos dos movimentos guerrilheiros clássicos.

Isso ocorre, em primeiro lugar, como observa Hilsenbeck Filho (2007), porque o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) não é uma força política que se impõe mediante a legitimidade de suas lutas para os demais setores de esquerda radical, como uma mão única para transformação da realidade. O autor destaca que, para o EZLN, a mudança se dará de distintos modos, não sendo sua experiência a mais legítima, ou seja, sua luta é o modo como eles encontram de se organizar e de fazer a luta, dentro de suas possibilidades e limites, sem perder sua perspectiva política e sua história.

Os neozapatistas, como também argumenta Liberato (2006), não querem sentar-se nas cadeiras mais altas do poder de Estado, não

⁸ Quanto à apropriação dos meios de produção pelos neozapatistas, recomendamos ao leitor o quarto capítulo do livro *Nem centro, nem periferia*, de autoria do Subcomandante Marcos, e o artigo do sociólogo e ativista Léo Vinicius para o coletivo luso-brasileiro Passa-Palavra, *O neozapatismo e os velhos meios de produção*. Ambos estão disponíveis em: <http://pt-br.prototype.wikia.com/wiki/Nem_o_centro_e_nem_a_periferia> e <<http://passapalavra.info/?p=2280>>. Acessos em: 16 jun. 2009.

desejam carregar consigo o estigma do movimento revolucionário clássico de tomar o poder e mudar de cima para baixo as relações socioeconômicas e culturais tornando-se políticos profissionais. Ele explica que, por esse motivo, se definem como rebeldes e não como revolucionários.

A rebeldia é definida em um comunicado de 2002 do Subcomandante Marcos, um dos principais chefes militares e porta-voz do EZLN, como:

A rebeldia é como aquela mariposa que dirige seu voo para este mar sem ilhas e sem rochedos.

Sabe que não terá onde pousar e, contudo, seu voo não titubeia.

Não, nem a mariposa e nem a rebeldia são bobas e suicidas, acontece que sabem que terão onde pousar, que por aí há uma ilhota que nenhum satélite detectou.

E esta ilhota é uma rebeldia irmã que, com certeza, sairá fluando justo quando a mariposa, ou seja, a rebeldia voadora começar a desfalecer.

Então a rebeldia voadora, a mariposa marinha passará a ser parte dessa ilhota emergente, e será assim o ponto de apoio para outra mariposa que já empreendeu seu voo decidido rumo ao mar.

Nos livros de biologia, isso tudo não irá além de uma curiosidade, mas, como disse não sei quem, o bater das asas de uma mariposa costuma ser a origem dos grandes furacões.

Com seu voo, a rebeldia voadora, ou seja, a mariposa, está dizendo NÃO!

Não à lógica.

Não à prudência.

Não à imobilidade.

Não ao conformismo.

E nada, absolutamente nada, será tão maravilhoso como ver a ousadia desse voo, apreciar o desafio que representa, sentir como o vento começa a agitar-se e ver como, com esses

ares, não são as folhas das árvores a tremerem, e sim as pernas dos poderosos que até aquele momento pensavam, ingênuos, que as mariposas morriam mar adentro (SUBCOMANDANTE MARCOS, 2002).

Ao mesmo tempo que o neozapatismo não se propõem ser a única via anticapitalista para transformação radical da sociedade ou uma vanguarda, seus integrantes se colocam críticos à política representativa. Conforme Correia (2007), os neozapatistas dizem que política representativa é uma forma limitada de escolha, em que o eleitor é um mero espectador da cena social e o candidato eleito não faz menor esforço para envolver os representados nos assuntos políticos e econômicos.

A concepção de construir, a partir de baixo e da esquerda, um novo arranjo social que contemple as necessidades dos povos em movimento pode ser vista, como revela o Subcomandante Marcos, como produto do amadurecimento dos rebeldes em contato com outras realidades, desde os primórdios do neozapatismo.

Nós chegamos à selva como uma clássica elite revolucionária em busca desse sujeito, o proletariado, no caso da revolução marxista-leninista. Mas a proposta inicial entrou em choque com as propostas das comunidades indígenas, que tem outro substrato, uma complexa pré-história de emergências e insubmissões. Nós modificamos as nossas propostas iterativamente.

O EZLN não nasce de propostas urbanas, mas tampouco das propostas vindas exclusivamente das comunidades indígenas. Nasce dessa mescla, desse coquetel molotov, desse choque que produz um novo discurso. O que dissemos é que a transformação histórica não deve ser feita às custas da exclusão de setores na sociedade.

Isso tem custos sociais, políticos e econômicos para cada nação e para o mundo inteiro. Quando um setor diz “Já basta!”, está tentando repetir o que outros setores já disseram e praticaram. Ressalta a exclusão. Nunca existirá um mundo homogêneo, deve-se respeitar a diferença, e o excluído re-

clama: ou nos levam em conta ou terão que nos levar em conta como ruído na aparente harmonia da nova ordem mundial (MALTABAN, 1999, p, 42).

Se por um lado a oposição à *Realpolitik* vai se tornando cada vez mais forte ao longo dos 15 anos da luta – com o descumprimento do governo mexicano, os acordos e negociações entre as partes envolvidas no conflito, com os ataques do exército e de paramilitares às comunidades autônomas zapatistas e com as tentativas dos partidos de esquerda capitanear a influência da guerrilha a seu favor no jogo político⁹ –, por outro lado o direito à diferença, para quebrar com a hegemonia da nova ordem mundial e a multiplicidade de formas de luta por mudanças na sociedade, vai estar no cerne da estratégia de diálogo do EZLN com outros setores sociais.

Como adverte Hilsenbeck Filho (2007), o diálogo do EZLN com os demais sujeitos sociais nacionais e internacionais não deve ser entendido como uma forma instrumentalizada do EZLN para criar mecanismos de pressão contra o governo, e sim como ação política que se relaciona com suas propostas e valores. Iniciadas nos primeiros dias do levante e que passará a ser cada vez mais marcante no seu vasto campo de atuação política, essa estratégia inclui consultas, diálogos, marchas, encontros, manifestações, convocatórias etc.

Para esse autor, contando desde 1994, quando é emitida a I Declaração da Selva Lacandona, a estratégia comunicacional do EZLN foi se tornando cada vez mais ampla, conforme as reorganizações da guerrilha, em decorrência de diversos fatores, como a própria mudança de lugares, modalidades e formas de luta. O principal motivo dessas transformações, segundo o mesmo autor, decorre da não só da fragilidade bélica do EZLN, haja vista que um terço do exército mexicano se encontra cercado a região das comunidades autôno-

⁹ Em 2005, segundo Corrêa (2007), os neozapatistas dissolvem a Frente Zapatista de Libertação Nacional, organização política civil pacífica criada para articular apoios no meio urbano sem tomada de poder, rompem laços com o Partido da Revolução Democrática (PRD) na VI Declaração da Selva Lacandona. O EZLN propõem uma forma de política que se opõe às eleições e aos meios institucionais, realçando os movimentos sociais de esquerda e anticapitalistas.

mas, mas também da sua capacidade de diálogo e contato com outros setores da sociedade civil.

Os contatos com outros setores da sociedade civil, que partiram, em muitos casos, da iniciativa neozapatista, como o I Encontro Intergaláctico contra o Neoliberalismo e pela Humanidade, em 1996, criaram os elos necessários para a construção do movimento de resistência global, assim como convergências entre meios alternativos que cobriram os dias de ação global. As estratégias comunicacionais, entendidas como parte de sua ação política (HILSENBECK FILHO, 2007), proporcionaram a criação de contraesferas públicas, definidas por Nancy Fraser (1992) como arenas de interação discursiva, que proporcionam a produção e a circulação de discursos que possam, por princípio, fazer críticas ao Estado e ao mercado, onde o povo pode decidir suas coisas comuns¹⁰.

Para abranger a diversidade dos sujeitos nas contraesferas públicas, o neozapatismo vai distinguir-se de outros movimentos sociais e guerrilheiros no uso dos meios de comunicação. Criam-se condições favoráveis para o diálogo e para furar os bloqueios de visibilidade pública, o que nos remete a outra característica: a criatividade comunicacional no uso e na produção midiática.

Os comunicados assinados pelo Comitê Clandestino Revolucionário Indígena – Comando Geral e pelo Subcomandante Marcos, espalhados pela internet, “contaminam as redes”, misturam as narrções do cotidiano das comunidades, personagens da cosmologia maia ou inventados, citações de Shakespeare, Pablo Neruda, García Lorca e vários estilos literários e formas linguísticas, “variando conforme o objetivo e o interlocutor” (HILSENBECK FILHO, 2007), obtendo um grande êxito de visibilidade pública para sua luta.

¹⁰ Para Fraser (1992), a concepção de esfera pública burguesa de Habermas não dá conta de toda a problemática. A autora salienta que, em Habermas, para existir uma ordem democrática, deve existir uma esfera pública e que o aparecimento de várias esferas públicas, que competem entre si à existência, aleija a esfera pública original. Para ela, Habermas possui uma crença das grandes narrativas, na qual acredita que os grupos humanos refletem sob grandes categorias universais.

Contrapunha-se ao Estado autoritário, tecnocrático e científico aquilo que tradicionalmente foi classificado como irracionalidade e que, no zapatismo, aparece como uma outra forma de razão: a “palavra”, a comunicação horizontal, esteticamente enraizada nas tradições locais, livres em suas traduções e invenções, feita da interlocução entre a razão que brota do coração de cada uma das minorias e das entidades, constituindo um espaço democrático.

[...] das palavras do EZLN e de Marcos, depreende-se a visão que ser livre é lutar, lutar é inventar [...]. Juntam-se, assim, em um mesmo movimento de emancipação, as noções de tradição, invenção, memória, ruptura e luta. Diferentemente da liberdade iluminista, que é ruptura em um tempo linear, a zapatista sincretiza a linearidade ocidental com o tempo maia, em que as épocas são como diferentes camadas do presente. A liberdade zapatista é um movimento de conexões, traduções e ressignificações, a partir de repertórios tradicionais, e na comunicação horizontal com o “outro”, a “palavra” (FIGUEIREDO, 2009, p. 55).

Nesse mesmo sentido, a circulação de pessoas, imagens, áudios e vídeos sobre os neozapatistas proporcionaram, como observa Figueiredo (2009), a intensificação do caráter performático da política, que colaborou para atrair a atenção dos meios convencionais¹¹ e participativos de mídia. Esse autor lembra que a literatura e as outras artes se diferenciam das ciências e das engenharias por permitirem o uso de linguagens coloquiais plásticas e sonoras, que não dependem de um saber monopolizado por especialistas.

¹¹ O trato com a imprensa convencional possui também um diferencial, segundo Figueiredo (2009). Ao tratá-la como um todo homogêneo e vendido, ou espelho, e não como um sujeito ativo na sociedade, elege três veículos para conferir um acesso privilegiado às informações e proibindo o acesso de meios hostis, como a Televisa, aos territórios autônomos zapatistas. A escolha dos veículos pelos neozapatistas, para o mesmo autor, segundo declarações, teve como critério suas políticas editoriais pluralistas, sendo o *La Jornada*, pelo empenho de seus jornalistas em ir aos locais do conflito para buscar as informações, o *El Financiero*, por sua profundidade analítica e seu distanciamento da arrogância do jornalismo feito pelos veículos elitistas, e o *Proceso*, por sua objetividade.

Pode-se dizer, de forma sintética, que foi preciso que os significados da rebeldia, dignidade, justiça, democracia e liberdade fossem reescritos de forma distinta aos dos significados da sociedade civilizada e dominante através do contato com “os outros”, também mergulhados na opressão, para que o ruído fosse alto o suficiente para incomodar os ciosos donos do poder e as certezas das práticas políticas dos movimentos guerrilheiros e sociais anteriores. Nesse sentido, quando a banda recifense Mundo Livre S/A descreve Marcos como “um cyberpunk com fuzil na mão”, evidentemente, ao fazer tal descrição, não está afirmando que o Subcomandante Marcos e os demais combatentes neozapatistas na Selva Lacandona são cyberpunks, no sentido literal da palavra.

O significado que eles dão para o termo tem a ver com o estilo musical futurista e apocalíptico criado pelas bandas de música eletrônica ou cenários de filmes, como *Blade Runner*, e a estética que algumas tendências contraculturais assumiram na década de 1980, nos países ricos. Seu significado é construído pela identificação dos músicos do movimento musical *mangue beat*¹², caracterizado pela mistura da cultura nordestina com elementos contraculturais, sincretizando os ritmos do maracatu, samba ou rap, ska, música eletrônica e rock e letras politizadas, que descrevem a situação dos bairros pobres da periferia de Recife – “a cidade, a bandidagem por uma questão de classe” –, com as práticas políticas neozapatistas contra o capitalismo.

Assim, é possível dizer que todos somos cyberpunks, assim como “Todos somos Marcos! [...] os intolerados buscando uma palavra, sua palavra. Todos aqueles e aquelas [...] que incomodam o poder e as boas consciências”¹³. É possível sentir-se parte da mesma história de

¹² Movimento cultural que, musicalmente, faz a fusão entre a música popular, como o maracatu e o samba, e ritmos modernos como o rock, o rap e a música eletrônica.

¹³ Questionado pela mídia convencional sobre sua identidade e do porquê do uso dos palicatos e passa-montanhas pelos rebeldes chiapanecos, o Subcomandante Marcos emite um comunicado que diz: “Marcos é gay em São Francisco, negro na África do Sul, asiático na Europa, hispânico em San Isidro, anarquista na Espanha, palestino em Israel, indígena nas ruas de San Cristóbal, roqueiro na cidade universitária, judeu na Alemanha, feminista nos partidos políticos, comunista no pós-Guerra Fria, pacifista na Bósnia, artista sem galeria e sem portfólio, dona de casa em um sábado à tarde,

rebeldia e resistência (CECEÑA, 2003) e reinventar-se continuamente para reescrever um imaginário de libertação, que proporciona a reapropriação dos conceitos políticos em prol de seu valor de uso para proteção e formação de comunidades (NEGT; KLUGE, 1999).

A Flor da Palavra, que nasce da razão aberta à sensibilidade e da sensibilidade aberta à razão, a qual Marcuse percebe estar contida nos movimentos da nova esquerda e guerrilheiros da década de 1960 e que volta a dar frutos nas novas gerações rebeldes, não é de simples pegadas dos movimentos anteriores. Podemos dizer que o neozapatismo colaborou para aprofundar as concepções anticapitalistas e antiautoritárias sob bases materiais e imateriais que sejam mais próximas das perspectivas, concepções e problemas locais e globais dos veículos de mídia radical alternativa nos dias de hoje.

Nesse sentido, sua influência deve ser considerada como um dos elementos mais importantes para compreender as práticas políticas e organizacionais da rede Indymedia, não só em relação à crítica ao sistema e à esquerda tradicional, mas também em relação à busca dos significados próprios para a autonomia, pluralidade, comunicação, política, democracia e liberdade.

DO CIBERPUNK AO HACKTIVISMO

No capítulo sobre a teoria da mídia radical alternativa foram colocadas algumas das concepções da cultura do *copyleft* e do movimento *software* livre, que influenciaram os movimentos juvenis e se converteram em concepções políticas e ações diretas nos meios virtuais e nas ruas. No entanto, alguns laços do que chamamos de cibercultura e de ativismo anticapitalista não foram suficientemente esclarecidos pa-

jornalista nas páginas anteriores do jornal, mulher no centro metropolitano depois das 22h, camponês sem terra, editor marginal, operário sem trabalho, médico sem consultório, escritor sem livros e sem leitores e, sobretudo, zapatista no Sudoeste do México. Enfim, Marcos é um ser humano qualquer neste mundo. Marcos é todas as minorias intoleradas, oprimidas, resistindo, exploradas, dizendo “¡Ya basta!”, todas as minorias na hora de falar e maiorias na hora de se calar e aguentar. Todos os intolerados buscando uma palavra, sua palavra. Tudo que incomoda o poder e as boas consciências, este é Marcos” (SUBCOMANDANTE MARCOS, 1994).

ra que possamos relacioná-los com o surgimento da rede Indymedia. Para descrever a importância dos coletivos *tech* na criação do CMI, usaremos alguns termos cunhados pela perspectiva dos estudos da comunicação e da tecnologia da informação que procuram visualizar os fenômenos das comunicações mediadas por computadores, especificamente ligados às práticas políticas que colocam a tecnologia à serviço da rebeldia.

Nessa categoria, encontram-se definições como as de *ciber-rebeldes* (LEMOS, 1996), hackertivismo e coletivos de programadores e desenvolvedores, que têm em comum quatro lemas herdados das contraculturas ciberpunk:

[...] a informação deve ser livre; o acesso aos computadores deve ser ilimitado e total. Desconfie das autoridades, lute contra o poder; coloque barulho no sistema, surfe essa fronteira, faça você mesmo (LEMOS, 1996).

Lemos (1996) relata que toda tecnologia cria novos rebeldes. Assim como a revolução industrial gerou a primeira geração de tecno-rebeldes, os luditas, hoje os novos rebeldes utilizam as tecnologias microeletrônicas. Nos anos 1960, explica Lemos (1996), os rebeldes eram conhecidos como *phreakers*, os piratas do telefone, que se apropriavam da rede de telecomunicações mundial com o objetivo de viajar gratuitamente pelas redes. Nos anos 1970, do mesmo modo que os telefones criam os *phreakers*, os computadores dão origem aos *hackers*, uma verdadeira elite da informática.

Em um primeiro momento, os *hackers* pretendiam liberar as informações dos computadores do poder militar, universitário e industrial. Eles seriam o principais responsáveis pelo desenvolvimento da microinformática, nos anos 1970, na Califórnia (LEMOS, 1996; GOFFMAN; JOY, 2004), tendo em vista que a primeira geração de computadores foi composta por máquinas enormes, ligadas à balística militar. Posteriormente, as ações dos *hackers* estavam inseridas não só no desenvolvimento de tecnologias livres da propriedade corporativa, no desbloqueio de programas fechados por chaves de segurança e números de série, mas também em ações que tinham como metas

expor ao ridículo as tecnologias fechadas e os sistemas de segurança de empresas e de instituições estatais.

O nome dado pelos próprios novos rebeldes as suas “ações reivindicativas, de caráter sociopolítico, definidas como ativismo” (VICENTE, 2004), abrangendo uma vasta gama de formas e táticas, foi hacktivismismo. Uma fusão do termo *hacker*, que abrange ações no ciberespaço, com o termo ativismo, que indica a ação política, não exclusiva, mas geralmente ligada aos movimentos sociais e campanhas de correntes de cunho libertário e anticapitalista.

O *Cult the of Dead Cow* (CDC), que se identifica como o mais velho grupo de hacktivismismo, foi criado, segundo seus integrantes, em 1984, no Texas, por um ex-assessor de segurança de informática, um pesquisador de Haward, um ex-funcionário da Organização das Nações Unidas (ONU), um professor de lógica, um cineasta, um desenvolvedor de jogos e mais uma infinidade de músicos e outros artistas, que *aceitaram participar da dinastia CDC* em ações reais e virtuais.

O CDC tem realizado, ao longo de sua história, uma série de intervenções em defesa do que define como direitos humanos, onde inclui acesso irrestrito às liberdades digitais, perdidas com a propriedade intelectual. Além de uma página na internet especializada em ações diretas no meio virtual, o CDC ficou mundialmente conhecido entre 1998 e 2001 por criar um *trojan*, programa de computador que libera as portas de acesso de outro usuário sem que ele perceba, com o objetivo de mostrar as falhas do programa proprietário Microsoft Windows 98. O nome dado ao *trojan* foi *back orifice* (orifício traseiro), como uma sátira ao programa servidor da Microsoft, *Back Office*.

Para Henshaw-Plath, de 22 anos, cofundador do Indymedia e criador do *Protest.Net*, um portal que disponibiliza um calendário de protestos e também oferece notícias, *links* e informações sobre reuniões, conferências e encontros para os ativistas, havia duas vantagens na utilização da internet pelos movimentos de contestação no fim da década de 1990 (HARRIS, 1999). A primeira delas é que permite aos ativistas organizarem uma ação coordenada, que facilita a mobilização de diversos grupos. A segunda é não haver custos para as pessoas expressarem suas opiniões. Conforme o fundador do *Protest.Net*, mais

de 700 petições *on-line* estavam disponíveis em 1998, época em que o portal foi lançado, tratando de questões específicas, que iam da luta para salvar as baleias às acusações de traição do presidente dos Estados Unidos, Bill Clinton.

O ativista expõe, em entrevista concedida em 1998, que só o *site E-The People* mantinha disponível cerca de 17 mil *e-mails* de funcionários públicos do governo em níveis local, estadual e federal, para que as pessoas pudessem expressar suas divergências com a política dos gestores públicos. Segundo ele, essa é uma forma de militância. Ainda em 1998, o *Electronic Disturbance Theatre*, um coletivo de *hackers* ativistas e artistas que realiza performances políticas *on-line* como meio de desobediência civil, reuniu 20 mil pessoas em uma ação de bloqueio à página do governo mexicano em apoio aos neozapatistas, contra o Pentágono, as guerras americanas e a Bolsa de Valores de Frankfurt, símbolo do capitalismo global.

O grupo de cinco ativistas ingleses chamados de *Eletro-hippies*, que ficaram conhecidos nas suas ações virtuais durante os protestos de Seattle, em 1999, realizou uma ação de envio de *e-mail* em massa para 78 oficiais e para o departamento de agricultura norte-americano, protestando contra os alimentos geneticamente modificados. As ações diretas virtuais contra páginas dos governos, de organismos multilaterais, das grandes corporações, dos provedores de internet, de empresas poluidoras, de transgênicos, nucleares, sexistas etc. se consolidam, segundo Rosas (2003), em 1998, ano em que um *hacker* inglês invadiu mais de 300 páginas, colocando textos e imagens antinucleares.

Os coletivos *tech*, apesar de não deixarem de se enquadrar no que definimos anteriormente como hacktivism, possuem uma ação mais específica dentro desse tipo de ação sociopolítica e distinguem suas atividades dos grupos hacktivistas, ligados às concepções políticas mais puristas de mídia tática. Esses hacktivistas ligados às concepções políticas da mídia tática, chamados de *cyber-rebeldes* por Lemos (1996), concentram suas atividades na leitura. Como explica o autor, “não há uma rebelião possível, mas rebeliões efêmeras, estéticas e lúdicas, presas ao ‘aqui e agora’” (LEMOS, 1996, p. 4), desviando-se do enfrentamento direto com o sistema.

Os ativistas dos coletivos *tech* se aproximam das leituras anti-capitalistas dos movimentos de resistência global, dos movimentos sociais e das campanhas contra o neoliberalismo não só porque valorizam a esfera das ruas e o enfrentamento ao sistema capitalista, mas também porque muitos deles fazem parte de outros coletivos e movimentos sociais, que possuem o caráter revolucionário e rebelde de cunho social fora do ciberespaço.

O coletivo *Riseup*, por exemplo, se define como uma entidade autônoma com base em Seattle mas com membros por todo mundo, com o objetivo de ajudar na criação de uma sociedade livre, um mundo sem hierarquias e opressão, onde o poder é compartilhado de forma igual. Para atingir seus objetivos, os membros do *Riseup* fornecem recursos de comunicação e informática para os ativistas engajados nas lutas anticapitalistas. Entre os projetos do coletivo estão destacados, na página, o fornecimento de *e-mails* seguros para os ativistas, já que o governo norte-americano possui tecnologias de mapeamento dos *e-mails*, que possibilita construir mapas detalhados sobre as organizações e ações coletivas.

Além de contas de *e-mail* e listas seguras (mais de 10 mil listas só no *Riseup*), segundo dados do coletivo, é fornecida hospedagem de *sites* em mais de 30 servidores espalhados entre Brasil, Canadá, Reino Unido, França, Itália, Estados Unidos e Alemanha, e é dado auxílio na criação de páginas e projetos usando sempre *software* livre.

Outros coletivos e redes oferecem, também, hospedagem gratuita em provedores, *e-mails* seguros etc. aos ativistas e movimentos. Argumentam que esse tipo de ação política é fundamental para a segurança dos movimentos e seus membros frente às ações dos governos, que buscam cada vez mais utilizar as tecnologias digitais como meios de controle e mapeamento das ações políticas.

Muitas das páginas e portais nascem da convergência entre diversos grupos e organizações. É o caso do *sindominio.net*, resultado da reunião de 25 coletivos e centros de cultura social na Espanha em 1999, com o apoio do coletivo *Organizing for Autonomous Telecomms* (TAO) e do *Nodo 50*, provedor de internet criado em 1994, na orga-

nização dos protestos contra a celebração dos 50 anos do acordo de Bretton Woods e da criação do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial, em Madri. O *Nodo 50* disponibiliza, atualmente, formação, conteúdos e serviços comunicativos a 1.198 organizações e grupos de esquerda social da Espanha e da América Latina.

A HISTÓRIA DO CENTRO DE MÍDIA INDEPENDENTE

O primeiro *Indymedia Center* (IMC) nasce em outubro de 1999, quando um pequeno grupo de ativistas e indivíduos de redes de comunicação alternativa – como *Freespeeche.org*¹⁴, *Protest.Net*, *Paper Tiger TV* e *Deep Dish TV* – se empenharam em trabalhar, por tempo integral, para criar um espaço midiático dentro das características utilizadas na organização dos protestos que ocorreriam em Seattle (JURIS, 2004).

Três meses antes das manifestações de Seattle, Matthew Arnison, da *Community Activist Technology* (CAT), postou em um fórum da internet informações sobre um *software* que havia acabado de concluir, o qual possibilitava a hospedagem na internet de fotos, vídeos e relatos produzidos por ativistas, que podiam ser hospedados na internet sem a mediação de um especialista¹⁵. A notícia chega aos ativistas de mídia alternativa envolvidos no movimento de resistência global, que rapidamente escolhem o *software* de publicação aberta para criar o espaço virtual para cobrir as manifestações.

Dee Dee Halleck (2004), professora da Universidade San Diego e cofundadora do *Paper Tiger TV* e *Deep Dish TV*, afirma que Chris Burnett, especialista em computadores, ajuda a preparar o código, as fontes e a hospedagem para o *site* que faria a cobertura de Seattle. Burnett também ajudou a convidar os músicos para um concerto beneficente com o objetivo de montar o centro, agora chamado

¹⁴ TV pública via satélite, com base em Denver, Colorado, fundada em 1995. Sua história é anterior aos anos 1990. Vive de doações e atualmente atinge mais de 25 mil domicílios nos Estados Unidos.

¹⁵ Veremos que outra mediação serve como filtro para o CMI quando discutirmos a política editorial.

de Centro de Mídia Independente. Ani DiFranco e Michael Franti deram um concerto duas semanas antes das reuniões da Organização Mundial do Comércio (OMC), que arrecadou US \$ 60 mil para os preparativos de Seattle.

Para a ativista e pesquisadora, era a primeira vez que os organizadores dos protestos davam importância para os meios alternativos, pois “geralmente se dava preferência aos jornalistas do *mainstream* corporativo a perder tempo com pequenos canais de notícias independentes”. O espaço onde ficou o IMC tornou-se um ponto de encontro durante os protestos, tanto de jornalistas independentes como dos organizadores, assim como o *site* <www.indymedia.org> tornou-se um centro virtual para discussões de ativistas e multimeios, postos de preparações de demonstração.

O filme *No Olho do Furacão*, produzido pelo Indymedia Argentina (NO OLHO..., s/d), e um editorial da rede CMI Brasil, de 24 de dezembro de 2003 (CMI BRASIL, 2003d), narram que, durante as manifestações contra a OMC, o *site* do CMI recebeu milhares de acessos e postagens dos ativistas que participavam dos protestos. Meses depois do término dos protestos, o *site* permaneceu no ar com o mesmo editorial. Henshaw-Plath, membro do coletivo técnico da rede Indymedia, conta que depois das manifestações eles estavam tão cansados, que simplesmente esqueceram o servidor ligado.

Logo após as manifestações em Seattle, Matthew pediu, em uma carta, aos ativistas norte-americanos que utilizavam o *software* para que modificassem o endereço *web* de <<http://seattle.indymedia.org>> para somente <<http://www.indymedia.org>>. A ferramenta de publicação, que serviu a milhares de jovens que estavam em Seattle, poderia ser utilizada por outros ativistas ao redor do mundo, para dar visibilidade às suas lutas.

Ainda nesse período, ativistas ingleses dos coletivos de ação direta entraram em contato com os ativistas norte-americanos para utilizar o *software* de publicação aberta na cobertura dos protestos do Dia do Trabalho, em 2000. Esses coletivos estavam sendo alvo de uma ampla campanha da mídia convencional, com o objetivo da legitima-

ção do uso de um enorme aparato repressivo por parte do governo para desmobilizar os protestos políticos, que vinham se radicalizando nos âmbitos organizativos e táticos desde o início da década de 1990.

Após Seattle, foram surgindo nos Estados Unidos e no Canadá muitos coletivos do CMI. Primeiro em Portland (EUA), depois na Filadélfia (EUA) e em Vancouver (Canadá), em protestos contra a biotecnologia em Boston em março de 2000 e em protestos em Washington D.C. (EUA) contra a reunião do FMI, organizados por uma coalizão de movimentos norte-americanos que colaboraram para a construção da rede nesses locais.

A manifestação contra o capitalismo em Praga, como resposta à reunião do FMI e do Banco Mundial em 2000, foi um dos eventos que marcaram a expansão da rede Indymedia pela Europa. Depois dos protestos surgiram outros CMIs em Madri (Espanha), Euskal Herria (País Basco) e Galícia (Espanha).

O rápido crescimento do Indymedia, passando de um coletivo em 1999 para 39 coletivos em 2000 e 70 coletivos em 2001, como mostra Behling (2006), levou os voluntários dos coletivos, já sindicalizados na rede, a perceberem a necessidade de orientar os novos coletivos segundo os princípios de unidade e da política editorial concebidos desde o primeiro coletivo, baseando-se nas concepções políticas dos movimentos de resistência global. Na primeira reunião presencial da rede, realizada em São Francisco, nos Estado Unidos, em 2001, nasce um grupo de trabalho, o *New IMC*, com a função de fazer o acompanhamento da formação de novos coletivos segundo as concepções comunicacionais e políticas da rede.

Em setembro de 2001, a rede Indymedia tem seu primeiro coletivo no continente africano, fundado na África do Sul durante a Conferência contra o Racismo, em Durban. Em novembro, nasce o CMI na Nigéria, com a colaboração do CMI Filadélfia e dos coletivos *Earth First!* e *The Environmental Rescue International*.

Em 2002, surgem os coletivos da região da Ambazônia (Camarões do Sul) e o processo de construção do CMI Zimbábue, que nunca chegou a ser concluído. Em 2003, são os ativistas da Ilhas Canárias

que vão construir seu CMI e, na região de fronteira entre a África e a Europa, forma-se o coletivo Maquiq/Estrecho IMC. Como mostra o exaustivo trabalho de Behling (2006), entre 1999 e 2004 há um crescimento ascendente do número de coletivos do CMI, que possuem *sites* próprios na *web*, 106 coletivos em 2002, 136 coletivos em 2003, e 162 coletivos em 2004. Em 2005, com 165 coletivos, o processo de formação de coletivos, com *sites* próprios, entra em fase de estabilização.

Esse autor explica que a tendência não deve ser entendida por uma contemplação dos números de coletivos em relação aos *sites*, pois muitos coletivos são formados utilizando *sites* e recursos locais já existentes, como é o caso do CMI Remânia do Norte/Vestfália, que publicam no *site* alemão do Indymedia, e de alguns coletivos na Itália. Há, ainda, coletivos locais que publicam em um *site* nacional, como é o caso do Brasil, regionais, como o CMI Oriente Médio e Indymedia Reino Unido, e do *site* continental CMI Oceania, que reúne os coletivos da Nova Zelândia, Indonésia, Austrália e Filipinas. A expansão da rede Indymedia pela Ásia, como explica o mesmo autor, é lenta. O primeiro *site* foi o do coletivo *on-line* na Índia, em novembro de 2000. Dois anos mais tarde, em 21 de julho de 2002, foi criado um coletivo local na cidade de Mumbai. Há também coletivos do CMI no Líbano, Israel, Armênia, Rússia, Turquia e Japão.

A ideia de construir um CMI em Beirute, no Líbano, foi concebida durante o mês de abril de 2002, quando centenas de ativistas ocuparam a Praça dos Mártires e protestaram, por um mês, contra o ataque israelense ao povo palestino, conhecido como Massacre de Jenin. O CMI Palestina funcionou entre 2001 e 2003, sendo retomado no mesmo ano como Coletivo Internacional Oriente Médio, em que voluntários do CMI Palestina trabalham em cooperação com jornalistas independentes de todo mundo para a cobertura dos conflitos entre Israel e Palestina. Na apresentação do coletivo na sua página *web*, o grupo procura esclarecer que seu objetivo é realizar uma cobertura global e justa do conflito. Recentemente, o coletivo Oriente Médio conta com o apoio do CMI Barcelona na tradução das coberturas para espanhol, aumentando a amplitude das informações produzidas em árabe.

O CMI Coreia do Sul, criado em 2004, demonstra também preo-

cupação com a língua. Seus integrantes explicam que, apesar de haver uma rica experiência de mídia participativa no país, as notícias em coreano só atingem o âmbito nacional, dificultando as atividades que exigem a solidariedade internacional. Além disso, analisam que a mídia independente multilíngue constrói a base necessária para desafiar as distorções da mídia corporativa em inglês.

O CMI Rússia aponta um novo desafio, o de ser uma plataforma informacional para trabalhadores, estudantes, feministas e toda e qualquer pessoa que queira discutir sobre guerras, problemas ambientais e decorrentes da globalização capitalista frente à ausência de movimentos de massa e a fragmentação da antiga União Soviética. Também está aberta para discutir os problemas causados por grupos políticos que tentam se beneficiar dos trabalhos realizados pela rede Indymedia.

O primeiro coletivo da rede Indymedia na América Latina foi criado no México, em junho de 2000, seguido pelo CMI Colômbia, em outubro, e do CMI Brasil¹⁶, em dezembro. Já o coletivo do CMI Bolívia se fragmentou e retomou suas atividades apenas em 2003, voltando a ser aprovado no processo de inclusão na rede em 2004. A retomada do CMI Bolívia é marcada pela tensão social e política no país e pela guerra do gás nos meses de maio e junho de 2005. Segundo Ayaju, voluntário do CMI Bolívia, em seu relato na reunião da rede latina do CMI, em 2007, o CMI foi criado com o objetivo de quebrar o cerco midiático existente no país.

Os coletivos de Sucre, Cochabamba e La Paz surgiram por causa da necessidade de ampliar a abrangência do CMI Bolívia quando os conflitos se dividiram por regiões. O voluntário explica que cada coletivo é autônomo, trabalha e segue a dinâmica das organizações e movimentos sociais locais, agindo como facilitadores para que as notícias e informações produzidas por esses sujeitos sejam difundidas na página do CMI.

Ayaju define que, depois do CMI Bolívia se converter em uma rede, os integrantes tiveram problemas com falsas denúncias e insultos

¹⁶ Voltaremos falar sobre a expansão da rede CMI Brasil mais à frente, especificando o surgimento dos coletivos locais e suas características.

contra militantes de esquerda que postavam na coluna de publicação aberta. Por causa desse tipo de problema, muitos militantes passaram a acreditar que o CMI era financiado por ONGs de direita. Ao perceber que seu trabalho na *web* estava servindo de certa forma para fortalecer a direita, os coletivos bolivianos mudaram de servidor e de forma de publicação. Zule, do CMI Sucre, afirma que os conflitos na Bolívia vitimaram muitos jornalistas e comunicadores indígenas, que muitas das rádios comunitárias foram atacadas e que voluntários de Cochabamba foram alvo de ameaças, agressões e roubos de equipamentos por grupos fascistas.

O coletivo de Sucre, segundo Zule, tem atuado de forma coordenada com comunicadores indígenas, produzindo noticiários do Pacto de Unidade, que faz parte da estratégia de informação dos movimentos sociais dos povos originários e camponeses da região, e uma revista periódica chamada Gato Negro. Sobre a mudança na página do CMI Bolívia, ele afirma que, apesar dos problemas com o servidor, o coletivo está organizado e recebendo ajuda de Zapata, um companheiro do CMI Brasil.

O CMI Argentina nasce em maio de 2001, com o intuito de cobrir as manifestações massivas na Argentina contra a reunião ministerial da Área de Livre Comércio das Américas (Alca) em 5, 6 e 7 de abril, em Quebec (Canadá). No entanto, o coletivo local vai ganhar mais fôlego e sua página na internet vai se tornar uma verdadeira ferramenta das lutas populares em novembro daquele ano, por causa das ações coletivas espontâneas massivas e de desobediência civil em meio à crise econômica e política desencadeada por anos de política neoliberal no país. Como observa Boido (2003), pesquisador e voluntário do CMI Argentina, os protestos exaltam um novo protagonismo social, como o desconhecimento das representações da política tradicional, onde não só se questiona o sistema político e econômico, mas também os meios que os expressam.

Para esse mesmo autor, a partir do momento em que a população não via suas demandas e protestos nos canais de televisão, as ações diretas contra a censura, os boicotes aos diferentes meios de comunicação e os *escraches* (palavra em espanhol que designa os pro-

testos de ação direta) começam a abrir espaço para um maior protagonismo das pessoas em produzir sua própria mídia. Atualmente, na Argentina, o CMI tem cinco coletivos temáticos, divididos em direitos humanos, povos originários, gênero, meio ambiente e contracultura, e mais cinco coletivos locais, em Buenos Aires, Rosário, La Plata, Córdoba e Mar Del Plata.

Em 2001 também é formado o CMI Uruguai, em um período marcado pela privatização das ferrovias e do terminal de contêineres do porto de Montevideu. A criação ocorreu depois que mais de 500 mil cidadãos tentaram barrar a decisão via plebiscito, ocupações e manifestações estudantis, camponesas, de trabalhadores públicos e de desempregados contra as políticas neoliberais do governo de Jorge Batlle, que levavam o país a uma profunda crise.

Já 2002 foi o ano em que mais se formaram coletivos do CMI na América Latina. Conforme Behing (2006), motivados pela eferescência política da região foram formados nove coletivos em oito países diferentes, sendo que dois são coletivos locais do Chile. O coletivo de Santiago abandona a rede em 2004, alegando problemas com as críticas direcionadas por membros da rede. Em um trecho da carta aberta sobre sua desfiliação da rede Indymedia (CMI GALÍCIA, 2004), os voluntários do CMI Santiago afirmam que suas publicações incomodaram coletivos locais, que descarregaram muitas críticas às atividades por eles desenvolvidas. Essas críticas apontam para o desejo de muitos membros de controlar e direcionar o coletivo para uma “objetividade”, que se resume em transformá-los em técnicos e jornalistas que descrevem eventos, sem opinião.

Para os voluntários do CMI Santiago, a relação do coletivo e da rede tornou-se insustentável após três anos, devido à posição que muitos jornalistas independentes assumem de reduzir a mídia a um fim em si, o que não contribui para a luta de classes. Em 2005, o coletivo CMI Santiago volta a ingressar na rede Indymedia com uma nova formação e, com o CMI Valparaíso e Chile Sul, compõem a rede Indymedia no Uruguai.

Funda-se também, em 2002, o CMI Chiapas, sob as concepções zapatistas. Os produtores de mídia independente do coletivo colocam

na internet as transmissões da Rádio Insurgente, produzida pelo EZLN e transmitida de algum lugar das montanhas do sudeste mexicano, e a rádio *on-line* Zapatista, que transmite, desde 2005, as declarações e comunicados dos zapatistas, entrevistas e programas especiais sobre a sexta campanha.

O CMI Venezuela foi criado em 2003, propondo-se a ser uma alternativa informativa desligada do mercado e dos interesses estatais. Segundo a apresentação disponível no *site* local, o coletivo passou por altos e baixos nessa fase inicial. Em agosto de 2005 e janeiro de 2006, em decorrência do Festival Mundial da Juventude e do Fórum Social Mundial, foram realizadas, respectivamente, duas reuniões com membros de outros coletivos da rede Indymedia de diferentes países e ativistas de diferentes organizações venezuelanas, todos interessados em fortalecer e acelerar o processo de constituição do CMI Venezuela.

Como está explicado na apresentação, depois de passarem por intenção real e trabalho virtual, após quatro anos, em 2007, os integrantes conseguiram organizar o coletivo, que tem por objetivo criar e fortalecer uma visão crítica da luta social, sem dívida com os interesses políticos e econômicos de nenhuma força no poder, quebrar com o cerco midiático dos veículos de comunicação transnacionais acerca dos processos políticos e sociais que ocorrem no país e dar espaço a partir de uma posição independente aos movimentos, com organizações para ajudar a aprofundar a revolução de esquerda, com o intuito de criar uma autêntica revolução popular e alternativa.

Segundo os arquivos do CMI Venezuela, o grupo é apoiado pela Associação Nacional de Meios Comunitários, Livres e Alternativos (Anmcla), pelo jornal dos movimentos sociais autônomos *El Libertario* e por meios comunitários de Caracas.

Em 2003 também se forma, com a colaboração de voluntários de outros coletivos da rede, o CMI Qollasuyu, formado por descendentes dos povos originários do que conhecemos hoje por Equador, Bolívia e Peru.

Atualmente se calcula, segundo a documentação no *site* da rede

global, cerca de 170 coletivos locais. No entanto, esse número pode oscilar para menos ou para mais, em decorrência da dinâmica em que a rede está inserida, passando por momentos de visibilidade e de latência, comuns às ações coletivas contemporâneas. Entre 2005 e 2008, segundo pesquisa realizada nas bases de dados do grupo de trabalho *New IMC*, foram aprovados, na rede, 30 novos coletivos na rede Indymedia com páginas própria na internet: 14 coletivos em 2005, 4 em 2006, 12 em 2007 e 3 em 2008. Aproximadamente 20 do total de coletivos já aprovados na rede global Indymedia estavam inativos nessa época.

O coletivo CMI Paraguai iniciou suas atividades em 2007, como explica a carta de apresentação do coletivo. Os integrantes se motivaram a construir o coletivo em decorrência do desrespeito aos direitos humanos contra os movimentos sociais, estudantis e as comunidades indígenas da região. Participam atualmente do coletivo, segundo a mesma carta, homens e mulheres de 20 a 60 anos, pertencentes a várias organizações sociais e universitárias. O *site* foi criado com a ajuda de um voluntário brasileiro e hospedado na internet, durante o processo de filiação à rede, pelo CMI São Francisco, nos Estados Unidos. Por esse motivo, o endereço eletrônico se difere um pouco, <<http://www.paraguay.indybay.org>>, sendo <indybay.org> o endereço eletrônico do CMI São Francisco.

O número de acessos aos *sites* do CMI é impreciso. No entanto, conforme Halleck (2004), aproximadamente 3,2 terabytes de informações mensais circulam em média pelos servidores globais do CMI, proporcionando 18 milhões de acessos mensais. Segundo informações do coletivo global, o CMI Gênova registrou aproximadamente 5 milhões de acessos ao seu *site* durante as manifestações contra o G8, em 2003.

Além do *site* CMI Oriente Médio, que trata de assuntos específicos relacionados ao conflito entre Israel e a Palestina, existe o *site Biotech* Indymedia, relacionado à biotecnologia, à engenharia genética usada na agricultura e à medicina e sua relação com a globalização. O *Biotech* Indymedia, criado em 2002, conta com a participação de ativistas das questões relacionadas à biotecnologia e voluntários dos coletivos locais nos cinco continentes, com o objetivo de tornar

o *site* uma ferramenta para organização e troca de informações “das lutas por toda parte contra a aquisição das empresas da vida e sobre as alternativas”.

No *site* global da rede Indymedia há ainda *links* para as páginas dos projetos das atividades do CMI fora da internet, como impressos (<<http://print.indymedia.org/>>), vídeos (<<http://video.indymedia.org/en/>>), rádio (<<http://radio.indymedia.org/>>) e TV por satélite (<<http://satellite.indymedia.org/>>), relacionados às páginas de TVs comunitárias e livres, assim como uma série de programas mensais, de base progressista, sobre assuntos relacionados à poluição do ar e da água, direitos reprodutivos, pessoas sem abrigo, prisões de lucro, *sweatshops*, racismo, violência policial, lutas indígenas etc.

ALGUMAS NOTAS SOBRE A REPRESSÃO

Em dez anos de rede Indymedia houve mudanças não só em relação ao número de coletivos, mas também em relação às pautas e aos projetos comuns das redes locais, nacionais e global. Essas mudanças foram produto da circulação de pessoas nos coletivos, das transformações inerentes às lutas sociais, assim como decorrência da maior repressão e vigilância sobre os movimentos sociais e meios de comunicação alternativos depois dos ataques de 11 de setembro¹⁷.

Nos arquivos do CMI estão relatados 42 casos de opressão contra ativistas entre 2001 e 2006. A grande maioria dos casos é de prisões de voluntários durante a cobertura de manifestações, quase sempre com uso de força e destruição do material coletado logo depois da perseguição policial a membros da rede e apreensão de servidores.

A primeira investida contra os servidores do CMI foi em abril de 2001, quando os agentes do FBI e do serviço secreto norte-americano “visitaram” o CMI Seattle e selaram os provedores durante

¹⁷ Destacamos apenas alguns episódios, com ênfase naqueles que constituíram ataques direcionados à organização e os mais graves em relação a prejuízos físicos aos membros do Indymedia, segundo editoriais disponíveis nos *sites* <www.indymedia.org> e <www.midiaindependente.org>, que relatam os casos aqui apresentados. Faremos o mesmo sobre o CMI Brasil posteriormente.

as manifestações contra a Alca em Quebec (INDYMEDIA, 2004). A ordem judicial de busca foi emitida sob a alegação de que estava sendo investigado o desaparecimento de documentos importantes do governo canadense que haviam sido divulgados por um jornalista anônimo no *site* do CMI. O mandato judicial ordenava aos responsáveis pelo servidor entregar os endereços de IP dos usuários que acessavam a página, assim como impedia qualquer pessoa de falar sobre o assunto ou sobre a ordem judicial, procurando amordaçar os ativistas (CONSELHO..., 2008).

O silêncio foi quebrado seis dias depois, quando o CMI Seattle divulgou comunicado em uma conferência de imprensa, após a retirada da mordaza judicial. No entanto, a exigência de entregar os 1,25 milhões de jornalistas, leitores e voluntários que acessaram o *site* do CMI nos primeiros dias da manifestação contra a Alca, permaneceu, mesmo depois que ativistas do CMI descobriram que os três suspeitos investigados pelo sumiço dos documentos tinham sido descobertos e nenhum deles mantinha qualquer relação com o *site* do CMI (CONSELHO..., 2008).

O caso despertou o interesse de importantes organizações de direitos, como a *Electronic Frontier Foundation*, a *Electronic Privacy Information Center* e o *Center for Constitutional Rights*, que auxiliaram judicialmente o CMI, e teve término apenas em junho de 2001, com a repentina retirada da ordem de entrega de IPs pelo governo. Em julho do mesmo ano, em Gênova, oito voluntários do CMI foram hospitalizados em decorrência da violenta invasão da polícia ao edifício onde estava instalado o CMI, durante a cobertura das manifestações contra o G8.

Em fevereiro de 2002, a polícia italiana, sob as ordens dos procuradores do Distrito de Gênova Andrea Canciani e Anna Canepa, voltou a investir contra o CMI na Itália, fazendo buscas atrás de vídeos, fotos e áudios nos centros de cultura Social Gabrio, em Toríno, Cecco Rivolta, em Firenze, TPO, em Bolonha, e no escritório do Cobas, em Taranto. Segundo os procuradores, o material audiovisual, que havia sido postado no CMI Itália, deveria estar armazenado nos centros de cultura social que abrigavam os escritórios do CMI (CMI ITÁLIA, 2002).

Em 2004, o governo dos Estados Unidos atacou diversas vezes a rede Indymedia e outros veículos de mídia independente. Em agosto, o serviço secreto tentou utilizar um mandado judicial para tirar o *site* do CMI Nova York do ar antes da eleição do Partido Republicano. Um pouco antes disso, fechou diversas estações de rádio em todo país e, através do FBI, solicitou que o CMI Nantes tirasse as fotos de um policial suíço disfarçado. Pelo mesmo motivo, os voluntários do CMI Seattle foram visitados pelo FBI.

No dia 7 de outubro do mesmo ano, um mês antes do Fórum Social Europeu, 20 *sites* de coletivos locais do CMI Rádio e de outros projetos caíram misteriosamente. Os servidores, que estavam na *Rackspace* Reino Unido, simplesmente haviam desaparecido. No dia seguinte, após inúmeras tentativas de obter informações e centenas de especulações sobre o que havia acontecido, a *Rackspace* lança uma declaração:

No presente momento, sobre o Indymedia, a *Rackspace Managed Hosting*, uma companhia norte-americana com escritórios em Londres, está agindo em concordância com uma ordem legal permitida pelo Tratado de Ajuda Legal Mútua (MLAT), que estabelece procedimentos para que países se ajudem em investigações como terrorismo internacional, sequestros e lavagem de dinheiro. A *Rackspace* responde a uma comissão de intimação, emitida sob o Título 28 do Código Norte-Americano, Seção 1782 em uma investigação que não chegou em solo norte-americano. A *Rackspace* está agindo como uma boa corporação cidadã com leis e autoridades internacionais. A corte proíbe que a *Rackspace* comente mais sobre esse assunto (INDYMEDIA, 2004).

Mesmo depois da declaração da *Rackspace*, as autoridades americanas e britânicas negaram-se a prestar qualquer esclarecimento sobre o assunto. Segundo uma fonte não declarada, os servidores haviam sido apreendidos a pedido dos governos da Suíça e Itália, fato não confirmado pelo FBI.

No ano seguinte, no dia 28 de julho de 2005, o servidor do

CMI Bristol foi apreendido pela polícia britânica após os voluntários se recusarem a entregar os IPs dos usuários suspeitos de terem publicado anonimamente uma matéria sobre a ação direta que havia causado danos a carros que estavam sendo transportados por trem. A apreensão ocorreu uma semana antes dos protestos contra a reunião do G8, na Escócia.

As tentativas mais recentes de encerrar as atividades do CMI, antes ou durante as coberturas de grandes manifestações, ocorreram na Grécia e outra vez no Reino Unido, onde a polícia prendeu um homem no dia 9 de fevereiro de 2009, segundo a Lei de Crimes Graves, em vigor desde 2007, por sua relação com a apreensão dos servidores do CMI Reino Unido. Após uma hora, o homem foi liberado (HOSPEDAR..., 2009).

Na Grécia, o governo e o partido de extrema-direita LAOS (Partido Alerta Ortodoxa Popular) atacaram os CMIs Atenas e Patras durante e depois da rebelião de jovens anarquistas (AGÊNCIA..., 2009) após a morte Alexandros Grigolopoulos, um jovem de 15 anos, assassinado pela polícia quando voltava para casa, em dezembro de 2008. Os CMIs Atenas e Patras foram acusados de serem os centros de coordenação da rebelião que se espalhou pelo país.

Para tomar providências quanto aos servidores do CMI na Universidade Politécnica a pedido do ministro federal da Educação e membro do LAOS, Kyriakos Velopoulos, e do subsecretário de Educação, S. Taliadouros, o então subsecretário de Educação e Cultos de Atenas, Spyridon Taliadouros, aceitou a tarefa de agir contra o que chamou de uma ameaça à democracia. Sabendo que a reitoria não iria entregar os servidores, a fim de garantir sua autonomia e a integridade de seus estudantes, os membros do LAOS, com apoio de grupos de extrema-direita, procuraram outro meio de fechar os *sites* dos CMIs Atenas e Patras.

Em 3 de julho de 2009, a Organização Helênica de Telecomunicações (Hellenic Telecommunications Organization – OTE) faz uma aliança com o LAOS, que resultou no despacho de um pedido extrajudicial para a Rede Nacional de Investigação e Tecnologia (EDET),

onde afirmam que o contrato de utilização de fibra ótica da OTE com a Universidade de Atenas contempla apenas a utilização para fins de pesquisa e educação. Nesse caso, a suspensão dos serviços de fibra ótica seria feita se houvessem terceiros utilizando os serviços e se isso não fosse corrigido pela universidade.

Em um comunicado emitido em julho, os CMIs Atenas e Pratas definem:

O ataque contra os Indymedias Atenas e Patras não pode ser analisado separadamente da repressão metódica das “Autoridades” (seguindo os recentes acontecimentos em dezembro) contra o amplo movimento de oposição que conseguiu criar fissuras no tecido social e esfera pública agindo “por baixo”, e que impõe sua presença na cena social em seus próprios termos. Inicialmente, o estado policial tomou as ruas seguindo as orientações das “Autoridades”, persuadido a fragmentar as áreas ocupadas. Para este fim, ataques (tanto legislativos quanto reais) foram ordenados contra os setores da classe trabalhadora do movimento. A cereja no bolo da repressão é o massacre em massa contra os imigrantes que tem acontecido no centro da cidade desde junho¹⁸ (AGÊNCIA..., 2009).

Os dois casos mais graves são as mortes dos voluntários Lenin

¹⁸ Os ativistas referem-se ao ataque de 300 membros do grupo neonazista Chryssi Avghi aos 500 imigrantes ilegais que ocupavam a antiga Corte de Apelações de Atenas, abandonada desde 2000. Diante dos olhos da polícia, que nada fez para impedir, o grupo de neonazistas arremessou projéteis e bomba de efeito moral no prédio onde estavam os imigrantes. Só após o revide dos imigrantes ilegais a polícia agiu, dispersando o conflito. As denúncias da cooperação da polícia com os grupos de extrema-direita tem sido frequentemente feitas pelos Centros de Mídia Independente e em vídeos postados pelos ativistas no YouTube. BPI – Biblioteca Pública Independente. Disponível em: <<http://www.bpi.comze.com/grecia/textos/policia-e-neonazistas.html>>. Acesso em: 10 jul. 2009. Ver também: <http://www.youtube.com/watch?v=x_X-N_kMIcg>. Acesso em: 10 jul. 2009. <<http://www.youtube.com/watch?v=3CheGPvAHbA>>. Acesso em: 10 jul. 2009. <<http://www.youtube.com/watch?v=dUtP6FfEqiQ&feature=related>>. Acesso em: 10 jul. 2009. <<http://www.youtube.com/watch?v=KfzWdKnAxCM>>. Acesso em: 10 jul. 2009. <<http://www.youtube.com/watch?v=XznJz231MM>>. Acesso em: 10 jul. 2009.

Cali Nájera, do CMI Equador, assassinado em 2004 sob circunstâncias estranhas, e Brad Will, voluntário do CMI Nova York, assassinado por paramilitares quando cobria a revolta popular dos Povos de Oaxaca, no México.

Lenin Cali Nájera, de 23 anos, foi o primeiro voluntário da rede Indymedia a ser assassinado. Membro da Juventude Pachakutik e cofundador do CMI Guayaquil, o ativista foi morto na noite de 29 de julho de 2004 quando voltava para casa. Segundo a versão da polícia, foi em consequência de disparo de arma de fogo quando um assaltante tentou roubar sua bicicleta (CMI EQUADOR, 2004a). A versão da polícia foi mais tarde questionada pela família do ativista, devido à falta de empenho das autoridades que investigavam o caso em responder por que a colega que estava com ele na hora do suposto assalto não teve suas coisas roubadas e por que o disparo foi feito de imediato, sem aviso ou chance de reação – como uma execução – e só depois o agressor roubou a bicicleta, segundo o testemunho da colega (CMI EQUADOR, 2004c).

Segundo a família, a participação política de Lenin incomodava a oligarquia que controla a ferro e fogo a política local. A participação na Juventude Pachakutik, um dos elos da resistência dos povos equatorianos, poderia ser o verdadeiro motivo de sua morte. Mesmo sob protestos de vários setores da sociedade civil equatoriana (CMI EQUADOR, 2004b), com identificação posterior do autor dos disparos e evidências que apontavam para execução, o caso permaneceu como latrocínio.

Bradley Roland Will ou Brad Will, como era conhecido o ativista anarquista e voluntário do CMI Nova York, foi assassinado em 27 de outubro de 2006 por paramilitares pró-governistas, quando fazia a cobertura dos ataques às barricadas dos insurretos, no município mexicano de Calicanto. Foi a 24ª pessoa morta desde o início da revolta popular de Oaxaca, cinco meses antes. O ativista, que infelizmente gravou também o momento de sua morte, era bastante conhecido pelos coletivos da rede latina do CMI, onde estabeleceu laços de amizade e cooperação ao produzir uma série de vídeos sobre as ações coletivas dos movimentos sociais do continente desde que esteve pela primeira

vez na América Latina, para participar das manifestações contra a Alca em Quito, em 2002.

Entre as produções, além das imagens dos protestos antiglobalização corporativa, de povos originários no Peru, Equador e Venezuela, estão imagens do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra e o documentário *Sonho Real – Uma história de luta por moradia* (2005), feito com o CMI Goiânia. O filme fala sobre os dias que antecederam o despejo violento de 3,5 mil famílias da Ocupação Sonho Real, em Goiânia, em 2005.

Além do CMI, Brad Will participou de diversas movimentações políticas ligadas ao ativismo social e à contracultura antes das manifestações de Seattle, como mostram as imagens do ativista no documentário *Brad – Uma noite mais nas barricadas* (2007), onde aparece em cima do prédio ocupado em que morava com mais outras pessoas, para impedir que fosse demolido com os pertences e animais de estimação das pessoas, e também morando, em outra ocasião, em uma árvore centenária no Oregon, em 1997, para impedir que a floresta fosse derrubada.

No mesmo documentário, Brad Will é descrito por seus amigos e companheiros de CMI como alguém que levava a ação direta para a vida cotidiana, um típico representante do *underground* nova iorquino, uma pessoa com postura solidária e profundamente crítica aos processos da globalização corporativa, como mostra sua própria fala: “a história nunca nos perdoaria se não tivéssemos feito aquilo”, referindo-se às enormes manifestações contra a OMC.

A crítica social e a participação em várias frentes de luta é um perfil comum também a Lenin Cali, segundo a carta de seus companheiros de movimento:

Los jóvenes no somos semillas del mañana, somos el fruto de cada día que alegra la vida y el alma. Esa semilla es LENIN CALI NAJERA, amigo y compañero de luchas, de sueños y esperanzas, quien brinda alegría y coraje para seguir luchando.

LENIN, ¡estás entre nosotros y vivirás por siempre!

Nacerás cada vez que necesitemos esperanza, aliento, fuerza, sentimientos de libertad. Harás también realidad el Pachakutik, retornarás en nuestras reuniones, en la resistencia, en nuestros gritos de rebeldía, compañero.

Estas palabras no son otro texto, son en este momento nuestros corazones dolidos, indignados y agitados es la respiración contenida, la risa callada; somos los jóvenes tus compañer@s de siempre; los jóvenes, hombres y mujeres de la red Nacional Tejiendo un Nuevo País.

Ese fuego construido en minga crepita con más fuerza y está presente en nuestras danzas, en nuestros cantos, en el trabajo con GLBT y todo esto germinará en el proyecto de la utopía de un NUEVO PAÍS (JÓVENES..., 2004).

Apesar de haver diferenças entre Brad Will e Lenin Cali quanto às origens social e cultural e nas maneiras de ser jovem e em relação à complexidade e historicidade dos contextos locais onde atuavam, acreditamos que há características comuns entre os dois ativistas, nos possibilitando traçar algumas considerações iniciais e permitindo tecer algumas distinções sobre suas práticas comunicacionais e políticas dos voluntários do CMI.

O QUE BRAD WILL E LENIN CALI TINHAM EM COMUM?

A primeira característica em comum entre os dois é a múltipla militância. Como vimos, Brad Will e Lenin Cali, além de voluntários do CMI nas suas respectivas cidades, eram ativistas de outras redes, grupos e movimentos, algo que é bastante comum entre os ativistas dos coletivos autônomos e veículos de mídia radical, como mostraram as entrevistas que realizamos com os membros da rede CMI Brasil e a pesquisa sobre ativismo juvenil autonomista feita por Liberato (2006), em que o autor releva o perfil dos jovens ativistas do movimento de resistência global.

Esse múltiplo engajamento não proporciona apenas uma visão mais ampla dos problemas, mas também uma participação política

baseada no respeito pela diversidade e pluralidade de tática sob uma forte dose de influência do zapatismo. Isso nos lembra de outra característica apontada por Ceceña (2003), uma espécie de *continuum*, que faz os ativistas sentirem-se parte da mesma história de rebeldia, em amplo “movimento de movimentos” (MELUCCI, 1999).

Um movimento de movimentos generosos nas práticas de solidariedade entre indivíduos, coletivos e movimentos, algo inerente à descrição da autora, pode ser visualizado na fala de Diego, amigo de Brad e membro do CMI Goiânia, no documentário *Brad – Uma noite mais nas barricadas* (2007), sobre a morte do companheiro:

Estamos na luta cotidianamente e poderíamos estar no lugar dele.
Quem estava lá, não era só o Brad, era também o Diego.
Se fosse o Diego que estivesse lá, não seria só Diego, seria o Miguel.
Se fosse o Miguel que estivesse lá, não seria só o Miguel.
Quem está ali, representa a todos nós [...], todos que acreditam nessa luta.
O Brad morreu com a câmera na mão.
Aquela câmera ali estava nos representando. Não o Indymedia. A gente que luta por um mundo diferente (BRAD..., 2007).

Estar no lugar, identificar-se com a opressão e o sofrimento do outro, faz com que o reconhecimento gere a solidariedade, que não se dá apenas nos momentos de visibilidade (MELUCCI, 1999). Ela ocorre no cotidiano dos movimentos, redes e coletivos, nas micro e macrorelações, inferindo, junto, o sentido que os ativistas dão sobre o que estão fazendo. O sentido da ação, no caso de reportar um evento sob uma perspectiva do reconhecimento, pode nos apontar algumas distinções existentes entre as práticas comunicacionais dos ativistas da mídia radical alternativa, as práticas comunicacionais dos profissionais da mídia convencional e de outros profissionais de comunicação alternativa.

Em primeiro lugar, sem menosprezar a subjetividade do pro-

fissional da mídia convencional, podemos dizer que suas práticas de reportar um evento, como manifestações mais radicalizadas, são mediadas por valores intrínsecos à sua atividade profissional, às técnicas jornalísticas e à linha editorial, ao veículo de mídia para qual trabalha e seus compromissos comerciais com os anunciantes.

No entanto, outro fator muito importante é a clara distinção que o jornalista da mídia convencional faz de sua prática de reportar, em relação ao sujeito da ação e evento reportado. O jornalista não só se coloca em uma posição distinta do sujeito da ação coletiva, como também não compartilha com os sujeitos as referências simbólicas que dão significado à ação coletiva. Porém, o problema não se concentra na atitude do jornalista, em não ser ele a notícia ou de não compartilhar com os sujeitos os sentidos, mas no fato de se colocar como sujeito que não atribui opinião sob o fenômeno e manter uma fidelidade única a sua versão dos fatos reportados.

Ainda que o sentido do profissional da mídia não seja construído como algo para ser inculcado mecanicamente na cabeça das pessoas, podemos dizer que a atividade do jornalista profissional é produzida, destacando uma série de construtos sociais já enraizados, de forma ligada às mediações que dão o sentido hegemônico à uma história, a qual se tem por verdadeira. Nesse sentido, podemos afirmar a existência de práticas comunicacionais nos veículos de mídia alternativa, que caminham lado a lado, e de práticas comunicacionais dos jornalistas dos veículos de mídia convencional, que tendem à reprodução das ideias dos dominantes, mesmo sob forma antagônica.

Dorothy Kidd (2003), pesquisadora e veterana ativista de rádios livres nos Estados Unidos, sugere dois paradigmas para analisar a comunicação alternativa nas manifestações contra a OMC, em Seattle. São paradigmas que refletem dois posicionamentos quanto à globalização corporativa e ao modo ao qual se organizam os veículos. O primeiro paradigma é representado pelas organizações não governamentais, tais como o Fórum Internacional de Globalização, a Aliança Global, o Observatório Corporativo da Europa, os Amigos da Terra, o Sierra Club, a Oxfam International e o Instituto de Políticas Comerciais e Agrícolas. São ONGs, em sua maioria, de bases norte-

-americanas, financiadas por fundações como a Fundação Ford, Charles Stewart e Solidego, que operam dentro de uma agenda reformista, defendendo um comércio justo no livre comércio.

Para essa autora, as ONGs produzem conteúdos alternativos mas, no entanto, seus meios não são diferentes da mídia corporativa. As equipes de comunicação são formadas por profissionais capacitados, que utilizam argumentos racionais apelando para a Organização Mundial de Comércio, e suas táticas incluem redes de imprensa e operações próprias de um centro de imprensa utilizado pelos meios massivos de comunicação, anúncios nos meios massivos de comunicação e a circulação de informes e análises através de seus *sites* na *web*.

Se associarmos as contribuições de Kidd (2003) com as considerações de Castells (1999) sobre as identidades na sociedade em rede, percebe-se que o primeiro paradigma comunicacional se aproxima ao que Kidd define como identidades legitimadoras, que dão origem “a um conjunto de organizações e instituições, bem como a uma série de atores sociais que, às vezes de modo conflitante, reproduzem a identidade que racionaliza as fontes de dominação da estrutura” (KIDD, 2003).

O segundo paradigma, em contraste com o paradigma das ONGs, segundo Kidd (2003), é o do CMI, que articulou suas práticas e estratégias de modo muito diferente.

Ellos no prepararon a comunicadores profesionales, con el objetivo de contradecir el *status quo* de las reuniones formales y los informes de prensa. En su lugar una tripulación colorida de voluntarios tomó sus cámaras, los micrófonos y herramientas de escritura a la calles. Su intención era hacer testigos a los manifestantes, mientras otra tripulación editaba rápidamente y transmitía las imágenes a una audiencia global en internet. La estrategia de comunicaciones tenía como objetivo ser testigo de una diversidad de perspectivas, una gama de tonos y registros a una audiencia en red, utilizando un circuito de medios del gobierno y de la regulación corporativa (KIDD, 2003).

Para essa autora, a convergência de Seattle para novos níveis de

organização dos movimentos sociais, a inteligência e a tecnologias coletivas permitiram uma troca qualitativa de uma práxis dos meios alternativos e comunidades autônomas. Associando o paradigma do CMI às contribuições de Castells (1999), pode-se fazer duas considerações: o segundo paradigma estabelecido na convergência de Seattle se aproxima do que esse autor define como identidades de resistência, ou seja, identidades que levam à formação de comunas ou comunidades.

Não se pode dizer que esse é um paradigma exclusivamente do CMI. Outras experiências semelhantes, como as centenas de rádios e TVs livres espalhadas pelo mundo, nos levam a considerar que o termo mais adequado é o paradigma dos veículos de mídia radical alternativa autogestionários, ou paradigma autonomista.

Sob o paradigma autonomista, o sujeito que reporta o evento não está desconectado do sujeito da ação. Ele compartilha com o sujeito da ação os sentidos comuns que dão significado à ação. Sua atividade, ao reportar, é entendida como uma ação política, ou seja, significa dois movimentos: sentir-se parte e reconhecer-se na história, onde é possível falar “nós”, compartilhar e identificar-se com o outro. Isso não significa que o voluntário do CMI vai produzir o evento ou que ele é o protagonista da ação reportada, apesar de que, como vimos nos casos de pressão, para as autoridades policiais isso não faz muita diferença.

Não são os raros os casos em que a autonomia entre veículo de mídia radical e movimentos sociais e populares aparentemente se dilui nas atividades do CMI. Essa diluição ocorre quando o coletivo local é composto na sua maioria por ativistas, que são parte dos movimentos e protagonizam a ação coletiva, ou quando os movimentos que protagonizam a ação se apropriam das ferramentas comunicacionais da rede.

Isso não quer dizer que o coletivo local se dissolva e sim, que nesse período há uma maior organicidade entre o coletivo local e movimento ou movimentos sociais que protagonizam a ação coletiva. São os momentos de visibilidade (MELUCCI, 1999), em que a efervescência política, ante um contexto específico, exige do ativista

uma fluidez na sua participação para reproduzir o sectarismo e isolamento comuns aos veículos de mídia radical, diante do que está colocado de forma impositiva pelos processos muitas vezes contraditórios da luta social¹⁹.

Nos momentos de latência, os laços entre os coletivos locais possuem características mais próximas das considerações de Downing (2002) sobre a autonomia dos veículos de mídia radical. A conexão entre os coletivos locais e os movimentos é realizada através de atividades como oficinas, exibições de vídeos e outras, as quais buscam esclarecer a perspectiva de atuação do CMI; capacitar coletivos, indivíduos e movimentos para produção da informação e aproximar os diversos sujeitos políticos que atuam na cidade.

O CMI BRASIL NÃO COMEÇOU EM SEATTLE, NÃO VAI TERMINAR EM...

O CMI Brasil foi criado em 2000, de um desdobramento das discussões entre coletivos autônomos, em São Paulo, que na época organizavam os protestos de 26 de setembro (S26) na cidade de São Paulo, simultâneos à reunião do FMI e do Banco Mundial que aconteceriam em Praga.

Como relata em entrevista um dos cofundadores do CMI São Paulo, Pablo Ortellado²⁰, participaram do processo de organização dos protestos do S26 os coletivos Ação Local por Justiça Global, Do Contra, um coletivo autônomo de estudantes da Universidade de São Paulo e a Associação pela Taxação das Transações Financeiras e Apoio ao Cidadão (ATTAC), que luta pela implantação da Taxa Tobin.

¹⁹ Voltaremos a uma explicação mais sistemática desse argumento mais à frente, quando tratarmos da política editorial e qual é o sentido que os voluntários do CMI Brasil dão a sua participação política e às atividades por eles realizadas.

²⁰ A entrevista com o ativista do CMI SP foi feita pelo autor no I Encontro de Rádios Livres, em Campinas (SP), em 22 de novembro de 2003. Original publicada em Santos (2005).

Toya²¹, também cofundadora do CMI, conta como conheceu a rede e o processo, que culminou com a criação do CMI Brasil:

Meu primeiro contato com o CMI foi em junho de 2000, eu estava em Nova York e ia ter a manifestação em Praga, queria saber se ia ter algo em Nova York ou alguma coisa assim. [...] um certo Pablo Ortellado mandou um manifesto de uma tal de AGP, e aí pensei esse moleque deve saber de algo. Mandei um *e-mail* para ele, e ele me respondeu: porque você não olha um *site* chamado <indymedia.org>?

Entreí no *site* e descobri que tinha vários *sites* para outras cidades, e aí eu comecei a mexer e ver qual era dessa mídia independente.

Por milhões de razões eu resolvi me guardar e não fazer porra nenhuma. E antes um pouco do que houve em Praga, houve uma manifestação grande contra a candidatura do George Bush. Fui para essa manifestação, que foi muito grande e muito reprimida, e por essa manifestação conheci o Mídia Independente Filadélfia [...] tinha um jornal impresso todos os dias, uma rádio FM [...] e, pela internet também, um canal com outros meios independentes que ia sendo transmitido por TV via satélite.

E isso para mim foi uma escola. Como que os caras estão fazendo isso, que merda é essa? [...] fui para Nova York, conheci um dos poucos centros de mídia independente que têm espaço no mundo, e fui e conheci o pessoal.

Eu falei: vai ser muito foda ter um espaço desse no Brasil e, por milhões de coisas, resolvi voltar [...] porque tinha a manifestação contra Praga. A gente organizou uma manifestação em São Paulo e o pessoal de Belo Horizonte também estava afim, eu fui para Belo Horizonte ajudar a organizar lá.

Eu comecei a conversar com o Pablo, que estava com a ideia de montar um CMI. Nesse tempo tinha a lista da AGP São Paulo, a gente colocou na lista e chamou um tal de Pietro.

[...] fizemos a primeira reunião, foi quando eu vi o Pablo

²¹ A entrevista com a ativista do CMI SP foi feita pelo autor em novembro de 2003. Original publicada em Santos (2005).

pela primeira vez, e conhecemos o Pietro. A gente começou a resolver como faria o *site*, em contato com pessoas que já tinham CMI na suas cidades. Em 22 de dezembro de 2000 começou o CMI Brasil (SANTOS, 2005).

A ação do Dia Sem Compras, em Belo Horizonte, se tornou a primeira matéria do *site*, como explica Pablo Ortellado (na época, no CMI SP):

Não tinha uma ideia na época de ser um CMI São Paulo, na época a gente teve a ideia de formar um CMI Brasil. A história é mais ou menos o seguinte: o pessoal que estava envolvido – com todas as aspas –, com o movimento “antiglobalização”, a gente já era leitor do site do CMI global há muito tempo e a gente achou que tinha tudo a ver e resolveu começar o projeto. Começou com um coletivo de pessoas que estavam envolvidas – aspas de novo – no movimento “antiglobalização”, que se reuniu para montar um coletivo do CMI aqui no Brasil. Óbvio que no início a gente não tinha nenhuma discussão sobre descentralização, que poderia ter CMI em várias cidades. E a gente foi conversando, isso foi em maio de 2000. No começo eram seis pessoas e a ideia era ter um coletivo que fosse aberto, com reuniões públicas, que inclusive é um dos princípios do CMI global, que os coletivos sejam sempre abertos e façam reuniões públicas. Então, a gente sempre foi público, sempre foi aberto, mas na prática foi um coletivo limitado, vinha uma ou outra pessoa. No primeiro ano do CMI Brasil foi praticamente o CMI São Paulo, que chegou a ter só três pessoas, e as coisas decididas nas reuniões eram decididas com essas três pessoas, e com as pessoas que só ajudavam pela internet davam uma ajuda ou outra²² (SANTOS, 2005).

O ativista destaca que, durante alguns meses, o CMI Brasil chegou a ser um coletivo de três pessoas mas que, com o envolvimento do CMI São Paulo em outras iniciativas de democratização da informação, como as rádios livres, o I Fórum Social Mundial (FSM) e a campanha contra a Alca, o CMI passou a tomar corpo.

²² As aspas no termo antiglobalização foram sugeridas pelo entrevistado.

O FSM proporcionou o primeiro contato presencial dos voluntários do CMI São Paulo com as pessoas interessadas em montar coletivos nas suas cidades e ativistas da rede Indymedia de outros países. A campanha contra a Alca aglutinou coletivos autônomos, movimentos sociais e sindicais em torno de um objetivo comum no Brasil, para barrar o processo de liberação do comércio e as medidas neoliberais implantadas como exigências pelo Estados Unidos para a assinatura do acordo.

As três edições do jornal *Ação Direta* e o vídeo *Não começou em Seattle e não vai terminar em Quebec*²³, sobre os protestos contra a Alca em 20 de abril de 2001, em São Paulo, produzido pelo CMI Rio de Janeiro, foi o primeiro contato de muitos coletivos autônomos, no Brasil, com materiais produzidos pelo CMI. Os vídeos produzidos pelo CMI e por outros coletivos autônomos vão ser utilizados amplamente para promover os debates sobre o movimento de resistência global e a necessidade dos ativistas de se apropriarem dos meios técnicos para coordenar e dar visibilidade às suas ações coletivas. Algo que, unido à circulação de ativistas e à ampla troca de informação pela internet, vai ajudar a rede a se espalhar pelo Brasil, como já havia acontecido anteriormente em outros lugares do mundo.

Segundo entrevista com um dos seus voluntários, o CMI Rio de Janeiro foi criado na cobertura do A20 (CMI BRASIL, 2003c), depois que uma voluntária da rede Indymedia de Nova York passou na cidade vinda do FSM, em Porto Alegre.

[...] nós já tínhamos ouvido falar do CMI, porque tínhamos legendado o *Showdown in Seattle* (primeiro vídeo do CMI). Nós não sabíamos direito o que era o CMI mas, à medida que ela foi explicando, nós fomos tendo certeza

²³ Na página estática de vídeos existem mais de 150 curtas, filmes e documentários sobre protestos e assuntos relacionados às ações coletivas, que podem ser baixados gratuitamente ou comprados a fim de financiar outros vídeos. Além dos vídeos produzidos por coletivos do CMI, existem vídeos de outros coletivos de mídia radical, como o Media Sana, Videohackers, *Big Noise Tactical Media*, *Calle y Media*, *Chiapas Media Project*, por documentaristas independentes e movimentos sociais. Disponível em: <<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/static/video.shtml>>. Acesso em: 13 fev. 2010.

de que fomos começar um coletivo por aqui. Começamos a nos organizar e entrar em contato com outros coletivos. Claro que demos especial atenção a São Paulo. Desde o início ficou claro que nós tínhamos que nos aproximar deles. A ocasião do encontro acabou sendo o A20 e, depois daquilo tudo, foi como se fôssemos amigos de infância (CMI BRASIL, 2003c).

O CMI Rio de Janeiro permaneceu ativo, com regularidade, postando no *site* e confeccionando jornais-poste até meados de 200. Entre as atividades desenvolvidas ao longo de sua trajetória, está o programa na *Rádio Interferência*, uma rádio livre mantida por estudantes da Universidade Federal do Rio de Janeiro, fechada definitivamente pela Polícia Federal em 2003, sob a acusação de interferir na comunicação dos aviões no Aeroporto Santos Dumont (CMI BRASIL, 2003b).

As coberturas da intensificação da repressão policial às comunidades de baixa renda, em consequência dos Jogos Pan-Americanos que aconteceriam em 2007, e a campanha contra o caveirão, carro blindado utilizado pela polícia militar nos morros cariocas, são pautas que se destacam na produção do coletivo do Rio de Janeiro, em colaboração com voluntários de outros coletivos do CMI e com movimentos sociais e comunitários locais.

No entanto, a ação do coletivo local que mais se destaca foi o trabalho desenvolvido junto à Ocupação Chiquinha Gonzaga. Organizada pela Frente de Luta Popular (FLP) e Central de Movimentos Populares (CMP) no centro do Rio de Janeiro. Dois voluntários do Rio e uma voluntária de São Paulo organizaram exibições de vídeos para os moradores com o objetivo de mostrar como funcionava o movimento sem-teto em São Paulo, fizeram oficinas de vídeo e produziram uma série de matérias com as demandas da ocupação.

Segundo a ata da reunião nacional do CMI realizada em Brasília em 2006 (CMI BRASIL, 2006), na Ocupação Chiquinha Gonzaga os voluntários envolvidos na cobertura não eram vistos como apenas um grupo que apoiava o movimento. A confiança era tão grande que participavam de todas as reuniões, mesmo as mais sigilosas, sem nenhum

problema. Foi algo que permitiu uma intensa troca de experiências.

O primeiro coletivo local do CMI no sul do país foi o CMI Porto Alegre. A ideia surgiu por volta de agosto de 2001, quando estudantes universitários e secundaristas organizaram, junto com sindicatos e outras associações de trabalhadores, uma manifestação contra a Rede Brasil Sul (RBS), por causa da pressão que o Grupo RBS fazia para que os manifestantes que quebraram o relógio comemorativo aos 500 anos do descobrimento fossem punidos.

Camila, voluntária do CMI Porto Alegre nessa época, conta em uma entrevista realizada em abril de 2004²⁴ que o grupo que montou o primeiro coletivo do CMI na cidade teve o apoio de um jornalista da Central Única dos Trabalhadores (CUT), que participou da formação do coletivo junto com estudantes universitários e secundaristas. Como relata Camila, ex-integrante do CMI Porto Alegre:

[...] ele propôs ao grupo passar por uma atividade de capacitação, destinada a dar noções básicas de técnicas jornalísticas. Então se realiza uma Oficina de Formação de Repórteres Populares com o coletivo. A oficina é baseada fundamentalmente na imprensa sindical. A partir daí, o grupo avalia a possibilidade de reestruturar alguns pontos da oficina e aplicá-la também fora do coletivo, em movimentos sociais, escolas e comunidades (SANTOS, 2005).

Uma dessas oficinas de repórteres populares realizadas pelo CMI Porto Alegre está documentada em vídeo, produzido em parceria com o CMI Belo Horizonte. É um editorial de 31 de dezembro de 2004, onde há uma explicação sobre a metodologia da oficina e seus objetivos:

Com base em um modelo de comunicação horizontal, onde o receptor pode ser o próprio emissor e vice-versa, a Oficina de Formação de Repórteres Populares visa capacitar membros de comunidades e movimentos sociais a produzir informações sobre seu cotidiano.

²⁴ Entrevista realizada pelo autor em abril de 2004 na cidade de Porto Alegre. Originalmente publicada em Santos (2005).

A atividade é dividida em duas partes. No primeiro momento, realiza-se uma discussão geral sobre mídia, abordando as diferenças entre mídia alternativa e corporativa e a importância dos repórteres populares para a democratização da comunicação. Em seguida, a oficina limita-se a um determinado veículo de comunicação – de acordo com a realidade e as necessidades do lugar onde a atividade é aplicada – podendo ser dirigida à rádio comunitária, mídia impressa ou internet. Por isso, não há um conteúdo específico e uma metodologia padrão adotada para essa atividade, tornando-se necessário para os oficinairos uma reavaliação constante do trabalho desenvolvido (CMI BRASIL, 2004).

Além das oficinas, uma das atividades do CMI Porto Alegre que mais se destacou nas ações coletivas locais foram as coberturas do FSM, com a colaboração de outros coletivos do CMI Brasil, e a visibilidade que deram às lutas dos catadores de material reciclável. Nosso último contato com os voluntários do CMI Porto Alegre foi em 2004, durante o *OurMedia & Nuestros Medios*, encontro que reuniu ativistas de mídia e pesquisadores na capital gaúcha. Através de contatos com ativistas que não são da rede, ficamos sabendo que o CMI Porto Alegre está ativo, publicando em *blog* próprio e desenvolvendo atividades em contato com outros coletivos de mídia alternativa local.

Em 2002, é formado o CMI Belo Horizonte, quando um colaborador e uma colaboradora que já haviam participado da rede se encontraram em Porto Alegre durante o II FSM, onde foi realizada a reunião global da rede Indymedia. O coletivo permaneceu ativo até 2005, segundo a documentação disponível na internet pela rede CMI Brasil, e sua dissolução foi motivada pela falta de participação.

O CMI Fortaleza começou suas atividades no mesmo ano, pela iniciativa de ativistas envolvidos na organização das manifestações contra a reunião do Banco Interamericano de Desenvolvimento, que ocorreria na cidade de 7 a 13 de março de 2002. No dia 11 de março do mesmo ano, as manifestações convocadas pela Ação Global dos Povos e outras organizações se espalharam para cidade. Segundo a página estática do coletivo, houve conflitos com a polícia nesses

dias, apesar de não terem grandes proporções. Durante todos os dias de manifestação, o espaço criado pelo CMI manteve acesso à internet aberto 24 horas.

O CMI Goiânia forma-se em abril de 2002, depois que Diego, um dos cofundadores do coletivo local, foi para o II FSM, onde conheceu pessoas dos coletivos de São Paulo, do Rio de Janeiro e de Porto Alegre, levando a ideia de montar um coletivo do CMI na cidade. Na entrevista feita com Diego em 2004, seis meses após a formação do coletivo, ele explicou que sua participação no CMI era realizar traduções e publicar matérias sobre a cidade. O principal motivo que despertou sua atenção para a rede foi a proposta organizacional e as concepções políticas, algo que ele vinha procurando e que o movimento estudantil e os partidos, por sua burocracia, não podiam oferecer. O coletivo de Goiânia foi o primeiro a passar pelo processo de entrada de novos coletivos no CMI Brasil, com o objetivo de garantir que entrem para a rede “apenas coletivos que construam, ao longo de sua formação, uma boa dinâmica de trabalho e afinidade com os demais coletivos em relação aos princípios da rede global e da Rede CMI Brasil” (PÁGINA ESTÁTICA..., 2010).

Para que um novo coletivo passe a fazer parte da Rede CMI Brasil, é preciso que seja aprovado pelos demais coletivos locais. No caso do CMI Goiânia, houve a aprovação dos coletivos locais de São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Belo Horizonte e Fortaleza apresentando uma carta de filiação à rede, onde, além de apresentar o coletivo, os voluntários afirmam estar cientes dos princípios de unidade da rede global e do Brasil²⁵ e fazem uma avaliação de suas possibilidades de atuação e quais as dificuldades que encontraram.

No dia primeiro de maio de 2002, o pré-coletivo CMI Goiânia organizou e realizou sua primeira cobertura, sobre uma fábrica de óleo de girassol no município de Trindade, ocupada pelo Movimento de Luta Socialista (MLS) e pelo Movimento de Libertação dos Sem Terra de Luta (MLST de Luta). Como atividades importantes realizadas pelo coletivo local de Goiânia entre 2002 e 2004, destacam-se o projeto de

²⁵ Estes documentos serão discutidos mais à frente e também estão anexos.

montagem, em parceria com a União Popular, de um coletivo autônomo que trabalha com inserção social, do primeiro Centro de Cultura Libertária na cidade e, também, a formação de repórteres populares, com grupos organizados no Parque Ateneu em parceria com o movimento cultural. Também houve a divulgação das lutas da organização e a realização de discussões acerca da comunicação no bairro Goiânia Viva, em parceria com a Sociedade de Luta Popular (Solup) (SANTOS, 2005).

Além do que observamos em pesquisa anterior realizada por Santos (2005), os voluntários ressaltam a participação do coletivo na organização de transmissões de rádios livres e comunitárias. Em destaque, estão a Rádio Grilo, a Rádio Magnífica, na Universidade Federal de Goiânia (UFG); a criação temporária da Rede Arrastão de Rádios Livres e Comunitárias, em parceria com movimentos sociais, militantes e ativistas de diversas áreas de atuação, e a participação na organização do Dia Nacional de Luta pela Democratização da Comunicação, em 17 de outubro, onde se formou uma coalizão de movimentos, indivíduos e coletivos de rádio para realizar transmissões em forma de ação direta e em protesto contra a repressão promovida pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) e pela Polícia Federal.

Segundo a página estática do coletivo de Goiânia, outra grande experiência para o grupo foi o acompanhamento e a cobertura da Marcha Nacional pela Reforma Agrária, ocorrida em 2005, organizada pela Via Campesina, Comissão Pastoral da Terra (CPT) e pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). A marcha saiu de Goiânia no dia 2 de maio de 2005 e chegou em Brasília no dia 17 do mesmo mês, com mais de 12 mil integrantes.

É justamente na luta pelo direito de acesso à terra e à moradia que o CMI Goiânia teve uma de suas experiências mais marcantes. O coletivo já havia participado e acompanhado de perto ocupações na cidade, no Setor dos Palmares e no Conjunto Vera Cruz, mas com certeza aquela em que esteve mais atuante e que tomou maiores proporções foi a Ocupação Sonho Real, no Parque Oeste Industrial (CMI BRASIL, 2010).

O vídeo *Sonho Real – Uma história de luta por moradia* (2005), sobre a desocupação violenta da Ocupação Sonho Real, realizado pelo coletivo em parceria com Brad Will do CMI Nova York, é uma das produções do coletivo que teve maior repercussão no meio ativista. O vídeo também foi vencedor da mostra de Vídeo Universitário do I Festival de Cinema Brasileiro de Goiânia, em novembro de 2005. Nesse dia, como afirma o relato dos ativistas presentes, o prefeito de Goiânia e patrocinador do festival teve que ouvir algumas verdades em público.

Os voluntários do CMI Campinas também tiveram o primeiro contato com outros voluntários da rede Indymedia e com outros ativistas dos movimentos anticapitalistas no I FSM, em Porto Alegre, e na cobertura do A20, em São Paulo, em 2001. Nessa época, segundo a página estática do coletivo, as pessoas que foram para o FSM eram integrantes da Rádio Muda, a rádio livre com maior longevidade no Brasil, funcionando dentro do campus da Universidade de Campinas há mais de 15 anos.

Segundo essa mesma fonte, a afinidade entre os grupos foi imediata. Apesar disso, o coletivo CMI Campinas vai começar a se formar concretamente em 2003, quando o coletivo da Rádio Muda havia se diversificado e muitos programadores haviam assumido uma postura mais ativista. A lista de *e-mail* começa a funcionar em abril e, no segundo semestre do mesmo ano, ocorre a primeira reunião do CMI Campinas e em agosto acontece uma reunião do membros do coletivos de Campinas com voluntários do CMI São Paulo.

Ainda em 2003, inicia-se o processo de formação de coletivo em Joinville. A ideia de se montar um coletivo local, na época, tinha sido encaminhada através de contatos com os coletivos que já estavam na rede. Os ativistas dispostos a montar o coletivo já utilizavam o *site* para publicar matérias acerca das lutas sociais na cidade, mas percebiam que havia grandes dificuldades a serem enfrentadas. A primeira era que boa parte dos jovens que tinham interesse acerca de projetos como o CMI deixavam a cidade para fazer faculdade em outras cidades, como Florianópolis e Curitiba. A segunda dificuldade era a baixa articulação entre os movimentos sociais na cidade. Para solucionar

tais problemas, procuraram articular algumas atividades e coberturas com ativistas da cidade de Blumenau, já que estes passavam problemas parecidos.

Segundo os voluntários do CMI Joinville, no fim de 2003 as manifestações contra o aumento das passagens de ônibus, tratadas pela mídia local com típico apoio à classe empresarial e desprezo pelos protestos, aumentou a motivação de se criar um coletivo do CMI Joinville. No fim de 2004 e início de 2005, a articulação com os ativistas de Blumenau é abandonada, a fim de manter a autonomia dos voluntários da cidade. O coletivo começa fazer as discussões sobre os documentos da rede Indymedia e apresenta sua carta de filiação.

Os voluntários do CMI Joinville relatam, na sua carta de filiação à rede (CMI JOINVILLE, 2007), que no início tiveram um pouco de dificuldade em estabelecer as decisões por consenso, mas que nunca decidiram nada por voto. Para eles, outra preocupação era a composição do coletivo, a maioria jovens estudantes que se conheciam do circuito hardcoreano punk, algo que foi superado, segundo eles, com a articulação com movimentos sociais, apontada como o principal elemento enriquecedor das discussões à atuação do coletivo local²⁶.

²⁶ Como mostram os *links* organizados por Oriel, voluntário do CMI Joinville, em março de 2006, na documentação disponível no *site* do CMI em 13/12/2004: ato dos trabalhadores da Cipla. Disponível em: <<http://www.midiaindependente.org/eo/blue/2004/12/297636.shtml>>. Acesso em: 10 nov. 2004. – Livro sobre ocupação da Cipla/Interfibra lançado hoje em Joinville-SC. Disponível em: <<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2004/11/294366.shtml>>. Acesso em: 17 dez. 2004. – Ato contra o aumento da tarifa de ônibus. Disponível em: <<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2004/12/297855.shtml>>. Acesso em: 24 nov. 2004. – Ato público em defesa dos 1070 empregos da Cipla/Interfibra. Disponível em: <<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2004/11/295439.shtml>>. Acesso em: 23 fev. 2005. – Ato contra o aumento da taxa de limpeza urbana. Disponível em: <<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2005/02/308594.shtml>>. – Segundo ato contra o leilão da Cipla. Disponível em: <<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2005/07/323021.shtml>>. – Movimento Passe Livre paralisa sessão na Câmara de Vereadores. Disponível em: <<http://www.midiaindependente.org/eo/blue/2005/10/331825.shtml>>. – Jornalista marrom acusa militantes do MPL de “terrorismo”. Disponível em: <<http://www.midiaindependente.org/en/blue/2006/02/345070.shtml>>. – Manifestação contra o Rodeio – 14, 15 e 16 de Outubro de 2005. Disponível em: <<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2005/10/332374.shtml>>. – Rejeição da lei pelo passe livre não

Em 13 de março de 2003, o CMI São Paulo ocupa a Casa das Rosas²⁷, na Avenida Paulista, e instala uma rádio sem autorização, emitindo um comunicado ao Presidente Lula, à Agência Nacional de Comunicações (Anatel), ao Ministro das Comunicações e à Polícia Federal, que desafiava as autoridades estatais a fecharem a rádio instalada na Casa das Rosas com a mesma truculência com que fechavam as rádios comunitárias instaladas nas periferias.

Na declaração do coletivo local de São Paulo, a ação foi motivada pela decisão continuada do governo Lula de fechar de forma indiscriminada as rádios comunitárias, pela criação do Grupo de Combate às Rádios Clandestinas (GCRAC) pela Polícia Federal e pelo descaso com a questão da democratização dos meios de comunicação demonstrado por parte do governo, que abriu mão das vagas do PT na Comissão de Comunicação da Câmara dos Deputados e permitiu que representantes dos monopólios continuassem dominando o conselho da Anatel.

Pela democratização da comunicação, em maio do mesmo ano ativistas ocupam os escritórios da Anatel em Porto Alegre e São Paulo, por causa da repressão às rádios comunitárias. Calcula-se que o núme-

desmotiva movimento. Disponível em: <<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2005/10/334466.shtml>>. – Relato de 26 de outubro de 2005. Disponível em: <<http://www.midiaindependente.org/pt/red/2005/10/334304.shtml>>. – Questões jurídicas sobre as fábricas ocupadas. Disponível em: <<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2005/07/322192.shtml>>. – Manifestação em Joinville termina em duas prisões. Disponível em: <<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2006/01/343374.shtml>>. – Empresas de transporte perseguem MPL-Joinville. Disponível em: <<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2005/11/335517.shtml>>. – Manifestam contra ataques à Cipla, em Joinville. Disponível em: <<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2005/07/322849.shtml>>. – Trabalhadora da Cipla há 30 anos desabafa. Disponível em: <<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2005/06/321076.shtml>>. – Situação atual Cipla/Interfibra. Disponível em: <<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2005/07/323055.shtml>>. – Prisões do dia 24/02/06 no terminal da Tupy. Disponível em: <<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2006/02/346624.shtml>>. – Manifestação contra o leiloamento da Cipla; Disponível em: <<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2005/06/321127.shtml>>.

²⁷ Casarão construído em 1935, que pertencia ao arquiteto Francisco de Paula Ramos de Azevedo, desapropriado em 1986, onde hoje funciona a Livraria da Imprensa Oficial de São Paulo e uma biblioteca especializada em poesia.

ro de emissoras fechadas pela Anatel aumentou 37% só no primeiro ano do governo Lula em 2002. Em 2003, foram fechadas 3.200 rádios comunitárias, sendo que entre janeiro e março de 2004 o número de rádios comunitárias fechadas era de 862. Segundo as associações, as práticas mais frequentes no fechamento das rádios é o abuso de poder e a apreensão irregular dos equipamentos²⁸.

Em 2004, ano que a Rede Globo de Televisão fez 40 anos, voluntários do CMI e da Rádio de Troia realizaram um evento no Largo da Alfândega, em Florianópolis, com um debate entre representantes dos movimentos comunitários, indígena e da mídia alternativa, com a exibição do filme *Além do cidadão Kane* e um bolo distribuído à população. Em São Paulo, no Dia pela Democratização da Mídia, em 18 de outubro, os voluntários do CMI São Paulo, ativistas de coletivos autônomos e estudantes rebatizaram a Avenida Jornalista Roberto Marinho²⁹, com o nome Vladimir Herzog, jornalista assassinado nos porões da ditadura, em 1975.

Voltando ao crescimento e expansão da rede CMI Brasil, uma de suas molas propulsoras foram os encontros de coletivos autônomos e movimentos sociais durante as campanhas contra a globalização corporativa e os acordos de livre comércio, além de outros encontros relacionados com comunidades contraculturais e de mídia alternativa. O CMI Distrito Federal é um exemplo do que estamos falando. Antes da sua formação atual, um ativista, que havia conhecido a rede CMI durante o FSM de 2001, tentou formar um coletivo local por diversas vezes, mas as tentativas esbarravam nas brigas internas da comunidade ativista da cidade.

²⁸ Em 2009, segundo Luis Carlos de Almeida, assessor de Comunicação da Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária (Abraço), o número da repressão às rádios comunitárias é de 5 mil comunicadores populares condenados e cerca de R\$ 100 milhões em equipamentos apreendidos pela Anatel. Para superar esse quadro, o movimento de rádios comunitárias defende a anistia para os comunicadores punidos e a devolução dos equipamentos apreendidos (ALMEIDA, 2009).

²⁹ A antiga Avenida Águas Espraiadas havia recebido o nome do fundador da Rede Globo por um decreto da prefeita Marta Suplicy, contrariando a Lei Municipal 13.180, que proíbe a troca de nomes de rua, a menos que o nome atual implique a exposição ao ridículo dos moradores ou casos de homonímia.

Em 2003, outro grupo de pessoas retoma o processo de formação do coletivo local, como explica Paique³⁰, do CMI Distrito Federal:

Quando começou o CMI [...] não tinha essa história dos coletivos e um dos voluntários era daqui. Ele tentou formar o coletivo várias vezes e não conseguiu. Quando a gente começou, ele já estava bem desinteressado e já havia até saído. [...] em 2003, a gente formou o primeiro coletivo organizado [...] para cobrir o movimento radical aqui, mas não existia movimento radical em Brasília. Ou a gente esperava acontecer alguma coincidência, como o quebra-quebra da reforma da previdência, que foi a nossa primeira grande cobertura, ou a gente esperava a esquerda institucional fazer isso ou a gente criava esse movimento.

A gente começou a procurar as pessoas para criar uma política comum [...]. Entramos em contato com os anarcopunks, com algumas pessoas que eram do hardcore, do movimento estudantil e do movimento secundarista [...]. Começamos a procurar essas pessoas que estavam entrando no movimento, que já tinham uma carga bastante institucional, mas que tinham essa disposição, essa vontade de buscar espaços mais radicais.

[...] o pessoal que estava formando o CMI passou por três espaços: o Encontro Nacional do CMI no Rio de Janeiro no ano-novo, o encontro de grupos autônomos em São Paulo, em 2004, e depois o Carnaval Revolução³¹ [...] um grupo de mais de 30 pessoas participou de algum desses eventos e um grupo de pelo menos 10 pessoas participou dos três espaços, colocando o pessoal na rota da comunidade ativista nacional, fazendo a galera vislumbrar coisas, cogitar ideias e conversar bastante.

Quando o pessoal voltou [...], pensou [...]: vamos criar os

³⁰ A entrevista com o ativista do CMI Distrito Federal foi feita pelo autor na cidade de Brasília, em 16 de novembro de 2008.

³¹ Um pouco antes desses eventos acontecerem, houve o Janeiro Autônomo, na periferia de Buenos Aires, reunindo mais de 1.500 pessoas de dezenas de coletivos e movimentos, principalmente do continente norte-americano, e o II Encontro de Organizações Populares Autônomas, na cidade de Cochabamba, na Bolívia.

grupos autônomos aqui [...]. Foi um processo longo e que tinha duas características: primeiro, era uma galera muito nova, as pessoas mais velhas do nosso coletivo tinham 25 anos, [...] as gerações antigas haviam brigado muito [...] e essa galera muito nova começou a conversar e estabelecer laços de solidariedade.

O ativista afirma, na entrevista, que os ativistas que estiveram nos encontros voltaram mais motivados e organizaram o I Encontro de Grupos Autônomos do Distrito Federal, de onde nascem a Convergência de Grupos Autônomos do Distrito Federal (CGA-DF) e seus quatro grupos de trabalho: Alca, Passe Livre, Violência Policial e Jornal.

A CGA-DF promoveu, em 2006, a campanha “Nossos sonhos não cabem nas urnas: Existe política além do voto!”, composta pela Ação Rebelde Dignidade Candanga (ARDC), coletivo de inspiração zapatista, Centro de Mídia Independente (CMI BSB), coletivo Corpus Crisis, grupo que debate os gêneros problematizando os corpos, Coletivo de Resistência AnarcoPunk (KRAP-DF) e o Movimento Passe Livre do Distrito Federal (MPL-DF). A campanha, realizada no período das eleições para o Legislativo estadual e federal, presidente e governadores, percorreu várias cidades satélites do Distrito Federal com oficinas e debates, a fim de estimular a organização e as lutas populares sob bases políticas autônomas e libertárias.

Um processo semelhante à formação da CGA-DF é o que dá origem à rede Flor da Palavra anos mais tarde, uma rede com inspiração zapatista de coletivos autônomos e de indivíduos no Brasil e no México, que tem participação de voluntários do CMI Brasil, tendo como objetivo estreitar os laços entre os movimentos sociais e comunitários com os sujeitos inseridos nos veículos de mídia radical e ativismo autônomo.

No entanto, há molas mais fortes, como a incidência de uma série de protestos entre 2004 e 2005, que vão impulsionar o fortalecimento da atuação da maioria dos coletivos locais do CMI e alimentar as discussões nos coletivos autônomos no Brasil sobre algo que lhes é de comum acordo: a necessidade de reconquista dos espaços da vida, de

estreitar laços com os movimentos populares e de furar os bloqueios dos meios convencionais de comunicação.

Em muitas cidades, essas molas serão os protestos contra os consecutivos aumentos de passagens de ônibus e a formação do Movimento Passe Livre (MPL). Quando falamos em reconquista dos espaços da vida, não estamos afirmando que todos os coletivos autônomos voltam suas atividades diretamente ligadas ao transporte coletivo urbano, e sim que as táticas e estratégias da participação política desses jovens possuem no seu cerne o desejo de reconquistar a cidade. Nisso reside a questão da segregação socioespacial, que se faz presente no jogo de exclusão e inclusão na sociedade capitalista pela sociedade do consumo e pelas alfândegas da mídia convencional.

O processo de criação do CMI Salvador, por exemplo, teve início depois de uma reunião de interessados na proposta da rede com Pablo Ortellado, do CMI São Paulo, durante o Encontro de Fanzines e Mídia Independente (Infame), em dezembro de 2002. Segundo a carta de apresentação do coletivo, nessa época, a maioria dos 15 membros tinha participação em ONGs e movimentos sociais. Os motivos que os levaram a criar o CMI Salvador foi a necessidade de dar visibilidade às lutas sociais.

[...] os grandes centros de mídia nos trazem uma visão uniformizada, dita “imparcial” dos fatos ocorridos em nossa sociedade [...], desassociando a informação do capital privado.

[...] para que a própria população, a quem foi negada a liberdade de expressão, possa divulgar as suas próprias notícias, seja ela composta por indivíduos com ou sem acesso à rede mundial de computadores. Também nos motivamos pela necessidade de um meio de comunicação que atue como uma rede de integração e divulgação de ONGs e movimentos sociais que visam a combater a desigualdade econômico-social e promovam manifestações culturais (CMI BRASIL, 2003a).

Em setembro de 2003, a “Revolta do Buzú”, como ficou sendo

conhecida a revolta popular que reuniu milhares de jovens, estudantes e trabalhadores para protestar contra o aumento da tarifa, foi a primeira grande cobertura do CMI Salvador. Foi também uma das primeiras vezes em que a página do CMI foi amplamente utilizada com relatos e críticas à mídia convencional e à situação das barricadas, que se espalharam pela cidade³² por ativistas de ação coletiva local, que, apesar de manter características comuns com os protestos de resistência global, se diferenciam quanto ao contexto e objetivos.

A formação do CMI Florianópolis, seus desafios e conflitos, nos permite visualizar uma trajetória comum a outros coletivos do CMI.

A RÁDIO DE TROIA E A FORMAÇÃO DO CMI FLORIANÓPOLIS

O coletivo CMI Florianópolis começa seu processo de formação em 2003, por iniciativa de pessoas envolvidas no coletivo da Rádio de Troia, uma rádio livre criada por estudantes em 2002, após terem conhecido a experiência de algumas rádios comunitárias e livres no II Fórum Social Mundial. A Rádio de Troia teve um papel fundamental na constituição do CMI Florianópolis e do ativismo de mídia radical local. Não só por ter sido a porta de entrada para jovens que ainda não haviam participado de nenhuma organização coletiva mas, principalmente, por ter conseguido agregar, em torno de um objetivo comum, jovens que vinham da cena contracultural das movimenta-

³² Outros textos relacionados ao tema: Avenidas afetadas pelas manifestações. Disponível em: <<http://brasil.indymedia.org/pt/green/2003/09/262423.shtml>>. – Manifestações dos estudantes e omissão da mídia. Disponível em: <<http://brasil.indymedia.org/pt/green/2003/09/262394.shtml>>. – Boletim das manifestações em Salvador: segunda e terça-feira. Disponível em: <<http://brasil.indymedia.org/pt/green/2003/09/262412.shtml>>. – Barricadas em Salvador. Disponível em: <<http://brasil.indymedia.org/pt/green/2003/09/262406.shtml>>. – Estudante é detido pela PM. Disponível em: <<http://brasil.indymedia.org/pt/green/2003/09/262400.shtml>>. – Estudantes param Salvador: segunda-feira. Disponível em: <<http://brasil.indymedia.org/pt/green/2003/09/262363.shtml>>. – Relato dos protestos de sexta-feira. Disponível em: <<http://www.midiaindependente.org/pt/green/2003/08/262251.shtml>>. – Relato dos protestos de quinta-feira. Disponível em: <<http://www.midiaindependente.org/pt/green/2003/08/262114.shtml>>. Acessos em: 22 jan. 2010.

ções anarquistas que tentavam construir espaços culturais autônomos, promover manifestações e protestos de cunho anticapitalista, e militantes autonomistas e independentes do meio estudantil³³.

As grandes dificuldades dos coletivos autônomos no início da década de 2000 eram estabelecer um projeto em comum e disseminar suas ideias para outras pessoas, de forma que estimulasse a participação e mantivesse uma relação mais efetiva com os movimentos sociais, juvenis e comunitários. A ideia de se montar uma rádio livre era algo estimulante e, ao mesmo tempo, palpável, tendo em vista o baixo custo do investimento, ainda mais quando, no fim de 2002, o grupo que estava montando a rádio recebe a doação de um transmissor, após ter passado quase um ano discutindo o que seria a Rádio de Troia.

Quando a rádio foi ao ar, imediatamente abriu-se um campo fértil de diálogo entre os participantes ativistas e não ativistas sobre questões ligadas à participação política, seus objetivos e o papel da comunicação. Ao longo da trajetória da rádio, durante as reuniões, discussões nas listas de *e-mail* e principalmente no cotidiano, o termo *livre* para designar uma forma de fazer a mídia revelou a disputa pelo conceito de liberdade. Apesar de não serem papéis fixos na Rádio de Troia, era possível identificar quatro formas de participação no veículo, baseadas na relação do programador com o coletivo, segundo essa disputa.

A primeira forma de participação política era a de militante, onde o programador atuava no coletivo da rádio, nas suas atividades de gestão e organização. Dessa forma, procurava estabelecer uma conexão da sua atividade com a sua militância em outros grupos, influenciando na organização do veículo segundo sua ideologia polí-

³³ Antes da formação da Rádio de Troia, entre 2000 e 2001, muitos estudantes ligados às concepções libertárias, autonomistas ou que simplesmente se identificavam como independentes começam a se organizar em coletivos para ganhar eleições para os centros acadêmicos e grêmios estudantis. Apesar de não terem constituído uma maioria no movimento estudantil, entidades como o Diretório Central dos Estudantes (DCE) da Universidade Federal de Santa Catarina (Ufsc), o Grêmio Estudantil da então Escola Técnica Federal de Santa Catarina (hoje Instituto Federal) e o Centro Acadêmico de Ciências Sociais da Ufsc são conquistados por grupos que se orientam pela autogestão política, o apartidarismo e a horizontalidade herdadas das teses anarquistas.

tica e possuindo visão mais rígida de organização, a fim de garantir a objetividade da proposta.

A segunda postura e forma de participação era a do ativista, muito próxima da postura do militante, também bastante ativa em relação ao coletivo e de ter múltipla militância em outros coletivos ou grupos de afinidade. Essa postura era mais aberta a experimentar formas organizativas que se adaptassem aos anseios de todos os envolvidos, independentemente de sua orientação política quanto à forma de organizar o veículo.

A terceira forma de participação na rádio era a do programador de vínculo fraco. Apesar de tecerem crítica ao modelo tradicional da mídia convencional de organização e produção de conteúdo, mantinham uma relação utilitarista com o veículo, fazendo seu programa e indo embora, não se envolvendo nas atividades cotidianas, como reuniões, nem nas atividades para gerar recursos para manutenção dos equipamentos.

A quarta forma de participação na Rádio de Troia se caracterizava pela total falta de vínculo com o coletivo. Não apenas no que diz respeito às atividades cotidianas de gestão, organização e manutenção da rádio, mas até mesmo em relação aos cuidados dos equipamentos. Muitas vezes, esses programadores faltavam ou iam ao estúdio apenas para confraternizar com seus amigos e amigas, fazendo consumo de álcool ou drogas, algo vetado pelo coletivo por questões de segurança.

Entre os dois primeiros grupos de programadores havia constantes e acaloradas discussões sobre como gestar a rádio de forma mais espontânea ou mais rígida, em consequência da postura da terceira e quarta formas de participação política dos programadores, algo que muitas vezes causava um desgaste político pouco frutífero para a rádio. Após diversas discussões, muitos programadores que tinham participação com menor vínculo com o coletivo passaram a ajudar gradativamente mais nas atividades cotidianas da rádio e outros deixaram o coletivo. Entretanto, os programadores que tinham menor compromisso com as atividades e nem mesmo cuidavam dos equipamentos eram os que mais resistiam a deixar o coletivo.

Um dos motivos para que essas pessoas permanecessem e fossem toleradas era o receio dos membros de reproduzir as formas de resolução de conflitos da esquerda, com punições e até mesmo expulsão do membro do coletivo que desrespeitasse os princípios políticos. Todavia, se a reprodução das práticas da esquerda tradicional era vista como um problema pelos membros da rádio livre, a permissividade teve como consequência resultados mais sérios.

Ao traçarmos uma linha temporal da Rádio de Troia, sem entrar em muitos pormenores, poderíamos observar que entre 2003 e 2005, no momento onde há uma intensa participação nas atividades e o acalorado debate entre os programadores que defendiam uma organização rígida e os que acreditavam em uma organização mais espontânea, a intensa movimentação política concedia uma organicidade ao coletivo. As faltas cometidas por aqueles que tinham uma relação mais tênue com o coletivo, apesar de serem toleradas, não causavam grandes estragos ao desenvolvimento do projeto como um todo. Os problemas sérios passam a acontecer entre 2005 e 2006, quando a Troia passou a ter uma hegemonia de pessoas com uma relação tênue e total falta de vínculo com o coletivo. Um tipo de participação e relação com o veículo que sobrecarregava os programadores mais envolvidos na rádio, gerando conflitos internos e muitas vezes culminando em desavenças pessoais.

Em 2006, com a saída de muitos programadores que haviam constituído o primeiro coletivo, a rádio foi perdendo seu perfil ativa e sua organicidade. A falta de regularidade nas transmissões fazia muitos ouvintes pensarem que a rádio havia deixado de existir e o não comprometimento com as tarefas desenvolvidas para manter a rádio funcionando foram dilapidando os equipamentos, a ponto de as transmissões perderem sua qualidade devido a ruídos e interferências. Entretanto, o golpe final na Rádio de Troia foi dado pela Reitoria da Universidade Federal de Santa Catarina, por meio da reintegração de posse³⁴ da ocupação da antiga livraria do Centro de

³⁴ Alguns fatos desse evento mostram como o Diretório Central dos Estudantes na época sob gestão de militantes da União Nacional de Estudantes fez uma política de alianças com a reitoria para que não houvesse resistência ao desalojo. Abertamente

Convivência, onde funcionava o estúdio da rádio e também se realizavam aulas de artes marciais, teatro, dança e reuniões do movimento estudantil desde 2005.

O encontro de rádios livres em Campinas, em 2003, foi um dos momentos mais férteis para os jovens do coletivo da Rádio de Troia, que iriam formar o CMI Florianópolis. No desenrolar dos debates foi possível visualizar, dentro de uma gama de perspectivas acerca das experiências de como se organizavam as outras rádios livres, os problemas comuns enfrentados e como procuravam solucionar algo que, de certa forma, definia os caminhos que a Rádio de Troia e o futuro CMI Florianópolis seguiriam.

Com relação à história da formação do CMI Florianópolis, o coletivo local nasce da iniciativa de programadores que almejavam organizar um programa coletivo de cunho informativo, pautado nas questões locais e globais anticapitalistas. Essa era uma necessidade aparecia como preocupação de muitos programadores que desde o início da rádio e acabou não se efetivando, mas que foi evidenciada após uma reunião com os voluntários do CMI que já participavam da rede no Encontro Nacional de Rádios Livres, em novembro de 2003, em Campinas. Era o que faltava para a constituição do CMI Florianópolis.

Em 2003, na primeira reunião como pré-coletivo, foi decidido que seria mantida total autonomia do CMI em relação à Rádio de Troia nas formas de se organizar, nas decisões e nos projetos, algo que já era previsto e que faz parte dos princípios organizacionais da rede CMI. De qualquer modo, se pode dizer que essa decisão teve uma forte influência dos conflitos gerados a partir das discussões sobre a

quando os dirigentes do Diretório Central de Estudantes ficaram sabendo do pedido de reintegração de posse se mostraram solidário oferecendo o outro espaço para realização das oficinas, entretanto esse convite não se estendia a Rádio de Troia por ser uma atividade ilegal. Apesar de pessoas como Luiz Poeta do grupo de Teatro Artesãos de Dionísio se opor a restrição a rádio, outros oficinairos não se posicionaram a favor da rádio, estavam mais preocupados em garantir outro espaço para realização de suas oficinas, do que com a decisão que poria fim a rádio. Duas semanas depois que as oficinas foram para o DCE, os programadores da Rádio ficaram sabendo que os dirigentes do DCE haviam negociado a saída dos ocupantes em troca de reformas no prédio.

organização do coletivo da rádio, afinal, não se podia começar algo novo trazendo velhos problemas para dentro do coletivo.

O CMI Florianópolis iniciou suas atividades em março de 2004, com cinco voluntários permanentes e cerca de sete colaboradores, todos integrantes da Rádio de Troia, que participavam esporadicamente de reuniões mas estavam presentes em quase todas as atividades, que iam desde a colagem de jornais-poste até a publicação de artigos no *site*. De certa forma, nessa época, a diferenciação entre voluntários e colaboradores no CMI Florianópolis era algo inerente à composição da Rádio de Troia. Os voluntários, aqueles que efetivamente mantinham regularmente sua participação no coletivo, eram os programadores que tinham uma visão mais rígida de organização do veículo de mídia, enquanto os colaboradores eram os programadores com uma visão mais flexível.

No mesmo período em que se formava o coletivo do CMI Florianópolis, as questões sobre transporte coletivo ganhavam muita visibilidade na cidade, por causa da implantação do sistema integrado e da campanha organizada pela Juventude Revolução Independente (JRI) em prol do Passe Livre Estudantil. Os voluntários do CMI e da Rádio de Troia, nessa época, não estavam efetivamente na campanha do Passe Livre, por causa da desconfiança em relação a participação de membros com origem partidária na organização da campanha e da tendência marxista de alguns de seus militantes que figuravam como lideranças.

Os programadores conheciam a campanha e um grupo pequeno comparecia em eventos e protestos, o que muda a partir dos conflitos entre os membros da campanha e a prefeitura se acirram na Revolta da Catraca, em 2004, e da formação do Movimento Passe Livre, em 2005, como veremos a seguir.

AS REVOLTAS E A RECONQUISTA DA CIDADE

O Movimento Passe Livre tem sua origem na campanha com o mesmo nome, que pede a gratuidade nos transportes coletivos para os estudantes, proposta pela Juventude Revolução da corrente trotskista “O Trabalho”, do Partido dos Trabalhadores. Em 2000, a campanha

organizada pela Juventude Revolução conseguiu 20 mil assinaturas (5,5% da população na época) para um projeto de lei municipal pelo passe livre, mas o pedido foi rejeitado pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Vereadores, sob a alegação de que o projeto era inconstitucional (ORTELLADO, 2002).

Passados dois anos de estudos sobre a viabilidade financeira do projeto de passe livre, em 2002 os militantes rompem com a Juventude Revolução – e automaticamente com o PT – e se definem como Juventude Revolução Independente (JRI), uma corrente simplesmente revolucionária apartidária, autonomista e libertária (LIBERATO, 2006), deixando para trás as práticas do centralismo democrático e assumindo uma postura mais madura em relação a sua autonomia política, à tensão entre a organização formal dos militantes mais comprometidos e à “espontaneidade” do movimento das ruas (ORTELLADO, 2002).

A formação de coletivos em escolas e as suas ações de rua passam a chamar a atenção de muitos jovens das esquerdas tradicionais e dos movimentos populares, que deram à campanha algo mais almejado do que concretizado por muitos coletivos autônomos e de mídia radical da cidade: a possibilidade de atuar de forma mais ampla, segundo as concepções políticas libertárias e autônomas de participação política. Nesse sentido, apesar de não ser o nosso objetivo traçar a trajetória da campanha do passe livre em Florianópolis, podemos dizer que ela conseguiu trazer a questão do transporte para o centro de um debate mais amplo sobre o direito a cidade e, não menos importante, deu visibilidade para novas formas de sociabilidade na participação política juvenil.

O prólogo da Revolta da Catraca deu-se no dia da inauguração do Sistema Integrado de Transporte. A falta de informação sobre como funcionava o sistema, o aumento da tarifa e do tempo no ônibus e a baldeação feita para se chegar ao destino despertou a fúria de muitos usuários, que, em um protesto espontâneo, fecharam a Avenida Mauro Ramos, uma das principais ruas da cidade, quando voltavam do trabalho.

Em 22 de junho de 2004, o Conselho Municipal de Transporte votou o aumento de 15,6% das tarifas de ônibus. O descontentamen-

to da população foi unânime, já que não só o sistema integrado não funcionava, mas, também, as passagens chegariam ao patamar acima de R\$ 3,00. A manifestação contra o aumento, chamada pela campanha pelo Passe Livre para o segunda-feira, dia 28 de junho, um dia após a entrada em vigor das novas tarifas, deveria ocorrer durante todo o dia, culminando às 17h, em frente ao Terminal de Integração do Centro (Ticen) (LIBERATO, 2006).

Ainda eram poucas as pessoas que se sensibilizavam com mais um ataque das empresas de ônibus aos usuários. Os empresários estavam, agora, organizados na Companhia Operadora de Terminais de Integração S/A (Cotisa) e eram beneficiados pela concessão de financiamento no valor de R\$ 8,6 milhões pelo BNDES, para implantação e gestão operacional dos terminais do Sistema Integrado de Transporte de Florianópolis por um período de 20 anos.

Nesse clima, no dia 28 de junho os protestos se anteciparam onde a campanha tinha núcleos, como aos grêmios estudantis e lugares com adesão de jovens e populares descontentes e revoltados contra mais um ataque da prefeitura e dos empresários de transporte. Uma prova de força foi dada por 30 estudantes, a maioria secundaristas, fechando o terminal de integração do bairro Trindade às 7h, por apenas alguns minutos. Depois da tentativa frustrada de fechar esse terminal de integração, os manifestantes se deslocaram para Universidade Federal de Santa Catarina, onde o apoio dos estudantes do Colégio de Aplicação foi imediato.

Em passeata pelas principais vias de acesso da cidade, a manifestação prosseguiu aglutinando cada vez mais gente, de escola em escola, gritando palavras de ordem com “Passe livre já!” e “puta que pariu, é a maior tarifa do Brasil” e pintando com caneta pincel os ônibus que passavam. Já eram 300 estudantes quando foi trancado o Terminal de Integração do Centro, o principal da capital. O apoio dos movimentos comunitários também foi fundamental para os protestos. No terminal de Canasvieiras, 500 moradores do norte da ilha fecharam por oito horas os acessos de entrada e saída dos ônibus. Comerciantes se solidarizaram com os manifestantes, ajudando com água e comida.

Nesse primeiro dia, após fechar por oito horas o Terminal de Integração do Centro, cerca de 3.000 estudantes e moradores das comunidades fecharam a ponte Colombo Salles, a única saída terrestre da cidade. Essa ação direta foi uma forma de pressão política que assustou as autoridades governamentais.

As manifestações continuaram no dia 29. Foram fechados os terminais de integração de Canasvieiras e de Santo Antônio de Lisboa. O Terminal de Integração do Centro foi novamente fechado pela manhã, até o fim do dia. Ao meio-dia, cerca de 150 pessoas tentaram ocupar a prefeitura e só cerca de 30 pessoas conseguiram entrar no corredor de acesso do prédio, mas foram retirados de forma violenta pela polícia, que não economizou gás de pimenta e insultos.

Ao mesmo tempo em que a ação ocorria na prefeitura, parte da manifestação se encaminhou para a Assembleia Legislativa, para impedir que os ônibus saíssem do terminal improvisado pelas empresas de ônibus. Novamente a ação da polícia foi enérgica, levando um estudante preso após espancá-lo violentamente.

No dia 30, as manifestações se intensificaram. Novamente foram fechados terminais de integração dos bairros e o do Centro. Estudantes universitários realizavam a ação *Catraca Livre* nos pontos de ônibus, abrindo as portas traseiras dos ônibus para deixar que a população entrasse sem pagar. Depois de seguirem em passeata pela Avenida Rio Branco, no Centro da capital, entregaram um manifesto a quatro vereadores que se reuniam no Núcleo de Transportes, em que esclareciam às autoridades que as manifestações não cessariam sem a redução do aumento da tarifa.

Naquela mesma tarde, em um dia em que já haviam ocorrido pequenos incidentes, como a prisão de um ativista por policiais disfarçados, houve a primeira investida da polícia contra a manifestação de forma brutalmente violenta. Ao escurecer, a tensão aumentava a cada instante no Ticen. Desde o início das manifestações, policiais disfarçados e pessoas contratadas pelas empresas de ônibus provocavam pequenas confusões entre os manifestantes, com bombinhas e falsas brigas. Foi quando, segundo testemunhas de um centro comercial em

frente ao Ticen, uma bomba colocada pela polícia estourou dentro de uma lixeira. A tropa de choque investiu contra os manifestantes e cerca de 30 pessoas foram presas, a maioria menores, vítimas de violência policial, constrangimentos físicos e morais na hora da prisão e na delegacia, quando já estavam sob a tutela do Estado.

No quarto dia de manifestação, parte da população, que acompanhara perplexa a violência do dia anterior, aderiu às manifestações. Novamente, foram fechados os terminais do Centro, de Canasvieiras, de Santo Antônio de Lisboa e do Rio Tavares. Houve Catraca Livre nos pontos de ônibus da Universidade Federal de Santa Catarina e da Escola Técnica Federal. Dessa vez, os manifestantes fecharam as duas pontes da cidade, a Colombo Salles e a Pedro Ivo Campos. A polícia liberou o trânsito de motos durante parte da travessia, o que causou um princípio de tumulto, só remediado quando os manifestantes fizeram um cordão de isolamento que impediu que 400 motos avançassem contra as pessoas.

Na sexta-feira, dia 2 julho, as manifestações foram novamente marcadas pela violência da polícia. Depois da dispersão da mobilização, um grupo de manifestantes atirou bombinhas em seguranças das empresas de ônibus, que reagiram atirando pedras e espancando qualquer manifestante ou usuário no interior do terminal do centro. A polícia assistiu cerca de 30 minutos, sem intervir, aos seguranças espancando menores e usuários.

Originadas no movimento de estudantes, essas manifestações tiveram alto grau mobilização, conseguindo reunir mais de 5 mil pessoas nos dias em que a polícia agiu contra os manifestantes e culminando em uma grande manifestação na semana seguinte. As notícias tiveram uma repercussão até então nunca vista na capital desde o movimento da Novembrada, em 1979. Essa visibilidade deu-se, especialmente, à rede de mídia alternativa, que se instalou no interior do movimento.

A cobertura da grande imprensa, ao contrário, dava destaque a problemas relacionados ao comércio e aos transtornos causados pelos bloqueios nas ruas, caracterizando o movimento como partidário e de estudantes que exigiam o passe livre estudantil. A mídia nacional tam-

bém destacava esses dois aspectos, que se encaixavam perfeitamente no discurso oficial da prefeitura em uma propaganda de 30 segundos altamente vinculada em todos os veículos de comunicação durante toda a semana de protestos.

A perseguição aos integrantes da mídia alternativa foi intensa nos dez dias de manifestação. Três câmeras digitais e uma filmadora foram roubadas e quebradas por seguranças e por policiais disfarçados, o que não impediu que muito material fosse disponibilizado através do CMI pelos voluntários, pelos próprios manifestantes e por outros veículos de mídia alternativa e radical, como Expressão Sarcástica, Desterro Terrorismo Poético e Rádio de Troia.

Os dias da Revolta da Catraca trouxeram algo de novo nos protestos da cidade em escala muito maior do que as ações coletivas entre 2000 e 2003. Foi um movimento multifacetado, rebelde e com participação de uma multidão formada por jovens secundaristas, ativistas de diferentes coletivos autônomos, militantes do movimento comunitário, dos partidos de esquerda e por universitários, que tomaram a palavra para decidir os rumos dos protestos nas assembleias e privilegiaram a ação direta e não vias institucionalizadas para se obter conquistas concretas a curto prazo³⁵.

As tentativas de algumas lideranças da esquerda tradicional de manipular a situação em causa própria foram rechaçadas pelos jovens com vaia e palavras de ordem. Essa era a reação dos militantes do movimento estudantil quando eram erguidas bandeiras de partidos ou de entidades consideradas burocratizadas e “pelegas”, como a União Nacional dos Estudantes (UNE) e a União Catarinense dos Estudantes (UCE).

No mesmo sentido, umas das coisas mais interessantes presenciada na Avenida Paulo Fontes, em frente ao Ticen, tomada pelos populares, era, segundo as palavras da prefeitura e da mídia convencional, o desinteresse aparente de muitos jovens que iam lá para namorar e por estímulo da manipulação da esquerda, atitude que

³⁵ Algo necessário para que o movimento popular tivesse força para continuar diante dos obstáculos, da violência e da humilhação que lhe são impostos pelo Estado e pelo mercado.

contrastava com a participação nas assembleias e nas decisões tomadas. Esses jovens, que foram o coração pulsante do movimento das ruas na Revolta da Catraca, contrariaram não apenas a autoridade constituída do poder estatal, mas também a autoridade de muitos militantes mais velhos dos partidos e sindicatos, viciados nas velhas práticas centralistas do leninismo.

O CMI Florianópolis produziu, durante os protestos, sete jornais-poste e outros seis CMI na Rua e um CMI Denúncia, estes dois em formato A4. Os primeiros traziam informações e a cobertura das manifestações e o último denunciava a violência da polícia militar e dos seguranças do consórcio de empresários proprietários das empresas de ônibus contra manifestantes e usuários nos dias das manifestações. Esses materiais foram distribuídos por jovens e por muitos populares durante os dias da revolta. Eram sujeitos que se prontificavam a ajudar e se organizavam em pequenos grupos de afinidade nas escolas, nas suas comunidades ou na frente do Ticen para executar atividades decididas previamente, principalmente quando as investidas dos meios convencionais e as declarações da prefeita Ângela Amin contra os protestos tornaram mais frequentes.

Como nos lembra Ceceña (2003) e Melucci (1999), é na rua, nos momentos de visibilidade das ações coletivas (MELLUCI, 1999) como as revoltas populares, que a troca de significados se amplia e possibilita a construção de solidariedade entre os sujeitos individuais e coletivos. Essa solidariedade é necessária para o respeito às diferenças e o reconhecimento do outro, elementos produtores que nos dão a oportunidade de nos desatarmos dos estereótipos criados pelos dominantes.

Em relação às consequências positivas da revolta aos sujeitos juvenis organizados nos coletivos autônomos e de mídia radical em Florianópolis, podemos destacar o amadurecimento político de muitos deles em relação ao seu papel na lutas sociais, produto do contato e do estabelecimento de laços com sujeitos políticos do movimento popular.

Entretanto, a revolta também trouxe consequências negativas, como o refluxo de participação nos coletivos pelo esgotamento físico imposto por tantos dias de protestos e violência policial. Além disso,

processos judiciais impediam que ativistas que tinham papel de liderança irem a manifestações e havia conflitos entre ativistas, que se traduziam em posturas sectárias, como a condenação prévia de qualquer proposta que partisse de algum desafeto e em troca de acusações, que fizeram com que os coletivos se fechassem, esgotando o diálogo³⁶.

No ano seguinte, em 2005, a Revolta da Catraca manteve as mesmas características organizacionais de participação direta dos ativistas nas ruas e o rechaço aos políticos profissionais de partidos e sindicatos. Em algumas situações, muitos manifestantes simplesmente deixaram os militantes de partidos e sindicalistas falando sozinhos, nos seus magníficos trio elétricos, e efetivaram suas decisões tiradas nas assembleias, por jogral.

A conturbada relação entre membros da Troia e voluntários do CMI Florianópolis, gerada pela tensão entre o espontaneísmo e a existência de uma estrutura organizacional e por inúmeras trocas de acusações nos meses anteriores, foi superada nos dias da revolta em 2005, para a realização da cobertura dos protestos. A Rádio de Troia foi instalada no Centro, na sede de um sindicato, e transmitiu as manifestações com participação de membros do CMI, que nessa época também eram integrantes da campanha do passe livre.

Entretanto, os dissensos entre os voluntários do CMI e programadores da Rádio de Troia nos meses posteriores à revolta refletiram negativamente para os dois coletivos. Apesar do período entre 2005 e 2006 corresponder ao momento em que o CMI Florianópolis mais produziu matérias sobre as ações coletivas de caráter popular, com a edição do jornal *O Independente*, com a cobertura das tentativas de desapropriação da Vila Santa Rosa e das manifestações do passe livre, foi o momento em que o coletivo do CMI Florianópolis tornava-se cada vez mais um grupo de amigos, processo que prejudicou a entrada de novos voluntários e colaborou com o afastamento de muitos colaboradores.

³⁶ Esses problemas causaram problemas tanto aos militantes da JRI, como aos ativistas autonomistas e de mídia radical. Em um dos episódios mais deploráveis um anarcopunk, por uma discussão insignificante atacou dois militantes da JRI, a distração oportunizou a ação policial que prendeu quatro militantes que foram acusados de formação de quadrilha e foram submetidos a um tratamento humilhante.

Como consequência, o coletivo local da capital catarinense permaneceu com um número estável de membros até o fim de 2007. No momento em que os voluntários foram deixando a cidade ou tendo que se dedicar exclusivamente às atividades profissionais e acadêmicas, o coletivo tornou-se quase inativo, realizando apenas algumas atividades e coberturas esporádicas nos anos posteriores, feitas por dois antigos voluntários, por uma voluntária e por um voluntário do CMI Distrito Federal que estava residindo na cidade.

Após mais de um ano e meio, em 2009, o CMI Florianópolis voltou a se rearticular. Sua composição, além dos dois membros mencionados, tinha outros quatro voluntários, um vindo do Movimento Passe Livre, outro do movimento estudantil autônomo, um ativista de um coletivo *tech* e uma estudante de Engenharia de Aquicultura. Praticamente todos os voluntários eram também do coletivo que estava construindo a Rádio Tarrafa, uma rádio livre que foi ao ar pela primeira vez em 2010. A rádio era composta por estudantes, a maioria deles com participação no MPL, no movimento estudantil autônomo e em coletivos, como o Grupo de Ação Feminista (GAFE) e o grupo de apoiadores à Federação Anarquista do Rio de Janeiro (FARJ), que realizou, no mesmo ano, o I Colóquio de Anarquismo Social, culminando com a formação do Grupo de Estudos das Ideias e Práticas Anarquistas de Florianópolis (GEIPA).

A Rádio de Troia, que ao longo de 2006 havia passado por sérios problemas de organização devido à saída de muitos de seus programadores e pela falta de organização interna, como já mencionamos, em 2007 já não existia. Os equipamentos da Troia passaram a ser usados para transmissões de eventos e por outros coletivos, na tentativa de construir uma rádio comunitária no Monte Cristo, comunidade de baixa renda situada na região continental de Florianópolis.

A relação entre o CMI Florianópolis e a Rádio de Troia foi marcada por gestos de solidariedade, mas também por dissensos sobre a organização e concepções políticas dentro dos veículos de mídia radical, e conflitos que ultrapassaram as questões políticas, assumindo um tom personalista. Essa relação não pode ser considerada nem regra e nem ao menos exceção na trajetória dos veículos de mídia radical bra-

sileiros formados na década de 2000, composto na maioria por jovens.

O CMI Florianópolis, que fazia programa na já extinta Rádio de Troia, atualmente faz programa semanal na Rádio Tarrafa FM Livre, e mais da metade de seus voluntários são também do coletivo da rádio, como foi mencionado anteriormente. O programa do CMI na Rádio Tarrafa consiste em publicizar as notícias locais, nacionais e internacionais produzidas pelo coletivo local e por outros coletivos da rede CMI já publicadas no *site*, em entrevistas com ativistas e militantes de movimentos sociais que estão desenvolvendo alguma atividade na cidade e o repasse de informações sobre protestos, marchas, reuniões e atividades culturais organizados por movimentos sociais e comunitários.

O programa de meia hora é dividido em blocos e, nos intervalos, são tocadas músicas e vinhetas com o prefixo da rádio ou há chamadas para outros programas da rádio. Mais recentemente, o coletivo decidiu, em reunião, iniciar a produção de programas temáticos sobre as lutas sociais na cidade, democratização da mídia, ativismo autônomo etc. O objetivo dos programas temáticos é aprofundar a discussão sobre os assuntos escolhidos sob uma perspectiva dos próprios movimentos ou das correntes autonomistas. A necessidade apareceu quando foi percebido um grande número de postagens em redes virtuais ou no próprio *site* na coluna de publicação aberta do CMI sobre as movimentações acerca do transporte coletivo que apresentavam uma lacuna significativa no que se refere à história e aos desdobramentos das questões relativas à mobilidade urbana e direito à cidade. Essa lacuna é avaliada pelos voluntários como facilitadora à manipulação e à cooptação de jovens ativistas pelos partidos políticos.

A relação do CMI Florianópolis com a Rádio Tarrafa é orgânica, não só na política de princípios que tem por objetivo mediar as atividades do programador, que são não veicular propaganda religiosa, comercial ou partidária e não veicular material racista, homofóbico, sexista ou qualquer manifestação discriminatória mas, principalmente, nos processos de construção dos processos e das atividades. A carta de princípios da Rádio Tarrafa, construída coletivamente pelos programadores segundo suas perspectivas, anseios e experiências nos coletivos e movimentos que participavam ou haviam participado anterior-

mente, demonstra que a rádio está longe de ser uma sombra do CMI Florianópolis ou uma continuidade da Rádio Troia.

Apesar de ambas as experiências no campo da mídia radical terem influenciado muito a construção da identidade política da Rádio Tarrafá, a principal influência foram os desdobramentos posteriores às Revoltas da Catraca, como a formação da Frente de Luta pelo Transporte Público, a formação de outros coletivos, como o Grupo Ação Feminista (GAFE), e a participação de estudantes da Geografia ligados à Associação de Geógrafos Brasileiros (AGB). A rádio, que emerge como uma alternativa radical no já adiantado alinhamento dos veículos de mídia comunitária e livre aos programas governamentais de financiamento da cultura, deixa de transmitir por problemas técnicos e de participação semelhantes aos que ocorreram na Rádio de Troia no segundo semestre de 2011. Atualmente, o CMI Florianópolis e a Rádio Tarrafá estão realizando, em conjunto, um ciclo de formação interna com o intuito de debater as questões relativas ao refluxo do ativismo autonomista na cidade.

Antes de explorar essa questão dos conflitos entre os ativistas de mídia radical por meio das entrevistas realizadas durante o trabalho de campo, daremos continuidade à história do CMI Brasil, narrando a formação de um dos seus coletivos mais ativos e também localizado, geograficamente, mais distante das capitais urbanas do Brasil: o CMI Tefê. Essa história se confunde com a história da rede Flor da Palavra e com as mudanças no CMI após 2006.

O CMI TEFÊ E A FLOR DA PALAVRA – NEM CENTRO, NEM PERIFERIA

O último coletivo formado no CMI Brasil é o CMI Tefê, no Amazonas, em 2006. Pedro³⁷, que faz parte do coletivo local, conheceu o CMI através de um professor, durante debate em uma aula na universidade sobre locais na internet que disponibilizavam espaço para

³⁷ A entrevista com o ativista do CMI Tefê (Amazonas) foi feita por *e-mail* pelo autor em 3 de outubro de 2008.

divulgação de conteúdo³⁸. O passo inicial foi dado a partir do momento em que Pedro e outro estudante foram chamando as pessoas.

Desde a sua formação inicial até hoje, o coletivo CMI Tefé vem desenvolvendo atividades com uma rádio livre, a Rádio Xibé, que foi ao ar pela primeira vez em outubro de 2006, produzindo conteúdo em um *site* de publicação aberta, feito com *software* livre, jornalismo popular e produção de vídeo e realizando oficinas com diferentes públicos.

Segundo Pedro, em um artigo escrito por ele e pelo professor Gitahy (PAULA JÚNIOR; FIGUEIREDO, 2009), o coletivo, além de ser composto por estudantes universitários, é formado por jovens que fazem parte de grupos culturais da região e que também fazem parte da Rádio Xibé. As atividades da rádio livre proporcionaram a primeira atividade que teve repercussão no cotidiano da sociedade local, a transmissão ao vivo da audiência pública, na Câmara dos Vereadores, sobre as constantes faltas de energia elétrica na cidade.

Em dezembro de 2006, segundo o mesmo artigo, o CMI Tefé iniciou uma série de oficinas de democratização dos meios de comunicação em cinco escolas estaduais, que chamou de 1ª Maratona de Mídia Democrática. Desde essa época o coletivo vem desenvolvendo atividades em comunidades indígenas, iniciadas quando o movimento indígena do Médio Solimões levou à Universidade Estadual do Amazonas (UEA) a demanda de realização de projetos de extensão e pesquisa, em 2007.

As atividades do CMI Tefé em parceria com o projeto Mídia e Cidadania da UEA nos povos indígenas ticuna, kambeba e kokama foram aprovadas por meio de uma reunião realizada no dia 11 de agosto de 2007, sendo oficialmente reconhecidas como parte do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia em Tefé (PNCSAT).

Em 2008, o CMI Tefé transmitiu pela Rádio Xibé duas assembleias do movimento indígena realizadas no mês de novembro: a V Assembleia da Associação Cultural dos Povos Indígenas do Médio

³⁸ O professor mencionado é Guilherme Gitahy de Figueiredo, ou apenas Guile, como é conhecido pela comunidade ativista brasileira o antropólogo e voluntário da rede da CMI e do Rizoma de Rádios Livres.

Solimões e Afluentes (Acpimsa) e a I Assembleia da Associação das Mulheres Indígenas do Médio Solimões e Afluentes (Amimsa). Foram registradas e difundidas as apresentações culturais, os debates e as oficinas, em que o CMI Tefé aproveitou a relação com os órgãos governamentais e não governamentais para intensificar suas atividades.

Em 2009, por meio de um edital do Projeto Rondon em que a UEA foi contemplada, foi realizada na comunidade Felix Pinto, no município de Cantá, perto de Boa Vista, em Roraima, a formação de 82 comunicadores populares, que, de acordo com os objetivos das oficinas, se tornariam multiplicadores. Segundo Paula Junior e Figueiredo (2009), cerca de 70% dos inscritos eram jovens estudantes do ensino médio, alguns deles no terceiro ano.

Além das atividades já descritas, o CMI Tefé tem feito coberturas de manifestações e acontecimentos locais e preparado, com as comunidades locais e outras organizações, eventos da rede Flor da Palavra. O primeiro evento foi em 2006, chamado A Flor dos Movimentos Rurais, em que, durante dois dias, foram exibidos filmes e realizados debates sobre as redes horizontais, zapatismo, rádios livres e ação direta.

No editorial produzido por Guile e pelo coletivo Curupira para o CMI Tefé sobre o evento, há uma interessante descrição sobre o cotidiano dos jovens ativistas de Tefé e seus desafios:

O imaginário brasileiro e urbano sobre temas como zapatismo, rádios livres, redes horizontais e ação direta são tremendamente estranhos à cultura local, em que se encontram pessoas “cultas” que apoiam o político que lhes dá uma passagem de avião, por exemplo. Esse tipo de coisa aqui é o “natural”. Por outro lado, nota-se, na vida cotidiana, que se trata de um povo muito mais rebelde e menos disciplinado do que a classe média urbana e capitalista que alimenta sonhos libertários. É um paradoxo e a promessa de um diálogo muito fértil. Por outro lado, mostra que não se pode simplesmente chegar em um lugar como Tefé e iniciar um proselitismo intenso, pois todo cuidado é pouco para evitar a continuidade do processo “civilizador” que é, na verdade, a radicalização da colonização do campo pela cidade, des-

ses outros mundos pelo capitalismo. É preciso muita cautela nesse difícil diálogo, pois os “brancos” que chegam da cidade tendem, antes de mais nada, ser vistos como novos “patrões” e, desavisadamente, acabam portando-se como tais, e os mais belos ideais acabam reduzidos a ilusões etnocêntricas (FIGUEIREDO, 2006).

Em 2007, a Flor da Palavra aconteceu durante a Assembleia da Associação Cultural dos Povos Indígenas do Médio Solimões e Afluentes (Acpimsa). Estiveram presentes 178 pessoas, entre as quais 15 tuxauas (chefes indígenas) das etnias ticuna, kambeba, miranha, kokama e mayoruna. Estavam representadas, também, as organizações indígenas Opimsa, UNI-Tefé, Opimimsa e Aepimsa; Funai, Funasa, Universidade do Estado do Amazonas (UEA), SEDUC, SEMED, CIMI, CMI Tefé e Rádio Xibé.

Segundo o editorial do CMI Tefé de 28 de novembro de 2007 (TEFÉ..., 2007), o objetivo da Acpimsa é fortalecer a cultura e a organização dos povos indígenas do Médio Solimões. A assembleia marcou um momento de fortalecimento do movimento indígena após um período de grandes reveses e casos de corrupção envolvendo as políticas públicas indigenistas, onde a presença das autoridades governamentais no evento “fez com que ela servisse também como mecanismo de participação direta informal: as autoridades puderam ser questionadas e cobradas nos vários assuntos que concernem aos povos indígenas” (TEFÉ..., 2007).

Outros dois eventos da Flor da Palavra em Tefé foram realizados em 2008 e 2009. Em 2008 foi organizado a Flor da Vila Pesçoço, comunidade “de pior fama de Tefé [...] por possuir problemas de saneamento e violência, uma comunidade discriminada na cidade, que tem seus jovens estigmatizados como “galerosos” (criminosos) e que não conseguem empregos e são mal aceitos nas escolas”. O objetivo do evento foi aproximar jovens que, apesar de toda adversidade que lhes é imposta, procuram soluções para os problemas da vila com os movimentos sociais, especialmente com o CMI Tefé, com a UEA e moradores de fora do bairro e do mundo.

Em 2009 aconteceu a Flor da Palavra e Rock na Rua de Tefé, reunindo movimentos juvenis em uma zona liberada para livre expressão de suas manifestações. O editorial sobre o evento destaca que a juventude de Tefé, apesar de ser empurrada por motivos de autodefesa para as gangues ou para a sobrevivência na venda dos próprios corpos, também tem suas táticas de resistência. São os grupos de dança, hip hop, bandas de rock, grafite, capoeira, artesanato, teatro, jornais alternativos, movimentos indígenas, *skate* e rádios livres, que vem criando alternativas “para se fazer escutar, para serem os autores de sua experiência coletiva, dançarinos da cidade polifônica onde um dia, em festa, poderão caber todos e todas”.

Desde 2006 foram realizados 15 eventos do Flor da Palavra, muitos deles com participação direta de coletivos locais ou voluntários da rede CMI. A organização desses eventos nos esclarece os pontos de conexão entre os CMIs locais e as lutas sociais em andamento, como por exemplo, a Flor da Palavra em Curitiba e o ajuri para a construção do Caracol de Caratateua, na periferia de Belém do Pará, que destacaremos a seguir.

A Flor da Palavra em Curitiba nasceu de contatos informais entre ativistas de Curitiba e Florianópolis em agosto de 2008. Os interessados em realizar o evento precisavam, antes de tudo, esclarecer à comunidade ativista do que se tratava a Flor da Palavra. Para isso, foi chamada uma “pré-flor”, realizada na Ocupação J13, com presença de dois ativistas de Florianópolis, ativistas do coletivo Despejo Zero, do Grupo de Estudos das Ideias e Práticas Anarquistas (GEIPA), FERA, MST e outros, quando os grupos debateram suas experiências e começaram a articular a construção do evento.

Apesar da intensa troca de *e-mails* e articulação entre os coletivos de Florianópolis e Curitiba para a realização da Flor da Palavra, os coletivos do CMI, Rádio Tarrafa, Grupo de Ação Feminista e MPL de Florianópolis não puderam comparecer ao evento, devido às intensas chuvas que interromperam o trânsito de veículos na BR-101, em novembro de 2008. Mesmo assim, o evento ocorre e o debate central é a luta por moradia na capital paranaense.

O foco na questão da moradia foi produto da experiência de ativistas do coletivo Despejo Zero, que já atuava há mais de três anos buscando a articulação do movimento e de pessoas na luta por moradia na Grande Curitiba. Nessa época, pelo menos três voluntários participavam do CMI da capital paranaense, onde, na zona urbana, existem cerca de 360 ocupações. Dados como este revelam o descaso com as comunidades de baixa renda e o favorecimento de grupos milionários locais e estrangeiros, que mesclam clientelismo e especulação imobiliária, como afirma o editorial publicado em 26 de novembro de 2008.

O evento foi realizado no dia 29 de novembro de 2008, na Universidade Federal do Paraná, contando com a participação de lideranças comunitárias, estudantes, moradores das ocupações e ativistas. Foram debatidas as questões da democratização da mídia, o zapatismo e alternativas ecologicamente sustentáveis, como a agroecologia.

Em 27 de julho de 2009, a Flor da Palavra ocorreu na comunidade Sama Eidt, na zona industrial da Grande Curitiba, onde os moradores estavam em luta por melhores condições de vida. Durante o evento, que contou com a presença de moradores de outras comunidades que enfrentam problemas semelhantes, a fala de uma das lideranças comunitárias ressaltou que o evento também era a comemoração de um ano da vitória da comunidade sobre a mineradora Saara, que extraía areia de forma ilegal no bairro, chegando mesmo a derrubar várias casas pelo valor irrisório de R\$ 1,5 mil.

A fala do militante comunitário nos remete a 23 de outubro de 2008, quando cerca de 1.200 policiais militares, em cumprimento a uma ordem judicial, despejaram, de forma violenta, cerca de duas mil famílias que desde setembro ocupavam uma área praticamente abandonada na Cidade Industrial. Mesmo com a ameaça de serem reprimidos novamente pela polícia ou serem alvos de uma investida violenta dos seguranças da mineradora que reclamava a propriedade da terra, no dia seguinte 150 famílias permaneceram na calçada na Rua Teodoro Locker, em frente ao local da onde foram despejadas.

Duas semanas depois, a espera de uma solução das instituições, o ocupante Celso Sama Eidt, que havia se desentendido com os se-

guranças da mineradora no dia anterior, foi executado com 15 tiros por três homens encapuzados, que usaram silenciadores na hora do crime. Após o crime, nunca esclarecido, a ocupação recebeu o nome do ocupante morto.

As atividades do CMI Curitiba com o movimento de luta por moradia possui um componente interessante, relativo ao múltiplo ativismo de seus membros. A atuação como ativista de mídia radical não se coloca em sobreposição à outras esferas de atuação, como organizar-se junto à outros sujeitos sociais, construir espaços que proporcionem não apenas a troca de experiências, mas também laços capazes de fazer indivíduos com realidades distintas se solidarizarem e se reconhecerem.

Essa afirmação pode ser constatada ainda em outra experiência que reuniu jovens ativistas da rede Flor da Palavra, entre eles voluntários dos CMIs São Paulo, Tefê e Curitiba, para o ajuri de construção do Caracol da Ilha de Caratateua (Outeiro), em Belém do Pará (ZE-ZTA..., 2008). A convocatória para o ajuri, emitida em 31 de dezembro de 2008, chamava os indivíduos e coletivos ligados ao ativismo autonomista para colaborar material e fisicamente na construção do caracol. O objetivo era construir um espaço que servisse como ponto de encontro e atividades para as pessoas que moram e frequentam a Ilha de Caratateua e para as pessoas de fora que levam sua solidariedade e comunicação, uma das características dos caracóis em Chiapas.

A iniciativa nasceu dentro da lista de *e-mails* da rede Flor da Palavra e foi tomando corpo com as doações feitas por ativistas, com a organização prévia de voluntárias, que alugaram uma casa na comunidade, e com o segundo encontro na comunidade, realizado durante os mesmos dias do Fórum Social Mundial, em 2009. Como já ocorrera nas versões anteriores do FSM, os ativistas aproveitaram a infraestrutura de transporte oferecida pelo movimento estudantil e sindicatos para realizar suas atividades.

Estiveram presentes ativistas de rádios livres, de vários centros de mídia independente brasileiros, anarcopunks, ativistas ligados à agroecologia, entre outros, vindos de todo o Brasil: “Hilton e seu Ins-

tituto Naturista e sua luta anarquista, Ronafá e sua luta ecológica de construção de instrumentos com plantas e composição de carimbós, o grupo Tucuxi e suas danças de carimbó, moradores da comunidade”, usando as palavras do editorial Sobre a ação nacional autonomista ajuri do Caracol Caratateua (FIGUEIREDO, 2009a), escrito por Guile, da rede Flor da Palavra e CMI Tefê, em maio de 2009, reforçando que “desde o primeiro dia os ativistas se deixaram vencer pela comunidade”.

O ativista está se referindo à decisão de abandonar os planos iniciais de construir rapidamente o caracol para escutar a comunidade, conhecer os lugares, as pessoas e os problemas que enfrentam no cotidiano sob a orientação de seus guias locais, Ronafá e Hilton. A rapidez deu lugar ao entendimento de que era preciso construir o caracol lentamente, por meio de um consenso dos movimentos locais, seguindo de certa forma a própria definição que os zapatistas dão ao caracol:

O caracol era um meio para comunicar-se em diferentes modos.

Quando há festas, reuniões ou problemas, anunciavam-se através das conchas de caracol. Quando há insegurança ou para alertar as pessoas, usavam o caracol. Claro que tem seus diferentes sons. Se é para uma reunião, há um som diferente do que para uma festa. Se é para alertar as pessoas, é outro. Então nossos antepassados usavam esse caracol com muita inteligência. O caracol tornou-se um meio importante para se comunicar. Porém, também usavam o caracol para escutar ou para receber mensagens. Então, essa importante tradição que tinham nossos antepassados, nós, como Exército Zapatista de Libertação Nacional, decidimos também retomar essa cultura, essa história. Decidimos recuperar essa recordação de nossos antepassados. Esse meio foi roubado, foi destruído, foi pisoteado pelos invasores espanhóis (FLOR..., 2009).

A construção do caracol se dividiu em duas frentes, uma a longo prazo, responsável em organizar uma base fixa para receber pessoas interessadas em fazer trocas com os movimentos e comunidades, e uma frente a curto prazo, para a realização de eventos na Praça da Amizade. O lugar foi escolhido por ser um espaço público em que a comuni-

dade apontou haver vários problemas, como lixo e sujeira espalhados e erosão da praia em consequência do descaso da prefeitura.

A atividade, que se intitulou Encontro da Amizade, iniciou com a coleta do lixo da praça por ativistas e moradores, seguida de uma caminhada até a sede da subprefeitura, onde o lixo recolhido foi deixado. Após a ação direta, foram realizadas oficinas de confecção de instrumentos, respiração, naturologia e compostagem, oferecidas por pessoas da comunidade e por um colaborador de Belém. O encerramento do evento foi uma festa com comida e apresentações do Grupo Tucuxi, que toca, dança e canta carimbó, estilo de música popular do Pará.

Ainda assim, após o FSM, muitos ativistas retornaram às suas cidades, reduzindo drasticamente o número de pessoas responsáveis por executar as atividades a longo prazo e de efetivar o caracol. Apesar de o processo tomar um ritmo lento durante 2009, o terreno foi comprado com dinheiro e materiais provenientes de doações de pessoas ligadas à rede Flor da Palavra e o espaço físico foi minimamente construído com a ajuda dos moradores. Atualmente, o caracol está servindo de moradia, espaço para reuniões e oficinas.

A história dos eventos da Flor da Palavra marca novas configurações dos grupos autônomos brasileiros, que ocorrem de forma simultânea às mudanças no CMI Brasil, com uma atuação mais focada nos movimentos locais e o refluxo no número de coletivos ativos do CMI. As novas convergências, interconectadas pelas redes sociais, dão visibilidade aos novos rumos que não só a rede CMI Brasil está seguindo mas, de modo geral, todos os coletivos de ação direta e de mídia radical no Brasil. A construção de espaços de diálogo tem uma importância crucial para a reelaboração de conceitos de política não institucional.

QUEM SÃO OS VOLUNTÁRIOS DO CMI BRASIL

A grande maioria dos voluntários do CMI são provenientes da classe média baixa urbana, com idades que variam de 18 a 30 anos, cursando nível superior em cursos ligados às áreas de humanas e comunicação, em universidades públicas e privadas.

Nesse sentido, a realidade material dos voluntários do CMI é comum a de outros jovens que gozam de moratória social e vital mais larga, se comparada a jovens de baixa renda. Isso quer dizer, também, que muitos não possuem independência financeira e desenvolvem atividades com baixa remuneração para complementar o custeio de seus gastos pessoais.

Existe um número, ainda que reduzido, de secundaristas e de voluntários que trabalham e que está aumentando gradativamente. Os entrevistados que trabalham preferiram não falar muito sobre o assunto, mas percebe-se que tentam distanciar o quanto podem o ativismo no CMI das atividades como profissional, principalmente se forem ligadas a ONGs ou à iniciativa privada.

Além da escolarização, há uma intimidade dos voluntários com o uso da internet, recursos técnicos e midiáticos, produto de sua condição socioeconômica mas, principalmente, da troca de experiências e conhecimentos no interior do coletivo e de outras redes sociais que participa, assim como da curiosidade, que faz do autodidatismo uma característica bastante comum entre esses ativistas. Ao definir que há uma intimidade com os recursos técnicos, não queremos dizer que todos os voluntários têm conhecimento técnico na área de programação. Esse trabalho é realizado por voluntários do coletivo técnico do CMI, com o apoio da comunidade de *software* livre. Na verdade, a grande maioria dos voluntários, em relação ao *software* livre, são usuários de nível inicial ou intermediário.

Parte dos voluntários entrevistados têm participação política em mais de uma organização, característica que está se ampliando com os desdobramentos decorrentes dos nove anos da rede CMI Brasil. Eles possuem uma familiaridade com o pensamento heterodoxo de esquerda e se consideram anarquistas, socialistas ou de esquerda radical, sem definir precisamente, como mostram os trechos das entrevistas abaixo.

Harry Kipper³⁹, de 22 anos, estudante de Ciências Sociais e voluntário do CMI Florianópolis entre 2004 e 2006, é militante do MPL e de um coletivo ligado a atividades da comunidade do punk nacional.

³⁹ A entrevista com o ativista do CMI Florianópolis foi feita pelo autor em 23 de junho de 2008.

Esta é a resposta que dá quando perguntado sobre qual a corrente política com a qual mais se identifica:

[...] eu digo que eu sou socialista, que sou de esquerda radical, que tenho influências tanto das diversas formas de anarquismo como das diversas formas de comunismo. Acredito que ambas as teorias e até mesmo a convergência das duas, como muitos chamam, de anarcocomunismo ou comunismo libertário, propagam ideias socialistas.

A resposta de Harry Kipper é muito parecida com a de Pedro, do CMI Tefé, de 21 anos, graduando em Geografia, que trabalhava até um mês antes da entrevista como auxiliar técnico administrativo em uma padaria, atividade que abandonou para se dedicar a suas atividades acadêmicas: “[...] não sigo nenhuma única filosofia à risca. Creio que eu fique em um meio termo entre o anarquismo e o socialismo, aproveitando o que há de melhor em cada uma dessas filosofias”.

Paíque, de 23 anos, voluntário do CMI Distrito Federal, graduando em Antropologia pela Universidade de Brasília (UNB), ativista do Movimento dos Trabalhadores Desempregados, do MPL e do Comitê de Solidariedade a Cesare Battisti, se identifica como anarquista, embora saliente:

[...] minha formação política é anarquista, meus princípios são anarquistas e a forma que encaro minha relação com a política é anarquista, mas o meu social, onde nós construímos nosso ativismo, não é meio social fundado sob as bases políticas, relações e acordos especificamente anarquistas. O movimento social e todo movimento social que eu milito é de ideias autônomas [...] ou de esquerda radical, [...] não são anarquistas.

Pensando a ideologia como sua prática, para ela não ser a falsificação da sua realidade, pensando [...] como você se posiciona no mundo.

Coletivamente, eu constituo espaços que são influenciados pelo anarquismo de forma libertária, mas em um ambiente político muito mais diverso, que responde as questões não só sob a luz do anarquismo.

As minhas relações políticas que foram me constituindo foram mais diversas também [...].

Não existe ninguém que fala de anarquismo heterodoxo mas, na verdade, deveria ter [...] foi uma questão de princípios, mas não foi uma questão de identidade construída.

Foz⁴⁰, do CMI São Paulo, de 31 anos, que trabalha com gravação de vídeo e edição de forma autônoma, e participa do Fórum Centro Vivo⁴¹, do Espaço Ay Carmela!⁴² e do coletivo Birosca⁴³, também diz

⁴⁰ A entrevista com a ativista do CMI São Paulo foi feita por *e-mail* pelo autor em 26 de fevereiro de 2010.

⁴¹ O Fórum Centro Vivo foi fundado no dia 10 de dezembro de 2000. Surgiu a partir do encontro Movimentos Populares e Universidade, organizado por estudantes da Universidade de São Paulo (USP), pela Central dos Movimentos Populares (CMP) e pela União dos Movimentos de Moradia (UMM), em maio de 2000. O objetivo é articular todas as pessoas que lutam pelo direito de permanecer no Centro e transformá-lo em um lugar melhor e mais democrático, contrapondo-se, assim, ao processo de renovação urbana e exclusão que vem ocorrendo. O Fórum Centro Vivo é composto por diversas organizações, como o Centro de Mídia Independente – coletivo de São Paulo (CMI SP), Central dos Movimentos Populares (CMP), Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos, Fórum Metropolitano de Educação Social na Rua, Frente de Luta por Moradia (FLM), Integração Sem Posse, Movimento dos Ambulantes de São Paulo (MASP), Movimento Nacional de Luta em Defesa dos Direitos da População de Rua (MNPR), Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), Polis Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais, União dos Movimentos de Moradia de São Paulo (UMM-SP) e colaboradores individuais. Entre as atividades já realizadas pelo Fórum Centro Vivo está a produção de dois dossiês, em 2006 e 2008, sobre o desrespeito aos direitos humanos cometidos contra trabalhadores, moradores de rua, crianças e adultos pelas autoridades estatais no processo de revitalização do Centro de São Paulo. Disponível em: <<http://www.centrovivo.org/historia>>. Acesso em: 12 mar. 2010.

⁴² O Espaço Ya Carmela!, que encerrou suas atividades em 2011, foi um centro político-cultural autogestionário mantido por grupos, movimentos e indivíduos autônomos da cidade de São Paulo. Um lugar de construção de ações e conhecimentos coletivos, além de um polo de produção, reunião e dispersão de informações, saberes e transformações. Participaram da gestão do espaço o Centro de Mídia Independente, o Fórum Centro Vivo, o Movimento Passe Livre, o Movimento Nacional da População de Rua e indivíduos sem filiação a nenhum grupo político. Disponível em: <<http://ay-carmela.birosca.org/Sobre>>. Acesso em: 12 mar. 2010.

⁴³ Coletivo Birosca é um coletivo autônomo, composto por mulheres de todo o mundo, que nasce da discussão na lista global de mulheres da rede de Centros de Mídia

ser anarquista, quando perguntada sobre que corrente política se identifica. Isso transparece também no trecho abaixo, em que fala sobre a política feita pelos partidos e sindicatos:

Não acredito mais em qualquer coisa que queira te representar. Já é suficiente para mim ver quem sai perdendo em uma negociação entre um produtor de comida familiar e uma pessoa com fome. O que quero dizer é que não precisamos de atravessadores.

Se para ela “[...] política é se organizar, se manifestar, interferir no seu meio para que este seja o mais justo, confortável e seguro para todos”, ao relacionarmos sua definição de política com as organizações políticas, que elegem para participar e são mediadas por construções, percepções e identificações mais amplas, podemos ver por onde a ativista constrói sua prática, algo também já observado na resposta de Paíque, do CMI DF.

Se usarmos o mesmo método, relacionando o que os ativistas definem por política com os espaços em que escolhem para atuar, há práticas comuns que nos revelam especificidades para além de definições fechadas sobre as correntes ou práticas políticas que predominam na rede CMI Brasil. Pedro, do CMI Tefé, que participa experimentalmente de atividades de jornalismo popular organizadas pela Juventude Socialista do Partido Democrático Trabalhista (PDT), afirma que segue “[...] a ideia dos pensadores que apontam a política não apenas como sendo o Estado, o governo, mas sim também como sendo as artes, as relações entre as pessoas, os movimentos culturais e sociais, a organização popular”. Esta é sua ideia sobre a política feita pelo Estado:

[...] eu acho uma porcaria, por que não existe democracia, não existem três poderes, o que há é apenas um único poder,

Independente sobre a dificuldade que as mulheres enfrentam em conseguir aprender sobre tecnologia, mais especificamente sobre a tecnologia de computadores e internet. Entre os projetos que desenvolve, está um servidor no qual essas mulheres podem se juntar para desenvolver, aprender, compartilhar seus talentos e conhecimentos e apoiar outros projetos relacionados com essa questão de gênero e tecnologia. Disponível em: <<http://docs.birosca.org/>>. Acesso em: 12 mar. 2010.

o poder do imperialismo das elites econômicas desse país. Os parlamentares e senadores não defendem a ideia do povo mais sim dos partidos, modificando opiniões somente entre os que re representam a bancada do executivo e os da oposição. O Estado usa de seus atributos legais para escravizar o povo, aplicando velhas técnicas, como a romana de “pão e circo”.

A política feita por meio dos sindicatos, na sua avaliação:

[...] já foi melhor. Hoje a gente não sabe mais nem o que é partido de esquerda e os sindicatos não funcionam como tal, a falta de organização e a posição de aproveitamento de alguns nos sindicatos é a principal responsável para o seu não funcionamento.

Ao perguntar a Paíque, do CMI DF, o que é política, ele define:

[...] primeiro vou dar a resposta coletiva. Quando fizemos o 1o Encontro de Grupos Autônomos, era que política não se faz pelas instituições e, nas eleições, fizemos uma campanha de que existe política além do voto.

Onde a gente discutiu o quê?

Que a ação política é relação entre as pessoas, a construção coletiva e comunitária entre as pessoas, então essa construção coletiva e comunitária entre as pessoas pode chegar a vários níveis e o nível mais cristalizado e mais autocrático são as instituições.

Então o nível que tem que ser restaurado não é o das instituições, mas o da ação coletiva.

E isso também é muito vinculado à ideia do feminismo e do faça você mesmo do punk, onde você precisa politizar seu cotidiano [...] onde o pessoal é político [...] a política está na ação comunitária, ela está na sua relação com seu corpo [...] o que você come, o que você ouve, como constrói seu corpo e a relação com seu íntimo e com o seu grupo [...] você vai ser machista? Você vai ser racista? [...] Acho que nossa discussão do que é política chega a esses três pontos.

Para mim, política é isso aí, é a situação do mundo, é uma das formas que você pode se constituir no mundo cultural-

mente, socialmente etc.

[...] A política é uma das suas possibilidades de se constituir no mundo.

Para Harry Kipper, do CMI Florianópolis:

[...] a ideia de política pra mim é a ideia de se construir o mundo em que vivemos e isso envolve uma série de fatores, que convergem prática e teoria. Fazemos política toda vez que tomamos alguma postura na vida, quando lidamos com uma ética e uma moral próprias. Quando digo políticas é porque o que se convencionou e se tornou senso comum é que política seria feita somente pela classe dos políticos, aqueles que trabalham na via institucional e que lidam com órgãos e instituições governamentais.

[...] eu vejo que existem várias formas de se fazer política, de se poder construir o mundo em que vivemos, de se pensar e trabalhar nossa vida e não é só através da via institucional, que seria através dos governos.

[...] acredito que, para além de corporações e estados-nação, a população, de forma autônoma e independente, pode sim, de forma organizada, se autossustentar e gerir de forma a abolir a sociedade de classes e pode sim fazer política.

Percebe-se que as definições de política apontam para o questionamento do que se convencionou chamar de política e para a necessidade de uma construção coletiva comunitária, que possibilite a participação direta das pessoas e que vá ao encontro de uma crítica à *Realpolitick*.

Para Foz, do CMI São Paulo, esta é a política feita pelo Estado:

[...] tirou todas as possibilidades de um mundo justo e igualitário. É o principal objeto de manipulação e dominação das pessoas. O Estado nunca agiu para benefício da população e sim da pequena classe que se perpetua como representantes legítimos a serviço dos seus próprios interesses políticos e econômicos.

Essa afirmação de Foz é muito próxima da avaliação que faz Paíque, do CMI DF, sobre a política institucional feita pelo Estado. Segundo ele:

A única coisa que eles fazem é exercer poder [...] não fazem a política como diálogo, como intermediações de pessoas, é uma via única [...], é simplesmente poder.

As pessoas que fazem política queriam que o Estado mediasse, mas o Estado só exerce poder.

As instituições pegam um amplo aspecto de algo que funciona como aparato burocrático e como aparato jurídico, que são anteriores aos objetivos e as demandas das pessoas. [...] como aparato jurídico, legal e de organização pelo aparato burocrático que não se transforma com facilidade, por cima como as pessoas que estão chegando nesse exato momento [...] o aprisionante nisso, ao mesmo tempo que você consegue uma certa liberdade, não consegue se constituir de formas múltiplas, por todos os meios mais bacanas possíveis, por diferentes meios possíveis.

Conforme Harry Kipper, do CMI Florianópolis, a política feita pelo Estado têm suas especificidades.

[...] rapaz, é delicado, né?

Acredito que temos que ter tato, e acaba sendo uma questão que depende muito da situação local em que se vive, acaba dependendo em qual meio você atua, em qual via você faz política.

Nos dias atuais, partindo da forma que eu tento agir, não podemos negar o Estado, é preciso atuar de maneira a usufruir o maior número de brechas que o Estado nos fornece.

A política institucional é uma via que em muito se mantém distante da população, uma via que age hierarquicamente, e poucas vezes democraticamente, no sentido de levar em conta realmente as vontades do povo.

Uma via que está amarrada por grandes corporações e por multinacionais e acaba sendo cooptada por elas, em vez de investir na população e no que é comum a todos, acaba por investir no privado e deixar naufragando o que é público, o

que é bem comum.

Já segundo o Camarada D⁴⁴, voluntário do CMI Florianópolis entre 2003 e 2007:

Acho que tem um avanço em relação ao que existia antes. Antes da constituição da esfera pública burguesa não tinha nada, a classe dominante dominava a partir de suas relações e pontos final. O Estado teve uma mudança pequena com a criação de uma esfera pública (“fuleiraça”), que se desenvolveu e que precisa ser superada de alguma forma, porque continua sendo um lugar onde o proletariado e diversas categorias não conseguem ganhar, não tem condição.

É uma esfera onde a burguesia e aristocracia que ainda existe vão sempre ganhar, mas estamos um pouco longe de constituir uma mobilização coletiva a ponto de consegui derrubar o Estado e constituir uma nova esfera pública, dessa vez dos trabalhadores e do povo.

Então tem um pouco dessa ambiguidade, como vamos resolver a luta política para derrubar o Estado?

Eu gosto muito da teoria da jaula do Chomski [...], que hoje em dia é que dá mais para articular.

Para combater o imperialismo que tira cada vez mais o poder da esfera política e pública e está devolvendo para esfera econômica dominante, você pressiona o poder público, que hoje em dia é um lugar que dá para se fazer pressão [...] constituição de direitos etc. e tal [...] até o ponto de você ter uma organização coletiva para dar um passo adiante.

Para mim, hoje em dia é constituir um movimento coletivo e organizado, sozinhos a gente não consegue fazer essa articulação, a gente tem que lutar por objetivos sensíveis à população, coisas concretas, para depois trazer a população para a luta ideológica.

Nos trechos acima, há críticas ao Estado como esfera de concentração de poder que se põe acima dos interesses, desejos e

⁴⁴ A entrevista com o ativista do CMI Florianópolis foi feita pelo autor em novembro de 2008.

necessidades públicos e em defesa de interesses privados. Mas, ainda que se tenham todos esses obstáculos, produto das relações do governo com a burguesia nacional e transnacional, o Estado aparece como uma esfera onde se pode pragmaticamente “fazer pressão” ou “usufruir” de brechas mas não vencer, ou, como resumiria Paíque, “não se pode tomar a casa grande com as armas do senhor”.

As considerações dos voluntários sobre o Estado se refletem também sobre a avaliação do Camarada D sobre as políticas de comunicação do governo federal.

Acho que para a Rede Globo é boa (risos). No começo do governo do Lula houve uma queda de braço dentro do Ministério da Cultura, mas no Ministério da Comunicação nunca houve nada, no Ministério da Comunicação era Miro Teixeira e um jornalista, puta paga-lanche da Rede Globo [...]. Pensando o Ministério da Comunicação como uma coisa mais ampla, na questão do jornalismo, houve uma queda de braço com essa galera do software livre e tal, mas no marco foi perdida [...]. A Anatel nunca deu muito arrego para as rádios comunitárias, pouquíssimas foram aprovadas, muitas foram aprovadas como rádios comunitárias, mas eram rádios que tinham relações com políticos do Nordeste e do Norte... algo ridículo.

Os governos, em geral, têm medo de criar instâncias de comunicação que não sejam ligadas ao próprio governo, fora do controle. Sabe lá o que vai acontecer, o mesmo caso da Radiobrás e dessa TV pública de tudo que é controlada pelo governo [...] mas também, se não é controlada pelo governo, não foge muito das pautas e dos editorais, tipo assim: aumentou e caiu a bolsa, a Petrobras vai investir não sei quantos bi. Não tem ninguém cobrindo o que povo está fazendo para se organizar, em lugar nenhum.

Não tem na TV pública uma matéria sobre como o governo não libera e atrasa, atrasa, atrasa, a liberação de rádio comunitária. Para mim não mudou muito e duvido muito do próximo governo.

Ainda sobre a política de comunicação no Brasil, diz Foz, do

CMI São Paulo:

Péssimo o sistema de concessões, não funciona para dar voz ao povo ou para regulamentar o conteúdo para ser um conteúdo construtivo. É público que os meios de comunicação do país estão na mão de poucas famílias e todos com envolvimento na política.

E Harry Kipper, do CMI Florianópolis:

A política de comunicação é e sempre foi uma desgraça no sentido democrático da coisa. Simplesmente o que existe é o monopólio violento por parte de um grupo corporativo, que domina boa parte das licenças pra atuar como grande meio de comunicação – jornal de grande circulação, TV, rádio, revistas etc. e tal.

A população não tem acesso a informações verídicas e nem imparciais.

Os meios de comunicação são controlados por corporações que visam seu próprio lucro e não o bem-estar da população. A inclusão digital, por incrível que pareça, foi um dos meios no qual a população ainda achou brecha pra poder ter acesso a pelo menos alguns programas de políticas públicas. Avançaram nesse aspecto, mas ainda está longe de uma grande mudança, onde os povos possam ter acesso irrestrito à produção de notícias e comunicação.

A democratização dos meios de comunicação, realizada por meio das políticas estatais, conforme a visão dos voluntários citados, tem sido limitada segundo o interesse do Estado e dos empresários. Como lembra Paíque, tanto a direita como a esquerda querem abrir politicamente, mas isso não significa grandes mudanças no monopólio da mídia brasileira. Enquanto o Estado limita a democratização ao seu controle e de seus aliados, o empresariado compreende a democratização como abertura do mercado para a livre concorrência.

SOBRE OS PARTIDOS, SINDICATOS E O MOVIMENTO ESTUDANTIL

As críticas à política feitas pelos sindicatos e partidos políticos partem do mesmo princípio da crítica ao Estado, em que há uma relação limitada, estabelecida fora do âmbito comunitário, coletivo e de forma direta. Estes são critérios com os quais eles definem a política em um sentido amplo. Sandino⁴⁵, que participou do CMI São Paulo, afirma que isso ocorre “por estarem totalmente integrados ao *status quo*, à estrutura burocrática do estado, onde a possibilidade de mudanças e de experimentações de novas formas organizativas é totalmente limitada dentro desses espaços”.

A grande maioria dos voluntários é contrária ao movimento estudantil quando estes servem de trampolim para aspirantes a cargos políticos, como Pedro do CMI Tefé relata:

Hoje acontece, nas universidades, um fenômeno muito interessante, onde os partidos políticos financiam pessoas para que entrem nas instituições para fazerem articulações partidárias, colocando de lado a luta estudantil. Mas, mesmo assim, creio que o movimento estudantil é um bom começo.

No entanto, como mostram as afirmações do Camarada D, há uma percepção das diferenças entre a atuação do movimento que se articula com estudantes, do movimento estudantil autônomo e do composto por militantes de partidos políticos.

Depende do movimento estudantil. O MPL sempre foi imaginado como um movimento estudantil mas, para mim, ele é um movimento de jovens, de juventude que é diferente de um movimento estudantil.

A gente se articulava com a galera que estava nas escolas, mas a gente não lutava por uma questão (estou meio em dúvida, como é a expressão?), não era por questões corporativas. Tudo bem que começou com a luta do passe li-

⁴⁵ A entrevista com o ativista do CMI São Paulo foi feita por e-mail pelo autor em 22 de fevereiro de 2010.

vre estudantil mas, pra gente, quem paga o passe é a família. Eu acho o movimento estudantil uma coisa importante, todo mundo tem que se organizar enquanto coletividade. Mas depende do tipo de organização que vai ser feita. [...] O movimento estudantil, do meu ponto de vista, a UNE, o Conlutas, eu acho que são jovens velhos (risos), é um juventude velha (mais risos).

O perfil dos voluntários leva a uma ampliação da categoria de jovens contestadores independentes, desenvolvida por Sousa (2003). Em relação aos desdobramentos no decorrer da trajetória da rede CMI, a múltipla militância, como a traçada nos depoimentos do voluntários, tem cada vez mais aproximado das lutas dos movimentos sociais e de conquista da cidade. Apesar disso, o termo militante não aparece nas entrevistas realizadas. Predomina, entre os voluntários, se definirem como ativistas. Os debates no meio libertário pós-Seattle podem nos ajudar a compreender melhor como esses sujeitos definem sua participação política.

O termo militante para designar o sujeito inserido e comprometido nas lutas sociais das classes subalternas tem sido muito criticado no meio das organizações autônomas pelo sentido ligado às ações coletivas dos séculos XIX e XX protagonizadas pelas correntes marxistas leninistas, pressupondo que seus militantes possuíam um grau de entrega, seriedade, compromisso e capacidade revolucionária de liderar maior do que outros sujeitos fora dos seus partidos e organizações. Essa característica acaba por construir hierarquização entre quem era mais ou menos produtor da transformação social.

Por esse motivo, muitos membros de coletivos autônomos preferem ser chamados de ativistas. No caso dos membros do CMI, preferem ser chamados de voluntários, para diferenciar sua participação política. O ativista é o indivíduo inserido nas lutas sociais, mas não é um especialista ou está na vanguarda revolucionária. Pelo contrário, ele admite seu papel de transformar o *status quo* tanto na esfera coletiva como individual, combinando a política pós e configurativas.

O termo ativista é também criticado por organizações políticas

das correntes anarquistas especificistas, por conduzir a uma participação política que deixa de lado o trabalho regular, que busca envolver na luta revolucionária os mais diversos setores explorados e oprimidos da sociedade e por transformar sua própria vida e opções no cotidiano como algo que, por si só, constitui uma ação contra o *status quo*.

Essa tensão, que coloca ativistas e militantes opostos de maneira muitas vezes intransigente, não será uma mera guerra de conceitos gerada no seio dos movimentos anticapitalistas e juvenis pós-Seattle se colocarmos a disputa pelo conceito de liberdade na esfera dos veículos de mídia radical no Brasil e dos desdobramentos da política do governo Lula, no que tange a democratização da comunicação. Sobre a disputa do conceito de liberdade, ela liga-se à própria noção de organização e papel do veículo de mídia radical. Essa disputa não se refere à disputa entre veículos em busca de uma hegemonia do movimento de mídia radical, mas a algo que pode ser visualizado nas discussões dos sujeitos individuais que estão inseridos no movimento de mídia radical.

Desde 1999, a ebulição de novas experiências midiáticas digitais ampliou as experiências de ações coletivas protagonizadas por grupos e indivíduos em que os meios técnicos desempenham um papel fundamental. Essa rica experiência constrói a leitura de que não há uma via única de transformação da realidade social. Para muitos indivíduos, membros de rádios livres, coletivos de mídia tática e de *software* livre, acima de qualquer tipo de organização instituída por regras formalizadas está a liberdade individual. Não que esses veículos não tenham regras e autogestão política, mas paira sobre eles a ideia de que a pluralidade e o diálogo, mediados pela autonomia em relação ao estado e ao mercado, dão conta de resolver os conflitos inerentes aos seus processos de decisão e organização.

O uso da tecnologia, a experimentação e a enunciação potencializam as alternativas para furar os bloqueios dos monopólios corporativos, contra a censura da informação e de acesso ao conhecimento. Seu conceito de liberdade dá ênfase à prática política e ao papel da mídia radical a liberdade individual.

Apesar de muitos voluntários do CMI compartilharem essas con-

cepções, principalmente no que se refere ao papel de transformar o *status quo* tanto na esfera coletiva como na individual, combinando a política pós e configurativas, as atividades por eles desenvolvidas os abriga a uma participação mais próxima do que se chamaria de militância, sem perder a perspectiva crítica ao centralismo e à burocratização, o que leva à concepção do CMI como ferramenta para os movimentos sociais.

Essa característica é produto da relação entre contracultura e a constituição da trajetória de muitos dos voluntários, pois a contracultura serviu, para muitos deles, como porta de entrada para uma participação política mais ampla e também para que muitas práticas, antes restritas às comunidades contraculturais na forma de consumir, de se alimentar, de se vestir e de questionar os resquícios autoritários no cotidiano das relações entre as pessoas, se difundissem na comunidade ativista juvenil e na esquerda tradicional. Nesse sentido, não é exagerado afirmar que os elementos da contracultura, presentes no cotidiano dos voluntários do CMI e nos seus hábitos, não são meros caprichos comportamentais de consumo rebelde⁴⁶, mas parte importante de sua socialização política e de seu cotidiano, e representam parte de sua concepção de política configurativa e do estar junto às lutas sociais sem perder sua autonomia individual.

O CMI E OS MOVIMENTOS SOCIAIS

No decorrer do capítulo, há inúmeras passagens onde podemos visualizar a relação dos coletivos da rede CMI Brasil com os movimentos sociais, em que a proximidade ou afastamento de determinados atores são produto de convergências, frentes de luta, redes associativistas e da múltipla militância dos voluntários correspondendo às especificidades dos locais onde atuam. A participação política dos voluntários caracteriza-se pela participação direta nos processos de planejamento, execução e autonomia perante o Estado e o mercado, com a horizontalidade organizacional se colocando em contraposição

⁴⁶ Um dos elementos que causa rotatividade de membros nos coletivos, como veremos mais adiante.

às práticas centralizadas e burocratizadas das esquerdas tradicionais, inseridas nos sindicatos, partidos e no movimento estudantil.

Nesse sentido, a escolha da esfera de atuação tem como prioridade a política não estatal, onde podemos encontrar formas de resistência comunal. No entanto, apesar de os voluntários se definirem como anticapitalistas, anarquistas e socialistas, boa parte de suas ações estão mais centradas na radicalização das pautas da esquerda do que concretamente na ruptura com o sistema vigente, algo que os aproxima de ações coletivas por direitos, dentro de uma perspectiva de identidade legitimadora.

Isso não significa que o CMI assuma ou seus voluntários assumam a reprodução das instituições vigentes como identidade política. Suas práticas, dentro dos coletivos e movimentos que participam, apontam para um latente desejo de ruptura com o capitalismo, mediado por concepções baseadas na construção de relações abertas à pluralidade e de bases materiais que possibilitem a emancipação.

As tentativas de formação de novas sociabilidades políticas por voluntários do CMI podem ser visualizadas com mais facilidade por meio da sua participação política em movimentos como o MPL e o movimento estudantil autônomo, na rede Flor da Palavra, nas rádios livres e nos coletivos *tech*, culturais e contraculturais. Entretanto, suas atividades nos movimentos de luta por moradia, terra e direitos, onde poucos voluntários participam efetivamente como militantes, há diferenças na maneira de lidar com as diversas formas com que esses sujeitos coletivos se organizam e enfrentam a realidade que lhes é imposta.

Esse assunto foi tratado durante a reunião nacional do CMI, realizada em Brasília em 2006. Segundo o relato da reunião (CMI BRASIL, 2006), no debate específico sobre a relação do CMI com os movimentos sociais muitas intervenções se destacaram pela preocupação com a necessidade de traçar formas de aproximação com os sujeitos das ações coletivas que potencializassem as trocas de conhecimento com base em duas questões correlacionadas.

Ainda segundo o relato, a primeira é não exercer a função assistencial, pois os movimentos sociais e comunidades veem o CMI mais

como um veículo de mídia alternativa, que cobre manifestações e protestos. A segunda questão, considerada essencial para que se desenvolvam trabalhos a médio e longo prazo, é não pautar as atividades do coletivo apenas em coberturas. Nesse caso, se reafirma a necessidade de atuar na capacitação dos sujeitos coletivos para produção e difusão de informação protagonizadas por estes, por meio das tecnologias e da leitura da mídia como um campo com linguagem própria. A criação do cibercafé do CMI São Paulo, o Indymix, uma versão Linux para produção de mídia, as mostras de vídeos, oficinas de repórteres populares, de *software* e de rádio livres realizadas por diversos coletivos locais são expressões dessa preocupação.

A preocupação de não exercer uma função assistencial é produto da avaliação dos voluntários de que dentro dos movimentos sociais há um pluralidade enorme de atores e concepções políticas e de que o próprio CMI possui suas especificidades políticas organizacionais, essenciais para sua autonomia. Ao mesmo tempo, a ideia de construir formas de aproximação que favoreçam relações de troca também se estende à concepção de autonomia dos sujeitos coletivos com quem o CMI se relaciona, no sentido de que o movimento social, por perceptiva própria, pautar no seu interior discussões sobre a mídia.

Sobre a última afirmação, vamos procurar aprofundar mais a questão por meio das respostas dos voluntários entrevistados durante o trabalho de campo relativas às atividades que destacam como mais importantes no âmbito político e cultural e o sentido que dão à democratização da mídia e a relação entre o que fazem no CMI com o cotidiano das pessoas.

Paíque, do CMI Distrito Federal, destaca duas atividades como as mais importantes desenvolvidas pelo coletivo local. A primeira, que está em andamento, é a resistência das comunidades indígenas das etnias Fulni-ô Tapuya, Kariri-Xocó e Tuxá à construção de um conjunto habitacional para aproximadamente 40.000 pessoas de classe média alta na área tradicionalmente ocupada pelas comunidades, que desenvolvem atividades agrícolas, criação de pequenos animais, artesanato e cultivo de plantas medicinais, bem como praticam os rituais típicos

da sua religiosidade indígena⁴⁷. Além da cobertura das manifestações, da denúncia dos prejuízos ecológicos e sociais do empreendimento e do desdobramento do caso, há voluntários que tem efetivamente lutado com aos ocupantes, expondo as autoridades estatais que agem em defesa dos interesses dos especuladores imobiliário e empreiteiras, por meio de intervenções em solenidades públicas.

A segunda atividade destacada por Paíque foi o engajamento do coletivo na campanha de descriminalização dos ativistas da Ocupação Casa das Pombas, espaço cultural comunitário de convivência entre indivíduos e grupos autônomos de Brasília, alvo de uma batida da Polícia que culminou com sete presos:

Na Casa da Pombas [...] o pessoal foi preso, jogado na prisão para ficar muito tempo lá. Foi chamado imediatamente de ponto de tráfico de drogas, prostituição e consumo de várias drogas [...].

Nós fizemos uma dupla função de mídia, porque fomos ligando para os jornais, ligando para os editores de jornais e explicando [...] fomos publicando no CMI e construindo a adesão de vários grupos e movimentos sociais [...] nós conseguimos mudar a cobertura da mídia, saímos de lá como movimento social.

Todo movimento político em torno da Casa das Pombas foi acompanhar e produzir leituras sobre a mídia [...].

A gente conseguiu fazer o que gente nunca tinha experimentado antes, a mídia atacando a gente e a gente conseguiu converter. Já no MPL a gente não conseguiu fazer isso, por ser transporte, que é uma questão que dividia muito [...] A gente fazia cobertura e influenciava, já na Casa das Pombas a gente mudou a linha editorial da mídia por uma ação coordenada.

⁴⁷ A região que abriga uma Área de Preservação Ambiental (APA) por ser zona nuclear da Biosfera do Cerrado e condensar um lençol freático banhado pelo ribeirão Bananal é alvo de especulação imobiliária desde 2007, quando o governador José Roberto Arruda, do Distrito Federal, abriu a licitação para escolha das empresas que executariam o projeto de implantação do Setor de Expansão Urbana Noroeste. Desde então a mídia convencional passou a noticiar o início das obras daquele que, ironicamente, o governador declarava ser o primeiro bairro ecológico sustentável do país.

Além das duas atividades destacadas, Paíque aponta que o CMI Distrito Federal teve um papel importante na construção do movimento político radical da cidade, ao estabelecer conexões entre esse movimento e o movimento nacional na apropriação da mídia e das tecnologias pelas pessoas e ao estimular a prática de ação direta. Segundo Paíque, hoje, quando há uma grande luta, o CMI volta a ser um espaço interno de interlocução.

Segundo Foz, do CMI São Paulo, o coletivo tem uma permeabilidade em diversos movimentos e lugares, com muitos grupos e indivíduos colaborando com o coletivo e o *site*, além das atividades de cobertura das manifestações e da confecção do dossiê do Fórum Centro Vivo. Ela descreve como um relação de solidariedade e apoio mútuo as coberturas das manifestações do MPL, as diversas mostras de vídeo, o cibercafé, o CMI na Rua e as oficinas gratuitas, que vão de Linux a segurança.

Sobre a atuação no CMI e a influência no cotidiano das pessoas, Foz afirma:

[...] Tudo não passa de organização, de se juntar para conseguir as melhores alternativas para aquilo que acreditamos. No fundo, eu acho que o papel mais importante do CMI é fazer com que as pessoas acreditem no seu potencial de comunicação e organização e falem sobre aquilo que sabem, vivem e querem e não fiquem acreditando que só uma pessoa com faculdade, formada em Jornalismo e credenciada pela Globo, tem competência para falar sobre um determinado assunto.

Para Pedro, do CMI Tefé, a comunicação, se for democrática, será a principal ferramenta para reivindicação da democratização em geral. Para isso, o povo precisa saber que ela possui um caráter vital na organização humana.

No mesmo sentido, Sandino, que atuou no CMI São Paulo, destaca sobre a democratização da mídia:

[...] é a democratização das condições de produção, distribuição e, principalmente, a massificação da capacidade

crítica de se ler a mídia. Também precisa ser claro quem é quem. As pessoas precisam se alfabetizar em ler a mídia corporativa e a produzir mídia comunitária ou independente. Somente assim podemos falar de democratização dos meios de comunicação.

Reafirmando a importância da democratização da mídia, Foz, do CMI São Paulo, afirma:

Para mim, comunicação é conhecimento e conhecimento para mim não pode de forma alguma ser uma mercadoria. Então eu acho que a democratização dos meios são os meios ao alcance das pessoas e para as pessoas.

Só temos a ganhar com uma comunicação onde várias pessoas falam, onde vários pontos de vista são confrontados, onde não prevaleça os interesses econômicos e políticos dos “donos” dos veículos de comunicação que, ademais, só fazem embutir o consumo na cabeça das pessoas, a serviço das empresas patrocinadoras de seu império.

Harry Kipper, do CMI Florianópolis, aponta como atividades importantes os projetos desenvolvidos pelo coletivo local. Segundo sua perspectiva, para o CMI funcionar, precisa ter projetos de curto, médio e longo prazo, que incentivem os voluntários em suas atividades. Para ele, esses projetos proporcionam ao indivíduo atuar da maneira que gosta, com suas ideias e seus projetos articulados com projetos em comum.

Os projetos destacados por Harry Kipper foram a produção das seis edições do jornal O Independente e os jornais-poste, que, na época das manifestações de 2004 e 2005, funcionaram como divulgação das ideias dos próprios militantes. Isso colaborou bastante para a divulgação do que os militantes pretendiam, assim como para a atuação do CMI na Rádio de Troia e a capacitação dos voluntários para edição de vídeo, áudio e texto.

Outras coberturas e atividades desenvolvidas com os movimentos sociais e comunidades, todas documentadas em artigos, vídeos e fotos na página do CMI, foram destacadas pelos entrevistados. As

mais importantes foram as reintegrações de posse e o uso da violência policial em comunidades de baixa renda, em Goiânia e no Rio de Janeiro; as tentativas de despejo da Vila Santa Rosa pelo Banco Santander, em Florianópolis; as atividades realizadas nas comunidades ribeirinhas, em Tefé, e as manifestações contra os aumentos das passagens do transporte coletivo e pelo passe livre em várias cidades do Brasil.

Outro elemento-chave para compreender o sentido que os voluntários dão a sua participação política diz respeito ao uso da tecnologia digital como parte de seu ativismo e organização.

AS MÍDIAS DIGITAIS E O ATIVISMO

Apesar de o CMI ser mais conhecido por sua atuação na internet, as atividades da rede no Brasil para a produção de mídias são mais amplas do que isso. Uma pequena mostra são as cerca de 148 edições do CMI na Rua (informativo nos formatos A3 e A4), os dez jornais tabloides e outros materiais disponíveis na página estática, que disponibiliza os impressos produzidos pela rede.

Pedro, do CMI Tefé, falando sobre o uso das tecnologias digitais, afirma: “é muito bom, porque no mundo em que vivemos a tecnologia digital permite uma maior repercussão das nossas mensagens. Creio eu que a única desvantagem seja o valor financeiro que esses equipamentos possuem”.

Foz, do CMI São Paulo, segue a mesma argumentação quando fala das tecnologias digitais:

[...] esses recursos estão aí, cada vez mais acessíveis, o que é muito bom. Assim, a possibilidade de fazer conhecimento (seja em artes, política etc.) não fica restrita àquele que detém os meios de produção.

Hoje, qualquer um com uma câmera de foto pode fazer um vídeo e colocar na web. Mas, ao mesmo tempo, isso representa uma ameaça àqueles que detém os meios de produção de conhecimento. Já cientes disso, iniciaram um processo de controle de distribuição e exibição desses meios. Não são

à toa todas as novas leis de controle de conteúdo e acesso que estão sendo criadas diariamente em todo o planeta.

Também não podemos nos esquecer daqueles que ainda não têm acesso a tudo isso. No Brasil, mais de 50% da população nunca acessou a internet. Os desafios e esforços para sairmos de uma atuação apenas virtual acontece desde o surgimento do CMI no Brasil.

Na minha opinião, são muito importantes projetos como o CMI na Rua, oficinas (do que quer que seja, pois necessariamente está levando a um contato cara a cara com outras pessoas), rádio livre etc., que são alternativas ao ativismo virtual.

As atividades que os voluntários destacam como mais importantes, segundo seu caráter político e cultural já mencionados, reafirmam a preocupação com as possibilidades geradas pelas novas tecnologias e os seus limites quanto à abrangência no cotidiano das pessoas. Pedro, do CMI Tefé, enfatiza, por exemplo, o trabalho realizado nas comunidades indígenas, já que a principal proposta de relacionamento entre universidade, CMI Tefé e as aldeias é a “revitalização cultural”. Paíque, do CMI DF, fala das ações em defesa do Santuário dos Pajés. Isso revela, apesar de haver uma preocupação constante com os meios digitais, que a ênfase das atividades dos voluntários encontra-se fora do mundo virtual, não no seu papel como comunicadores, mas no papel de potencializadores da produção de informação pelos sujeitos da ação coletiva.

AS MUDANÇAS NO CMI BRASIL DE 2006 A 2009

Desde o início da sua criação, em meados de 2000, o CMI procurou ter uma atuação nos movimentos sociais, realizando coberturas de suas manifestações, projetos de formação, como as oficinas de repórteres populares dos CMIs Porto Alegre, Goiânia e Distrito Federal⁴⁸,

⁴⁸ O CMI Brasília promoveu em agosto de 2003 a formação de repórteres populares no acampamento da Via Campesina contra os transgênicos e as oficinas realizadas foram apontadas pelas voluntárias e voluntários como uma etapa importante na consolidação do coletivo (SANTOS, 2005).

e de inclusão, como os projetos de cibercafés do CMI São Paulo⁴⁹, e participando ou ajudando na organização de encontros entre coletivos autônomos e movimentos sociais.

No entanto, a grande fonte de agenciamento de jovens ligados ao movimento estudantil autônomo e a contracultura, durante os primeiros anos do CMI Brasil, estava ligado à visibilidade das ações coletivas dos movimentos anticapitalistas, que integravam o movimento de resistência global dos povos e protagonizavam dias de ação global na Europa e nos Estados Unidos e campanhas nacionais contra o neoliberalismo, como a campanha contra a Alca e a dívida externa. Esse foco vai se modificando rapidamente, não apenas porque a Alca estava praticamente morta em 2005 ou porque os dias de ação global contra o capitalismo e as ações bloqueio perderam sua magia por meio dos cassetetes mas, sobretudo, por causa de uma maior incidência de protestos radicalizados, protagonizados por movimentos sociais e de juventude localmente situados.

Os levantes populares que aconteceram em Oaxaca em 2006, os movimentos estudantis como a Revolta dos Pinguins, no Chile, e o lançamento da “outra campanha” dos zapatistas, no México, alimentam o imaginário rebelde, mas será a criação de novas convergências e ações coletivas protagonizadas por jovens contestadores independentes, que reconquistam as ruas e a solidariedade com movimentos sociais e comunidades, a principal mola de mudanças no CMI Brasil.

Essas molas foram construídas pela necessidade de responder aos movimentos sociais e comunidades com os quais se estabeleceu laços ao longo da trajetória da rede, pelos desdobramentos das lutas sociais locais e suas correlações de força no seu âmbito de atuação e que possuem, em seu cerne, a necessidade de trazer conquistas concretas para seu cotidiano.

Harry Kipper, do CMI Florianópolis, narra a trajetória de mui-

⁴⁹ Existiram três experiências de projetos pilotos de cibercafé do CMI São Paulo. O primeiro em um centro social anarquista; o segundo, em uma ocupação do Movimento Nacional de Luta por Moradia e o terceiro em uma ONG no centro de São Paulo. Segundo Santos (2005), uma das dificuldades da experiência é fazer as pessoas usarem os computadores para produzirem mídia e não apenas absorverem o que já está dado.

tos jovens contestadores independentes brasileiros ao ser questionado sobre qual a relação atual do CMI Brasil com o movimento antiglobalização⁵⁰:

Eu acredito que cada CMI tem que agir pensando de forma local e de forma global. Como esse projeto surgiu no olho do furacão do movimento anticorporação, que surgiu na década de 1990, foi extremamente atuante nos Estados Unidos e, em paralelo, na Europa.

Eu acho que o CMI Brasil, no começo, estava na mesma onda, atuando especificamente para as demandas que esses grupos – grupos feministas, grupos de libertação animal e grupos anticorporativos, de maneira geral. No Brasil houveram, claro, manifestações antiglobalização, isso está no contexto nacional em certa época, só que aos poucos esse momento teve um refluxo e foi acabando mesmo. Hoje em dia, se for fazer uma pesquisa, vamos ver esse refluxo não só no Brasil, mas no mundo todo.

O ativista avalia o porquê do refluxo do movimento anticorporação, ressaltando que, apesar de já ter pensado no assunto, suas colocações estão baseadas em “achismos”:

Por um desgaste natural das pessoas. Lógico que aqueles que lutam por sobrevivência não há como ter desgastes, porque a situação já desgastada. Houve então um desgaste e não houve uma oxigenação e, com isso, aquela geração ou aquele grupo de gerações que atuavam juntos acabaram dispersando e se movendo para outras frentes.

No caso do Brasil, o que eu acho sinceramente que ocorreu foi que essas demandas, as demandas das lutas anticorporação global, são muito abstratas. A gente sabe que se refletem no cotidiano, porém, se enfrenta organizações que ninguém enxerga, que ninguém vê. Tu não vai sentir uma mudança no teu cotidiano, diretamente, como uma coisa palpável [...]. Então, contra a reunião do G8, o que a gente consegue? Im-

⁵⁰ Usamos o termo “movimentos antiglobalização” apenas no questionário, para facilitar a entrevista.

pedir uma reunião do G8, mas e aí? O que tem de propositivo nisso?

O que eu penso? Eu penso que durante um tempo essas lutas foram de negação. Não é isso que a gente quer, mas a parte propositiva só aparece por escrito, nas teorizações, mas o palpável precisa entrar na ação.

O que eu percebi é que muitas pessoas que atuavam nessa frente e que atacavam esse meio global, que estava distante e que vai continuar sendo distante e abstrato, migraram para grupos e coletivos que atuavam por demandas palpáveis, demandas concretas do cotidiano e demandas populares, [...] demandas mais pragmáticas, mas sem perder um horizonte. Claro que o foco é um foco amplo, só que tem esferas nesse foco, o que acaba ocorrendo é que, nessas práticas mais pragmáticas, as pessoas acabam se interessando mais, entendeu? Vou pegar um exemplo. Em Florianópolis, hoje, a gente não ganha nada, a gente leva mais porrada e mais rasteiras a cada dia, então as pequenas conquistas de um dia geram uma puta de uma comemoração [...] então eu acho que, por isso, muita gente acabou migrando para essa forma de organização e de luta.

O exemplo que eu ia te dar é o da Revolta da Catraca. Quando você vê que as pessoas se organizam e pensam para uma demanda, que a população conseguiu pressionar e vê no dia seguinte que a passagem está reduzida, a população sente que tem o poder as mãos, que ela pode, através da organização coletiva, atuar firmemente no destino dela, na sociedade e no próprio governo.

A avalanche de acontecimentos que provocam mudanças no CMI também faz os coletivos locais terem de lidar com uma série de questões complexas, pois, apesar de suas referências políticas não deixarem de estar nos movimentos de resistência global anticapitalistas, sua grande força de agenciar ativistas está nas ações coletivas ligadas aos movimentos sociais e juvenis, que hoje estão protagonizando as ações coletivas que implicam conquistas palpáveis.

Entretanto, para compreender o estado atual da rede CMI Brasil, devemos percorrer as implicações relacionadas ao refluxo do movi-

mento anticapitalista, a visibilidade e latência do Movimento Passe Livre e a adesão às lutas dos movimentos sociais por voluntários do CMI, assim como a cooptação estatal e mercadológica das ideias e práticas ativistas e os problemas quanto ao “projeto tecnológico” do CMI.

O REFLUXO NO CMI BRASIL

O refluxo no número de coletivos juvenis autonomistas no Brasil, apesar de ter ocorrido em grande parte em decorrência dos desdobramentos das lutas locais, tem como parte dessa equação a condição juvenil inerente a sua composição, não apenas pela juventude ser uma condição em que a busca de experiência faz parte constituinte da formação do indivíduo e ser uma condição onde há mais disponibilidade de tempo livre para dedicar-se à participação política, mas, sobretudo, porque é nessa transição que incide o maior apelo por conformidade dos fluxos de informação (MELUCCI, 1999), onde o mais eficaz é o consumo da rebeldia.

Os dias de ação global produziram suas marcas ao longo de seu momento de maior visibilidade, por meio de um imenso fluxo de informação e imagens de novas formas de participação política. Com base na autonomia do indivíduo e das organizações políticas, proporcionaram um imaginário e agenciaram muitos jovens, que vão compor a base de sustentação do ativismo autônomo juvenil e, conseqüentemente, da rede CMI Brasil.

No entanto, apesar da marca que esses eventos construíram, tendem para a construção de novas relações e sociabilidades políticas e à reprodução da lógica da indústria cultural difusa, que também era uma tendência dessa construção, onde o elemento fundamental é a busca contínua de uma experiência prazerosa por meio do consumo de uma marca, no caso a rebeldia, onde não é preciso comprometer, mas continuar a busca.

Essa busca contínua, apesar de proporcionar uma sensação de autonomia, já que é possível migrar sua participação política segundo seus interesses naquele momento, não estabelece laços de solidarieda-

de suficientemente fortes para que os momentos de latência das ações coletivas sejam momentos de troca, formação e reconhecimento.

O que está colocado pelo consumo da rebeldia não é a política como valor de uso, a solidariedade necessária para a construção e proteção de comunidades, mas a política como mera extensão do consumo, onde o que se consome é o que aparentemente é mais radical, mais livre e mais autônomo.

Os vínculos que o consumo da rebeldia produz são uma vinculação entre consumidores de um produto, baseada no tempo de inovação do produto, há participação política até que apareça uma nova rebeldia a ser consumida, desde que não implique em uma dedicação militante, nem em traçar objetivos concretos.

Apesar de o consumo da rebeldia ter atraído ativistas para o CMI, onde muitos deles foram gradativamente amadurecendo sua participação política, na maioria das vezes a marca promoveu inchaços em momentos de grande visibilidade durante as ações coletivas, seguidos de um esvaziamento em massa nos momentos onde os movimentos sociais passam por um período de latência. Essa alta rotatividade de membros nos coletivos gerou duas consequências que se inter-relacionam.

A primeira consequência foi que os coletivos locais, que não tinham atividades nos movimentos sociais e que por razões ideológicas afastaram-se de movimentos de juventude, foram perdendo boa parte de seus ativistas gradativamente, até que se tornaram inativos ou compostos por um número reduzido de pessoas, quando não por um voluntário apenas. Ainda que as ações coletivas do MPL e outras lutas locais nos movimentos sociais dessem visibilidade ao CMI, nos momentos de latência desses movimentos o que se via é que o número reduzido de voluntários tornava bem mais difícil desenvolver atividades que necessitassem de trabalho contínuo e a realização de projetos mais amplos de inserção social.

A segunda consequência foi uma série de conflitos entre voluntários, desencadeados também pela diminuição do número de pessoas participando dos coletivos, sobrecarregando os que se dedicavam ainda a sua continuidade, algo que levou muitos dos coletivos lo-

cais a se tornarem grupos de afinidade, tornando difícil a participação de outras pessoas de fora da sua rede social.

Outro problema apontado por alguns entrevistados⁵¹, gerado pela rotatividade de voluntários, era a desconfiança dos voluntários mais velhos com os mais novos, causando uma série de problemas, que ia do desconforto durante as reuniões a uma postura centralizadora dos voluntários mais velhos nas atividades importantes. Segundo uma voluntária, o receio com a segurança e o excesso de zelo acabavam por dar a entender ao voluntário mais novo que sua participação não era tão importante.

Apesar de termos citado o caso do CMI Florianópolis, de maneira geral, outros coletivos locais também enfrentaram os mesmos problemas quanto à formação de grupo de afinidades no interior do coletivo e em relação à desconfiança dos voluntários mais velhos. Alguns conflitos foram superados por meio do diálogo, propiciando novas dinâmicas de ingresso de voluntários, outros foram vencidos pelo esgotamento, o que implicou um número menor de pessoas participando das atividades cotidianas da rede.

Entre 2005 e 2009, a saída gradual de voluntários também se explica pela condição transitória da juventude, ou seja, pela perda da moratória social concedida a ela, condição que obriga voluntários antigos, na rede, a ter uma participação política mais focada em uma organização para poder dividir seu tempo com o trabalho, lazer e filhos.

Muitos desses voluntários desempenhavam atividades importantes na rede. Mesmo os que se tornaram militantes de movimentos sociais e colaboravam com o CMI de forma mais esporádica, como mencionou Toya, deixaram lacunas significativas no CMI, no sentido de muitas vezes, ao sair, se perdia também a discussão acumulada durante seu tempo de permanência e a experiência de atuação em rede.

Os coletivos ativos, como Salvador, São Paulo, Curitiba e Tefé, os que estão se reestruturando lentamente, como os de Florianópolis e Manaus e voluntários que atuam em cidades onde os coletivos estão

⁵¹ Preferimos não citar nomes e a qual coletivo pertence, para proteger suas identidades, algo que foi pedido pelos entrevistados.

inativos, enfrentam um outro problema, destacado por Paíque, voluntário do distrito Federal:

[...] é que hoje não temos uma política de cobertura, uma linha editorial.

O CMI surgiu com uma linha já pronta de cobrir os movimentos radicais e ir se aproximando dos movimentos mais tradicionais... acabaram-se esses movimentos. O MPL foi o que sustentou as coberturas, acabou o boom do MPL, [...] vieram as lutas dos sem teto, então.

Falta [...] uma linha editorial nossa comum, ou várias linhas editoriais comuns a vários coletivos [...] essa foi a perda do CMI em termos de política, perda ocasionada pelo distanciamento de militantes por dois problemas: possibilidade de relacionar trabalho e ativismo e [...] assuntos internos⁵².

Antes de relacionar esse momento à desarticulação de muitos coletivos locais, com problemas no interior da própria rede, e às dificuldades de conciliar trabalho e ativismo, como apontou Paíque, devemos explorar outros desdobramentos que estão correlacionados a essa questão: a cooptação estatal e mercadológica de ativistas e ideias que nasceram a partir dos movimentos de resistência global anticapitalista e os problemas do CMI relativos ao seu projeto tecnológico.

A COOPTAÇÃO ESTATAL E MERCADOLÓGICA DAS MÍDIAS LIVRES PÓS-SEATTLE NO BRASIL

A partir do segundo mandato, o governo Lula passa a demonstrar interesse em trazer para a esfera estatal as demandas dos setores que lutavam pela democratização da comunicação. Mas seu chefe não vem do Ministério das Comunicações, mas de um programa do Ministério da Cultura chamado Cultura Viva, baseado na criação de uma rede de pontos de cultura, que abrangem uma gama enorme de questões ligadas ao acesso à informação, distribuição de

⁵² Aprofundaremos mais adiante essas questões, quando analisarmos a visão dos voluntários sobre a forma de organização e decisão da rede CMI Brasil.

bens culturais e produção de mídias usando *software* livre.

Lançado ainda quando Gilberto Gil assinava pela pasta do Ministério da Cultura e implantado a partir de 2005, sob a coordenação de Célio Turino, Secretário Nacional de Programas e Projetos e idealizador dos pontos de cultura, o programa injeta por meio de editais públicos uma considerável soma de dinheiro, cerca de R\$ 120 milhões por ano, em grupos e expressões culturais deixadas de lado pelas políticas culturais dos governos anteriores, produção de mídias baseadas no uso de inovações tecnológicas e propostas do movimento *software* livre.

Segundo o próprio Célio Turino:

O conceito de cultura adotado na gestão do ministro Gil foi, de fato, além da arte, pois se percebeu a cultura ao mesmo tempo enquanto expressão simbólica, economia e cidadania. Esse é o tripé que sustenta a política do Ministério da Cultura desde 2003 e que significou, entre outras coisas, a abertura do Ministério para um conjunto de ações e manifestações até então não abarcadas no campo das políticas públicas (SOUZA et al, 2009).

Entre as ações e subdivisões de áreas de atuação, uma em especial despertou interesse de alguns ativistas de mídias radicais e de *software* livre, a ação Cultura Digital. Célio Turino explica o uso da categoria Cultura Digital:

As iniciativas de inclusão digital preocupam-se em permitir o acesso, mas sem questionar as mudanças de comportamento que o digital permite. Eu trabalho com o ideal da generosidade intelectual, do trabalho compartilhado também no universo digital – que, nesse sentido, é muito próximo da cultura tradicional. A base da vitalidade da cultura tradicional é exatamente essa, é o conhecimento, é a partilha, é a não preocupação com patentes e coisas do tipo, exatamente o que os meninos que trabalham com o *software* livre fazem. É uma opção filosófica e ideológica, e é nesse caminho que a gente trabalha (SOUZA et al, 2009).

A ação Cultura Digital possui como característica: a amplitude na destinação de recursos, abrangendo iniciativas que vão da produção de conteúdo midiático em setores deixados de lado pela grande mídia, como comunidades indígenas e quilombolas, e as mídias livres e a cultura digital. A categoria de mídias livres vai definir os projetos de democratização da mídia dentro e fora da internet, ou seja, espaços comuns do ativismo da mídia radical autônoma, como rádios livres, o CMI e outros projetos.

A cultura digital, como aplicada pelo programa do ministério, vai ter duas definições: o uso de *software* livre para produção artística e midiática e a organização e articulação entre os pontos de cultura por rede descentralizada. As características e propostas do programa, somadas às necessidades materiais não só dos projetos, mas também dos indivíduos, levou muitos ativistas de mídia radical, entre eles os voluntários do CMI, a se aproximarem e realizarem atividades com organizações não governamentais e outras entidades ligadas ou sustentadas pelo governo.

O surgimento de novos atores no movimento cultura livre no Brasil, que operam sob a perspectiva liberal, não pode ser vista como uma novidade se associarmos a ideia da cultura livre com as ambiguidades presentes na contracultura e a disputa pela concepção de livre e liberdade na mídia radical. Tais elementos podem engendrar tanto trocas significativas com movimentos mais amplos e renová-los em pautas e ferramentas de luta como gerar um gueto para formar novos atores adaptados ao pós-fordismo entre as classes médias, principalmente entre aqueles jovens que adquiriram o tal capital cultural necessário para adaptar-se a essa nova fase do sistema produtivo por meio da sua participação política nos movimentos de juventude iniciados nos anos 2000.

Segundo Ortellado, as políticas públicas voltadas para a economia da cultura nos últimos anos oscilam entre a economia social da cultura, orientada pela participação e pelo acesso sob concepções próximas do movimento de cultura livre, e a indústria criativa, um modelo de negócios que se estabeleceu como uma extensão da indústria cultural.

O modelo de negócios da indústria criativa⁵³ foge do debate clássico de mercantilização da cultura de Adorno e Horkheimer, enfatiza a relação entre a criatividade e economia no sentido de produção e circulação de bens simbólicos, incluindo no foco das políticas tanto as indústrias culturais (editorial, fonográfica e audiovisual) como todo setor de comunicação (rádio, TV e Internet), chegando até os setores nos quais a dimensão cultural está subordinada a finalidades funcionais, como o *design*, a moda, a publicidade e a arquitetura.

Apesar do discurso relativamente progressista dos agentes da indústria criativa na sociedade civil, no mercado e no Estado – que a descrevem como uma nova estratégia de desenvolvimento capaz de criar empregos e divisas, promover a inclusão social, diversidade cultural e direitos humanos – seus vínculos (micro e macro) apontam para a revitalização e reestruturação do capitalismo após a crise do paradigma fordista. A sustentação do modelo de negócio da indústria criativa é que a criatividade é seu elemento central, necessária para a produção de propriedade intelectual e a subsequente criação de *commodities* e comercialização. Nesse sentido, a cultura, comprimida como sinônimo de bens culturais nesse modelo de negócio, adquire valor não por suas propriedades físicas ou materiais, e sim pela carga dos sentidos socialmente compartilhados que carregam.

Apesar de o CMI, como rede, não ter recebido ou receber recursos governamentais ou ter estabelecido qualquer parceria com o governo, a aproximação desses sujeitos, que direta ou indiretamente tinham ou ainda têm relação com a rede, vai ter consequência direta nos movimentos de democratização da mídia, como explica Paíque, do CMI Distrito Federal, na longa passagem a seguir:

⁵³ A expressão nasceu nos anos 1990, no âmbito das políticas públicas voltadas para a necessidade de revitalização de determinadas regiões urbanas, classificando as atividades culturais e enfatizando o papel da arte e da cultura na promoção e inovação econômica (LIMA, 2006). Primeiro na Austrália, em 1994, e depois na Inglaterra, em 1997, durante o governo trabalhista de Tony Blair, a indústria criativa foi reconhecida como um setor específico da economia, que necessitava de investimentos estatais para potencializar seu expressivo ritmo de crescimento (MIGUEZ, 2007).

O que está acontecendo agora, quando o governo assume como política de Estado incentivar setores que sempre lutaram por comunicação, tem dois lados.

O primeiro é rodar a máquina do mercado, pois um grande número de pessoas que se construíram enquanto militantes são gestões da máquina do Estado. Então, uma boa parte dos ativistas que construíram o CMI hoje se aprisionou na gestão pública – não só do CMI, do rizoma de rádios livres e do movimento *software* livre – estão de crachá de organização. Esse é o impacto político.

O outro é o impacto do mercado, pois a nova forma de constituição do mercado é a forma da Trama Virtual e não é mais a forma da Sony.

Retoma o voluntário:

Não estamos em uma situação de constituir guerrilha, como na década de 1970, como não estamos em um período em que a briga é abrir ou fechar politicamente, mas em que a direita e a esquerda querem abrir politicamente, mas de formas diferentes. O período do mundo é esse, não é um período de recessão [...].

A gente tem uma direita que quer abrir politicamente de outras formas, as empresas querem abrir politicamente para acumular de outras formas. Tanto querem abrir politicamente que querem acabar com os direitos humanos (risos).

Como estamos nesse período nós não vamos constituir guerrilhas, então, onde vamos conseguir dinheiro? [...] ou no Estado ou no mercado, o dinheiro circula por esses dois lugares. O dinheiro não circula nas famílias, circula dinheiro apenas pelo Estado ou pelo mercado [...].

Como a gente não resolveu isso, não elaborou nossas formas de lidar com isso, as pessoas vão ter que trabalhar com alguma coisa, já estavam capacitadas para isso.

Meu questionamento, mesmo assim, é de todas as pessoas que construíram essa rede política.

O entrevistado adverte:

Não é uma caça às bruxas [...].

Paíque aponta o Encontro Cultura Livre e Capitalismo, ocorrido em 2007, como um momento em que começou a se delinear a configuração política do conteúdo de libertação e do tipo de ativismo desenvolvido pelos coletivos autônomos. Para ele, estamos em um período em que os coletivos autônomos estão virando um movimento de trabalhadores, onde se deve refletir sobre a política de cooptação de formas de trabalho e quais as estratégias que estão sendo utilizadas para aprisionar e reprimir os movimentos sociais. Para Paíque, os coletivos e redes de ativismo juvenil autonomista estão se esfacelando. Ainda segundo ele, o que o Estado está fazendo é adequar os ativistas a uma nova forma de acumulação capitalista mas, apesar de possibilitar um monte de coisas de encontros, isso é uma política do Estado e não uma política das pessoas.

Por meio da política feita pelo Estado, Paíque afirma que se consegue abrir brechas, fissuras, mas não é uma política feita pelas pessoas: “não se pode tomar a casa grande com as armas do senhor”. No trecho da entrevista acima, percebemos que o ativista visualiza as mudanças e refluxos na mídia radical no Brasil e do próprio ativismo autônomo com base na disponibilidade de recursos dos ativistas de movimentos de mídia radical. O movimento é constituído, na sua grande maioria, por jovens que gozavam de uma moratória social mais larga e que estão ingressando no mercado de trabalho e que está sendo feita a cooptação das ideias e práticas por meio do Estado e do capitalismo.

No entanto, não foram apenas os ativistas que foram sugados para dentro dos quadros do governo, mas também suas ideias, práticas e discursos, como se percebe nos relatos extraídos do Encontro Cultura Livre e Capitalismo, realizado em 2007 na cidade de São Paulo, comentado por Paíque. As citações extraídas do encontro são apresentadas da mesma forma em que se encontram no *site*. O que fizemos foi selecionar apenas algumas falas, para não entrar em detalhes desnecessários ou outros pormenores que venham a descarac-

terizar o debate proposto⁵⁴. Em algumas passagens não há identificação do coletivo ou da rede a que o ativista pertence e, nesses casos, mantivemos os nomes disponibilizados pela relatoria do encontro.

A CULTURA LIVRE E O CAPITALISMO

O Encontro Cultura Livre e Capitalismo, realizado nos dias 14 e 15 de julho de 2007 na cidade de São Paulo, tinha como objetivo proporcionar aos participantes espaços onde fosse possível, por meio de conversas informais e debates, elaborar uma reflexão coletiva sobre os temas relacionados aos recursos e sua relação com a autonomia política dos coletivos e indivíduos.

Na página desenvolvida para divulgar o encontro⁵⁵, podemos visualizar a avaliação que justifica a necessidade de diálogo entre os coletivos autônomos anticapitalistas. Segundo os proponentes, as ações coletivas de mídia radical e inclusão digital haviam chegado a uma maturidade onde era possível discernir sobre suas formas de trabalho em relação a sua autonomia política, tendo em vista que, hoje, as inúmeras experiências pelos quais passaram indicam possibilidades de atuação, financiamento e parcerias⁵⁶.

Por conta das demandas apontadas acima, foram propostos três eixos temáticos: o ativismo, o voluntariado e o trabalho assalariado, além das formas de financiamento em relação à autonomia, das novas formas de geração de valor do capitalismo informacional e suas implicações políticas para comunidades e ativistas, que desenvolvem atividades sem fins lucrativos.

Estiveram presentes no Encontro Cultura Livre e Capitalismo os

⁵⁴ É comum, nos debates, que algumas colocações se desviem do tema principal, por isso suprimimos algumas falas do relato.

⁵⁵ Página principal convocatória. Disponível em: <<http://encontro.sarava.org/Principal/CulturaLivreECapitalismo>>. Acesso em: 14 abr. 2010.

⁵⁶ No entanto, em uma conversa informal com uma voluntária do CMI e ativista de outros coletivos em São Paulo, o objetivo do encontro também era problematizar com o pessoal que trabalhava para o governo, ou seja, não ativistas, mas que falavam como se fossem.

ativistas dos coletivos e redes Cultura Digital, Biroasca, Saravá⁵⁷, CMI, radiolivre.org⁵⁸, Corpus Crisis⁵⁹, TV Livre, Coro⁶⁰, coletivo Elefante, grupo Epidemia, espaço Coringa e da Consulta Popular. As atividades iniciaram-se com a exposição feita pelo Ratho, do coletivo técnico do CMI, fazendo um apanhado histórico do movimento de mídias livres, começando pela história da Çtalkre, organização para produção de vídeos populares do final dos anos 1970, que foi grande mas limitada a poucos militantes e financiada por ONGs estrangeiras, passando pelo desenvolvimento da microinformática e do *software* livre até chegar os dias de hoje.

Segundo Ratho, atualmente a forma de captura do trabalho voluntário e da ideologia (no caso, o discurso da colaboração e do acesso aberto) assumiu proporções inimagináveis e passa por processos que não são tão óbvios para os ativistas.

Um exemplo interessante de captura se dá quando [...] uma

⁵⁷ O Saravá é parte de uma intersecção de vários grupos, que discutem política e tecnologia de diferentes formas, sendo ele próprio um grupo de tecnopolítica, por considerarmos que a técnica, a cultura e a política não estão separadas, pois, por um lado, toda decisão técnica é política e, por outro, é impossível pensar a política sem a técnica. Estudamos as implicações políticas da técnica, desenvolvemos sistemas e instrumentos a partir de outros valores políticos, além de dialogarmos politicamente dentro da lógica cíclica da teoria/prática. Apresentação do Grupo Saravá. Disponível em: <<http://www.sarava.org/>>. Acesso em: 14 abr. 2010.

⁵⁸ radiolivre.org é um portal gestado por programadores ligados às rádios livres brasileiras, com o objetivo de oferecer uma estrutura onde as rádios possam fazer suas parcerias.

⁵⁹ Corpus Crisis é um evento que aconteceu pela primeira vez em maio de 2005, com a vontade de reunir pessoas e grupos para conversar sobre as crises dos corpos: gênero, sexualidades, o lugar que os corpos ocupam no espaço, arte a partir do corpo, transgressões pelo corpo, violações do corpo, alterações de corpo e mente, conflitos entre o modelo repartido, mente versus corpo. O norte das ações é o espírito “faça você mesmo”, de maneira liberta, espontânea e divertida. Disponível em: <<http://confabulando.naxanta.org/index.php?n=Main.CorporisCrisis>>. Acesso em: 14 abr. 2010.

⁶⁰ Coro – Coletivos em Rede e Ocupações. Rede de coletivos iniciada em 2003, composta por 70 coletivos, 11 iniciativas independentes, 11 ações continuadas, uma associação, uma cooperativa, quatro outras redes e aliados artistas, historiadores, jornalistas, educadores, pesquisadores, psicólogos etc., com o objetivo de articular discussões *on-line*, encontros e atividades conjuntas entre seus membros.

pessoa envia para uma empresa a descrição ou a resolução de um problema referente a um dado produto (como por exemplo: um software); no caso, a empresa está sendo ajudada de forma gratuita. Podemos até nos arriscar e dizer que há uma nova forma de extração ou mesmo uma nova forma de mais-valia em tais processos. Além disso, tudo o que as pessoas fornecem de dados a bancos pode representar processos de captura⁶¹ (ENCONTRO..., 2007b).

No relato e nas conversas informais que se destacam, a avaliação que se tem hoje é de um processo que amplia a colaboração dentro das fábricas, que gera valor ao sistema. Se os consumidores são colaboradores, isso faz parte de um processo, em que os funcionários são os principais colaboradores.

Pablo Ortellado, um dos cofundadores do CMI Brasil, atualmente professor da Universidade de São Paulo, diz que a licença GNU, quando foi criada, previa a apropriação do comércio, mas esse não era o caso do CMI, que usava uma licença que impedia essa apropriação comercial. Entretanto, essa estratégia foi incorporada porque o CMI não conseguiu socializar a discussão das licenças que não eram comercializáveis.

Apesar de a licença impedir que o CMI fosse apropriado comercialmente, essa apropriação não se deu quando a discussão deixou de ser o meio e passou a ser o fim. Muitas das pessoas passaram a acreditar que seus projetos poderiam ser ampliados de forma circunstancial⁶², sem medir quais seriam as consequências.

Fabs, uma das ativistas presentes no encontro, relata que o projeto Estúdio Livre era um aglomerado de pessoas que estavam pensando

⁶¹ Relatos de sábado: manhã. Disponível em: <<http://encontro.sarava.org/Principal/RelatosSabadoManha>>. Acesso em: 23 abr. 2010.

⁶² Um exemplo foi a compra e liberação dos códigos do Blender, *software* comercial de animação, modelagem e textualização em 3D que a comunidade de usuários comprou em 2002, abriu e liberou o código. Para Fabs, o nível que esse código atingiu hoje jamais teria sido atingido se ele não fosse liberado, pois foi uma construção coletiva. No entanto, nessa questão comercial existem dois pesos: o interesse das empresas de abrirem os códigos (depois de um determinado tempo) e o fato do código aberto agregar mais programadores.

de forma igual na mesma época, depois do Fórum Social Mundial. Ela tinha que fazer o relatório e, como o Estúdio Livre foi cooptado pelo IPI, optou por deixar o projeto. No entanto, a ativista argumenta que, independentemente de com quem for (CMI, Estúdio Livre, Ministério da Cultura), quer trabalhar com pessoas e em comunidade. “Sobre a grana e uso de grana estatal, senão usarmos, outros usarão. O edital estava lá e alguém usaria” (ENCONTRO..., 2007b).

Sobre a afirmação de Fabs em relação ao editais, outros relatos apontam que não se trata de uma questão de usar ou não dinheiro proveniente do governo e da iniciativa privada, mas se trata de conhecer a história dos movimentos sociais do passado e relacioná-la com o momento presente. Com diz Paíque, o capitalismo hoje é muito diferente de há 20 anos, quando começou o movimento software livre. Para José (ENCONTRO..., 2007b), sua capacidade de incluir as práticas contestatórias, neutralizando-as, é um fator que deve ser levado em conta.

Geraldo, militante da Consulta Popular (ENCONTRO..., 2007b), afirma que existe uma coexistência paradoxal de elementos. “Então, quais são os elementos emancipatórios, contra-hegemônicos, e quais são os mecanismos de apropriação desses elementos?”, questiona. Dando como exemplo a experiência da democracia participativa, o militante argumenta que nos últimos 20 anos houve uma apropriação do conceito pelos governos e organismos de mercado, no caso, o Banco Mundial. Entretanto, não se pode descartar que durante essa apropriação houve mecanismos contra-hegemônicos, como a participação de minorias, que proporcionou, por exemplo, um agenciamento de pessoas dos movimentos GLBT e do Movimento Negro⁶³

Para Cássio, programador de uma rádio livre, é importante perceber como o agenciamento acontece, no sentido de controlar como nossas ideias são apropriadas. “Nós também estamos sempre superando limites e sendo mais capitalistas do que essas organizações no momento em que criamos coisas que são cooptadas e ajudam a expandir os limites dessas organizações” (ENCONTRO..., 2007b).

⁶³ Relatos de sábado: tarde. Disponível em: <<http://encontro.sarava.org/Principal/RelatosSabadoTarde>>. Acesso em: 23 abr. 2010.

Seguindo a mesma linha de raciocínio, Ratho afirma:

[...] o que hoje é uma prática de contestação amanhã pode ser algo essencial e parte necessária para o capitalismo. Formulo as seguintes perguntas: se hoje temos diversos movimentos e grupos contestatórios lutando contra o *status quo*, não poderíamos muito bem dizer que, do modo como as coisas são apropriadas hoje, tais grupos não cumprem o papel de inovadores para o capitalismo moderno? Levando isso em conta, a segunda pergunta é: será então que tudo é apropriável pelo capitalismo e, nesse sentido, nossa única possibilidade seria partir em busca do **INAPROPRIÁVEL**? (ENCONTRO..., 2007b, grifo do autor).

Sobre essa questão, Gavin reafirma a necessidade de mapear formas de poder, de trabalho e o novo capitalismo. Para o ativista, é uma tarefa social e poética imaginar o inapropriável.

Ao prestar serviço, ganhamos muito pouco. Ao produzir, se houver **CONTROLE SOCIAL** (da produção, da apropriação), temos outras oportunidades, mas a apropriação sempre vai acontecer. Em que condições aceitar um serviço? Eu vou conseguir alimentar a base que me formou nas condições que me estão sendo aproveitadas? Isso vai conseguir barrar o achatamento salarial da minha “classe”? É importante valorizar o trabalho e deixar de fazer *workshop* safado (ENCONTRO..., 2007b).

Para Paíque, do CMI Distrito Federal, a ideia de controle social tem a ver com controle social da produção, mas como pode haver controle social de um bem imaterial? Ele argumenta que o processo de cooptação é o processo do seu trabalho não ser mais decidido por quem produz, ou seja, “o problema não é a *Folha* usar uma matéria do CMI, mas o CMI começar a trabalhar para a *Folha de S.Paulo*. É tirar a pessoa do espaço de produção e do controle da produção dela”.

Para Ratho, a grande contribuição do CMI foi a publicação aberta, algo que hoje está presente em qualquer *site* na internet. Para ele,

o CMI errou ao não levar pra frente essa discussão de formas de organização social e tecnológica, já que o formato do site está inalterado, ainda que considerado por muitos uma ferramenta muito boa. Elisa, do CMI São Paulo e coletivo Biroasca, complementa: “Paramos no tempo, podíamos estar muito a frente da Wikipedia e do Youtube, mas ficamos muito tempo na rua e pouco pensando na ferramenta” (ENCONTRO..., 2007b).

A questão econômica é retomada por Flávia, afirmando que o grande gargalo é a distribuição. No entanto, Criscabello, membro do Estúdio livre, após a fala da colega, afirma: “Uma vez que você recebe dinheiro e tem autonomia para decidir como usar, você não está sendo cooptado. Eu vejo muita gente recebendo grana do governo e tendo autonomia total” (ENCONTRO..., 2007b).

Ratho comenta a fala do membro do Estúdio Livre:

O capitalista não sabe se aquilo no que está investindo trará resultados imediatos, da mesma forma como nem sempre a pesquisa científica traz resultados imediatos ou esperados. Muito do que se descobre é inesperado. Ou seja, essa visão de autonomia é uma ilusão. O capitalista diz para você: “pegue esse dinheiro e faça o que quiser”. Mas ele já sabe previamente que esse “o que você quiser”, que sua vontade já está previamente definida: porque você vai pesquisar no campo do áudio, do vídeo, programar, pesquisar movimentos sociais ou o que quer que seja. De tudo isso, certamente algo sempre pode ser aproveitado por quem financia (ENCONTRO..., 2007b).

KK complementa:

[...] Se você responde a um edital, não pode ser ingênuo de pensar que aquilo vai acontecer fora de uma lógica de Estado. Será que não é importante os grupos já partirem do pressuposto de que o Estado não é interessante? De que é necessário evitar o Estado? É importante pensar se, ao fazer uma licença, não estamos também levantando uma espada

e reproduzindo a ação do estado (ENCONTRO..., 2007b).

Finalizando o debate, Diogo também aponta descrédito no uso de recursos vindo do Estado para fins contra-hegemônicos:

O problema está na transformação das coisas em mercadoria, e esse é o caminho que leva o capitalismo a se refazer. É possível encontrar coisas revolucionárias no *software* livre, como a ajuda mútua sem motivos financeiros. É importante questionar a “mercadorização” das pessoas também.

O governo também está atrás de estatísticas e, nesse meio, existe a perda de autonomia. No projeto Cultura Digital, do ano passado para este, as pessoas têm corrido atrás de produzir e criar estatísticas para justificar o projeto.

Os zapatistas fizeram acordo com o governo para receber material didático e, na hora da entrega, o governo veio com helicópteros para fazer a entrega desse material. No fim, preferiram ficar sem o material didático do que deixar o governo mexicano passar por cima do território de helicóptero (ENCONTRO..., 2007b).

O debate foi retomado no segundo dia do Encontro Cultura Livre e Capitalismo, dia 15 de julho de 2007, um domingo. Antes, houve uma proposta de encaminhamento para a criação de um documento que expressasse a reflexão coletiva produzida no encontro. Uma nova introdução ao debate foi feita por Ratho e Pablo Ortellado (ENCONTRO..., 2007b), levantando o que já havia sido discutido. A partir daí, foi lançada uma pergunta para os participantes: será que os grupos políticos acabam trabalhando para o capitalismo, ao inovar e criar novas formas de trabalho?

Ratho retoma a palavra e faz um resumo de como os movimentos anticapitalistas e o barateamento das tecnologias possibilitaram que eventos como o de Seattle, em 1999, tivessem visibilidade utilizando *software* livre. Mais ainda, diz ele, a ampla troca de materiais digitais levou as corporações a terem grandes prejuízos. O ativista argumenta que, depois disso, algumas pessoas – talvez ingênuas, mas definitivamente liberais – começaram a enxergar que era possí-

vel utilizar essas possibilidades e esse movimento para criar um novo modelo de negócios cultural, satisfazendo as necessidades tanto das pessoas produtoras como da indústria⁶⁴.

O ativista narra como essa lógica de apropriação capitalista foi aplicada nos trabalhos que foram realizados pelos grupos políticos e culturais ligados ao governo:

Em 2003, inspirados por eventos de Mídia Tática na Holanda, resolveu-se fazer um evento no Brasil unindo diversos grupos de arte. Surge então Cláudio Prado (CP), que levou o Gilberto Gil no Mídia Tática Brasil, viu um monte de gente fazendo um monte de coisa e começou um projeto político pensando em utilizar a cultura para atingir o crescimento. Criou uma equipe de “articuladores” com jovens envolvidos em diversas articulações, com uma espécie de time improvisado para levar diferentes projetos em frente. A impressão é de que o grupo de articuladores não era aproveitador, trabalharam por um ano sem receber nada, enquanto CP fazia *lobby* com o governo e foi criado um edital que proveria dinheiro, equipamento e conexão via internet para um projeto que deveria utilizar esses recursos em uma comunidade. Em troca, a produção cultural seria publicada em alguns *sites* específicos (ENCONTRO..., 2007b).

Durante o debate desse dia, uma há uma série de relatos sobre as

⁶⁴ Para Ratho, dessa perspectiva nasce a licença *Creative Commons*. As mesmas indústrias que investem em cultura livre investem em antipirataria. A licença *Creative Commons* foi criada tendo em mente que a produção deveria ser conciliada com a produção de lucro, com a apropriação. Além disso, ela defende a propriedade. O discurso duplo faz uma ponte, um pacto social, que permite a captura do conteúdo produzido pelo grande capital. Outro exemplo é o do YouTube: informação publicada no Youtube é de propriedade do YouTube. Overmundo também é um *site* com objetivo de mapeamento cultural, cujo organizador, Hermano Vianna, tem parcerias com a Globo e com a Petrobrás. Ele pegou um *software* livre, pagou alguns programadores para alterar o *software* livre, respeitando mais ou menos as licenças originais, e lançou esse *site*. Lá é possível tanto publicar mídias como reportagens, e o *site* paga 26 jornalistas, um em cada estado, para ajudar no mapeamento. Voltando ao *Creative Commons*, ao publicar seu conteúdo sob essa licença, você legitima o processo de apropriação.

experiências dos participantes, relativos à sustentabilidade e à autonomia dos coletivos participantes. Entretanto, selecionamos o de Chico Carminati, que participou tanto da Rádio Muda como de um projeto mantido pelo governo.

Pela Rádio Muda eu viajava muito, sempre dividindo custos. Não havia um objetivo certo, e esse caminho precário nos levou a participar de projetos de governo. Não existe inocência. Eu achava que ia fazer uma coisa interessante, assumi um cargo de coordenação.

A sensação de autonomia é fundamental para que as pessoas produzam mais. O jargão do projeto, a coisa de conseguir dinheiro antes de se ter um objetivo.

No projeto do governo, pensávamos a princípio na autonomia, mas virei um burocrata fazendo coisas escrotas. Ia para o interior e encontrava umas tiazinhas, que faziam artesanato, recebendo aulas de empreendedorismo do Sebrae. As pessoas não sabem como funciona a burocracia. Do outro lado tem uma sala cheia de papéis, onde os processos não andam. A gente começa a pensar pela racionalidade daquele sistema. Fazer oficinas sem dar satisfação a ninguém é totalmente diferente.

Resolver um problema na Rádio Muda é diferente de viver de projeto em projeto. Tem um circuito de ONGs, governo interessados no nosso trabalho, mas esse trabalho também pode ser alienado. Conservar o que já temos não é tão importante (ficar travados juntos). (ENCONTRO..., 2007b).

Sobre a questão, Pablo Ortellado afirma que o trabalho nessas instituições gera resultados e esse é o problema. “Se você está em uma ONG ou na universidade, seu trabalho gera mídia, gera repercussão, resultado” (SANTOS, 2005). Nesse sentido, o problema do financiamento, mesmo quando possui uma certa autonomia, é que ele sempre caminha para uma dependência. Segundo Pablo, mesmo “com uma ideia legal e com toda estrutura, com um grupo montado, quando você perde o financiamento você vai atrás de outro e, quando vê, já está dependente” (SANTOS, 2005).

Para ele, a não diferenciação entre o que é ativismo e o que é trabalho financiado pelo governo está fazendo com que os ativistas ajudem a construir ONGs, universidades e também o governo do PT. Dessa forma, para retomar a autonomia dos movimentos que operam na internet, é preciso separar as duas esferas.

No decorrer do debate sobre a separação de trabalho e ativismo, houve um consenso entre os ativistas de que é necessário fazer tal distinção para manter a autonomia dos veículos de mídia radical e livre e de coletivos autônomos que tem ações na rede telemática, mesmo que tal separação possua especificidades e limitações.

Sobre as especificidades, Elisa, do CMI São Paulo, aponta:

Tem um porém nisso. A maioria de nós é muito nova e o que aprendemos a fazer foi através do ativismo e nossos trabalhos partiram disso. Quando fazíamos um trampo por causa do CMI, o dinheiro ia para o CMI.

No caso do Henrique, em que seu trabalho de fotógrafo é anterior ao CMI, não está claro como conciliar essas coisas. Ele não trabalha por causa do ativismo, mas veio para o CMI por causa do seu trabalho. No meu trabalho com inclusão social e digital de mulheres, eu não falo da Biroscia (ENCONTRO..., 2007b).

A dificuldade mais comum é apontada por Ratho:

Eu ainda não acredito que seja possível separar minhas posições políticas, que estão claras no meu ativismo, das minhas horas de trabalho. Não dá para ser “duas pessoas”, mas não podemos confundir nosso trabalho com o ativismo, não podemos utilizar a estrutura que construímos de forma ativista em nossos empregos. (ENCONTRO..., 2007b)

Entretanto, como avalia Pablo Ortellado:

Dilema: os benefícios não compensam. Com os benefícios, estamos perdendo gente. Os movimentos foram destruídos pelo aparato governamental, nós achávamos que estávamos

fora disso, pois éramos radicais demais, mas o aparato nos incorporou, para ser radical dentro dele.

Nós não podemos achar que nosso trabalho é melhor do que trabalhar para uma multinacional, é ativismo.

Temos um papel mais amplo no movimento de cultura livre, [...] os grupos que começaram com isso, hoje são coordenados por liberais, nós não gerimos esse trabalho. (SANTOS, 2005).

No fim do encontro, foi encaminhada, como havia sido sugerido pelos participantes, a elaboração de um documento em que se estabelecem princípios éticos em aberto⁶⁵, que servirão como sugestão para lidar com as questões debatidas durante o encontro (ENCONTRO..., 2007a).

Destacamos seis desses princípios:

Sobre a autonomia: grupos e mídias livres renunciam e se recusam a recorrer a qualquer entidade política que não a si próprias para constituir sua legalidade e sua normatividade, por acreditar que a sua única fonte legítima é sua emergência a partir dos laços de confiança e solidariedade entre participantes e de cada participante com os coletivos por eles constituídos.

Sobre a apropriação pública: as mídias e os grupos livres defendem e promovem a apropriação pública dos meios de produção (rejeita a sua apropriação privada) e, em específico, dos meios de produção de bens simbólicos e culturais e aos produtos do trabalho intelectual e imaterial.

Sobre o acesso público: as mídias e os grupos livres criam plataformas de comunicação midiática e espaços simbólicos de acesso público, em que se rejeita absolutamente a monopolização vertical da produção midiática; embora estabeleçam princípios éticos e políticos para o acesso aos suportes, não há controle sobre a produção de “conteúdo”, permitindo

⁶⁵ “Em aberto” significa que os princípios são produto do debate naquele momento e que podem e devem ser discutidos pelos indivíduos e coletivos. Não é um manual ou regras rígidas para classificar esse ou aquele como sujeito. Há uma nota explicativa de que em nem todos os pontos houve consenso.

que uma pluralidade de organizações possa se utilizar dos mesmos canais de comunicação.

Sobre autossustentabilidade: as mídias e grupos livres estimulam a geração de mecanismos de autossustentabilidade (ou “autodependência”) local e comunitária. Exemplos: venda de camisetas, comidas, rifas, organização de festas, mostra de vídeos etc. Trata-se de atividades criadas e organizadas para estimular a vivência em coletivo e a escapar das práticas capitalistas. É recomendável que, dentro dos grupos e entre eles, exista uma socialização dos recursos e que os indivíduos também adotem essa prática, compartilhando recursos pessoais com o coletivo, para criar ambientes de solidariedade comunitária, onde ninguém seja excluído por falta de recursos.

Sobre a transformação da sociedade: as mídias e os grupos livres favorecem conteúdos informacionais sobre transformação social ou que retratem as realidades dos oprimidos ou as lutas dos novos movimentos.

Sobre a remuneração pelo trabalho: as mídias e os grupos livres funcionam exclusivamente a partir de trabalho voluntário (ENCONTRO..., 2007a).

O Encontro Cultura Livre nos oferece duas explicações em relação à incorporação de ativistas de mídia radical, mas principalmente pelas suas ideias e práticas terem sido incorporadas pelos programas do governo, o que, no mínimo, tende a transformar muitos dos ativistas em gestores do estado e suas ideias serem ineficazes para barrar o capitalismo informacional.

A ingenuidade política que muitos ativistas de mídia radical tinham antes do programa cultura digital, algo que aparece em algumas falas como a de Pablo Ortellado, como a de que “nós achávamos que estávamos fora disso, pois éramos radicais demais, mas o aparato nos incorporou, para ser radical dentro dele” (SANTOS, 2005), pode ser descrita também como uma das consequências da mentalidade fetichizada em relação às modalidades de trabalho no capitalismo informacional.

A sociedade contemporânea é marcada por um alto fluxo de densidade de informação, que exige que os seus membros funcionem com mais autonomia em relação aos vários domínios da vida social, ao mesmo tempo que também exige uma maior adaptação desses indivíduos aos códigos culturais, sociabilidades e sentidos do capitalismo.

As atividades desenvolvidas pelos coletivos do CMI e por grupos autônomos, principalmente aquelas desenvolvidas no campo da comunicação digital, eram e são ainda de uma enorme utilidade para as empresas e gestores públicos, pois, apesar de apontarem para o anticapitalismo, compartilham com o capitalismo a flexibilidade e a mobilidade necessárias para a produção de novos códigos culturais, sociabilidades e de trabalho imaterial.

O Estado, no caso, age como um potencializador das iniciativas da sociedade civil no campo da cultura, ao mesmo tempo em que age como um agente de cooptação do capital humano e social dos movimentos juvenis, a fim de atender as necessidades do capitalismo informacional de trabalhadores flexíveis e superespecializados para a nova economia da cultura.

A segunda se relaciona com a primeira e se traduz na afirmação de Paíque na entrevista: “Agora a gente está virando um movimento de trabalhadores” e, durante o encontro: “as [...] categorias de trabalho, estruturação produtiva, flexibilização do trabalho, em que medida isso tem relação com a nossa forma de produção”, ou seja, esses jovens, após passar por um período transitório de moratória social, passam a ser eles os sujeitos submetidos a um mundo do trabalho, onde não é possível estabelecer uma trajetória (SENETT, 2009) e, pior, ele mantém, como nos lembra Chico Carminati, “uma sensação de autonomia [...] para que as pessoas produzam mais” (ENCONTRO..., 2007b).

A sensação de autonomia é acompanhada de um deslocamento do tempo/espaço, onde se tem a sensação de que o mundo lhe foge abaixo dos pés. É a fase de perda da moratória social dos ativistas, onde as novas configurações e recombinações das forças os obrigam

a repensar prioridades e sua participação política. Percebe-se, nesse sentido, que os processos de duração necessários para a proteção e a construção de comunidades foram submetidos a uma fratura, que impõem um refluxo de participação no CMI com base nas relações materiais e imateriais geradas pelas contradições do capitalismo e sua capacidade de absorção de práticas radicais.

No CMI e nos coletivos autônomos, a construção de esferas diálogo faz parte da sociabilidade política e também possibilita sua reconstrução, como as que foram estabelecidas no Encontro Cultura Livre e Capitalismo. Nelas, pode-se fazer uma autocrítica, avaliar os descaminhos, a cooptação de ideias e práticas e a flexibilidade de não impor um único caminho, mas sugerir princípios em aberto para se construir a autonomia política e procurar os meios de autossustentar os coletivos e veículos de mídia radical.

Após o Encontro Cultura Livre e Capitalismo, houve uma intensa discussão sobre a elaboração de princípios éticos e de relacionamento, disponíveis na página do encontro. Uma série de comentários criticavam o tom restritivo da linguagem usada na carta e manifestavam discordância sobre o termo acesso público e a profissionalização de pessoas para produzir conteúdos midiáticos.

Nos comentários, verifica-se uma polarização entre os coletivos e ativistas da cultura livre não institucionalizada e os ativistas e coletivos que recebem financiamento estatal e patrocínios. Enquanto que para os primeiros a retomada da ideia de construir relações e tecnologias inapropriáveis pelo capitalismo passa necessariamente pelo abandono total de qualquer vinculação com o governo e patrocinadores, para o restante, a disputa pelo bolo orçamentário é necessária como mal menor, a fim de ampliar os projetos de democratização da comunicação e cultura.

Entretanto, é preciso fazer uma observação: o movimento de cultura livre é um “movimentos de movimentos”, polimorfo, e nem todos seus integrantes (redes, coletivos e indivíduos) apontam para a superação do capitalismo mas pelo contrário, como se observa em redes como Fora do Eixo (FdE) e sua concepção no mínimo peculiar de autonomia e política.

FORA DO EIXO E SUA NOÇÃO PECULIAR DE AUTONOMIA E POLÍTICA

O Fora do Eixo é uma rede de coletivos de artistas, produtores culturais e de mídia que foi criada por gestores culturais no fim de 2005, inicialmente nas cidades de Cuiabá (Mato Grosso), Londrina (Paraná), Uberlândia (Minas Gerais) e Rio Branco (Acre), e que depois se ampliou para 112 cidades de todo o Brasil. Entre as atividades desenvolvidas pelo grupo, estão a realização de festivais de música independente, projetos de economia solidária, a produção de mídia alternativa voltada para mais diversas temáticas sociais e culturais e a formação de quadros para atuar na rede, providenciada por meio de vivências nas quatro Casas Fora do Eixo, onde jovens passam um tempo, que vai de uma semana a seis meses, trabalhando nos projetos da organização para aprender o funcionamento das dinâmicas internas da rede, como ela se mantém e como financia seus projetos.

O gérmen que deu os contornos da organização e as formas de financiamento do FdE foi o coletivo Espaço Cubo, cofundado em 2000, em Cuiabá, pelo então estudante de publicidade e *marketing* Pablo Capilé, atualmente o principal articulador da rede FdE no governo federal. A formação da rede Fora do Eixo é iniciada quando Capilé se articula com produtores culturais das cidades, com a estratégia inicial de promover o intercâmbio cultural de bandas e outras expressões artísticas independentes e sem visibilidade nacional. Entretanto, aproveitando a política de incentivo do Ministério da Cultura, essa estratégia foi sendo substituída pela criação do seu próprio *mainstream*.

Sobre essa mudança, afirma Capilé:

Agora, com a trama bem costurada em 112 cidades, a estratégia é ganhar o *mainstream*, atrair artistas com carreiras mais consolidadas e criar um polo para atrair gente, dinheiro e oportunidades. Em parceria com o Studio SP, principal palco da cidade para novos músicos, já ganharam as noites de terça-feira para agendar bandas do Brasil e da América Latina (NOGUEIRA, 2011).

A organização, segundo sua página na internet, se inspira nas ideias de Paul Singer sobre economia solidária. Foram criados uma moeda, que regula a troca de serviços e produtos, e um banco, que é responsável pela sustentabilidade da rede, administrando e organizando ações de mapeamento de editais de incentivo governamental e patrocinadores, diagnósticos, pesquisas, planos de trabalho e comerciais, projetos, fundos, moedas complementares e fluxo.

O Banco FdE mantém uma conta em comum de *cards* (milhagens aéreas, serviços, produtos) e moedas oficiais, que podem ser utilizadas pelas organizações da rede mediante empréstimos e apoios para seus projetos previamente aprovados pela rede, segundo seu plano estratégico de negócio. Além da conta comum, o Banco FdE atua conectado a outras frentes de trabalho da rede, como responsável pelo mapeamento do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) dos coletivos, de acordo com a distribuição regional e nacional de disponibilidade de recursos de incentivo à cultura governamentais e patrocinadores, informações sobre os possíveis patrocinadores etc.

Já a Universidade FdE é responsável por realizar pesquisas sobre a rede, mobilizar e convidar intelectuais sensíveis à economia da cultura e difundir seus trabalhos, captar recursos e elaborar projetos. Há, ainda, o Partido FdE, uma frente política que se reúne em torno do Partido da Cultura, que não se trata de um partido institucional, mas de uma mobilização que visa a exercer pressão em candidatos e políticos em relação às pautas do movimento de cultura livre e outras, relativas a recursos governamentais de incentivo ao setor.

O FdE recebeu, em 2010, aproximadamente R\$ 2 milhões para seus projetos de festivais de música, de cinema, de economia solidária etc., e R\$ 300 mil em caráter institucional, sem contar os recursos de planos comerciais com a Oi TV (PASSA PALAVRA, 2011). O que permite a essa rede essa fluidez enorme na captação de recursos provenientes de editais governamentais é o grande número de CNPJs e seu banco de projetos. No ano já mencionado, o FdE, usando 57 CNPJs, se inscreveu em 125 editais, sendo que 30 foram aprovados. Segundo um articulador dos Pontos de Cultura de Santa Catarina, a influência política do FdE no Ministério da Cultura, na academia e até mesmo

nas comissões de seleção dos editais, é um dos elementos que explica sua eficiência no que diz respeito à sustentabilidade.

Analisando como o FdE se mantém financeiramente, podemos dizer que a rede assume um modelo de negócios tipicamente da indústria criativa, utilizando-se de técnicas de publicidade e *marketing* social para capitalizar recursos estatais e de patrocínio de empresas. No entanto, o que destaca o FdE de outros agentes que disputam o bolo orçamentário do governo e do mercado com grandes gravadoras e editoras é a construção de sua ideologia e projeto político, que adota parcialmente as pautas e a linguagem ativista e contracultural, ainda que seus objetivos sejam adaptados ao moldes do capitalismo pós-fordista.

Segundo Capilé, em uma entrevista sobre a produção cultural no Brasil:

Pretendemos criar um ambiente favorável para que daqui a trinta anos o presidente da República possa sair de uma perspectiva ligada a isso que nós estamos construindo. Há trinta anos, ele saiu do sindicato, então podemos tentar criar uma plataforma onde a cultura consiga ganhar mais espaço na agenda (PASSA PALAVRA, 2011).

Segundo Alê Youssef, coordenador de Juventude da Prefeitura de São Paulo entre 2001 e 2004, sócio do Studio SP, um dos fundadores do site colaborativo Overmundo e entusiasta da forma de trabalho do FdE:

O Fora do Eixo cria [...] uma geração que se utiliza sem a menor preocupação ideológica de aspectos positivos da organização dos movimentos de esquerda e de ações de marketing típicas dos liberais. É, como disse o teórico da contracultura Cláudio Prado, a construção da geração pós-rancor, que não fica presa a questões filosóficas e mergulha radicalmente na utilização da cultura digital para fazer o que tem que ser feito. (YOUSSEF, 2011).

O termo “pós-rancor”, utilizado por Youssef, é descrito pelo sociólogo Cláudio Prado como uma atitude cultural de “uma molecada

que já superou a dicotomia entre direita e esquerda [...] em um mundo que precisa se reinventar inteirinho” (PRADO, 2010) e que traz as possibilidades abertas pela revolução digital que estão acontecendo neste momento, em que a juventude não sonha com um bom emprego e com um salário fixo.

Segundo Claudio Prado, no III Congresso Fora do Eixo de Uberlândia, em 2010:

Pós-rancor é uma sacada intuitiva minha. A intuição é minha bússola na vida. Minhas certezas todas e minhas decisões nascem sempre de sacadas intuitivas. A razão vem depois, para adequar ideias e caminhos. Ao tentar “explicar” o que é pós-rancor, me deparei com uma encrenca. Por onde começar? Pelo rancor? (#\$%*&*)? Como expressar minha certeza intuitiva, caótica? Dessa angústia, remexida mil vezes, nasceu a ideia de escrever um artigo sobre alguns pensadores do século XX que, na minha opinião, intuía também o pós-rancor. Logo percebi que isso não era um artigo. Era um livro: *Os profetas do pós-rancor* (PRADO, 2010, grifo nosso).

Entre os profetas do pós-rancor, Cláudio Prado destaca nomes como Erich Fromm, Aldous Huxley, Edgar Morin, Carl Jung, Charles Baudouin, Timothy Leary, Anton Makarenko, A. S. Neil, Ilya Prigogine, Karl Pribram, Ken Wilber, Marshall McLuhan, Derrick de Kerckhove, Stanislav Grof, Ivan Illich, Buckminster Fuller, Terrence McKenna, Krishnamurti, Alvin Toffler, Frederic Leboyer e Tim Berners Lee, todos pensadores que, segundo Prado, são marcados por “desvios de comportamento” que os tornaram esdrúxulos, esotéricos, párias de seu meio e destilaram rancor fundamentalista de seus pares do século XX.

A ideia de pós-rancor foi incorporada como uma das ideologias políticas correntes no FdE, que lançou um edital interno para uma vivência de três meses na casa do sociólogo Cláudio Prado em 2012. Apesar de bastante confusa e controversa, a intuição de Cláudio Prado pode ser observada na sua operacionalização, de forma objetiva, na fala de Ney Hugo, gestor da Casa Fora do Eixo de Porto Alegre:

É ideia do Claudio Prado. É pegar essa coisa desse momento que está acontecendo no mundo e que pra gente aqui no Brasil é muito vivo, muito latente. Em exemplos práticos, o pós-rancor seria não negar o patrocínio da Coca Cola, mas também não se tornar refém. Então existe um ponto de equilíbrio entre você não depender da indústria ou do poder público, mas saber sentar pra dialogar, sim. Até porque os recursos que são disponibilizados por uma Petrobras, uma empresa médio estatal ou médio privada, que é um bom exemplo de caso, e que muitas vezes as ações patrocinadas são alvo de apedrejamento e tal. Se aquele recurso que está sendo disponibilizado aí, se não for pra galera da cultura ou a galera que tá fazendo projetos e movimentos sociais, vai ser pra quem? Pra, como diria o Miranda, bancar iate de bacana? (MARCHA..., 2011).

No artigo do coletivo Passa Palavra, *A esquerda Fora do Eixo* (PASSA PALAVRA, 2011), um episódio no mínimo esclarecedor serve como exemplo de como a ideologia do pós-rancor tem mobilizado jovens de classe média e se afastado das pautas, das reivindicações e do conteúdo político dos movimentos sociais e sindicatos.

Em maio de 2011, coletivos antiproibicionistas convocaram a Marcha da Maconha em São Paulo, proibida pela Justiça sob o argumento de fazer apologia às drogas. A marcha foi duramente reprimida pela Polícia Militar, com uso abusivo da força. Após o fato foi convocada outra marcha, na Avenida Paulista, em protesto à repressão policial. Na mesma época, os movimentos sociais e de juventude da cidade vinham promovendo a discussão sobre o uso de armas “menos” letais pela polícia. Nessa segunda marcha, o FdE entrou em contato com os organizadores e, na primeira reunião preparatória, o ato deixou de ser uma marcha contra a repressão policial para se tornar Marcha da Liberdade e, na segunda, Pablo Capilé ficou responsável pelas atividades de comunicação da manifestação, como a transmissão *on-line*, e seu coletivo também arcou com os custos das flores que seriam distribuídas no dia.

No artigo citado, consta que durante a primeira reunião o mem-

bro do coletivo FdE Cláudio Prado e membros do Mobiliza Cultura, das redes dos Pontos de Cultura de São Paulo, discordaram sobre incorporar à marcha qualquer pauta que não fosse a ideia de liberdade. Na segunda reunião, Capilé propôs que se buscasse patrocínio em empresas como a Coca Cola, o que rejeitado pelo coletivo Desentorpecendo a Razão (DAR) e pelo Movimento Passe Livre.

A Marcha da Liberdade foi realizada no dia 28 de maio de 2011, com cerca de quatro mil pessoas dos movimentos Passe Livre, GLBT e pró-legalização da maconha. No dia 15 de junho, a Justiça liberou a realização da Marcha Nacional da Maconha e, no dia 18 de junho, foi convocada a Marcha Nacional da Liberdade.

Apesar de no Distrito Federal e em Florianópolis a Marcha Nacional da Liberdade ter coincidido com a Marcha da Vadias, não tendo tanta adesão, já que a maioria das pessoas presentes se solidarizava mais com a pauta feminista, o que se percebeu na ocasião da Marcha da Liberdade foi que a pauta genérica da ideia de “liberdade”, se por um lado aproximou muitos jovens de classe média convocados pelas redes virtuais, por outro se diferenciou e até mesmo esvaziou a ação coletiva de reinvenções da esquerda e das comunidades pobres, principais alvos da brutalidade policial. Além disso, a comunicação restrita às redes virtuais manteve um contorno maior de capitalização do próprio logo da marcha vinculada ao FdE do que do conteúdo político que a atividade pretendia expressar, uma característica comum nesse tipo ação de *marketing* virtual e de autopublicidade, quando o objetivo é atrair investimentos de patrocinadores.

ESTAMOS COM PROBLEMAS TÉCNICOS

Em 21 de dezembro de 2009, um artigo escrito por colaboradores e ex-colaboradores da rede CMI Brasil, publicado no site do coletivo luso-brasileiro Passa Palavra (COLABORADORES..., 2009), faz uma avaliação sobre os nove anos da rede. Uma passagem em especial aponta um dos problemas que a rede passou nos últimos anos e que haviam sido já mencionados no Encontro Cultura Livre e Capitalismo.

No artigo, Pablo Ortellado comenta que, do ponto de vista tecnológico, é possível dizer que o CMI “foi ultrapassado pelas ferramentas comerciais, como Twitter e YouTube” (COLABORADORES..., 2009). Ele ressalta que essas ferramentas conseguiram radicalizar o processo de democratização da comunicação, embora, ao mesmo tempo, tenham trazido essas ferramentas de democratização para o controle dentro de uma plataforma empresarial.

Sobre o projeto tecnológico do CMI Brasil, Sandino, que participou do CMI São Paulo entre 2001 e 2007, corrobora na entrevista para essa pesquisa as afirmações do artigo, apontando outro aspecto:

Atualmente, o CMI é um projeto tecnologicamente ultrapassado, que perdeu sua autonomia de desenvolvimento tecnológico próprio. Explico: o CMI desenvolvia sua própria plataforma *web* (MIR, SF-Active etc.). Hoje em dia estão discutindo adotar a plataforma Drupal, que é um *software* livre financiado pela *Open Society*, de George Soros. Ou seja, os caras que atualmente tocam o CMI preferem jogar fora os sistemas que a rede Indymedia desenvolveu para adotar um sistema financiado por uma ONG do George Soros.

Pablo Ortellado ainda atribui, na entrevista dada ao coletivo luso-brasileiro, que a perda dessa proximidade mais orgânica com os movimentos sociais se dá na própria natureza da plataforma, que, segundo ele, não é apropriada para movimentos que têm uma organização não horizontal. O ativista explica que, para publicar *release* que é feito pela direção dos movimentos, você não precisa do CMI, basta um *blog*. Portanto, não faz o menor sentido a publicação aberta para esses movimentos. Eles publicam essas notas no *site* oficial e o CMI é simplesmente mais um meio de comunicação daquela nota que foi para a grande imprensa (COLABORADORES..., 2009).

Em resposta aos comentários de Pablo Ortellado no artigo, Toya, uma das cofundadoras do CMI Brasil e uma das programado-

ras mais atuantes no desenvolvimento tecnológico do CMI⁶⁶, explica, na seção de comentários do *site* (COLABORADORES..., 2009), que 80% dos autores do artigo não participam e não acompanham a organização interna do CMI há alguns anos. Sobre o projeto tecnológico do CMI Brasil, Toya afirma que, em relação à tecnologia utilizada pelo CMI, faltou dizer que dentro da rede global existem diversos esforços para atualizá-la e muitos *sites* já foram atualizados. Além disso, ela relata que, no CMI Brasil, existe um projeto de um *site* novo, com funcionalidades novas, que seria lançado em 2010. As dificuldades para migrar o *site* para essa nova plataforma se dão tanto porque o CMI possui milhares de artigos no seu banco de dados como pela falta de pessoas para realizar o trabalho. A ativista explica que, em 2006, a rede Indymedia teve grandes perdas de recursos tecnológicos e humanos, algo que tomou muito tempo e esforço do coletivo técnico e que, se não tivesse acontecido, esse tempo/esforço poderia ter sido dedicado a uma plataforma nova.

Sobre o comentário de Pablo relativo à perda da proximidade com os movimentos sociais e sua relação com a natureza da própria plataforma, Toya responde existir hoje uma maior facilidade de criar *blogs* e *sites*, mas isso não quer dizer que o *site* não tenha um número considerável de acessos, fruto desses nove anos de trabalho do CMI. Segundo dados obtidos pelo *Alexa Internet Inc.*⁶⁷ e apresentados por Toya, o CMI está no *ranking* mundial dos 100 mil sites mais acessados e também pode ser considerado o *site* de esquerda mais acessado do Brasil. “Muitos movimentos e grupos publicam os seus artigos em seus *sites* mas também os

⁶⁶ Atualmente, Toya mora na Califórnia, mas mantém sua participação política no Brasil colaborando com o desenvolvimento técnico do novo *site* do CMI Brasil e em campanhas contra leis que tentam limitar o acesso e a distribuição de conteúdo na internet e em campanhas contra o direito autoral. Na Califórnia, a ativista faz parte da *Bay Area Latin America Solidarity Coalition* – <<http://balasc.org>> –, uma coalizão de organizações em defesa dos povos latinoamericanos e caribenhos, e do Projeto de “Colocation” Comunitário de São Francisco – <<http://sfccp.net>> – uma organização que oferece um espaço seguro na internet para servidores de outras organizações e redes ativistas.

⁶⁷ Serviço de internet que mede quantos usuários de internet visitam um *site* da *web*. Os dados sobre o CMI estão disponíveis em <<http://www.alexa.com/siteinfo/midiaindependente.org>>.

publicam no CMI, já que o número de acessos no CMI será muito maior e, dessa forma, o artigo do movimento/grupo será visto por um número maior de pessoas” (COLABORADORES..., 2009).

A ativista complementa a resposta a Pablo na seção de comentários do artigo afirmando que o CMI nunca perdeu a proximidade com os movimentos sociais e que, pelo contrário, muitos voluntários que começaram no CMI hoje em dia estão em movimentos sociais e continuam publicando informações no *site*. Além disso, diz ela, muitos movimentos sociais enviam suas pautas para o CMI, o que sugere um reconhecimento desses em relação ao trabalho feito pelo coletivo. “O contato segue sim, basta ver as notícias publicadas na coluna do meio do CMI. Existem notícias de diversos movimentos sociais” (COLABORADORES..., 2009).

No debate gerado pela publicação do artigo no coletivo Passa Palavra, Pablo e Toya, co-fundadores do CMI Brasil, apontam que o CMI passa por uma fase de mudança, mas a discussão sobre plataforma tecnológica do CMI e a proximidade da rede com os movimentos é motivo de dissenso.

Pablo Ortellado salienta que cada vez mais ativistas têm usado as ferramentas corporativas como YouTube, Orkut e Twitter para difundir as informações sobre suas ações, o que leva inevitavelmente à apropriação capitalista dos bens culturais produzidos pelos movimentos. Apesar de haver iniciativas no Brasil como a do Portal TV Livre, que usa *software* e licenças livres para exibição e distribuição de vídeos na internet, ferramentas como essas são pouco conhecidas pelos movimentos sociais e coletivos autônomos e até mesmo por muitos coletivos locais do CMI.

Entretanto, dados relativos à página do CMI fornecidos por Toya, do CMI *Tech*, nos permitem visualizar melhor o uso da página como ferramenta para os movimentos sociais.

Tabela 1 – Conteúdo total de artigos publicados no CMI Brasil de 2001 a 2009

Ano	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	Total
P. A.	7.793	12.598	11.827	14.520	12.225	13.317	13.871	12.221	98.372
Ed.	226	445	272	408	601	419	264	205	2.840
L. A.	243	2.172	6.638	9.110	2.437	6.521	6.521	3.170	36.812

Fonte: Estatísticas... (2010).

P. A. – Publicação aberta

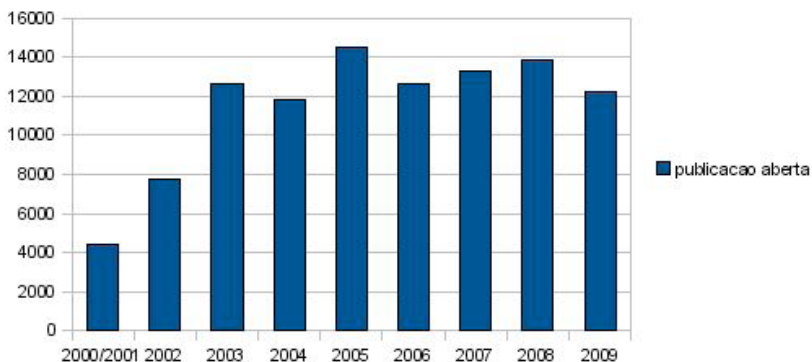
Ed. – Editoriais

L. A. – artigos enviados para o lixo aberto

L. F. – artigos enviados para o lixo fechado

A Tabela 1 mostra que o maior número de artigos publicados na coluna de publicação aberta no *site* de CMI Brasil foi no ano de 2005, com 14.520 artigos publicados. Nos anos posteriores, de 2006 a 2009, houve oscilações mas, em média, ocorreu uma diminuição de mais de 10% no número de publicações.

Gráfico 1 – Artigos de publicação aberta

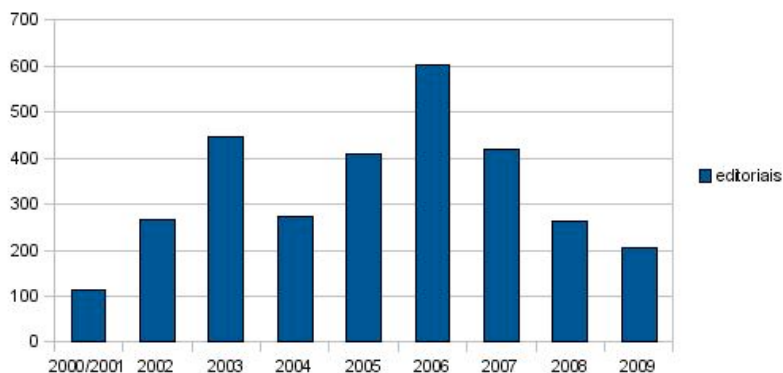


Fonte: Estatísticas... (2010).

Na mesma tabela, podemos visualizar que o número de artigos publicados na coluna central do *site* caiu progressivamente de 2006 a 2009: de 601 editoriais em 2006 para 419 em 2007, para 269 em 2008 e para 201 artigos em 2009. Esses dados devem ser considerados em relação não só à diminuição dos coletivos locais, mas também em relação às atividades fora da internet realizadas pelos coletivos ativos. Além disso, alguns artigos eram publicados na coluna de publicação aberta e foram para a coluna central. O número total de artigos e as oscilações na publicação da coluna de publicação aberta na página do CMI podem ser visualizados no Gráfico 1, com base nos dados da Tabela 1.

Apesar de a coluna de publicação aberta não ter oscilado muito de 2003 a 2009, deve se levar em consideração que a diminuição de coletivos locais ativos colabora, e muito, para a diminuição do uso da coluna por movimentos sociais e coletivos em luta, afinal, a publicação na ferramenta, em muitos casos, não reflete os trabalhos de cobertura e oficinas desenvolvidas presencialmente no cotidiano da cidade.

Gráfico 2 – Editoriais



Fonte: Estatísticas... (2010).

Isso significa dizer, com base na história da rede CMI nos últimos anos, que um número menor de coletivos ativos acabará desenvolvendo, dentro de suas possibilidades e limites, trabalhos mais focados em outras atividades, que não as coberturas e produção de conteúdo. Com base nos dados, podemos apontar que o maior refluxo atinge a coluna central do *site*, mas o número de usuários que faz uso do CMI para publicizar suas lutas está estável. Esses dados apontam que a página do CMI Brasil tem sido usada pelos movimentos e demais usuários para publicizar conteúdos, mas também reafirmam a consideração de Pablo Ortellado de que o número de publicações não acompanha o crescimento de ações coletivas que se desdobraram nos últimos dois anos.

Seria impreciso estabelecer conclusões sobre o uso da página do CMI por meio dos gráficos e tabelas e até mesmo pouco frutífero para a pesquisa, tendo em vista que nosso interesse não se debruça apenas na eficácia da ferramenta virtual, mas em todas as atividades dos coletivos locais e no sentido que esses jovens dão a sua participação política. Sobre isso, ainda devemos lembrar que, apesar do acesso à internet e da população ter crescido junto com seu poder e consumo⁶⁸, do ponto de vista qualitativo é interessante perceber que, além das consultas aos *sites* de notícias da mídia comercial ser ainda muito superior do que aos veículos de mídia alternativa, o uso de comunidades virtuais pelos jovens brasileiros tem gerado frequentemente uma série de polêmicas.

Entre essas polêmicas, estão os insultos racistas e xenófobos contra a população nordestina e a chamada “orkutização do Facebook”, termo preconceituoso que se refere ao uso da comunidade virtual por pessoas identificadas como pobres pelos usuários mais antigos ou pelos novos usuários, ambos provenientes quase que exclusivamente das

⁶⁸ Instituto Datafolha a pedido da F/Nazca. A pesquisa F/Radar revelou que o número de internautas brasileiros chegou aos 64,5 milhões em agosto de 2008 – 5,5 milhões a mais do que o número registrado no primeiro semestre de 2007. Isso significa dizer que 48% de toda a população nacional maior de 16 anos já possui acesso à rede. Ao todo, foram realizadas 3.003 entrevistas, distribuídas em 172 municípios, sendo que 40% envolvem regiões metropolitanas e 60%, o interior. Disponível em: <http://tobeguarany.com/internet_no_brasil.php>. Acesso em: 14 jun. 2012.

classes média e alta das regiões Sul e Sudeste⁶⁹.

Essas demonstrações de intolerância e preconceito de classe na internet apontam para algo já revelado em pesquisas sobre as elites da juventude brasileira, que se focam não nos grupos de extrema-direita declarados, mas nos jovens das classes média e alta e sua tendência de adaptação à ideologia capitalista do culto ao dinheiro e *status* como marca de distinção em relação aos jovens provenientes das classes mais pobres.

As comunidades virtuais servem para esses indivíduos como um meio de publicização de suas performances em gestos e de consumo para exaltar sua condição social e demarcar uma distinção entre os seus pares e os demais jovens. As manifestações de intolerância, longe de serem fatos isolados, são fatos comuns com grau de intensidade moderada ou extremamente violenta, que servem como dispositivo de poder constituintes de critérios, normas e valores.

Contudo, se as comunidades virtuais servem como dispositivos de poder típicos da sociedade de controle, também podem agenciar a rebeldia contra o destino traçado a esses jovens pelas instituições e pelo sistema de produção, tendo a classe média como porta de entrada para o ativismo na cultura livre e contracultural.

Ainda sobre os recursos técnicos, Sandino questiona o coletivo técnico e afirma que é preciso fazer um esclarecimento sobre deixar de usar um sistema gerenciador de conteúdo desenvolvido pela rede CMI para usar um gerenciador de conteúdo financiado pela *Open Society*, de George Soros. Segundo dados coletados na lista do coletivo técnico do CMI, o gerenciador de conteúdo que era usado nos primeiros anos da rede, o MIR, parou de ser desenvolvido pela comunidade de *software* livre entre 2005 e 2006. A decisão de se usar parcialmente outro

69 Dados da desigualdade social na internet, segundo o Senado Federal: dos 10% mais pobres, apenas 0,6% tem acesso à internet; entre os 10% mais ricos, esse número é de 56,3%. Somente 13,3% dos negros usam a internet, mais de duas vezes menos do que os de raça branca (28,3%). Os índices de acesso à internet das regiões Sul (25,6%) e Sudeste (26,6%) contrastam com os das regiões Norte (12%) e Nordeste (11,9%). Leonardo Antonioli. Estatísticas, dados e projeções atuais sobre a Internet no Brasil. Disponível em: <http://tobeguarany.com/internet_no_brasil.php>. Acesso em: 14 jun. 2012.

gerenciador de conteúdo – no caso, o Drupal – foi tomada com base no fato de que a maioria dos programadores conheciam esse gerenciador de conteúdo e tinham maior familiaridade com a linguagem usada (php) do que com a do MIR (Java).

Segundo a mesma fonte, apesar da familiaridade de muitos programadores, estava sendo preciso um esforço bastante grande do coletivo técnico para estudar o gerenciador, desenvolver o *site* novo e migrar o conteúdo.

Embora os problemas relacionados às tecnologias digitais de produção e distribuição da mídia serem importantes, outro aspecto do ativismo desenvolvido pelos membros do CMI precisa ser analisado. Estamos falando das dificuldades de se trabalhar em rede usando a horizontalidade e decisão por consenso. Nesses espaços há um tencionamento constante para que os coletivos locais não se fechem em grupos de afinidade e para que relações pessoais não se coloquem com um obstáculo para essa forma de organização, algo que, ao longo do desenvolvimento dessa pesquisa, nos pareceu muito importante para entender a participação política dos sujeitos pesquisados.

CONSENSOS E DISSENSOS NO CMI BRASIL

Durante as entrevistas, alguns apontamentos sobre as dificuldades de se trabalhar em rede e de se chegar a consensos foram destacados pelos voluntários do CMI Brasil. A primeira dificuldade, que aparece com mais frequência, é a demora em se chegar a um consenso em âmbito nacional. O problema não é visto como falta de iniciativa de se discutir a proposta, mas produto das dinâmicas dos coletivos locais e das barreiras geográficas para se fazer reuniões presenciais. Pedro, do CMI Tefé, do Amazonas, destaca que moramos em um país continental e que a realização dos encontros privilegia as regiões metropolitanas, onde há maior número de militantes, dificultando assim a presença de coletivos das regiões mais distantes.

Horta, voluntário do CMI Curitiba, acredita que os encontros deveriam ser frequentes, por serem uma das formas mais eficazes de

reforçar a troca de experiências entre os coletivos e potencializar a rede. O voluntário lembra, durante a entrevista, que uma das mais ricas experiências do CMI local com outros coletivos da rede foi quando voluntários de outros coletivos estiveram na cidade para cobrir a Convenção da Biodiversidade e o III Encontro de Partes do Protocolo de Cartagena.

Quanto às dinâmicas dos coletivos, um outro problema frequente é conseguir marcar reuniões com uma periodicidade constante, com tempo suficiente para discutir toda a pauta local e nacional e em tempo hábil para responder à rede. Entretanto, Foz, do CMI São Paulo, destaca que, às vezes, meios como o *e-mail* geram ruídos, que fazem as discussões perderem o foco e que as relações pessoais podem interferir nas decisões.

O problema também é apontado pelo ex-voluntário do CMI Florianópolis, Camarada D, ao relatar o processo de decisão sobre a proposta do coletivo de se criar um *site* próprio. Em resumo, o ex-voluntário afirma que a proposta era simples: a criação de um *site* específico do CMI local, submetido à política e à lista editorial da rede. As matérias produzidas pelo CMI Florianópolis alimentariam tanto o *site* local como o nacional, não perdendo visibilidade dada a dinâmica de publicações na página do CMI como ela é até hoje, onde, a cada nova publicação na coluna central, a anterior vai descendo até que saia da página principal. A ideia foi bloqueada pela rede por causa da proximidade entre voluntários do CMI São Paulo, que na época moravam juntos e tinham desavenças pessoais com o entrevistado, e que avaliavam que o CMI Florianópolis era controlado por uma única pessoa.

Sobre as relações entre os voluntários, Paíque do CMI Distrito Federal avalia que não há nenhuma grande questão que divida as pessoas no CMI, como nos anos anteriores. Na sua opinião, se houvesse, o CMI não sobreviveria a uma discussão mais densa, pela estrutura existente hoje, apesar de a decisão por consenso estar institucionalizada na rede.

Para Paíque, as vantagens da forma de decisão por consenso é que a ideia do consenso leva todo mundo a elaborar diversas propos-

tas, o que enriquece muito o debate. No entanto, essa forma de decidir é muito mais cansativa e expõem muito mais os participantes individualmente.

A possibilidade dessa vinculação da briga pessoal é latente, a gente já teve muitos problemas com isso [...] por personalidades mesmo. Às vezes por pessoas que (pausa) vem por discussões pontuais, por questões de princípios, não abrem mão etc. O problema do consenso é que ele tem que ter uma maneira boa de construir para não gerar muito mais mágoas.

Ao responder a pergunta “Você acha que tem hierarquia na rede?”, o entrevistado oferece mais detalhes:

[...] como a gente não tem uma cultura de organizações democráticas na sociedade, o que te faz sair do 0% ao 100% nos coletivos, ao mesmo tempo são suas capacidades e o movimento, o que pode levar muito por suas vaidades. Então, em uma organização tradicional hierárquica, sua vaidade pode chegar a 100%. Nessa organização sempre se vai lidar com vaidade e humildade.

Outro problema apontado por Paíque é que as pessoas que têm muitas capacidades são vistas como pessoas que querem concentrar poder. E, muitas vezes, as pessoas têm grande capacidade e têm grande vaidade. “[...] Quando esse tipo de problema aparece, o coletivo, em vez de buscar que o voluntário vaidoso tenha mais humildade, procura meios para que ele deixe o coletivo”. O entrevistado chama essa característica na forma de lidar com o problema de vício dos nossos movimentos:

[...] é uma corrida para o fundo do poço. [...] Bakunin já dizia que o socialismo é uma sociedade que resolve seus problemas. E se a gente tem problemas, tem que saber resolver, [...] para gerar unidade. [...]. Desmerecer a pessoa porque ela não mais ‘pura’ [...] é uma corrida para o fundo do poço.

Sandino, que saiu do CMI São Paulo em 2007, é bem mais

pessimista e aponta a maturidade política de muitos voluntários como um problema, afirmando que, após a rede crescer, muita gente não tem maturidade para atuar em rede sem confundir aquilo com uma rede de amigos. Para Sandino, o texto *A tirania das organizações sem estrutura*, de Jô Freeman (1970), retrata o que “detonou” a rede nacional do CMI e os coletivos locais.

Nas passagens acima, destacam-se quatro pontos que se relacionam: o primeiro, uma dimensão espacial e de contexto diferenciada de realidades locais; o segundo, um processo que possibilita a elaboração de várias respostas a um problema, mas que expõe a subjetividade dos sujeitos à depreciação, o terceiro ponto, o comportamento desses sujeitos quanto aos conflitos internos instalados, e o quarto, a maturidade política e a tendência de, na hora dos conflitos, se fecharem em grupos de afinidade.

Apesar de visualizarmos os quatro pontos como inter-relacionados, podemos dizer que os três últimos têm uma característica em comum: eles remetem ao desafio de superar o personalismo no interior das organizações que buscam desenvolver uma nova forma de participação e sociabilidade política, para que a política ganhe uma dimensão supraindividual.

Ao procurar desviar das práticas presentes na *Realpolitick*, o CMI Brasil, tanto no âmbito da rede como dos coletivos locais – nos casos específicos em que há maior tencionamento entre seus membros –, acaba caindo em outra armadilha. É o impedimento de que seja construída a solidariedade necessária para o reconhecimento do outro e de que seja construída uma sociabilidade política, em que os interesses, subjetividades e desejos tomem uma dimensão supraindividual.

No cotidiano, esses conflitos são potencializados pelo purismo político-ideológico, engendrado pela imaturidade política de voluntários, que veem na dedicação de um voluntário a tentativa de essa pessoa se tornar uma liderança cristalizada. Por meio de ruídos nas listas de *e-mail*, fazem as discussões perderem o foco, como destacou Foz, do CMI São Paulo.

A impessoalidade da comunicação midiaticizada e o transporte de

questões pessoais para dentro da esfera de decisão da rede são práticas que, mesmo não intencionais, desgastam a relação entre as pessoas e colocam a subjetividade dos indivíduos em um processo de depreciação. Isso faz da política uma relação de troca, em que a possível formação e proteção da comunidade se perca em meio a disputas e a resolução de conflitos gere grupos de afinidade que fragmentam a rede.

Nesse sentido, o maior desafio da rede CMI Brasil em relação a sua organização é usar suas alavancas, ou seja, seus conceitos políticos construídos ao longo dos seus nove anos, para solucionar conflitos entre seus membros. A proposta é procurar não apenas abolir os vícios do movimento, mas também retomar a característica educativa de estimular a capacidade de discernimento dos seus voluntários, contidas nos princípios de horizontalidade e decisão por consenso. Para isso, é necessário também ligar tais práticas ao fomento de uma política de autossustentabilidade eficiente para manter sua autonomia perante o Estado e o mercado, não onerando tanto seus voluntários ativos nem aqueles a quem o processo de perda da moratória social afastou do coletivo para dedicar-se ao trabalho e à militância em outras organizações, potencializando atividades de longa duração e outras atividades que dependem de mais recursos financeiros.

O processo pelo qual o CMI Brasil passa atualmente não nos dá condições de avaliar qual será o resultado, porque as mudanças que estão ocorrendo de forma gradual e proporcional dependem, nesse momento, da disponibilidade de recursos humanos e técnicos para a latência ou a desarticulação de muitos coletivos locais. As discussões da rede, a atuação de coletivos do CMI nos movimentos sociais, a criação de redes como a Flor da Palavra e outras atividades demonstram que os voluntários estão cientes desses dilemas. A necessidade de respondê-los cabe a todos os envolvidos, estejam desenvolvendo atividades nas comunidades ou desenvolvendo atividades de implementação do *site* novo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta pesquisa, expôs-se que a rede Indymedia nasce do Aseio da comunidade ativista anticapitalista, produto da troca entre comunidades autônomas e experiências de mídia radical, e se expande e entra em refluxo seguindo os ciclos de luta da juventude contestadora.

O primeiro ciclo de luta da juventude contestadora independente corresponde ao momento de maior visibilidade do movimento de resistência global ao capitalismo. As coberturas e atividades nas campanhas contra o neoliberalismo, os encontros, a circulação de materiais audiovisuais e de voluntários e a utilização da publicação aberta possibilitou a disseminação do ideário anticapitalista e da cultura livre, proporcionando a expansão da rede por todo o Brasil.

O segundo ciclo inicia após a perda da visibilidade das ações coletivas do movimento de resistência global, consequência direta do aparato de repressão nos países ricos após 11 de setembro, da necessidade de mobilização contra as guerras imperiais e os conflitos gerados por elites conservadoras na América Latina. As manifestações contra os aumentos das tarifas de transporte coletivo, como em Salvador e Florianópolis, as coberturas e os vídeos produzidos, além de outras atividades desenvolvidas nos movimentos de luta por moradia, delinham esse segundo ciclo, produto dos laços de solidariedade que foram construídos com outros sujeitos coletivos ao longo dos primeiros anos de existência da rede.

Os conflitos localmente situados, os espaços onde os adversários podiam ser identificados facilmente e as conquistas, ainda que momentâneas, surtiam efeitos imediatos, geraram mudanças no CMI Brasil. Essas mudanças acompanharam os ciclos de luta da juventude contestadora independente em momentos de latência das ações coletivas nos dois primeiros ciclos.

O terceiro ciclo tem como elemento central as especificidades do CMI, que são próprias de uma rede de coletivos que usa as novas tecnologias de comunicação e informação como parte de seu ativis-

mo e organização e que possui uma composição juvenil orientada por concepções de um imaginário político heterodoxo de esquerda radical. Por isso mesmo, a rede apresenta tanto novas sociabilidades políticas como também dilemas e dissensos ante os constrangimentos e limitações impostos pelo Estado e pelo capitalismo.

Inicialmente, podemos dizer que os coletivos locais do CMI que mantiveram contato com as lutas sociais locais conseguiram manter suas atividades ainda que de forma descontínua. Os coletivos que não conseguiram adequar as bruscas mudanças no seio da contestação juvenil ao estabelecido foram aos poucos se isolando por meio de uma lógica de grupos de afinidade, até deixarem de existir.

Esse fenômeno implicou a estabilização no crescimento da rede CMI Brasil, a posterior diminuição do número de coletivos ativos e de pessoas participando ativamente e a geração de outras formas de participação. Exemplo disso são voluntários que, ao saírem dos coletivos locais, passaram a colaborar de forma esporádica, realizando coberturas e atividades por meio dos movimentos de que atualmente fazem parte.

Entretanto, qual seriam as características da participação política dessa geração de ativistas? Sem perder de vista outras variáveis e especificidades locais, podemos visualizar tais características em suas falas sobre contracultura, o sentido da política e a importância que dão ao vivenciar, no presente, as práticas libertárias e os processos para a democratização da sociedade. Muitos dos jovens voluntários do CMI se interessaram por política por meio da contracultura e, ao longo de sua trajetória, foram constituindo suas concepções pela troca de experiências com militantes de movimentos sociais e comunitários, durante as atividades desenvolvidas por seus coletivos e outros grupos do qual eram membros.

Apesar de muitas vezes não estar explícita visualmente, a contracultura é parte da constituição desses voluntários como sujeitos políticos e constituinte de sua forma de participação, moldando seu corpo e seu imaginário. São adeptos da contracultura mesmo sem perceber e carregam essas marcas por toda a vida. Dessa forma, seus gostos não são restritos ao consumo.

A politização do cotidiano por meio da política configurativa nos momentos de contato com outros setores movimentalistas, ainda que possa causar um estranhamento, desperta a necessidade de diálogo, criando espaços onde os estereótipos construídos pela manipulação da mídia convencional podem ser quebrados. Essa relação não é unilateral, pois os traços ostracistas da contracultura pelo consumo da rebeldia são questionados e obrigados a serem reavaliados por seus adeptos. Nesse sentido, pode-se dizer que as atividades ao longo de sua trajetória garantiram, ao mesmo tempo, a troca de significados, o reconhecimento e a solidariedade com os movimentos sociais, não se perdendo em meio ao vanguardismo e ao isolamento comuns nos veículos de mídia radical (DOWNING, 2002), possibilitando o amadurecimento político de voluntários no CMI.

Ao relacionar o sentido que os voluntários dão à política feita pelo Estado e instituições com a dos espaços que participam, podemos visualizar que, apesar de definirem que o papel dessas instituições é a manutenção do poder que priva os indivíduos da sua autodeterminação, percebem que ainda se pode pressionar o Estado para a obtenção de conquistas objetivas, que possibilitem uma vida mais digna às pessoas. Entretanto, como nos lembra Paíque, voluntário do CMI DF, “não se pode tomar a casa grande com as armas do senhor”. Para os voluntários do CMI, a política baseada no valor de uso é aquela realizada pelas pessoas a fim de construir outras relações de sociabilidade nas organizações políticas e decidirem por elas os rumos da comunidade.

O sentido que dão à democratização da mídia aponta que seus objetivos é reforçar as iniciativas de cunho popular, em que os sujeitos se empoderam dos meios de produção e distribuição da informação. Nesse caso, os coletivos locais e suas atividades servem como espaços de socialização política, onde a produção da informação é problematizada segundo a ideia de democracia direta. A produção da informação não deve estar restrita aos interesses de quem se beneficia diretamente com o monopólio dos meios de comunicação de massa, aos critérios dos especialistas e nem do próprio CMI, como se fosse um porta-voz dos movimentos sociais.

Apesar de não abrirem mão de serem produtores da informação,

até mesmo porque os voluntários são ativistas em outras organizações e movimentos sociais, a relação que estabelecem com o que estão fazendo ao difundir a ideia de quebra do paradigma produtor especialista vai além do ativismo midiático, afinal, qualquer pessoa hoje conectada à internet pode criar seu *website* e *blog*, direcionando-se para a construção de redes sociais do ativismo na mídia radical com os movimentos populares.

O papel dos voluntários é influenciar, respeitando a pluralidade das formas, as pessoas a se organizarem nos movimentos populares, segundo suas concepções de democracia e acesso a informação. Quando se afirma que o sentido que os voluntários dão a sua atuação nos movimentos sociais e comunidades é de influenciar, nos deparamos com outra característica, com a ideia de que, apesar de ser importante, o CMI não é imprescindível. Para os voluntários, não se trata de estar em uma organização que abrigue suas concepções, mas de estar em uma organização que aponte para sua dissolução quando se atinja ou se perca seus objetivos concretos.

Os jovens contestadores independentes não desejam para si o destino de organizações que, ao longo do tempo, perderam seus objetivos e tornaram-se gestores do capitalismo. O exemplo mais nítido está na crítica aos sindicatos e partidos de esquerda, ao afirmarem que essas organizações se tornaram mecanismos de centralização de poder, se renderam ao pragmatismo da *Realpolitick* e obstruindo os processos de auto-organização das lutas sociais, tornando-se gestores da manutenção da opressão e exploração dos trabalhadores.

Evidentemente, essas críticas não são novas. Elas estão presentes nas lutas históricas dos movimentos das classes trabalhadoras e em teses anarquistas e marxistas autonomistas, que ganharam espaço entre a juventude ativista de esquerda na última década. O que há de novo é a conjuntura histórica que estes jovens vivenciam. Além disso, o ciclo de revoltas provoca mudanças nos movimentos de base territorial, que apontam para a auto-organização da vida comunitária tanto no meio urbano como no rural, e na convivência com as dificuldades de se ter bases materiais para haver autonomia do Estado, fazendo com que suas táticas e estratégias sejam incompletas.

Assim como os movimentos populares têm utilizado os mandatos dos partidos de esquerda para exigir do Estado políticas públicas, muitas das atividades desenvolvidas pelos coletivos de mídia radical têm sido financiadas por doações de organizações sindicais. Isso não significa dizer que se crie uma dependência dos coletivos de mídia radical com essas organizações em relação às atividades ou à perda da autonomia política ao ser dada ênfase às lutas anticapitalistas. No entanto, esbarra-se na contradição de terem que contar com o apoio de organizações vistas pelos próprios jovens contestadores como parte do sistema, principalmente nos momentos em que são necessários muitos recursos financeiros para dar visibilidade aos conflitos locais.

No Brasil, os movimentos autonomistas e de mídia radical compostos por jovens estão ainda na fase em que os recursos materiais são escassos, enquanto que os movimentos autonomistas e anarquistas organizados no movimento dos trabalhadores estão em fase de ascensão, mas ainda tênue para dar suporte a tais iniciativas. Algumas iniciativas embrionárias de trabalho colaborativo e cooperativismo estão em curso, mantidas por iniciativa de voluntários. Essas iniciativas podem apontar para a construção de uma base material mais sólida, que atenua a necessidade de contar com doações para manter os veículos de mídia radical.

As características que permitem fazer a diferenciação entre esses três momentos no CMI não são baseadas apenas em quais ações coletivas os voluntários estavam participando, mas na observação de que esses jovens vivenciavam uma transição no movimento juvenil autonomista no Brasil. Essa transição não ocorre sem conflitos e dissensos. Pelo contrário, apesar de tecerem críticas muito duras à formação de hierarquias informais nos movimentos, como descritas por Freeman (1970), e perceber que a competição e o individualismo são elementos regressivos do capitalismo, presentes até mesmo nas organizações de esquerda, esses jovens ativistas acabam por reproduzi-las, em certos momentos, em suas organizações.

No CMI, apesar de a decisão por consenso estar institucionalizada nos coletivos, a grande dificuldade é lidar com as vaidades, que obstruem os processos nessa forma de tomar decisões. Muitas vezes,

no passado, em vez de se buscar meios para que esses voluntários fossem mais humildes e receptivos às críticas, o que se fez foi solucionar o problema afastando o voluntário apontado como autoritário e centralizador.

A imaturidade política e a falta de uma cultura democrática nas organizações de esquerda, no Brasil, são apontadas como motivos para a dissolução de coletivos, por falta de participação e afastamento de voluntários. A corrida para o fundo do poço, como diz Paíque, só não foi pior pela capacidade de autocrítica e de diálogo, marcas do ativismo dos jovens contestadores independentes.

Embora os dissensos e conflitos internos tenham sido componentes dos processos descritos como problemas para a rede CMI, também fez parte dos desafios desses jovens, assim como os demais jovens submetidos aos apelos por conformidade, o pragmatismo da *Realpolitik*, a necessidade das empresas de se adequarem ao capitalismo informacional e à transitoriedade inerente condição juvenil. O CMI Brasil, como produto das lutas sociais e do desenvolvimento tecnológico, histórica e espacialmente situado, vai ter como característica marcante a composição juvenil, uma entre as tantas outras formas de ser jovem que encontramos.

Se por um lado esses jovens, por meio de suas ações coletivas, trouxeram para o seio do debate da esquerda brasileira os princípios políticos de autogestão e horizontalidade das redes de resistência comunal e a política do cotidiano da contracultura, por outro lado foi a composição juvenil um dos fatores que impôs possibilidades e limites ao desenvolvimento e ampliação desses princípios políticos e formas de participação política que orientam para a retomada do valor de uso da política.

Sobre as possibilidades, destaca-se que a capilaridade dos jovens brasileiros do CMI com as tecnologias de comunicação e informação, assim como a moratória social que gozavam, permitiu a construção de redes sociais e das ferramentas midiáticas pelas quais se pôde propiciar um sentimento de pertencimento a uma luta global dos povos do sul e do norte em busca de uma sociedade mais justa e igualitária,

mesmo nos momentos onde se lutava por questões pontuais, como a redução da tarifas de ônibus.

Sobre os limites, destaca-se que as táticas e estratégias comunicacionais e de participação política iniciadas pela geração de Seattle possuem modulações e configurações que tanto pode servir à emancipação como para adaptar os jovens aos seus apelos por conformidade do Estado e ao capitalismo informacional.

O conceito de liberdade está em disputa na mídia radical alternativa, no meio estudantil universitário e contracultural. Esses espaços comuns aos voluntários do CMI passam por constantes oscilações provenientes de ideários coletivistas, que veem o outro como possibilidade, e ideários individualistas, que veem o outro como limite. Destacamos que essa disputa se relaciona diretamente à produção da vida material e à trajetória dos sujeitos políticos, no caso, os jovens organizados em redes ativistas que, assim como os demais jovens de sua geração, passam por mudanças muito rápidas. Essas mudanças reafirmam que, apesar das instituições contarem com a juventude para seus projetos, não conseguem anular completamente sua autonomia de contestar o estabelecido.

Desde que o governo federal passou a incentivar a produção cultural sob o modelo a indústria criativa, percebe-se uma ampliação do apelo por conformidade nesses espaços, por meio de uma visão limitada sobre o Estado e as correlações de força no capitalismo. Um dos exemplos são discursos de grupos de cultura livre e ativistas que desconectam a ação do Ministério da Cultura e as políticas de governo nas esferas da economia, ambiental, da educação, da comunicação, das questões dos conflitos agrários e de desenvolvimento, como se fossem coisas diferentes e não produto de mudanças na constituição da vida material no capitalismo informacional.

A segunda desconexão colocada pela *Realpolitik*, que corresponde à relação do mundo do trabalho de jovens universitários e recém-formados com a política do governo social liberal do PT, possui uma ambiguidade, que aproveita a característica dos jovens em relação ao mundo do trabalho, como se costuma dizer, de “fazer o que gosta e

receber por isso”. Ao fazer o que gosta, o jovem vai se tornando gestor das políticas do governo, ao mesmo tempo em que vai reificando as bases da exploração do seu trabalho, pois a sensação de autonomia aparente não passa de um círculo vicioso de dependência, conforme descrito por Pablo Ortellado.

As limitações da radicalidade política dentro da máquina estatal têm como componente o esvaziamento do sentido dos conceitos políticos, produzidos pelas correntes anticapitalistas de resistência ao capitalismo. Os exemplos mais visivelmente perceptíveis são os das categorias “coletivo”, “cultura livre” e “ativismo”.

A categoria “coletivo”, para designar grupos de afinidade, livre associação de ativistas e convergências de indivíduos, passa também a ser usada por artistas e militantes partidários, com o objetivo de atingir um objetivo específico anticapitalista e antiestatal, herdado do anarquismo, que na maior parte das vezes são pessoas jurídicas e grupos que se formaram apenas para concorrer aos editais e prêmios do governo.

Paradoxalmente, o ativismo como definição de uma participação política diferenciada das práticas da esquerda tradicional é generalizado como definição de todas as vertentes de produção midiática alternativa, mesmo aquelas que são organizadas e produzidas por profissionais reproduzindo o paradigma da mídia convencional, mas que disponibilizam os serviços de forma gratuita para o usuário.

A confusão entre coletivos institucionalizados e não institucionalizados anticapitalistas se estende a outra categoria, a “cultura livre”. No movimento do mesmo nome, a cultura livre designava a produção tanto de coletivos de mídia tática como de contrainformação, orientados por teses anticapitalistas de apropriação dos bens culturais e dos meios de produção e distribuição da informação em prol de uma democratização ampla e transformadora. Nos coletivos institucionalizados, o sentido que é dado à categoria “cultura livre”, na maior parte das vezes, serve para a produção de uma mídia alternativa, desconectada dos movimentos sociais mais amplos e financiada pelo governo, e não são convencionais na forma, mas podem ser facilmente absorvidas pelas

multinacionais e empresas que dominam o setor de comunicação de massa e nichos específicos de mercado.

Entretanto, o que destacamos não é se esses grupos institucionalizados têm conseguido ampliar a distribuição de bens culturais na internet, mas como seu discurso pragmático sobre a questão do financiamento de projetos serviu para frear os processos de duração. Eles são necessários para que a auto-organização das comunidades ativistas de mídia conecte a autogestão política à autogestão econômica e fortaleça o processo de incorporação de técnicas alternativas pelo capital.

No que tange ao CMI Brasil, foram, direta ou indiretamente, todos esses processos descritos que serviram para enfraquecer o movimento autônomo juvenil e de mídia radical. Os voluntários viveram a experiência de ver seus conceitos esvaziados e seu trabalho apropriado pelo capital. Sobre essa questão, podemos ainda dizer que muito do trabalho desenvolvido por ativistas de mídia radical foi absorvido pelo capitalismo, por meio de um fetichismo em relação a tecnologias sociais. O ativista produz ferramentas tecnológicas e licenças de direito autoral pensadas como as mais livres, mas restritas a poucos e financiadas pelo Estado, o que retira do produto do seu trabalho uma reflexão de como o valor de troca da política tradicional estava embutido.

Apesar de a maioria das rádios livres e do CMI ter mantido sua política de autonomia em relação ao Estado e ao mercado, a ida de muitos artistas e ativistas do meio juvenil autônomo para as ONGs e programas do governo acaba por impor um processo regressivo, onde muitas das pautas, conceitos e o trabalho da mídia radical pós-Seattle são incorporados, perdendo seu sentido emancipador e de contestação ao estabelecido. No CMI, a defesa do acesso livre à informação e ao conhecimento e a crítica ácida ao aparato jurídico do direito autoral se dão por práticas objetivas de produção de conteúdo por *copyleft* e da capacitação dos voluntários e ativistas em oficinas, que incentivam a utilização de ferramentas de *software* livre.

Ao ligar a ação prática aos pressupostos políticos ideológicos da cultura livre, o objetivo era difundir a crítica aos meios de apropriação do trabalho imaterial pela indústria criativa e do desenvolvimento da

tecnologia apenas para se obter benefícios individuais. O maior obstáculo, além dos limites colocados pela falta de recursos para possibilitar o desenvolvimento de projetos a longo prazo, deu-se por não se conseguir divulgar amplamente o *copyleft*, diante da grande visibilidade concedida pelas empresas e pelo Estado para as licenças de direito autoral alternativas, que permitem fins comerciais.

A autocrítica acerca das relações políticas e pessoais dentro da rede CMI está sendo realizada, mas é um processo em curso e por isso preferimos não apontar qual será o desfecho. No entanto, percebe-se que, na continuidade das atividades do CMI em São Paulo e Curitiba, na rearticulação de coletivos dissolvidos ou que haviam passado por um refluxo de participação, como os coletivos da Bahia e de Florianópolis, e na criação de novos coletivos, como o de Tefé, que a rede procura solucionar os seus problemas com os recursos e discussões acumuladas, adquiridas ao longo dos nove anos de existência.

O CMI Brasil é uma rede que ainda mantém uma composição bastante juvenil, mas sua longevidade tem apontado a formação de outra composição, a de jovens que estão ingressando em outra fase de sua vida, acompanhando o processo de perda de moratória social dos jovens contestadores independentes do início da década, como nas palavras de Paíque, do CMI Distrito Federal, de que “estamos virando agora um movimento de trabalhadores”.

Muitos dos ex-voluntários do CMI, atuais colaboradores que militam em outros movimentos sociais ou que permanecem na rede, assim como os demais voluntários, demonstram que há um amadurecimento político das práticas que apontam para uma sociabilidade política, em que é possível visualizar o conceito de política como valor de uso. Ao se repensarem, os ativistas buscam alternativas dentro dos conceitos que dão sentido à formação e proteção de comunidades e que engendram novas sociabilidades políticas. A perda da moratória social (MARGULIS; URRESTI, 2000) está pautando novas questões para os jovens contestadores independentes, em que a experiência nos movimentos sociais amplia a possibilidade de quebrar com o paradigma emissor-receptor da informação e do produtor especialista de mídia e usuário, tendo

como base a reformulação dos conceitos de comunicação tanto no CMI como nos movimentos sociais com quem vêm atuando.

Os processos que fazem uma geração de jovens contestadores sentirem-se parte de uma luta global dos povos apontam que a sensibilidade aberta à razão, a razão aberta à sensibilidade (MARCUSE, 1968). Aliados ao valor de uso, estão sendo parte de um ciclo onde o CMI influencia e é influenciado reciprocamente, ao mesmo tempo que enfrenta os desafios inerentes às dinâmicas do tecido social e as tentativas do velho vir travestido de novo para deixar tudo como está.

Uma das dinâmicas, a de que o velho veio travestido de novo, emergiu justamente da relação entre técnica, mídia e política e a sensação de autonomia proporcionada pelos meios digitais. A lógica, regressiva ao esclarecimento (ADORNO; HORKHEIMER, 1986), mistificou um cenário onde a política da vida podia estar desconectada da realidade material de milhares de pessoas no Brasil, mesmo conectadas à internet. A palavra inclusão significa apenas inclusão ao consumo entre produto alternativo ou convencional. Em ambos os casos, são fortalecedoras de identidades legitimadoras (CASTELLS, 1999), que fortalecem as instituições.

Nesses casos, a democratização da mídia passa a ser o democratizar por democratizar, e no seu cerne a racionalidade instrumental do mercado é incapaz de gerar relações não alienadas entre os homens, com o produto de seu trabalho e o mundo. O pragmatismo de que não pode se fazer mídia alternativa sem se ligar ao Estado e a empresas fragmentou as possibilidades de construção de uma política como valor de uso, que se formava entre os jovens no Brasil.

No entanto, esse não foi o único elemento da reprodução do neoliberalismo nos veículos de mídia radical. A supervalorização de um conceito de liberdade individual sobre a liberdade coletiva, tipicamente neoliberal, criou um círculo vicioso, onde jovens sem compromisso com a manutenção do veículo de mídia se apropriavam dos trabalhos desenvolvidos pelos ativistas mais ativos, que se tornavam refém desse ciclo, ao ficar com medo de reproduzir as práticas da esquerda tradicional dentro de suas organizações.

A permissividade desse ciclo se mostrou tão problemática quanto os processos de afastar os voluntários aqui apontados como centralistas. A falta de comprometimento não apenas gerava conflitos, mas também a descontinuidade das atividades desenvolvidas pelo coletivo, comprometendo a credibilidade e a confiança conquistadas com os movimentos sociais e comunitários.

O novo desafio para os jovens contestadores do CMI é aprofundar ainda mais seus laços com os movimentos sociais, dando continuidade as suas atividades, nesse momento em que estão se transformando em um movimento de trabalhadores. Essa transformação requer mudanças nas dinâmicas da rede, possibilitando a participação de voluntários que não dispõem mais da moratória social concedida à juventude.

O novo desafio dos jovens contestadores só poderá ser respondido pelos próprios sujeitos coletivos de contestação ao estabelecido, questionando como fazer frente à ideologia pragmática da eficácia, com base na racionalidade instrumental e no pragmatismo da política institucional. E, ainda, questionando como garantir a construção de bases materiais para o desenvolvimento das lutas sociais, com autonomia em relação ao Estado e ao mercado.

REFERÊNCIAS

AÇÃO ECOLÓGICA LESTE. **O poder de destruir e o poder de criar**. EUA, 1969. Disponível em: <<http://www.nodo50.org/insurgentes/textos/ecosocial/06destruir.htm>>. Acesso em: 10 maio 2010.

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento**: fragmentos filosóficos. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS ANARQUISTAS. **Emergência para o Centro de Mídia Independente de Atenas e Patras**. 6 jul. 2009. Disponível em: <<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2009/07/449495.shtml>>. Acesso em: 10 jul. 2009.

ALBERONI, Francisco. **Gênese**. Rio de Janeiro: Rocco, 1991.

ALMEIDA, Luis Carlos de. **Anistia é prioridade para o movimento das rádios comunitárias**. 2 out. 2009. Disponível em: <<http://www.abraconacional.org/?p=618>>. Acesso em: 22 jan. 2010.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (orgs.). **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23.

ANTUNES, Ricardo. **A desertificação neoliberal no Brasil**: Collor, FHC e Lula. São Paulo: Editores Associados, 2005.

ARENDT, Hannah. A mentira na política: considerações sobre os documentos do Pentágono. In: **Crises da República**. São Paulo: Perspectiva, 1973, p. 9-48.

BAKUNIN, Michael. **Textos anarquistas**. Porto Alegre: L&PM, 1999.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização**: as consequências humanas. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

_____. **Em busca da política**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

BEHLING, Mario. **Das Wachstum des Indymedia-Netzwerks:** Das erste global agierende alternative Mediennetzwerk. Abril 2006. Disponível em: <<http://www.perspektive89.com/>>. Acesso em: 23 abr. 2010.

BELTRAME, Valmor; MORETTI, Maria de Fátima de Souza. Kantor, Duchamp e os objetos da pesquisa. **Revista de Investigação em Artes**. Udesc, Florianópolis, v. 1, n. 3, ago. 2007/jul. 2008. Disponível em: <http://www.ceart.udesc.br/revista_dapesquisa/volume3/numero1/cenicass.htm>. Acesso em: 10 abr. 2010.

BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

_____. **Obras escolhidas**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. v.1.

BERNARDO, João. **Marxismo e nacionalismo (I):** o antieslavismo de Engels e de Marx. 26 maio 2009. Disponível em: <<http://passapalavra.info/>>. Acesso em: 13 mar. 2010.

_____. **Marxismo e nacionalismo (II):** Os comunistas russos e a questão nacional. 26 maio 2009. Disponível em: <<http://passapalavra.info/>>. Acesso em: 13 mar. 2010.

_____. **Marxismo e nacionalismo (III):** O Partido Comunista alemão e a extrema-direita nacionalista. 26 maio 2009. Disponível em: <<http://passapalavra.info/>>. Acesso em: 13 mar. 2010.

_____. **Marxismo e nacionalismo (IV):** Comunismo e terceiro mundismo. 26 maio 2009. Disponível em: <<http://passapalavra.info/>>. Acesso em: 13 mar. 2010.

BEY, Hakim. **TAZ:** zonas autônomas temporárias. São Paulo: Conrad, 2001.

BIBLIOTECA DIPLÔ. **ACTA:** para desvendar a ameaça ao conhecimento livre. Dossiê. 29 mar. 2010. Disponível em: <<http://diplo.org.br/Dossie-ACTA-para-desvendar-a#nb1>>. Acesso em: 19 abr. 2012.

BLISSETT, Luther. **Guerrilha psíquica**. São Paulo: Conrad, 2005.

BOIDO, Pablo. Indymedia Argentina. **Ourmedia & Nuestros Médios**. Porto Alegre, 2003. Disponível em: <http://www.ourmedianet.org/papers/om2003/Boido_OM3.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2010.

BOLAÑO, César Ricardo Siqueira; BRITTOS, Valério Cruz. Capitalismo e política de comunicação: a TV digital no Brasil. In: Encontro da Compós, 16, Curitiba. Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Economia Política e Políticas de Comunicação. **Anais...** Curitiba: UTP, jun. 2007.

BOOKCHIN, Murray. **The ecology of freedom: the emergence and dissolution of hierarchy**. Palo Alto: Cheshire Books, 1982.

_____. **Autogestão e tecnologias alternativas**. 1985. Disponível em: <http://pt-br.protopia.wikia.com/wiki/AutogeC3%A3o_e_Tecnologias_Alternativas>. Acesso em: 14 abr. 2010.

_____. **Post-scarcity anarchism**. Montreal: Black Roses Books, 1986.

_____. **Ecologia social**. 1994. Disponível em: <http://pt-br.protopia.wikia.com/wiki/Ecologia_Social>. Acesso em: 6 maio 2010.

BRAD – Uma noite mais nas barricadas. Documentário. Produção: VideoHackers. 55 min. Brasil, 2007.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Assalto ao estado e ao mercado, neoliberalismo e teoria econômica**. 2009. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10438/2611>>. Acesso em: 10 jul. 2010.

BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. **Uma história social da mídia: de Gutenberg à internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

BUTLER, C. T. Lawrence; ROTHSTEIN, Amy. **On conflict and consensus a handbook on formal consensus decision making**. 2004. Disponível em: <<http://www.consensus.net/>>. Acesso em: 14 fev. 2010.

CANCLINI, Néstor G. **Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995.

CARCALHOLO, M. D.; AMARAL, M. S. Inserção externa ativa ou superexploração do trabalho? Acumulação de capital na Argentina pós-crise. In: **De Economia Política**, São Paulo; Editora da USP, 2007.

CARMINATI, Fabio. **Juventude e rebeldia: ações coletivas contemporâneas e a produção e reprodução do projeto de militância de esquerda**. 2006. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política)– Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

CASTELLS, Manuel. **The rise of the network society**. Massachusetts: Blackwell, 1996.

_____. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CECEÑA, Ana Esther. Los diferentes planos de construcción de la hegemonía. In: GAMBINA, Julio (coord.). **La globalización económico-financiera y el impacto en América Latina, estrategias de regulación y respuestas sociales y políticas del movimiento popular**. Buenos Aires: Clacso, 2003.

_____. La guerra como razón del mundo que queremos transformar. In: Seminário Reforma ou Revolução, Rio de Janeiro, maio 2004. **Anais...** Rio de Janeiro: LPP-UERJ e Fundação Rosa Luxemburgo, 2004.

_____. **Hegemonías y emancipaciones en el siglo XXI**. Buenos Aires: Clacso, 2004.

_____. **Subjetizando el objeto de estudio: o de la subversión epistemológica como emancipación**. Buenos Aires: Clacso, 2006, p. 13-43.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994.

CERVO, Amado Luiz. Sob o signo neoliberal: as relações internacionais da América Latina. **Rev. Bras. Polít. Int.**, v. 43, n. 2, 2000, p. 5-27.

CMI BRASIL. **Editorial Salvador:** manifestações. 5 set. 2003. Disponível em: <<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2003/09/262627.shtml>>. Acesso em: 10 dez. 2012.

CMI BRASIL. **Rádio interferência mais uma vez fechada.** 15 nov. 2003. Disponível em: <<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2003/11/268110.shtml>>. Acesso em: 13 jan. 2009.

CMI BRASIL. **Entrevista com o CMI-Rio.** 23 dez. 2003. Disponível em: <<http://brasil.indymedia.org/pt/green/2003/12/270508.shtml>>. Acesso em: 13 jan. 2009.

CMI BRASIL. **Visão do Indymedia Global.** Editorial. 24 dez. 2003. Disponível em: <<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2003/12/270525.shtml>>. Acesso em: 22 jun. 2009.

CMI BRASIL. **Documentário sobre a oficina praticada em Porto Alegre.** Editorial de 31 dez. 2004. Disponível em: <<http://brasil.indymedia.org/content/2004/12/301474.shtml>>. Acesso em: 5 jun. 2004.

CMI BRASIL. **CMI Goiânia.** Disponível em: <<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/static/goiania.shtml>>. Acesso em: 22 jan. 2010.

CMI BRASIL. **Relatos da reunião nacional.** 2006. Disponível em: <<https://docs.indymedia.org/Local/CmiBrasilReuniaoNacional2006Relatos>>. Acesso em: 19 jun. 2008.

CMI EQUADOR. **Asesinan a miembro de Indymedia Ecuador.** 2 jul. 2004. Disponível em: <<http://www.ecuador.indymedia.org/es/2004/07/5891.shtml>>. Acesso em: 10 jul. 2009.

CMI EQUADOR. **Ecuador IMC activist assassinated.** 8 jul. 2004. Disponível em: <http://archive.ucimc.org/newswire/display_any/18925/index.php>. Acesso em: 10 jul. 2009.

CMI EQUADOR. Identificados asesinos de Lenin Cali.

15 jul. 2004. Disponível em: <<http://ecuador.indymedia.org/es/2004/07/5954.shtml>>. Acesso em: 10 jul. 2009.

CMI GALÍCIA. Carta aberta dos voluntários do CMI Santiago (Chile) sobre a desfiliação da rede Indymedia.

2004. Disponível em: <<http://galiza.indymedia.org/gz/2004/11/1042.shtml>>. Acesso em: 16 jul. 2009.

CMI ITÁLIA. Indymedia Itália está sendo atacado.

Impresso, n. 2, fev. 2002. Disponível em: <http://print.indymedia.org/local/webcast/uploads/portugues-2002-_2_-_pdf.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2008.

COCO, Giuseppe; HOPSTEIN, Graciela. **As multidões e o império**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

COLABORADORES E EX-COLABORADORES DO CMI BR.

Especial 9 anos de CMI Brasil. 21 dez. 2009. Disponível em: <<http://passapalavra.info/?p=16807>>. Acesso em: 18 maio 2010.

COLETTI, Claudinei. Avanços e impasses do MST e da luta pela terra no Brasil nos anos recentes. In: **Movimientos sociales y conflictos en América Latina**. José Seoane. CLACSO, Buenos Aires, Argentina. Programa OSAL. 2003, 288 p. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/seoane/coletti.rtf>>. Acesso em: 17 abr. 2010.

_____. Relatos do encontro. jul. 2007. Disponível em: <<https://encontro.sarava.org/Encontro2007/Relatos>>. Acesso em: 15 maio 2010.

COLETIVO EPIDEMIA. Cultura livre não é mercadoria.

2012. Disponível em: <<http://uninomade.net/tenda/cultura-livre-nao-e-mercadoria>>. Acesso em: 5 jun. 2012.

CONSEJO LATINOAMERICANO DE CIENCIAS SOCIALES.

Ciudad Autónoma de Buenos Aires, 2006. p. 151-197.

CONSELHO DE PORTA-VOZES CMI SEATTLE. Governo suspende ordem da justiça enquanto CMI prepara recurso

legal. Disponível em: <<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2001/06/2686.shtml>>. Acesso em: 23 jun. 2008.

COONEY, Paul. Experimento de um quarto de século de neoliberalismo na Argentina: da ditadura à depressão. **Rev. Econ. Contemp.**, v. 11, n. 1, 2007, p. 7-37.

CORRÊA, Felipe. **Cronologia dos novos movimentos.** Disponível em: <<http://www.agp.org>>. (2000) e <<http://www.nadir.org/nadir/initiativ/agp/free/cronolog.htm>>. Acesso em: 14 ago. 2010.

_____. Mobilizações sociais na América Latina: da nacionalização dos recursos bolivianos à resistência no México. **Revista Digital Divergences**, n. 6, mar./maio 2007. Disponível em: <<http://divergences.be/spip.php?article327&lang=fr>>. Acesso em: 13 jul. 2010.

COYER. Radio y el colectivo Indymedia: un caso estudiado de Seattle, Los Angeles y Londres. **Ourmedia & Nuestros Médios.** Porto Alegre, 2003. Disponível em: <http://www.ourmedianet.org/papers/om2003/Coyer_OM3.espan.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2010.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo.** São Paulo: Contraponto, 1998.

DEBORD, Guy; WOLMAN, Gil. Um guia prático para o desvio. **Les Lèvres Nues.** Bruxelas, n. 8, maio 1956. Disponível em: <http://www.reocities.com/projetoperiferia4/detour.htm#N_1_>. Acesso em: 21 mar. 2010.

DI FELICE, Massimo; MUÑOZ, Cristobal (org.). **A revolução invencível:** Subcomandante Marcos e Exército Zapatista de Libertação Nacional: carta e comunicados. São Paulo: Boitempo, 1998.

DINIZ, Eli. Globalização, reforma do estado e teoria democrática contemporânea. In: **São Paulo Perspec.**, São Paulo, v. 15, n. 4, out./dez. 2001, p. 13-22.

DOWNING, John D. H. **Mídia radical:** rebeldia nas comunicações e movimentos sociais. São Paulo: Senac, 2002.

ENCONTRO CULTURA LIVRE E CAPITALISMO. **Conjunto de princípios éticos**. jul 2007. Disponível em: <[http://encontro.sarava.org/Principal/ConjuntoDePrincipios Eticos](http://encontro.sarava.org/Principal/ConjuntoDePrincipiosEticos)>. Acesso em: 23 abr. 2010.

ESTATÍSTICAS DOS ARTIGOS PUBLICADOS NO CMI BRASIL. 2010. Disponível em: <<http://linefeed.org/~toya/cmi/cmi-artigos-estatisticas.htm>>. Acesso em: 14 mar. 2010.

FANZINE Lixo Cultural. São Paulo. 1983.

FIGUEIREDO, Guilherme Gitahy de. **Análise do seminário em Tefé: um diálogo difícil**. 3 set. 2006. Coletivo Curupira. Disponível em: <<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2006/09/359420.shtml>>. Acesso em: 14 jul. 2010.

FIGUEIREDO, Guilherme Gitahy de. **Sobre a ação nacional autonomista ajuri do Caracol Caratateua**. 2 de maio de 2009. Disponível em: <<http://prod.midiaindependente.org/pt/blue/2009/05/446048.shtml>>. Acesso em: 13 nov. 2009.

FIGUEIREDO, Guilherme Gitahy de. A flor indígena: artes de fazer e mídias livres na Barreira da Missão (Tefé – AM). **Cadernos do CEAS**. Edição eletrônica, 2009.

FOOD NOT BOMBS. Política de organização. Disponível em: <<http://home.earthlink.net/~foodnotbombs/seven.html>>. Acesso em: 18 jun. 2009.

FRASER, Nancy. Rethinking the public sphere: a contribution to the critique of actually existing democracy. In: CALHOUN, Craig (ed.). **Habermas and the public sphere**. Cambridge, MA: MIT Press, 1992, p.62-73.

FEATHERSTONE, Mike. **O desmanche da cultura: globalização, pós-modernismo e identidade**. São Paulo: Studio Nobel, 1995.

FIBRINO, Ricardo. Resumo de ENGELMAN, Ralph. The origins of public access cable television 1966-1972. In: TANKARD JR., James

W. (ed.) **Journalism monographs**. n. 123, out. 1990. p. 1-47. 1990. Disponível em: <http://www.aic.org.br/index.php/download_file/view/186/>. Acesso em: 4 jun. 2009.

FLOR DA PALAVRA. **Rizoma Flor da Palavra**: modesta contribuição a um caleidoscópio mundial. 2009. Disponível em: <<http://flordapalavra.noblogs.org/flor-da-palavra/>>. Acesso em: 5 jun. 2012.

FREE SOFTWARE FOUNDATION. **GNU: General Public License**, version 2. v. 2, jun. 1991. Disponível em: <<http://www.gnu.org/licenses/gpl-2.0.html>>. Acesso em: 19 jun. 2009.

FREEMAN, Jô. **A tirania das organizações sem estrutura**. 1970. Disponível em: <<http://www.nodo50.org/>>. Acesso em: 17 maio 2010.

FRIEDMAN, Milton. **Capitalismo e liberdade**. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

GARCIA, Analía; VAZQUEZ, Melina. Trayectorias de militancia política de trabajadores desocupados: de vecinos a piqueteros, de piqueteros a vecinos. In: Jornadas de Sociología de la UNLP, 4, La Plata. **Anais...** La Plata, nov. 2005.

GOFFMAN, Ken; JOY, Dan. **Contracultura através dos tempos**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2007.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. **Teorias dos movimentos sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2000.

GOMÉZ, José María. Entre dos fuegos: el terrorismo, la guerra y los nuevos retos del movimiento social global contrahegemónico. In: **La guerra infinita**: hegemonía y terror mundial. Clacso, Agencia sueca de desarrollo internacional (ASDI), 2002, p. 257-279.

GROOT, Willemien. **ACTA vai além da proibição de downloads**. 10 fev. 2012. Disponível em: <<http://www.rnw.nl/portugues/article/acta-vai-al%C3%A9m-da-proibi%C3%A7%C3%A3o-de-downloads>>. Acesso em: 4 maio 2012.

GROPPO, Luís Antonio. **Uma onda mundial de revoltas:** movimentos estudantis de 1968. Piracicaba: Unimep, 2005.

_____. Mídia, sociedade e contracultura. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 24, Campo Grande. **Anais...** Campo Grande, set. 2001.

HALLECK, Dee. **Indymedia:** building an international activist internet network. 2004. Disponível em: <<http://www.wacc.org.uk/modules.php?name=News&file=article&sid=240>>. Acesso em: 16 abr. 2010.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Império.** Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. **Multidão:** guerra e democracia na era do império. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2005.

HARRIS, Edward. Entrevista com Henshaw-Plath. **The Wall Street Journal**, 5 ago. 1999. Disponível em: <http://protest.net/activists_handbook/wsj_article.html>. Acesso em: 26 jul. 2009.

HAYKE, Friedrich A. von. **O caminho da servidão.** 2. ed. Porto Alegre: Globo, 1977.

HILSENBECK FILHO, Alexander Maximilian. Democracia e governos autônomos: uma reflexão a partir da experiência do Exército Zapatista de Libertação Nacional. Mediações: **Revista de Ciências Sociais**, v. 10, n. 2. 2005.

_____. **Abaixo e à esquerda:** uma análise histórico-social da práxis do Exército Zapatista de Libertação Nacional. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2007. Disponível em: <http://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciasSociais/Dissertacoes/filho_amh_me_mar.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2010.

HOME, Stewart. **Assalto à cultura:** utopia, subversão, guerrilha na (anti)arte do século XX. São Paulo: Conrad, 1999.

_____. **Assalto à cultura**. São Paulo: Conrad, 1999. Disponível em: <<http://www.nodo50.org/insurgentes/textos/autonomia/21tirania.htm>>. Acesso em: 18 jun. 2010.

HOSPEDAR servidores da rede Indymedia é ilegal? Disponível em: <<http://prod.midiaindependente.org/pt/green/2009/02/440653.shtml>>. Acesso em: 10 jul. 2009.

INDYMEDIA. **IMC: FBI and other legalbreaking news**. 11 out. 2004. Disponível em: <<http://www.indymedia.org/fbi/>>. Acesso em: 23 jun. 2008.

INTERNACIONAL SITUACIONISTA. **Situacionista: teoria e prática da revolução**. São Paulo: Conrad, 2005.

JÓVENES TEJIENDO UN NUEVO PAÍS. **Lênin: semilla y fruto de hoy y de mañana**. Carta a Lenin Cali. 2004. Disponível em: <<http://ecuador.indymedia.org/es/2004/07/5906.shtml>>. Acesso em: 20 jul. 2009.

JURIS, Jeffrey S. Indymedia: de la contra-información a la utopía informacional. In: MARÍ SÁEZ, Victor Manuel (coord.). **Quando los movimientos sociales se apropian de la red: comunicación, redes, y cambio social**. Madrid: Editorial Popular, 2004, p. 154-177.

_____. Violencia representada y imaginada: jóvenes activistas, el Black Bloc y los medios de comunicación en Génova. In: FEIXA, Carles; FERRÁNDIZ, Francisco (eds.). **Jóvenes sin tregua: culturas y políticas de la violencia juvenil**. Barcelona: Anthropos, 2005, p. 185-208.

KIDD, Dorothy. **El carnaval y los comunes: La Red Global IMC**, 2003. Disponível em: <http://www.ourmedianet.org/papers/om2003/Kidd_OM3.espan.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2010.

KLEIN, Naomi. **Cercas e janelas**. Rio de Janeiro: Record, 2002.

KLEIN, Naomi. **Sem logo: a tirania das marcas em um planeta vendido**. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

_____. **Sem logo**: a tirania das marcas em um planeja vendido. Rio de Janeiro: Record, 2002.

_____. **A doutrina de choque**: a ascensão do capitalismo do desastre. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2007.

LEARY Timothy, Contracultura. In: ROSZACK, Theodore. **A contracultura**: reflexões sobre a sociedade tecnocrática e a oposição juvenil. Petrópolis: Vozes, 1969.

LEMOS, André L. M. Ciber-rebeldes. **Jornal da Tarde**, 8 maio 1996. Disponível em: <<http://www.facom.ufba.br/ciberpesquisa/lemos/rebelde.html>>. Acesso em: 14 jan. 2008.

LENZI, Eduardo Barbosa. Estado e sociedade: totalitarismo e tecnologia algumas considerações a partir de Herbert Marcuse. **Revista Tempos Históricos**, ano 10, 1º semestre de 2007.

LIBERATO, Leo Vinicius M. **Expressões contemporâneas de rebeldia**: poder e fazer da juventude autonomista. 2006. Tese (Doutorado em Sociologia Política)– Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

LOBATO, Elvira. Governo Lula distribui TVs e rádios educativas a políticos. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 18 jun. 2006. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u79613.shtml>>. Acesso em: 10 ago. 2006.

LOVE, James. **What's (still) wrong with ACTA**, and why governments should reject the illegitimate agreement. 26 fev. 2012. Disponível em: <<http://keionline.org/acta>>. Acesso em: 10 ago. 2012.

LOVNIK, Geert. Tecnopolítica em ação. In: **Tropico**, 2005. Disponível em: <<http://p.php.uol.com.br/tropico/html/textos/2668,1.shl>>. Acesso em: 19 ago. 2009.

LOVNIK, Geert; GARCIA, David. O ABC da mídia tática. 2003. Disponível em: <<http://www.rizoma.net/desenv/interna.php?id=131&secao=intervencao>>. Acesso em: 18 jul. 2009.

LUD, Ned, **Urgência das ruas**: black bloc, Reclaim The Streets e os dias de ação global. São Paulo: Conrad, 2002.

LUDD, Mané. **Guerra da tarifa**. 2005. Disponível em: <http://www.laquestionsociale.org/LQS/LQS_3/por_QS3_guerretransport.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2010.

MACIEL, Luiz Carlos. **A morte organizada**. São Paulo: Global, 1978.

MALATESTA, Enrico. Mayorias y minorias. In: RICHARDS, Vernon. **Malatesta, vida e ideas**. 2. ed. Barcelona: Tusquets, 1977.

_____. **O anarquismo e a democracia burguesa**. São Paulo: Global, 1979.

_____. **Anarquistas, socialistas e comunistas**. São Paulo: Cortez, 1989.

MALTABAN, Manuel Vasquez. Na clareira da Revolução. Entrevista com o Subcomandante Marcos em 1999. In: BUENROSTRO, Alejandro et al (org.). **Chiapas contruindo a esperança**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

MANNHEIM, Karl. Funções das gerações novas. In: FORACCHI, M.; PEREIRA, L. (orgs.). **Educação e sociedade**. 9. ed. São Paulo: Nacional, 1978.

MARCHA NICO LOPES. **Geração pós-rancor em bate-papo**. Entrevista com Ney Hugo. 12 nov. 2011. Disponível em: <<http://marchanicolopes.blogspot.com.br/2011/11/jovens-se-juntando-para-fazer-cultura.html>>. Acesso em: 10 dez. 2012.

MARCUSE, Herbert. **Eros e civilização**: uma interpretação filosófica do pensamento de Freud. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

_____. **A ideologia da sociedade industrial**. 5. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

_____. **Cultura e sociedade**. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

MARGULIS, Mario; URRESTI, Marcelo. La juventud es más que una palabra. In: MARGULIS, Mario (org.). **La juventud es más que una palabra**. Buenos Aires: Biblos, 2000.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações**: comunicação, cultura e hegemonia. 2.ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2003.

MARTINS, L. A. Geração AI-5. **Ensaio de Opinião**, Rio de Janeiro, v. 2, p. 32-71, 1979.

MARTINS, Lincoln; FREEMAN, Jô. A tirania das organizações sem estrutura. As perspectivas da comunicação alternativa na era da informação digital. In: Congreso Online del Observatorio para la Cibersociedad, 2, 2004. **Anais eletrônicos...** Madri: Observatorio para la Cibersociedad, 2004. Disponível em: <http://www.cibersociedad.net/congres2004/index_es.html>. Acesso em: 7 jun. 2010.

MAZETTI, H. M. Intervenção urbana: representação e subjetivação na cidade. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 29, 2006, Brasília. **Anais...** São Paulo: Intercom, 2006 (CD-Rom).

_____. Mídia alternativa para além da contrainformação. In: Congresso Nacional de História da Mídia, 5, 2007, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Intercom, 31 maio/2 jun. 2007.

MELUCCI, Alberto. Juventude, tempo e movimentos sociais. **Revista Young**. Estocolmo, v. 4, n. 2, 1996, p. 3-14. Disponível em: <http://www.anped.org.br/rbe/rbedigital/...6/rbde05_6_03_alberto_melucci.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2010.

_____. **Acción colectiva, vida cotidiana y democracia**. México: El Colegio del México, 1999.

_____. **A invenção do presente**: movimentos sociais nas sociedades complexas. Petrópolis: Vozes, 2001.

MILES, Steve. **Consumerism as a way of life**. Londres: Sage, 1998.

MILNITZKY, Fátima. Sociedade de consumo: perdas e ganhos. In: **Interações**, v. 8, n. 15, jun. 2003, p.127-130.

MONTESINOS, Miguel Riera. La batalla de Génova. **El Viejo Topo**. Barcelona, 2001.

NEGRI, Antonio. **O poder constituinte**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

NEGT, Oscar; KLUGE, Alexander. **O que há de político na política?** São Paulo: Unesp, 1999.

NO OLHO do furacão. Filme. Produção do Indymedia Argentina. 15 min. s/d.

NOBRE, Marcos. A ideia da teoria crítica. In: MÜLLER, Maria Cristina; CENCI, Elve Miguel. (orgs.) *Ética, política e linguagem: confluências*. Londrina: Cefil, 2004.

_____. **Curso livre de teoria crítica**. Campinas: Papirus, 2008.

NOGUEIRA, Bruno Torturra. **Ministério da Cultura**. Entrevista com Pablo Capilé. Revista Trip. 12 mai 2011. Disponível em: <<http://revistatrip.uol.com.br/revista/199/reportagens/ministerio-da-cultura.html>>. Acesso: 10 dez. 2012.

NUNES, Rodrigo. Stewart Home: a perspectiva radical. **Entrevista**. Disponível em: <<http://www.rizoma.net/interna.php?id=248&secao=artefato>>. Acesso em: 14 nov. 2009.

ORTELLADO, Pablo. **Por que somos contra a propriedade intelectual?** 2002. Disponível em: <<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2002/06/29908.shtml>>. Acesso em: 5 maio 2008.

PÁGINA ESTÁTICA DO GRUPO DE TRABALHO PROCESSO. Disponível em: <<https://docs.indymedia.org/view/Local/CmiBrasilNovosColetivos>>. Acesso em: 22 jan. 2010.

PASSA PALAVRA. **A esquerda fora do eixo**. Disponível em: <<http://passapalavra.info/2011/06/41221>>. Acesso em: 25 jun. 2011.

PAULA JÚNIOR, Pedro Pontes de; FIGUEIREDO, Guilherme Gitahy de. O Centro de Mídia Independente de Tefê: mídias livres na educação e na organização coletiva. In: Congresso de Ciências da Comunicação na Região Norte, 8, Porto Velho, 2009. **Anais eletrônicos...** Disponível em: <<http://www.followscience.com>>. Acesso em: 8 out. 2009.

PAYE, Jean Claude. **Guerra contra o terrorismo ou guerra contra as liberdades?** 30 nov. 2006. Disponível em: <<http://www.resistir.info>>. Acesso em: 13 mar. 2010.

PERALVA, Angelina. T. O jovem como modelo cultural. **Revista Brasileira de Educação – ANPED.** Juventude e contemporaneidade, n. 5 e 6, maio/dez. 1997.

PEREIRA, Inês. O movimento do software livre. In: Congresso Luso-afro-brasileiro de Ciências Sociais, 7, Coimbra, 2004. **Anais...** Coimbra, 2004.

PISANI, Marília Mello. Algumas considerações sobre ciência e política no pensamento de Herbert Marcuse. In: **Sci. stud.**, São Paulo, v.7, n. 1, jan./mar. 2009.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A reinvenção dos territórios: a experiência latino-americana e caribenha. In: CECEÑA, Ana Esther (org.). **Los desafíos de las emancipaciones en un contexto militarizado.** Buenos Aires: Clacso, 2006.

QUINTAO, Paula Rochlitz. O sujeito (oculto) e a cidade: a arte de Wodiczko. **Ide**, São Paulo, v. 31, n. 146, jun. 2008, p.104-107.

REITMAN, Rainey. **CISPA is dangerously vague.** 18 abr. 2012. Disponível em: <<http://www.usnews.com/debate-club/should-the-congress-pass-cispa/cispa-is-dangerously-vague>>. Acesso em: 11 jun. 2012.

RAYNAUD, J. M. **Apelo à unidade do movimento libertário.** São Paulo: Imaginário, 2003.

RICHARDSON, Joanne; KLEINER Dmytri. Copyright, copyleft e as creative anti-commons. 2006. **Revista digital Remixtures**. Disponível em: <<http://remixtures.com/2007/01/copyright-copyleft-e-as-creative-anti-commons-parte-i/>>. Acesso em: 22 abr. 2010.

RODRIGUEZ, Julio. **Contestação internacional e cooperação securitária transatlântica**: implicações ao ativismo transnacional, 2005-2008. Disponível em: <<http://www6.ufrgs.br/cienciapolitica/democraciaemdebate>>. Acesso em: 14 ago. 2010.

ROSAS, Ricardo. **Nome: coletivos, senha: colaboração**. 2003. Disponível em: <<http://www.rizoma.net/desenv/interna.php?id=170&secao=intervencao>>. Acesso em: 21 jan. 2010.

ROSZACK, Theodore. **A contracultura**: reflexões sobre a sociedade tecnocrática e a oposição juvenil. Petrópolis: Vozes, 1972.

RUBIM, Antônio Albino Canelas. Comunicação, política e sociabilidade contemporânea. In: RUBIM, Antônio Albino Canelas (org.). **Idade média**. Salvador: Edufba. 1995, p. 107-136.

_____. Dos poderes dos médias: comunicação, sociabilidade e política. In: FAUSTO NETO, Antonio; BRAGA, José Luiz; PORTO, Sérgio Dayrell (orgs.). **Brasil: comunicação, cultura & política**, 1992, p. 65-79.

_____. **Espectáculo, política e mídia**. 2003. Biblioteca Online de Comunicação: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/rubim-antonio-espetaculo-politica.html>>. Acesso em: 13 fev. 2010.

RUGAI, Ricardo Ramos. Os punks na história. **Temporaes**, n. 2, 1996, p. 76-81.

SANCHEZ, José Parga. Del conflicto social al ciclo político de la protesta. En publicacion: **Ecuador Debate**, n. 64, Centro Andino de Accion Popular, Quito, abr. 2005. Disponível em: <<http://www.flacsoandes.org/dspace/handle/10469/2072>>. Acesso em: 13 abr. 2010.

SANDRI, Cintia. **Lula editado**. Disponível em: <<http://www>>.

canaldaimprensa.com.br/canalant/nostalgia/vint5/nostalgia2.htm>.
Acesso em: 12 jul. 2008.

SANTOS, Carlos André dos. **Ações coletivas na Idade Mídia: um estudo de caso sobre as atividades do Centro de Mídia Independente no Brasil.** 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação)– Departamento de Sociologia e Ciência Política, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

SCHERER-WARREN, Ilse. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Soc. Estado**, Brasília, 2006, v. 21, n. 1, p.109-130, jan./abr. 2006.

_____. Redes de movimentos sociais na América Latina: caminhos para uma política emancipatória? **CRH**, v. 21, n.54, Salvador, set./dec. 2008.

_____. **Redes de movimentos sociais.** Rio de Janeiro: Edições Loyola, 1993.

SCHWINGEL, C. A arquitetura da informação e o sistema de publicação do Independent Media Center. In: Congresso Iberoamericano de Periodismo em Internet, 5, Salvador. **Anais...** Salvador, nov. 2004.

SENETT, Richard. **A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo.** 14. ed. Rio de Janeiro: Record, 2009.

SEOANE, José. Movimentos sociales y recursos naturales em América Latina: resistências al neoliberalismo, configuración de alternativas. In: **Sociedade e Estado**, Brasília: UnB, v. 21, n. 1, jan. 2006, p.109-132.

SILVA, Franklin Leopoldo e. Conhecimento e razão instrumental. **Psicol. USP**, v. 8, n. 1, 1997, p.11-31.

SILVA, Marlúcia Valéria da. **Identidade juvenil na modernidade brasileira:**sobre o constituir-se entre tempos, espaços e

possibilidades múltiplas. 2006. Tese (Doutorado em Sociologia Política)– Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

SMIERS, Joost. **Un mundo sin copyright: artes y medios en la globalización**. Barcelona, Gedisa: 2006.

SOBRE O CENTRO DE MÍDIA INDEPENDENTE. Disponível em: <<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/static/about.shtml>>. Acesso em: 23 jul. 2009.

SONHO REAL – Uma história de luta por moradia. Documentário. Produção: CMI Goiânia. 55 min. Goiânia, 2005.

SOUSA, Janice Tirelli Ponte de. As insurgências juvenis e as novas narrativas políticas contra o estabelecido. **Cadernos de Pesquisa**, PPGSP/UFSC, Florianópolis, n. 32, out. 2002. Disponível em: <<http://www.sociologia.ufsc.br/cadernos/Cadernos%20PPGSP%2032.pdf>>. Acesso em: 15 fev. 2010.

SOUSA, Janice Tirelli Ponte de. Os jovens anticapitalistas e a ressignificação das lutas coletivas. In: Congresso de Sociologia, 11, 2003, Campinas. **Anais...** Campinas: Unicamp, 2003. Mesa-redonda sobre história e teoria social: os movimentos sociais da década de 1960 e gênese das novas perspectivas da sociologia.

SOUSA, Janice Tirelli Ponte de. Os jovens anticapitalistas e a ressignificação das lutas coletivas. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 22, n. 2, jul./dez. 2004, p. 451-470. <<http://www.ced.ufsc.br/nucleos/nup/perspectivas.html>>. Acesso em: 20 set. 2009.

SOUSA, Janice Tirelli Ponte de; DURAND, Olga Celestina. Experiências educativas da juventude: entre a escola e os grupos culturais. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 20, n. Especial, jul./dez. 2002, p. 163-181.

SOUSA, Janice Tirelli Ponte de; SILVA, Marlúcia V. da. **Identidade juvenil na modernidade brasileira: sobre o constituir-se entre tempos, espaços e possibilidades múltiplas**. Florianópolis: BDAE, 2006.

SOUSA, Janice Tirelli Ponte de. A sociedade vista pelas gerações. **Revista Política & Sociedade**, v. 5, n. 8, 2008, p. 09-30.

SOUZA, C. D. et al. Cultura no plural: conversa com Célio Turino sobre o conceito de cultura (e seus usos) nas políticas públicas brasileiras. **Revista Proa**, v. 1, n. 1, 2009. Disponível em: <<http://www.ifch.unicamp.br/proa>>. Acesso em: 13 abr. 2010.

STEIN, Laura. Televisão comunitária e comunicação política popular nos Estados Unidos. In: DOWNING, John D. H. **Mídia radical: rebeldia nas comunicações e movimentos sociais**. São Paulo: Senac, 2002.

SUBCOMANDANTE MARCOS. **Comunicado**. 18 de março de 1994. Disponível em: <<http://palabra.ezln.org.mx/>>. Acesso em: 25 jun. 2009.

SUBCOMANDANTE MARCOS. **Carta do Subcomandante Marcos e demais notícias do México**. 12 out. 2002. Disponível em: <<http://brazil.indymedia.org/content/2002/12/43159.shtml>>. Acesso em: 5 jan. 2009.

TEFÉ – AMAZONAS. **Nova jornada Flor da Palavra começa em assembleia indígena de Tefé**. 28 nov. 2007. Disponível em: <<http://prod.midiaindependente.org/pt/blue/2007/11/403912.shtml>>. Acesso em: 14 jul. 2010.

TERRA, Ricardo. Herbert Marcuse: os limites do paradigma da revolução: ciência, técnica e movimentos sociais. In: NOBRE, Carlos. **Curso livre de teoria crítica**. Campinas: Papyrus, 2008.

TORRES, Bruno. **Entrevista com Richard Stallman**. nov. 2004. Disponível em: <<http://brunotorres.net/richard-stallman>>. Acesso em: 12 mar. 2009.

URRESTI, Marcelo. Paradigmas de participación juvenil: un balance histórico. In: BALARDINI, Sergio. **La participación social y política de los jóvenes en el horizonte de nuevo siglo**. Buenos Aires: Clacso, 2005.

VALENZUELA FUENTES, Katia. Colectivos juveniles: ¿inmadurez política o afirmación de otras políticas posibles? **Última Década**, Valparaíso, Chile, v. 15, n. 26, p. 31-52, jul. 2007.

VERNON, Richards (org.). **Malatesta, vida e obra**. 2. ed. Barcelona: Tusquets, 1977.

VICENTE, L. ¿Movimientos sociales en la red? Los hacktivistas? **Revista El Cotidiano**, julio-agosto/2004.

VILLENNA, Luis António de. La contracultura. In: SAVATER, Fernando; VILLENNA, Luis António de. **Heterodoxias y contracultura**. Barcelona: Montesinos, 1982.

WALLERSTEIN, Immanuel. O que significa hoje ser um movimento anti-sistêmico. In: LEHER, Roberto; SETÚBAL, Mariana (org.). **Pensamento crítico e movimentos sociais**. São Paulo: Cortez, 2005.

WODICZKO, K. **Homeless vehicle project october**, 1988. Disponível em: <<http://arch.usyd.edu.au>>. Acesso em: 14 jul. 2010.

WU MING. **Copyright e maremoto**. São Paulo: Conrad, 2002.

WU MING FOUNDATION. **O que somos e o que fazemos**. Disponível em <http://www.wumingfoundation.com/italiano/bio_portugues.htm>. Acesso em: 13 abr. 2009.

XAMARDO, Nicolás; UKIOLA, Iñaki Zabaleta; SAIZ, Carmen Peñafiel. La televisión de acceso público por cable y el euskara: un futuro compartido. Zer: **Revista de Estudios de Comunicación** Komunikazio Ikasketen Aldizkaria, n. 5, 1998.

YOUSSEF, Alê. **O partido pós-rancor**. Revista Trip, n. 199, maio 2011. Disponível em: <<http://revistatrip.uol.com.br/revista/199/colunas/o-partido-pos-rancor.html>>. Acesso em: 10 dez. 2012.

ZEZTA INTERNACIONAL. **Feliz 2009**: participe do ajuri do caracol de Outeiro. 31 dez. 2008. Disponível em: <<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2008/12/436401.shtml>>. Acesso em: 13 nov. 2009.

SITES

- ®^mark – <<http://www.rtmark.com>>
- Active –<<http://www.active.org.au/>>
- Adbusters – <<http://www.adbusters.org/>>
- Biblioteca Pública Independente – <<http://www.bpi.comze.com/>>
- Billboard Liberation – <<http://www.billboardliberation.com>>
- Critical Art – <<http://www.critical-art.net/>>
- Cult of the Dead Cow – <<http://w3.cultdeadcow.com/cms/about.html>>
- Deep Dish TV – <<http://www.deepdishtv.org>>
- E-The People – <<http://www.e-thepeople.org/>>
- Grupo Saravá – <<http://www.sarava.org/>>
- IMEMC –<http://www.imemc.org/about_us>
- Indymedia – <<http://www.indymedia.org>>
- Lista do coletivo *tech* do CMI – <<http://lists.indymedia.org/pipermail/cmi-brasil-tech>>
- Nodo 50 – <<http://www.nodo50.org>>
- Overmundo – <<http://www.overmundo.com.br/>>
- Paper Tiger TV – <<http://papertiger.org>>
- Passa Palavra – <<http://passapalavra.info>>
- Recombo – <<http://www.recombo.art.br/>>
- Riseup – <<http://www.riseup.net>>
- TV Livre – <<http://www.tvlivre.org>>
- Wikipedia – <<http://www.wikipedia.org>>
- Wu Ming Foundation – <<http://www.wumingfoundation.com/>>

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

A20 – Ação Global dos Povos de 20 de abril de 2001

Acpimsa – Associação Cultural dos Povos Indígenas do Médio Solimões e Afluentes

AGP – Ação Global dos Povos

Alca – Área de Livre Comércio das Américas

AM – Amazonas

Amimsa – Associação das Mulheres Indígenas do Médio Solimões e Afluentes

Anatel – Agência Nacional de Telecomunicações

Anmcla – Associação Nacional de Meios Comunitários, Livres e Alternativos

ATTAC – Association pour la Taxation des Transactions pour l’Aide aux Citoyens

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CDC – Cult of the Dead Cow

CGA-DF – Convergência de Grupos Autônomos do Distrito Federal

CMI – Centro de Mídia Independente

CMP – Central de Movimentos Populares

Edet – Rede Nacional de Investigação e Tecnologia

EUA – Estados Unidos da América

EZLN – Exército Zapatista de Libertação Nacional

FBI – Federal Bureau of Investigation

FCC – Federal Communications Commission

FLP – Frente de Luta Popular

FMI – Fundo Monetário Internacional

FSM – Fórum Social Mundial

IMC – Independent Media Center

MLS – Movimento de Luta Socialista
MLST – Movimento de Libertação dos Sem Terra
MPL – Movimento Passe Livre
MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
MTD – Movimento dos Trabalhadores Desempregados
OMC – Organização Mundial do Comércio
ONGs – Organizações Não Governamentais
ONU – Organização das Nações Unidas
OTE – Hellenic Telecommunications Organization
PNCSA – Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia
PRD – Partido da Revolução Democrática
PT – Partido dos Trabalhadores
SC – Santa Catarina
Setuf – Sindicato das Empresas de Transporte Urbano de Passageiros da Grande Florianópolis
TAO – Organizing for Autonomous Telecomms
TICAN – Terminal de Integração de Canasvieiras
TICEN – Terminal de Integração do Centro

ANEXOS

ANEXO A

PRINCÍPIOS DE UNIÃO DA REDE CMI GLOBAL

1. A rede do Centro de Mídia Independente (CMI) é baseada nos princípios de igualdade, descentralização e autonomia local. A rede CMI não é derivada de um processo burocrático centralizado, mas da auto-organização de coletivos autônomos que reconhecem a importância de desenvolver uma associação por redes;

2. todos os CMIs consideram a livre troca e o acesso livre a informações um pré-requisito para a construção de uma sociedade mais livre e justa;

3. todos os CMIs respeitam o direito dos/das ativistas de escolherem não ser fotografados ou filmados;

[Revisão do princípio: o CMI respeita os direitos daqueles que não querem ser identificados por qualquer motivo. Tendo isso em vista, todos os CMIs respeitam o direito dos/as ativistas que decidem não ser fotografados/fotografadas ou filmados/filmadas e encorajam todos/todas os/as repórteres que contribuam a fazer o mesmo. É exigido que qualquer pessoa que queira gravar, filmar ou fotografar dentro de um espaço físico do CMI anuncie as suas intenções de antemão para todos os presentes e respeite a decisão de qualquer pessoa que decida não ser incluída;]

4. todos os CMIs, baseados na confiança de seus/suas contribuidores/contribuidoras e leitores/leitoras, devem utilizar a publicação aberta pela internet, permitindo que indivíduos, grupos e organizações possam expressar seus pontos de vista anonimamente, se desejarem;

[Revisão do princípio: este princípio não mais condiz com a realidade atual dos CMIs, pois muitos *sites* encontram-se com as publicações fechadas por diversos motivos;]

5. a rede CMI e todos os coletivos locais do CMI não deverão ter fins lucrativos;
6. todos os CMIs reconhecem a importância dos processos para a mudança social e estão comprometidos com o desenvolvimento de relações não hierárquicas e antiautoritárias, desde o nível pessoal até o das dinâmicas de grupo. Assim, devem se organizar coletivamente, estando comprometidos com o princípio da decisão por consenso e com o desenvolvimento de um processo democrático direto e participativo que seja transparente aos seus membros;
7. todos os CMIs reconhecem que um pré-requisito para participação no processo de decisões de cada grupo local é a contribuição de trabalho para o grupo;
8. todos os CMIs têm o compromisso de se preocupar uns com os outros e com as respectivas comunidades, tanto coletivamente como individualmente, e devem compartilhar seus recursos, incluindo conhecimento, habilidades e equipamentos;
9. todos os CMIs têm o compromisso de utilizar código aberto sempre que possível, com o intuito de desenvolver a infraestrutura digital e aumentar a independência da rede, não dependendo de *software* proprietário;
10. todos os CMIs estão comprometidos com o princípio da igualdade humana e não devem praticar discriminação, inclusive discriminação de raça, gênero, idade, classe ou orientação sexual. Reconhecendo as vastas tradições culturais da rede, comprometemo-nos a criar a diversidade nas nossas localidades.

ANEXO B

CRITÉRIOS DE FILIAÇÃO À REDE CMI GLOBAL

Espera-se de cada CMI e grupo de trabalho global que:

A. concorde com o espírito da declaração de objetivos da rede CMI e com os princípios de união;

B. tenha voluntários dedicados em número suficiente para manter o CMI funcionando;

C. tenha reuniões abertas e públicas (nenhum grupo pode ter “posse” exclusiva de um CMI);

D. trabalhe para desenvolver uma declaração de objetivos local (a declaração de objetivos da rede pode ser utilizada provisoriamente);

E. estabeleça e publique uma política editorial que seja desenvolvida e posta em prática por meios democráticos, com plena transparência;

F. concorde com o uso da publicação aberta tal como descrita na política editorial da rede CMI;

G. adote uma política de tomada de decisões alinhada com os princípios da decisão por consenso, o que inclui um processo aberto, transparente e igualitário;

H. tenha um/uma porta-voz disposto/disposta e capaz de participar do processo de decisão global e de reuniões como um/uma representante/contato rotativo, com um claro entendimento das responsabilidades que esse papel traz;

I. participe nas formas chave de comunicação da rede CMI que garantem a saúde e vitalidade da rede e que contribuem para o trabalho do CMI. Assegure que pelo menos uma pessoa do CMI local participe em algum momento da lista de comunicação da Rede CMI Global (IMC Communication);

J. (NÃO CONCLUÍDO) não tenha filiação oficial com nenhum par-

tido político, estado ou candidato a cargo no estado [Comentário: produtores individuais têm o direito de fazer o que bem entenderem e CMIIs locais podem apresentar matérias sobre partidos políticos e iniciativas];

K. CMIIs não podem, em hipótese alguma, tomar parte em empreendimentos comerciais ou visando o lucro [Comentário: pode-se adicionar: “A rede CMI é comprometida com a descomercialização da informação e vai se dissociar de qualquer CMI que decida se tornar uma empresa de mídia com fins lucrativos”];

L. apresente uma versão local do símbolo ((i)) do CMI no seu site e em seu material impresso;

M. inclua a lista atualizada de cidades que fazem parte da rede CMI no site, de preferência na página principal.

1. A filiação à rede é aberta a qualquer grupo que aceite os critérios de filiação expostos acima. Sempre que houver mais de um pedido para constituir um CMI na mesma cidade ou região, encorajamos as diferentes iniciativas a se encontrarem e trabalharem juntas.

2. A filiação à rede CMI será confirmada pelo grupo de trabalho de *New IMC*, que está subordinado ao *IMC Process* e, em última instância, ao processo de decisão da rede CMI.

ANEXO C

PRINCÍPIOS DE UNIÃO DA REDE CMI BRASIL

Todo indivíduo ou coletivo que queira participar da rede CMI Brasil deve ratificar os seguintes princípios:

- reconhecer os critérios de filiação e os princípios de união da rede CMI global;
- combater a mercantilização da informação e do conhecimento e o comprometimento deles com os interesses das empresas e dos estados;
- promover estruturas abertas e públicas de comunicação digital com programas e sistemas livres, não proprietários e de código aberto;
- promover os ideais da publicação pública, livre e aberta, capacitando as pessoas a produzirem sua própria mídia sem recurso a direitos autorais;
- organizar-se de forma democrática e anti-hierárquica com reuniões públicas e abertas;
- comprometer-se com o projeto de construção de uma sociedade livre, igualitária e com respeito ao meio ambiente.

ANEXO D

POLÍTICA EDITORIAL DO CMI BRASIL

(a partir de dezembro de 2005)

O Centro de Mídia Independente (CMI) Brasil é uma rede anticapitalista de produtores/as de mídia autônomos/as e voluntários. Com o objetivo de construir uma sociedade livre, igualitária e que respeite o meio ambiente; o CMI procura garantir espaço para que qualquer pessoa, grupo (de afinidade política, de ação direta, de ativismo) e movimento social – que esteja em sintonia com esses objetivos – possa publicar sua própria versão dos fatos.

Acreditamos que dessa maneira estaremos rompendo o papel de espectador(a) passivo/a e transformando a prática midiática. Para isso, o *site* do CMI funciona com um mecanismo de publicação aberta e automática, colocando no ar notícias, artigos, comentários, fotos, áudios e vídeos. Esse mecanismo rompe com a mediação do/a jornalista profissional e com a interferência de editores/as no conteúdo das matérias. As produções não são modificadas, salvo a pedido do/a autor(a), ou quando pequenas formatações são necessárias para facilitar sua exibição.

São bem-vindas no CMI publicações que estejam de acordo com os princípios e objetivos da rede, como:

- relatos sobre o cotidiano dos/as oprimidos/as;
- relatos de novas formas de organização (como o Movimento Passe Livre, o Movimento dos/as Trabalhadores/as Desempregados/as, as/os zapatistas no México, as/os piqueteiras/os na Argentina, as redes de economia solidária etc.);
- denúncias contra o Estado e as corporações;
- iniciativas de comunicação independente (como rádios e TVs livres e comunitárias, murais e jornais de bairro etc.);
- análises sobre a mídia;

- análises sobre movimentos sociais e formas de atuação política;
- produção audiovisual que vise à transformação da sociedade ou que retrate as realidades dos/as oprimidos/as ou as lutas dos novos movimentos.

O CMI defende a liberdade de conhecimento e de acesso a ele; para contribuir com a concretização destas liberdades, incentivamos o uso de *softwares* livres e a publicação em formatos livres (.ogg para áudio, .png para imagens etc.) e em formatos proprietários públicos (.rtf e .pdf para textos, .mpg para vídeos etc.). Não incentivamos o uso de formatos proprietários (.doc para texto, .ppt para apresentação de slides etc.). Da mesma maneira, todo o conteúdo do *site* é disponibilizado sob a licença de *copyleft* (ver rodapé da página inicial), a não ser que o/a autor(a) mencione o contrário no artigo.

A intenção do CMI é unir esforços para uma real democratização da sociedade, primando sempre por privilegiar a perspectiva dos/as oprimidos/as. Em função disso, esperamos uma atitude construtiva e tolerante entre os/as participantes do *site*; afinal, queremos juntar forças, não lutar entre nós.

Sobre os artigos escondidos

Com o crescimento do projeto, começaram a ocorrer diversos abusos da publicação aberta, como: publicação propositadamente repetida de artigos sem conteúdo, ou contrários aos princípios da rede CMI; publicação de mensagens das listas abertas do CMI como artigos e questionamentos à política editorial publicados como artigos, entre outros vários casos. Sendo assim, para continuarmos oferecendo informação crítica de acordo com os objetivos listados acima, o coletivo editorial do CMI se reserva o direito de deslocar da coluna de publicação aberta artigos que:

- sejam de cunho racista, sexista, homofóbicos ou em qualquer sentido discriminatórios;
- contenham ofensas ou ameaças a pessoas ou grupos específicos (consideramos que há uma diferença entre crítica e ofensa: na

crítica, há uma demonstração argumentativa de algo com que não se concorda; numa ofensa não há demonstração argumentativa alguma, e sim ataques infundados);

- façam qualquer tipo de propaganda comercial;
- tratem de assuntos esotéricos ou de pregações religiosas de maneiras que fujam de nossas propostas políticas;
- visem promoção pessoal, promoção de algum candidato, candidata ou partido político;
- visem apenas contatar pessoas ou o próprio CMI (para contatar pessoas, utilize as listas de discussão; para contatar o CMI, escreva para contato em <midia independente.org>);
- sejam publicadas mais de uma vez, sendo que um texto publicado como comentário a uma matéria não pode ser publicado novamente como matéria independente;
- o/a autor(a) peça que sejam retirados;
- sejam boatos conhecidos (*hoax*), informações falsas publicadas para desarticular mobilizações, mentiras comprovadas e tentativas de assumir a identidade de outra pessoa ou grupo, especialmente quando extremamente evidentes ou denunciadas pela própria pessoa ou grupo atingido;
- sejam *spam* – ou seja, artigos deliberadamente publicados para atrapalhar o funcionamento da coluna de publicação aberta e/ou sabotar o *site* – que serão considerados como artigos sem conteúdo;
- estejam contra os objetivos apresentados nesta política editorial ou em outros documentos públicos do Cento de Mídia Independente (sobre o CMI, nota de *copyleft* etc.).

Lembramos a todos/as que as publicações contrárias a esta política editorial não são apagadas do *site*. Com o objetivo de dar transparência ao processo editorial, esses artigos continuam disponíveis ao público na seção Artigos Escondidos. A transparência do processo

editorial se reflete também na lista do coletivo editorial, cujos arquivos são abertos ao público ([Arquivo Lista Editorial](#)), que pode, assim, acompanhar as discussões do coletivo editorial e dar sugestões e críticas através do correio eletrônico <contato@midiaindependente.org>.

O Centro de Mídia Independente não se responsabiliza pelo conteúdo dos artigos da coluna de publicação aberta, especialmente quando há nelas dados suficientes para contatar o/a autor(a). Eventual direito de resposta a artigos será concedido como comentário ao mesmo artigo que se pretende responder, o que pode ser feito inclusive sem se contatar diretamente o coletivo editorial.

ANEXO E

POLÍTICA EDITORIAL DO CMI BRASIL (ANTIGA)

Serão imediatamente retiradas do site as publicações que:

- sejam de cunho racista, sexista ou em qualquer sentido discriminatórias;
- contenham ofensas pessoais;
- façam qualquer tipo de propaganda comercial;
- visem promover algum candidato ou partido político;
- estejam em oposição aos princípios e valores do CMI Brasil.

Textos buscando apenas contatar pessoas ou o próprio Centro de Mídia Independente não podem ser publicados como matérias. Para contatar pessoas, utilize as listas de discussão; para contatar o CMI, escreva para <contato@midiaindependente.org>.

As matérias não podem ser publicadas duas vezes e um texto publicado como comentário a uma matéria não pode ser publicado novamente como matéria independente.

As matérias publicadas normalmente não têm *copyright*. Os interessados podem reproduzir e distribuir essas matérias para fins não comerciais, desde que mencionem o autor e a fonte. Matérias com *copyright* podem ser publicadas desde que a situação seja indicada e haja permissão do detentor dos direitos.

O coletivo editorial não edita o conteúdo das matérias, mas se reserva o direito de fazer pequenas modificações de formatação para compatibilizar a informação com padrões técnicos do *site*.

O Centro de Mídia Independente não se responsabiliza pelo conteúdo das publicações.

Coletivo Editorial do CMI Brasil

EDITORIA EM DEBATE

Muito do que se produz na universidade não é publicado por falta de oportunidades editoriais, quer nas editoras comerciais, quer nas editoras universitárias, cuja limitação orçamentária não permite acompanhar a demanda existente. As consequências dessa carência são várias, mas, principalmente, a dificuldade de acesso aos novos conhecimentos por parte de estudantes, pesquisadores e leitores em geral. De outro lado, há prejuízo também para os autores, ante a tendência de se pontuar a produção intelectual conforme as publicações.

Constata-se, ainda, a velocidade crescente e em escala cada vez maior da utilização de recursos informacionais, que permitem a divulgação e a democratização do acesso às publicações. Dentre outras formas, destacam-se os *e-books*, artigos *full text*, base de dados, diretórios e documentos em formato eletrônico, inovações amplamente utilizadas para consulta às referências científicas e como ferramentas formativas e facilitadoras nas atividades de ensino e extensão.

Os documentos impressos, tanto os periódicos como os livros, continuam sendo produzidos e continuarão em vigência, conforme opinam os estudiosos do assunto. Entretanto, as inovações técnicas assinaladas podem contribuir de forma complementar e, mais ainda, oferecer mais facilidade de acesso, barateamento de custos e outros recursos instrumentais que a obra impressa não permite, como a interatividade e a elaboração de conteúdos inter e transdisciplinares.

Portanto, é necessário que os laboratórios e núcleos de pesquisa e ensino, que agregam professores, técnicos educacionais e alunos na produção de conhecimentos, possam, de forma convergente, suprir suas demandas de publicação como forma de extensão universitária, por meio de edições eletrônicas com custos reduzidos e em divulgação aberta e gratuita em redes de computadores. Essas características, sem dúvida, possibilitam à universidade pública cumprir de forma mais eficaz suas funções sociais.

Dessa perspectiva, a editoração na universidade pode ser descentralizada, permitindo que várias iniciativas realizem essa convergência com autonomia e responsabilidade acadêmica, editando livros e periódicos de divulgação científica conforme as peculiaridades de cada área de conhecimento no que diz respeito à sua forma e conteúdo.

Por meio dos esforços do Laboratório de Sociologia do Trabalho (LASTRO), da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), que conta com a participação de professores, técnicos e estudantes de graduação e de pós-graduação, a Editoria Em Debate nasce com o objetivo de desenvolver e aplicar recursos de publicação eletrônica para revistas, cadernos, coleções e livros que possibilitem o acesso irrestrito e gratuito dos trabalhos de autoria dos membros dos núcleos, laboratórios e linhas de pesquisa da UFSC e de outras instituições, conveniadas ou não, sob a orientação de uma Comissão Editorial.

Os editores

Coordenador

Fernando Ponte de Sousa

Conselho editorial

Adir Valdemar Garcia

Ary César Minella

Janice Tirelli Ponte de Sousa

José Carlos Mendonça

Maria Soledad Etcheverry Orchard

Michel Goulart da Silva

Paulo Sergio Tumolo

Ricardo Gaspar Muller

Valcionir Corrêa

Outros lançamentos de 2013

O elogio da política

Tatiana Rotolo

Reescrever o mundo com lápis e não com armas

Jéferson Dantas

A formação sindical das Comisiones Obreras (CCOO) da Espanha

Paulo Sergio Tumolo

Apertando o parafuso

Giuliano Saneh

Crítica à privatização do ensino superior no Brasil

Mauri Antonio da Silva (org.)

Da contestação à conformação

Paulo Sergio Tumolo

Os sentidos do trabalho de TI pelos incubados no Midi Tecnológico/SC

Gabriel de Souza Bozzano

Carlos André dos Santos. Bacharel em Ciências Sociais e mestre em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Como pesquisador voluntário, está vinculado ao Núcleo de Estudos da Juventude Contemporânea (NEJUC-UFSC). Entre 2004 e 2012, participou do coletivo do Centro de Mídia Independente em Florianópolis. Atualmente leciona Sociologia na rede estadual de ensino básico e atua em iniciativas de democratização da comunicação e no movimento dos trabalhadores e trabalhadoras da educação. E-mail: cazeradio@gmail.com.

DEMAIS PUBLICAÇÕES EM CATÁLOGO:

<http://editoriaemdebate.ufsc.br/catalogo/>

Carlos André dos Santos

A rebeldia por trás das lentes

O Centro de Mídia Independente no Brasil

Para o autor deste livro, Carlos André dos Santos, a democratização da informação está ligada à tomada da palavra verdadeira e do fazer político rebelde. Seu trabalho é uma contribuição à sociologia da juventude ao expor como uma parte das novas gerações de ativistas tem se apropriado dos meios técnicos (leia-se mídia) para construir sua trajetória, suas formas de sociabilidade e de ação política. O sujeito de pesquisa utilizado aqui é a rede do Centro de Mídia Independente (CMI) no Brasil, que ao lado de outras formas de apropriação de meios de comunicação pelos movimentos de contestação, constitui-se a partir da necessidade social e política do livre acesso à troca de informações, à produção cultural e à livre associação, sobretudo para construir soluções contra o monopólio dos meios de comunicação de massa.

De acordo com a profa. dra. Valéria Silva, que prefacia a obra, “o texto põe sob questão nada menos do que a propriedade intelectual, o trabalho do especialista, além do domínio da comunicação convencional e da propriedade privada”.

 **Editoria
EM DEBATE**

